

ANA BEATRIZ DA SILVA DUARTE

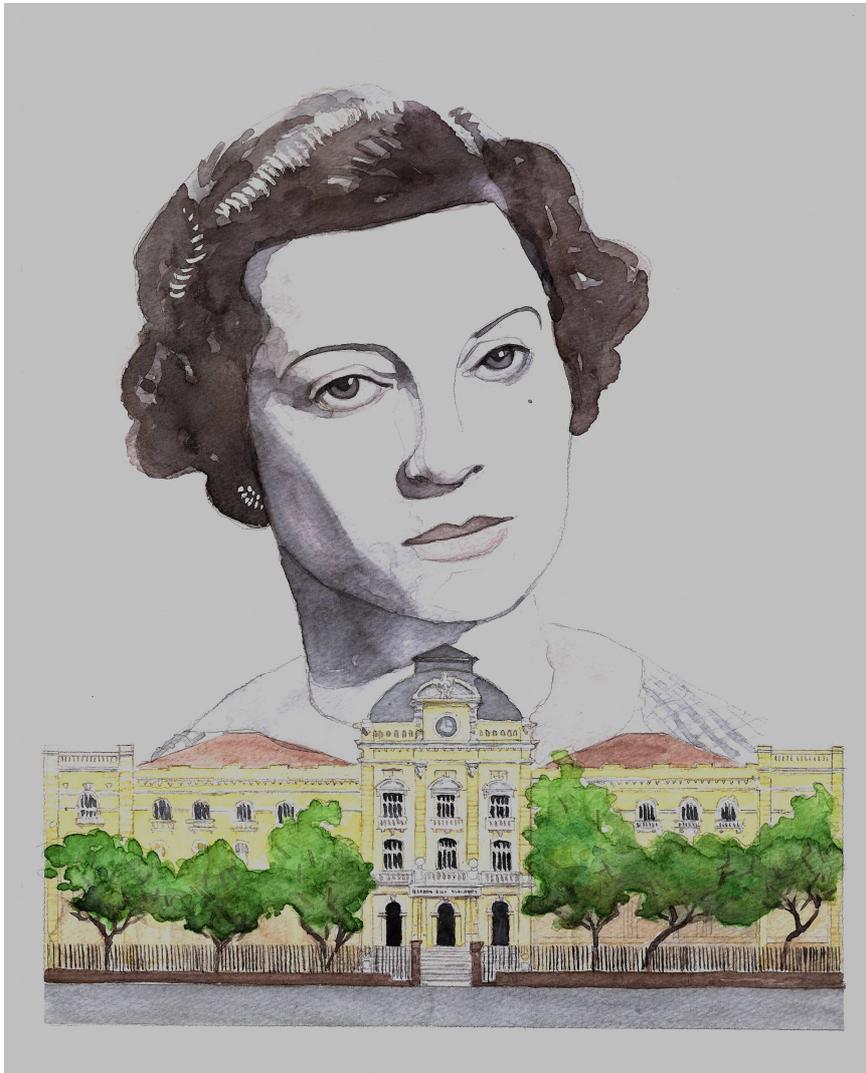
“VIDA FECUNDA, OBRA IMPERECÍVEL”

---

*Ana Rímoli de Faria Doria à frente do Instituto  
Nacional de Educação de Surdos*

1951–61

■



■

Uberlândia, MG  
2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ANA BEATRIZ DA SILVA DUARTE

“VIDA FECUNDA, OBRA IMPERECÍVEL”: ANA RÍMOLI DE FARIA  
DÓRIA À FRENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE  
SURDOS, 1951–61

■ VERSÃO CORRIGIDA APÓS A DEFESA ■

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação

Linha de pesquisa: “história e historiografia da educação”

Orientadora: profa. dra. Betânia de O. Laterza Ribeiro

Uberlândia, MG  
2022

Capa: *Ana Rímoli à frente INES* — Rosemaria Honório de Souza, 2022

Aquarela sobre papel Hahnemühle 300 gr/m<sup>2</sup> 21 x 29,8 cm

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

D812v Duarte, Ana Beatriz da Silva, 1969-  
2022 “Vida fecunda, obra imperecível” [recurso eletrônico] : Ana Rímoli de Faria Dória à frente do Instituto Nacional de Educação de Surdos, 1951–61 / Ana Beatriz da Silva Duarte. - 2022.

Orientadora: Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro.  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação.  
Modo de acesso: Internet.  
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2022.5038>  
Inclui bibliografia.

1. Educação. I. Ribeiro, Betânia de Oliveira Laterza, 1962-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

---

CDU: 37

André Carlos Francisco  
Bibliotecário – CRB-6/3408



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação  
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1G, Sala 156 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902  
 Telefone: (34) 3239-4212 - www.ppged.faced.ufu.br - ppged@faced.ufu.br



### ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Tese de Doutorado Acadêmico, 29/2022/333, PPGED				
Data:	Vinte e seis de agosto de dois mil e vinte dois	Hora de início:	[08:30]	Hora de encerramento:	[11:38]
Matrícula do Discente:	11813EDU006				
Nome do Discente:	ANA BEATRIZ DA SILVA DUARTE				
Título do Trabalho:	"UMA VIDA FECUNDA E UMA OBRA IMPERECÍVEL" - Ana Rímoli à frente do Instituto Nacional de Educação de Surdos 1951-61"				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	História e Historiografia da Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"Educação, política e pobreza: a formação da força de trabalho na nova capital de Minas Gerais, 1909"				

Reuniu-se, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Elizabeth Figueiredo de Sá - UFMT; Maria Teresa Santos Cunha - UDESC; José Carlos Souza Araujo - UFU; Sônia Maria dos Santos - UFU e Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro - UFU, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Betania de Oliveira Laterza Ribeiro, Professor(a) do Magistério Superior**, em 26/08/2022, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Teresa Santos Cunha, Usuário Externo**, em 26/08/2022, às 12:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Carlos Souza Araujo, Usuário Externo**, em 26/08/2022, às 14:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elizabeth Figueiredo de Sá, Usuário Externo**, em 29/08/2022, às 10:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sonia Maria dos Santos, Usuário Externo**, em 29/08/2022, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3873201** e o código CRC **09CB62A0**.

## AGRADECIMENTOS

**A**gradeço a Deus, por me permitir errar, aprender e crescer, por Sua eterna compreensão e tolerância, por Seu infinito amor, pela Sua voz “invisível” que não me permitiu desistir e por ter me sustentado em dias tão difíceis, em que eu achava que não ia dar conta. Senhor, obrigada! Porque até aqui, Tua mão me guiou, me sustentou... Em meio a lutas, desafios, cheguei até aqui e venci porque o Teu Amor infinito tem sido meu sustento. Obrigada, Senhor, por me amar de maneira tão maravilhosa. Todas as palavras do mundo seriam insuficientes para expressar minha gratidão. Não sei se faço jus a tamanho merecimento. A Ti, ó Senhor, toda honra, toda glória!

Agradeço à minha *orientadora*: professora doutora *Betânia de Oliveira Laterza*. Sempre disponível. Sempre com rigor científico. Sempre com seriedade e comprometimento, humanidade e generosidade, docilidade e fineza. (Como esquecer o banquete quando você me recebeu em sua casa?). A orientação remota e cuidadosa, a presteza, a preocupação com a conclusão da tese: tudo me faz te agradecer do fundo do meu coração: sua ajuda, compreensão, paciência, escuta e clarividência. Sua percepção para achar o que importava em última instância — a tese de estudo — foi fundamental para clarear o rumo e o caminho. Agradeço a revisão na orientação da pesquisa quando o caminho inicial se mostrou inviável. Agradeço, sobretudo, nossos diálogos e nossas discussões, que não só me ajudaram e renortear o trabalho, como ainda a projetar a pesquisa numa perspectiva de relevância maior. Isso me reanimou por completo. Foi uma honra tê-la como orientadora! É uma honra tê-la como amiga! Será uma honra poder continuar a trabalhar com você, direta ou indiretamente. A ti, ó Mestra, minha gratidão eterna.

Agradeço à filha de Ana Rímoli — anônima aqui por razões da ética de pesquisa. Sem sua gentileza, sua presteza, seu interesse, sua disponibilidade e abertura ao outro (daí ser professora de literatura), tudo foi essencial para a feitura deste estudo. O acervo documental, bibliográfico, manuscrito, datiloscrito, impresso e iconográfico; os diálogos on-line, tudo foi fundamental. Agradeço de coração a abertura do arquivo familiar. O material a que tive acesso é único; são fontes raríssimas. Agradeço sua receptividade e ajuda na organização da viagem à cidade onde ela mora na Bahia; a entrevista; o ciceronear no centro charmoso de sua cidade litorânea. Agradeço a generosidade, a docilidade, a gentileza e a leveza em todas as nossas conversas e todos os nossos encontros. Sua presença paira sobre esta tese — que é só começo. Foi um prazer conhecer a filha de Ana Rímoli e ter sua amizade, seu carinho e, em especial, sua

confiança. Isso fez diferença no “tecer a vida, a obra e a intelectualidade da Ana”. A ti, ó Amiga, gratidão eterna!

Agradeço à minha querida Marcy, que me acompanhou nas pesquisas de campo, me ajudando a digitalizar documentos, fotografias e fazer filmagens. Seu apoio foi muito importante para registrar e arquivar o que pareceu importante (e foi importante para muito mais coisas). A ti, companheira de vida, toda a minha gratidão por estar próxima nessa luta árdua até a conclusão deste estudo.

Ao professor doutor José Carlos Souza Araújo, membro da banca de qualificação e de defesa, agradeço a leitura cuidadosa e as sugestões sempre valorosas.

À professora doutora Sonia Maria dos Santos, membro da banca de qualificação e de defesa, agradeço a leitura atenta, os apontamentos e as sugestões formuladas.

À professora doutora Elizabeth Figueiredo de Sá, membro da banca de qualificação e de defesa, agradeço a generosidade e as contribuições para a pesquisa.

À professora doutora Maria Teresa Santos Cunha, membro da banca de defesa, agradeço a disponibilidade em compor a banca.

A todos eles agradeço a compreensão e paciência quanto ao prazo curto para a leitura.

Ao professor doutor Sauloéber Tarsio de Souza, agradeço a colaboração na banca de qualificação, a leitura minuciosa, cautelosa e as sugestões, especialmente as referências bibliográficas.

Ao professor doutor Armindo Quillici Neto, agradeço a colaboração na banca de qualificação, ou seja, a leitura atenta e as sugestões. Conterrâneo de Ana Rímoli, ele indicou nomes de pessoas que talvez pudessem ajudar na pesquisa. Foi muita gentileza.

À professora doutora Rogéria Moreira Rezende Isobe, agradeço a colaboração na banca de qualificação: a leitura cuidadosa, a análise crítica, as recomendações e as sugestões formuladas.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, agradeço o processo de formação nas disciplinas ofertadas: foram de suma importância na trajetória. Ao professor doutor Carlos Henrique de Carvalho, cujas aulas de Pesquisa em História da Educação foram essenciais em minha trajetória acadêmica como pesquisadora e que me ajudaram a redefinir o objeto de pesquisa. A vocês, ó Mestres, minha gratidão e admiração.

Aos colegas e professores da Faculdade de Educação, em especial aos núcleos de educação especial e libras e ao núcleo de estágio supervisionado e prática educativa, ao qual sou vinculada. A liberação das atividades para cursar o doutorado está fazendo e vai fazer uma diferença enorme na minha carreira. Agradeço especialmente a professora doutora Flaviane Reis, que mediou o contato com a professora doutora Solange Rocha,

sem a qual eu não teria como viabilizar a minha ida ao Instituto Nacional de Educação de Surdos e sem contar que me emprestou fontes do seu acervo pessoal. Foi primordial nessa etapa do levantamento das fontes. Gratidão eterna!

Aos funcionários do programa pós-graduação em educação: James Mendonça e Ali Smidi, sempre atencioso às minhas demandas durante o doutorado.

Agradeço ao pessoal do Instituto Nacional de Educação de Surdos que me recebeu; sobretudo a professora doutora Solange Rocha, curadora do acervo histórico, e a professora mestra Monique Couto, guardiã do acervo histórico. Ambas me guiaram na consulta aos arquivos e dialogaram bastante comigo sobre pesquisa, Ana Rímoli e instituto

À minha querida Gabriela “Gabyzoca”, agradeço a generosidade sem tamanho, o socorro nas horas de angústia, o conselho de amiga verdadeira. Seu incentivo e parceria foram importantíssimos!

Ao Edinan, agradeço a revisão textual e demais serviços para chegar a uma apresentação decente da tese. Foi sempre zeloso, rigoroso e leu com muita atenção meu trabalho. Agradeço muito as dicas para ver nos livros da Ana Rímoli uma fonte histórica valiosa. Sua competência e experiência com leitura de trabalhos da área de educação me deram mais segurança da legibilidade do texto que submeti aos membros da banca.

Ao Rosemarino Honório de Souza, agradeço o aceite e a disponibilidade de ilustrar e pintar a belíssima aquarela da capa desta tese. Seu trabalho é primoroso. Gratidão!

Agradeço aos meus pais, Divino e Maria Aparecida. O amor, o companheirismo, a amizade, a caridade, a dedicação, a abnegação e a compreensão, tudo me deu uma força extra a cada dia do processo da pesquisa e da escrita. A torcida para o meu sucesso me deixa muito orgulhosa de ter pais tão especiais. Foram grandes motivadores da conclusão de mais esta etapa de suma importância para a minha vida pessoal, acadêmica e profissional. A minha gratidão e o meu AMOR eterno.

À minha irmã, Márcia, agradeço o apoio e os incentivos, primordiais ao longo da caminhada. Sou grata a Deus por tê-la como irmã zelosa e amorosa. À minha sobrinha-afilhada Bárbara, presente de Deus concedido à nossa família. “Giginha” te ama infinitamente.

*Dedico...*

*A meus pais, Divino e Maria Aparecida.  
Sempre acreditaram em nós e se abdicaram de  
muita coisa em prol de nossas realizações e  
conquistas pessoais, ou seja, de nossa felicidade  
pessoal. O estímulo, o carinho e a compreensão  
têm sido essenciais desde sempre.*

*À minha irmã, Márcia.  
Sempre com atitudes e gestos de amor  
incondicional, de cuidado e de incentivo.*

*A minha querida Marcy.  
Sempre com atitudes e gestos de afeto, de carinho  
e de incentivo.*

*À filha de Ana Rímoli*

*Ao meu ex-marido e amigo, Kleyver, parceiro leal  
em todos os momentos da minha vida. Dedico esta  
obra e todo o meu caminhar na educação de  
surdos. Indubitavelmente, é o grande instigador e  
responsável pela conclusão desta etapa essencial  
da minha vida pessoal, acadêmica e profissional.*

## RESUMO

DUARTE, Ana Beatriz da Silva. “*Vida fecunda, obra imperecível*”: Ana Rímoli de Faria Dória à frente do Instituto Nacional de Educação de Surdos, 1951–61. Tese (doutorado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, 2022

**E**m 1951, Ana Rímoli de Faria Dória se tornou diretora do Instituto Nacional de Educação de Surdos, na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal. Assumir tal cargo era lidar com um problema que exigia uma diretoria apta a atuar em frentes diversas: administração, pedagogia, docência, formação de professores, escolha de material teórico pedagógico-didático e outros. Ana Rímoli assumiu o cargo sem vivência profissional com educação de pessoas surdas; mas conseguiu estruturar e renovar o currículo, a metodologia e os métodos do instituto. Essa percepção levou ao objeto deste estudo: a formação (intelectual) de Ana Rímoli, sua ação profissional e a materialização de seu trabalho. Tal objeto foi problematizado nos limites destes questionamentos: de que modo Ana Rímoli chegou a uma instituição tida como renovadora da educação de pessoas surdas no Brasil? Como fez ela para ir da condição de técnico em educação à de autora de livros sobre educação para pessoas surdas? Quais foram seus recursos? Como sua formação e atuação profissional prévia repercutiram em sua decisão de assumir a causa do instituto? A tentativa de desdobrar tais indagações se desdobrou no horizonte de compreensão delineado por objetivos de pesquisa: *situar* Ana Rímoli na intelectualidade da educação brasileira; *compreender* a trajetória de vida dela até 1961; *caracterizar* suas ações no instituto; *delinear* círculos sociais e lugares de sociabilidade dela antes de se tornar diretora; *mapear* sua produção intelectual. A pesquisa se caracterizou como documental na área de “história e historiografia da educação” brasileira: linha de investigação a que se filiou a pesquisa no programa pós-graduação. O método de pesquisa se alinhou no biografismo, ou seja, na recomposição documental de trajetórias de vida com intenções históricas de problematização. As fontes de pesquisa incluíram *datiloscritos* (currículo; histórico; documentos pessoais; certidões; declarações, certificados e diplomas; relatório de viagem); *impressos* (diplomas, documentos pessoais, certidões e declarações, certificados; edições de época de livros); *imprensa* (textos de jornais de revistas); *iconografia* (fotografias do foro íntimo e laboral); *fontes orais* (relatos de uma entrevista). O recorte temporal abarca o tempo da entrada de Ana Rímoli no instituto (1951) até sua exoneração (1961). Os resultados da pesquisa sugerem que Ana Rímoli seguiu uma trajetória marcada pela preparação para o exercício profissional e seus desdobramentos. Assim, estudou para ser professora primária, mas se empenhou para ser funcionária de carreira do então Ministério da Educação e da Saúde, cuja criação trouxe oportunidade para que

profissionais da educação se projetassem na hierarquia funcional do governo federal. Os resultados apontam que as ações de Ana Rímoli no instituto nacional tiveram ênfase na formação docente e na publicação de obras sobre o oralismo como teoria pedagógica; ela, também, se associou a intelectuais paulistas alinhados no movimento escola nova e intelectuais que circundaram o ministro da educação Gustavo Capanema nos anos 1940. Tal produção situa Ana Rímoli no campo da intelectualidade da educação brasileira ligada à educação especial; sobretudo às relações entre educação, surdez e escola regular. Portanto, dentre suas contribuições mais notáveis como intelectual agente e pensadora da educação no Brasil, está a de pôr a criança surda na escola regular, ou seja, de desencadear a legislação que faria da inclusão educacional uma política pública central no sistema educacional brasileiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ana Rímoli; Instituto Nacional de Educação de Surdos; administração; formação docente; oralismo.

## ABSTRACT

DUARTE, Ana Beatriz da Silva. *“Fruitful life, timeless work”*: Ana Rímoli de Faria Dória as director of National Institute for Deaf Education, 1951–61. Thesis (doctorate in Education) — Education College at Federal University of Uberlândia, MG, 2022

**I**n 1951, Ana Rímoli became director at the National Institute of Deaf Education in the city of Rio de Janeiro, Brazil. To hold such position was to deal with a problem requiring a board of directors able to act on several fronts: management, pedagogy, teaching, teacher’s training, pedagogical-didactic theoretical material etc. Ana Rímoli held the position without being professionally apt for the educational work with deaf people. Ana Rímoli, however, was able to structure and renew curriculum, methodology and methods. Such understanding about her led to this thesis’ subject matter, which covers her (intellectual) background, her professional action and the materialization of her work. This theme was developed within limits outlined by the following questions: how did Ana Rímoli come to manage an institution marked by the renewal of the education of deaf people in Brazil? How did she leave the condition of being a regular technical employee at the education ministry to become author of books on deaf education? What were the resources she relied on? How did her training and previous professional performance affect her decision to take hold of the institute management? The attempt to unfold these questions is based on aims such as: *to place* Ana Rímoli in the education intellectuality in Brazil; *to describe* facts of her in form of a profile personal and professional profile; *to characterize* actions of her in the institute; *to map* her intellectual output. The research relied upon document evidence with a focus on the history and historiography of Brazilian education. The method to develop it followed steps of the biographism, especially the life trajectories (background); but aimed at historical ends, analysis and interpretations. Research sources were typed sheets (résumé; history; personal documents; certificates; declarations, certificates and diplomas; travel report; diplomas, personal documents, certificates and declarations, certificates; book season editions); press (newspaper and magazines); iconography (family and work photographs); oral sources (accounts from one interview). The research time covers from the entering of Ana Rímoli in the institute (1951) as director to her exit in 1961. Research results suggest her background as an elementary teacher determined to work to the Ministry of Education and who saw a challenging opportunity to reach higher in the functional hierarchy; her actions at the institute had an emphasis on teacher’s education and on the publication of books on oralism as a pedagogical approach to educate deaf people. This production situates Ana Rímoli in the field of the education intellectuality in Brazilian and links her to special education: to the relations between education, deafness and regular school. She was among São Paulo intellectuals

aligned in the progressive school movement and intellectuals who surrounded education minister Gustavo Capanema in the 1940s. Therefore, putting deaf children in the regular school was one of the most notable of Ana Rimoli's contributions as an education intellectual agent and thinker since she led to the laying of legal bases of what has become the policy for educational inclusion in Brazil.

**Keywords:** Ana Rímoli. Instituto Nacional de Educação de Surdos. Administration. Teacher's training. Oralism.

# SUMÁRIO

REMEMORAR É AGRADECER	15
INTRODUÇÃO	29
1 ANTES DE ANA RÍMOLI: PANORAMA DO INSTITUTO NACIONAL DE SURDOS MUDOS	46
1.1 Uma escola afrancesada	48
1.1.1 A primeira escola para pessoas surdas	50
1.1.2 A direção da escola: de Huet a Antonio Carlos de Mello Barreto	54
1.2 Antonio Carlos de Mello Barreto: a direção do engenheiro e professor	61
1.2.1 Cearense radicado no Rio de Janeiro	62
1.2.2 O profissional itinerante e a direção de escolas técnicas	64
1.2.3 A direção efêmera e turbulenta	68
1.2.4 A comissão de inquérito	78
1.3 A diretora e os desafios	78
2 DO GRUPO ESCOLAR AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO: UMA DÉCADA DE (FORM)AÇÃO	80
2.1 A pessoa de Ana Rímoli: sistematizações prévias	82
2.2 De Mococa a Mooca: a ação docente e a formação teórico-pedagógica	89
2.2.1 Iniciação à docência: professora em grupo escolar e escola particular	96
2.3 A presença do Ministério da Educação e Saúde na São Paulo dos anos 1930	104
2.3.1 O Ministério da Educação e Saúde na imprensa: fatos, elogios, críticas e ironias	104
2.3.2 Pessoal e espaço: antecedentes do concurso para técnico em educação	108
2.3.3 Oportunidade à vista: concursos do Ministério da Educação e Saúde	109
2.4 Primeiros passos da intelectual: microclimas e redes de sociabilidade	113
3 DE TÉCNICA A DIRETORA: EVOLUÇÃO PROFISSIONAL NO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	117
3.1 Ser técnico de educação no Ministério da Educação e Saúde	118
3.1.1 Ana Rímoli como técnico de educação	119
3.1.2 Entre viagens e cursos: a dinâmica profissional do cargo de técnico de educação	120
3.1.3 Entre casamento, morte e nascimento	125
3.2 Retorno e ascensão: do ministério ao instituto de surdos, passando pelo instituto de pesquisa educacional	134

3.2.1	De técnico em educação a diretora do Instituto Nacional de Surdos Mudos	135
3.3	Traços da intelectual da educação	137
4	ENTRE A ASCENSÃO DA FORMADORA E A QUEDA DA ADMINISTRADORA	142
4.1	A atitude gerencial: reorganização funcional, reorientação pedagógica	144
4.2	Tarso Coimbra: ascensão do militar professor de educação física	148
4.2.1	A formação militaresca	149
4.2.2	De tenente reservista a professor de educação física	151
4.3	A ascensão da formadora: preparação de professores como medida primária	161
4.3.1	Formação docente: da escassez de professores preparados à sua preparação em massa	165
4.4	Entre exposição e exoneração: a queda da administradora	174
4.5	A negligência na imprensa: indícios de um caminho para a queda	185
4.5.1	Sem lugar para trabalhar e trabalhar sem receber	186
5	A INTELLECTUAL DA EDUCAÇÃO: DA OBRA FORMADORA À OBRA DE FORMAÇÃO	213
5.1	Leitura como exercício de formação	216
5.2	Tradução como exercício de formação	222
5.3	A escrita formadora: a autora convicta de suas ideias	226
5.3.1	Ideias em fragmento: os artigos e sua publicação	226
5.3.2	Estreia a escritora: um compêndio de educação	229
5.3.3	A consolidação da autora: um manual de didática da fala	237
5.3.4	Recepção à obra e difusão das ideias	243
5.4	Tradutora, escritora e editora de si: a mediação da formação intelectual	248
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	252
	REFERÊNCIAS	256

## REMEMORAR É AGRADECER

*Sou feita de retalhos./ Pedacinhos coloridos de cada vida que passa pela minha e que vou costurando na alma./ Nem sempre bonitos, nem sempre felizes, mas me acrescentam e me fazem ser quem eu sou./ Em cada encontro, em cada contato, vou ficando maior.../ Em cada retalho, uma vida, uma lição, um carinho, uma saudade.../ Que me tornam mais pessoa, mais humana, mais completa./ E penso que é assim mesmo que a vida se faz: de pedaços de outras gentes que vão se tornando parte da gente também./ E a melhor parte é que nunca estaremos prontos, finalizados.../ Haverá sempre um retalho novo para adicionar a alma./ Portanto, obrigada a cada um de vocês, que fazem parte da minha vida e que me permitem engrandecer minha história com os retalhos deixados em mim. Que eu também possa deixar pedacinhos de mim pelos caminhos e que eles possam ser parte das suas histórias. / E que assim, de retalho em retalho, possamos nos tornar, um dia, um imenso bordado de "nós".<sup>1</sup>*

— CRIS PIZZIMENTI

Quando olho para minha trajetória de vida e vejo aonde cheguei, sinto um orgulho imenso da minha história e origem: classe baixa, simplicidade do campo/cidade, hombridade e temor a Deus. Mesmo tendo nascido no século passado — fim da década de 60 —, meu nome é contemporâneo, é lindo e o adoro. Sou a Ana “cheia de graça”; sou a Beatriz “que abençoa e que faz os outros felizes”; sou a Bhya com “h e y” (não sou do time das “Bias”, pois sempre quis ser diferente e não comum como a maioria).

Sou a segunda filha, nascida quando mamãe tinha 18 anos de idade e o papai, 23. Quando casaram, eram ainda bem mais jovens: ela com 15, ele com 20. A idade não era sinônima de imaturidade. A responsabilidade e a vida laboral deles se iniciaram em tenra idade, para ajudar no sustento da casa, pois eram os filhos mais velhos de família numerosa e tinham de ajudar a cuidar dos irmãos mais novos. Por isso, o trabalho era prioridade e a escola, secundária. Eram tempos de pobreza. Calçaram sapatos pela primeira vez na pré-adolescência; as roupas eram feitas com o tecido de saco de linha branca e tingidas pelas mães para toda a irmandade. A fome era uma constância; o trabalho era árduo e sem perspectivas de garantir uma vida melhor. O sonho de estudar ficava cada dia mais distante.

---

<sup>1</sup> O texto foi publicado na conta do Facebook “Uma pitada de encanto — by Cris Pizzimenti”, em 10 de junho de 2013. A autoria do texto tem sido erroneamente atribuída a Cora Coralina.

Minha mãe cursou a primeira e segunda série do Ensino Primário em classes multisseriadas. Não prosseguiu nos estudos, pois a irmãzinha adoeceu e ela teve que cuidar de irmãos menores, enquanto a mãe foi para cidade cuidar da saúde da filha, que não resistiu. Tinha só 8 anos de idade. Meu pai nunca frequentou escola. No meio rural, enfrentou todo tipo de trabalho braçal: preparação da terra, plantio e colheita; tiração de leite, aparte do gado e outras atividades; capina, preparação da lenha, cuidar/tratar dos animais, além de tantas outras atividades. Todo o serviço doméstico na casa do fazendeiro (patrão) era da mamãe.

Apesar das adversidades, meus pais decidiram abandonar o campo e tentar a vida na cidade, em Uberlândia, MG, com o objetivo de formarem as filhas para terem um futuro melhor. Minha mãe, que trabalhava de empregada doméstica nas fazendas onde morou quando solteira e casada, desejava — e acreditava — numa vida diferente para as filhas. Na cidade, ela conseguiu ser admitida como cantineira via contrato com a Secretaria Municipal de Educação. Era na Escola Municipal Afrânio Rodrigues da Cunha. Após oito anos trabalhando de carteira assinada, surgiu a oportunidade de ser concursada. Mas havia o medo de não ser aprovada, por causa da escolaridade. A comissão do concurso elaborou uma prova com uso de imagens para o cargo de merendeira escolar, pois se tinha ciência do nível de escolaridade. Mamãe foi aprovada e trabalhou por trinta anos na mesma escola; ainda, fez prova interna de enquadramento para o nível de Ensino Fundamental Completo. Uma das suas maiores conquistas é ter sido Funcionária Pública Municipal Efetiva, com toda razão e mérito.

Já o papai continuou a trabalhar nas fazendas. Acordava às 4h e ia de bicicleta — uma Monark azul pesada. Todo dia, pedalava uns cem quilômetros indo e voltando. Chegava em casa por volta das 22h, sujo, exaurido. Tenho lembrança bem viva desse tempo de “peleja”, de luta e sofrimento, para que não faltasse o alimento em casa. Como não bastava o peso da bicicleta, ainda trazia na garupa uma caixa com alimentos (verduras). Já no limite de seu esgotamento físico, resolveu tentar um emprego na cidade. Foram numerosas as atividades: cobrador de ônibus, operador de máquina industrial, porteiro, motorista, barbeiro; por fim, aposentou-se no cargo de vigilante noturno.

*A vida não foi fácil para eles. Nem por isso deixaram de acreditar em dias melhores. Hoje se sentem realizados e com o dever quase cumprido. Quando contam suas histórias de resiliência, nos sentimos orgulhosas de nossos PAIS. Que honra sermos suas filhas. Que orgulho dos exemplos que tivemos.*

Fui uma criança tímida, quieta — “de poucas palavras”; mas curiosa, observadora e atenta a tudo ao meu redor. O desejo de aprender a ler era perceptível pelos meus pais e uma necessidade. Então o papai resolveu pagar aulas particulares para

mim com a filha do fazendeiro: a Tia Edna — ela e a irmã, Ednamar. Eram normalistas. iam à noite para escola (acho que era na Escola Estadual José Ignácio de Souza ou na Escola Estadual de Uberlândia). Lembro-me bem de o senhor Orlando Peixoto, o pai, levá-las para escola vestidas com um uniforme lindo (saia preta pregueada e blusa branca). Tudo me encantava, prendia minha atenção; até os belos sapatos pretos com meias brancas. No ano de 1975, eu tinha 5 anos de idade e fui ter aula na salinha improvisada no paiol da fazenda, de frente à escadaria da cozinha. Ali dormiam cachorros ferozes que viviam presos a uma corrente. Era minúscula a lousa; havia uma mesa com quatro lugares.

Enquanto eu — filha do funcionário — era alfabetizada pela “tia” Edna *no paiol*, a sobrinha delas estava com a própria “tia” Ednamar, *na casa grande*. Para a surpresa delas, eu aprendi a ler primeiramente, e isso foi motivo de orgulho/felicidade para os meus pais e até para mim. Não tinha idade para ser matriculada na escola regular, e no ano seguinte meus pais me matricularam aos seis anos na primeira série do Ensino Primário, na Escola Municipal do Marimbondo, meio rural, em classes multisseriadas. Infelizmente não pude permanecer, a professora chamou os meus pais e pediram para que deixassem para o próximo ano, em virtude da faixa etária. Também por ser a mais nova e ter os meus tios maternos como colegas de sala. Isso atrapalhava e gerava indisciplina. Eu queria ficar com eles, e isso tumultuou a classe.

Em 1977, já com 7 anos de idade, eu estava matriculada na primeira série, e minha professora era dona Alice, com quem tenho contato até hoje. Ela me marcou profundamente — minha grande Mestra! Em 1978, cursando segunda série, a minha professora era dona Sirlei, de quem guardo boas lembranças, inclusive da minha primeira festa de quadrilha, organizada por ela e pela professora dona Maria Sima. Tenho registrado em fotos... Bons tempos!

Em 1979, os meus pais queriam ir para a cidade, e minha irmã tinha sofrido uma queda na represa, o que gerou traumas/pânico. Ela se afastou da escola. Daí meus pais me levaram para a cidade, e morei na casa da minha avó paterna — vovó Maria. Estudei na Escola Estadual Maria Conceição Barbosa, no bairro Saraiva. Houve aspectos positivos e negativos. Sempre às sextas-feiras meu pai me buscava, passava os fins de semana na fazenda; aos domingos à tarde, me levava de volta. Esse distanciamento de casa me fez chorar muito, sofria no meu silêncio, com saudade deles e da LIBERDADE que eu tinha na roça. Nessa época, minha tia Dirce frequentava a biblioteca da Engenharia (hoje Universidade Federal de Uberlândia) para fazer pesquisa, e eu a acompanhava. A primeira vez que vi, fiquei enlouquecida com a quantidade de livros. Era tudo encantador: o local, o ambiente, os livros, os funcionários e o como fazer pesquisa.

Os meus pais se decidiram a permanecer na fazenda, mas optaram por me deixar concluir o ano da escola urbana. Em 1980, retornei para a minha amada escola rural do Marimbondo, para cursar a quarta série com a professora Edirce Gonçalves, que era casada com Tadeu e tinha um filho por nome de Robson. Moravam na escola. Concluí com êxito o ensino primário.

Veio a continuação: o ginásio. E agora? Mudaríamos para a cidade ou não? Papai estava com lavoura de batata-doce e cará, não podia deixar a colheita. Daí, de novo, tive de morar com a minha avó paterna — vovó Maria. Foi um reavivar da dor de 1979; mas eu não podia “perder o ano”, porque na fazenda não era ofertado o ensino ginásial. Reingressei na Escola Estadual Maria Conceição Barbosa, em 1981, para cursar a quinta série. As pesquisas escolares agora eram mais solicitadas, as idas à biblioteca da Engenharia e à Biblioteca Municipal eram frequentes. Isso me instigava a querer aprofundar o conhecimento; os olhos brilhavam ante tantos livros.

Nessa época, na fazenda, os meus pais hospedaram a professora Ilma Rezende, e o senhor Orlando Peixoto hospedou a professora Nereide durante o ano letivo, já que a prefeitura não dispunha de transporte para levar e buscar as professoras. Aos fins de semana, nos encontrávamos, e ela às vezes me ajudava nas tarefas mais complexas. A minha irmã era sua aluna, na terceira série. Minha irmã e eu fomos aprovadas para as séries subsequentes. E agora? O que fazer? Que decisão tomar?

Em 1979, meu pai havia comprado dois terrenos no bairro Jardim Brasília, em Uberlândia. A intenção era ter um para mim e outro para minha irmã. Mas a vida o obrigou a se desfazer de um para iniciar a construção da casa onde moramos até hoje, com a colheita de batatas-doces e carás. Construiu a sonhada casa, de setenta metros, com laje no teto, dois quartos e sala de tacos, banheiro azulejado, cozinha e lavanderia de cerâmica. Era um luxo!

Em 15 de janeiro de 1982, meus pais abdicaram de seus sonhos e realizações, para que eu e minha irmã pudéssemos dar continuidade aos estudos. Não foi uma decisão fácil! O papai estava prosperando com o plantio/colheita de batata-doce e cará, financeiramente estava “tranquilo”. Tínhamos fartura, um fusca amarelo, e toda minha família materna próxima. A mamãe sofreu muito em deixar pais, irmãos e outros familiares; mas ela pensou em mim e na Márcia. O sonho dela era estudar e ser professora de Matemática! Na época, em que as filhas do fazendeiro — senhor Orlando se formaram professoras —, os empregados tiveram aula no ensino noturno sem vínculo institucional para aprenderem a ler, assinarem o nome e as quatro operações da matemática. O papai foi um dos alunos, e em seis meses conseguiu concluir. Daí nunca mais voltou a frequentar uma classe. Tinha sonho em ser mecânico, pois montava e desmontava os motores de tratores que trabalhava.

Minha irmã foi cursar a quarta série, na Escola Municipal Afrânio Rodrigues da Cunha, cuja diretora, dona Maria Sima, havia sido sua ex-professora na Escola Municipal do Marimbondo. Foi quando a mamãe pediu a ela uma oportunidade de emprego. O surgimento da vaga veio no ano seguinte, com outra diretora, professora Maria Claro. A admissão foi em 8 de setembro de 1983; ela ficou até 13 de novembro de 2013.

Em 1982, para conseguir uma vaga na sexta série na Escola Estadual Guiomar de Freitas Costa/Polivalente, submeti-me ao exame de admissão. Fui aprovada. A escola era rígida; os professores eram bem autoritários. Júlio, na matemática, Abadia na língua portuguesa, na sétima série, me marcaram profundamente, deixaram traumas como a insegurança na escrita e na fala. Fui criada num lar semialfabetizado, familiares analfabetos ou com baixa escolaridade, com linguagem coloquial e típica da roça. A professora solicitou uma composição — uma redação —, e eu a fiz. Ela sempre vistava os cadernos e fazia uma leitura dinâmica das tarefas. Quando leu meu texto, pegou meu caderno bruscamente e jogou fortemente em cima da carteira, gritando que o meu português era *paupérrimo*. Eu fiquei tão envergonhada e ganhei um apelido dos colegas de “pimentão”, que me acompanhou até o terceiro ano do segundo grau pelos ex-colegas. Isso se reflete até hoje! Quando vou escrever, vem a memória da professora Abadia de cabelos grisalhos, sisuda e que só usava saias, gritando: seu português é *paupérrimo* (e eu nem sabia o que significava). Meus colegas me zombaram... hoje seria *bullying*!

No ano de 1983 me reprovei na sétima série, pois me apaixonei platonicamente pelo cantor Michael Jackson e não focava nos estudos. Não passei em Matemática, com o professor Júlio. Levei uma surra da minha mãe, por conta da minha irresponsabilidade. Em 1984, repetindo a sétima série, surgiram o grupo vocal Menudos, que me fizeram ficar com quatro notas vermelhas no primeiro bimestre. Minha mãe foi chamada e até passou mal na escola. Não esperava esse tipo de comportamento, pois eu era muito responsável, tirava excelentes notas e era boa aluna. Tivemos uma conversa dura. Nunca mais voltei a repetir.

No ano de 1985, saí do Polivalente e fui estudar, à noite, na Escola Estadual Antônio Thomaz Ferreira de Rezende, recém-inaugurada. Fui da primeira turma da oitava série. No ano seguinte, voltei para o Polivalente e cursei o segundo grau à noite (1986–8), pois já trabalhava. Nesses três anos de ensino, tive um grande professor de Física/Química: Nelsir Humberto, que me fez apaixonar por física, química e físico-química... Inesquecível professor, dono de uma didática maravilhosa.

O sonho de fazer medicina ficou muito distante da minha realidade socioeconômica. O trabalho era prioridade. Não tinha interesse em fazer nenhum outro

curso superior, pois a paixão era a medicina: o cheiro do hospital, o sangue, a beleza do corpo humano, seu funcionamento.... Até hoje me encantam. Estava insatisfeita no meu trabalho, como auxiliar de escritório na antiga e extinta Casa das Linhas. Em conversa com a mamãe, ela comentou com a nova diretora, professora Sônia Santos. Foi quando surgiu a oportunidade de fazer um teste de datilografia para uma vaga de secretária na Escola Municipal Afrânio Rodrigues da Cunha. Como trabalhava, tive de ir fazer o teste à noite. Lembro-me perfeitamente do conjuntinho preto de saia e blusa marcando a cintura no auge dos meus 19 anos. Fui para a entrevista e o teste de datilografia, o coração batia na boca, a carne estava trêmula, as mãos estavam geladas. Acredito que tenha sido numa terça-feira; na quinta, a resposta da contratação, já com o encaminhamento de procurar o “Zezinho” nos recursos humanos da prefeitura. No dia 6 de maio de 1989, saí da Casa das Linhas e ingressei no serviço público municipal no dia 8. Fiquei até março de 2010, a princípio como celetista, depois como concursada. Na escola Afrânio Rodrigues da Cunha, atuei na secretaria até julho de 1991. Em agosto, fui convidada pela diretora Sônia Santos a secretariá-la no espaço alugado para o funcionamento do Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz; que até então já havia iniciado encontros de formação de professores/diretores na própria escola Rodrigues da Cunha, mas demandava um espaço para atividades administrativas e pedagógicas. A escola tinha sua função e o centro de estudos.

Dentre formações, seminários, simpósios, encontros e congressos numerosos, eu atuava nos bastidores e até na realização do evento. Foi num desses eventos — Simpósio Regional de Deficientes Auditivos, realizado de 21 a 24 de setembro de 1993 — que me projetei profissionalmente. Veio o encantamento pela língua de sinais, pela comunidade surda e, especificamente, por um surdo — Kleyver.

Na pré-adolescência, eu tive uma coleção de alfabetos manuais da língua de sinais de todas as cores, que a mamãe sempre comprava para mim, quando encontrávamos vendedores surdos e achava que bastava saber o alfabeto para se comunicar. Mas esse evento me mostrou que não era bem assim! O evento contava com duas intérpretes de língua de sinais, palestrantes/pesquisadores e a professora doutora Eulália Fernandes da área de linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro e autora do primeiro livro na área dos estudos surdos que comprei: *Problemas linguísticos e cognitivos do surdo*, adquirido após o evento. Li e não entendia nada, pois não tinha maturidade intelectual para tal compreensão. Recorri à supervisora pedagógica Kátia Regina Ferreira, para que me auxiliasse na leitura e discussão. Comecei a conviver com a comunidade surda, fui mergulhando nesse universo sinalizado, rico em expressão visual e corporal, para alguns silenciosos e para outros barulhentos, porém apaixonante.

Em 1994 no retorno das férias e início do ano letivo, tínhamos as reuniões pedagógico-administrativas e havia um funcionário surdo, Ahygo Azevedo de Oliveira, que estava atuando na formação de professores e alunos surdos nas escolas municipais. Quando a minha chefe, Mirlene Ferreira, me viu conversando com o Ahygo, pediu para que eu interpretasse a reunião e disse que não tinha competência para tal função. Ela me disse: “Interprete o que conseguir!”. Eu tremia tanto, e o Ahygo, tão generoso, me auxiliava na correção dos sinais. Eu não era proficiente nem tinha fluência gestual. Após o término da reunião, minha chefe me chamou e me disse que a partir daquele dia eu iria acompanhar o Ahygo nas escolas e ficar em disfunção no cargo até a realização do concurso para intérprete de libras. Eu já era concursada no cargo de oficial administrativo. Fui a primeira intérprete de libras e o Ahygo, o primeiro surdo a ser instrutor de libras, também em disfunção. Ele era concursado no cargo de auxiliar de serviços gerais. Fiz o concurso em 1º de maio de 1994 e me efetivei oficialmente em 6 de junho de 1994, na qualidade de intérprete de libras. Passei em primeiro lugar e fiquei até 10 de março de 2010.

No ano de 2005, eu me matriculei no curso de pós-graduação na Universidade Federal de Uberlândia em Educação Especial. Nessa época, as especializações eram pagas e, novamente, contei com apoio financeiro dos meus pais, que me ajudou a concluir o curso. Com a monografia de conclusão da pós-graduação, me inscrevi no mestrado em Educação, no fim de 2006, e consegui ser aprovada. O exame constava de quatro etapas: prova escrita; projeto de pesquisa; entrevista do projeto e currículo. Quando fui para a entrevista do projeto de pesquisa, cuja proposta era investigar a história da alfabetização de surdos em Uberlândia — eu queria dar “voz” e “ouvir” esses sujeitos e seus protagonismos —, fui questionada sobre a história oral para surdos. Disseram-me que a história gestual não pode ser considerada oralidade para os surdos, uma vez que a gestualidade não era língua. Pensei: “Como não?!”. Afinal, já havia reconhecimento oficial nacional da *língua de sinais*. Contra-arguntei. Pontuei aspectos linguísticos, dando nome aos bois. Fui aprovada.

A professora doutora Sônia Santos aceitou o desafio de me orientar. Não tinha leituras na área, mas se empenhou: comprou vários livros sobre educação de pessoas surdas. (Escrevendo agora este memorial, não tem como não antecipar: reconheci esse mesmo gesto em Ana Rímoli.) Em várias reuniões e conversas sobre surdez e suas especificidades, vimos que precisávamos de respaldo científico; não bastava conhecimento empírico. Mudamos o norte da pesquisa. Deixamos a ideia das narrativas. Foi frustrante, dada a falta de fundamentação teórica que sustentasse a história “oral”.

Frustrações à parte, havia uma pesquisa a ser feita... A dissertação resultante foi defendida em agosto de 2009, versando sobre a releitura histórica da educação de surdos no Brasil. Mal defendi, numa sexta-feira (19/8), e já estava empolgada para dar sequência à pós-graduação. No sábado, fiz a prova de proficiência em inglês, pois era exigência para concorrer à vaga no doutorado. Fui reprovada. Não continuei o processo.

Ao mesmo tempo, no dia 22 terminava o prazo para inscrição no concurso público para a vaga de professor de Libras na Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, em Ituiutaba. A titulação mínima era mestrado. Após insistências de pessoas queridas e da minha mãe, que me deu de presente o pagamento da taxa, acabei me inscrevendo... No dia 5 de novembro, tive uma ligação da minha mãe... eu havia sido aprovada, e em primeiro lugar. Não contive a emoção e as lágrimas banhavam o meu rosto, passava um filme na minha cabeça. Quanta gratidão a Deus!

Iniciei-me no novo trabalho em 12 de março de 2010. Fui acolhida *maternalmente* pela coordenadora do curso de Pedagogia, então a professora doutora Betânia Laterza, sempre tão atenciosa, prestativa, amorosa e generosa — *com todos*. Tive dificuldades em manter vínculo com a instituição/comunidade acadêmica e a cidade, pois morava em Uberlândia. Tenho muita gratidão aos professores do curso de Pedagogia e às demais licenciaturas, aos ex-coordenadores de cursos, ao ex-diretor professor doutor Armindo. Tive reencontros com o meu ex-professor de graduação, doutor Mauro Machado, agora colega de trabalho. Em 2014, surgiu concurso para a Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia; duas vagas para professor de Libras. Fiquei com a primeira. Em março de 2015, passei a trabalhar no campus Santa Mônica.

De 2015 a 2017, cogitei o doutorado em São Carlos, SP, na linha de “pesquisa em educação especial”, após o contato com os professores doutores: Cristina Lacerda, que participou da banca examinadora do concurso na Faculdade de Educação; e Felipe Venâncio, da Linguística da Universidade de São Paulo e que estava na minha banca examinadora do primeiro concurso. Acabei postergando. O desejo era continuar na história da educação de pessoas surdas. Resolvi me inscrever no processo, com um projeto de pesquisa sobre a investigação da história da alfabetização de surdos no Triângulo Mineiro; a intenção era pesquisar três instituições: Associação Filantrópica de Assistência ao Deficiente Auditivo, em Uberlândia; a Escola para Surdos Dulce de Oliveira, em Uberaba; e o Centro Educacional Ludovico Pavoni para Surdos, em Patos de Minas. Fui aprovada e agraciada com a orientação da professora doutora Betânia Laterza de Oliveira Ribeiro, que me ligou felicitando pela aprovação e já empolgada para conversarmos sobre a pesquisa.

O que já era bom ficou ainda melhor. Consegui ver mais de perto muito mais da seriedade e do comprometimento profissional, também da competência e do rigor científico; é claro, da doçura e generosidade. Várias conversas tivemos, no início de 2018; várias ligações telefônicas; alguns encontros na sala Faculdade de Educação. Tudo para redefinir o objeto de pesquisa.

Cumpri os créditos obrigatórios, que foram importantes. Na disciplina Pesquisa em Educação, ministrada com maestria pelo professor doutor Carlos Henrique de Carvalho, o plano da disciplina foi apresentado com a avaliação final: um artigo e uma análise de tese, apoiada num roteiro rigoroso. A tese deveria ser na área investigada e fazer um levantamento de estudos na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Dentre muitas teses, me deparei com os estudos das professoras do Instituto Nacional de Educação de Surdos, no Rio de Janeiro, Solange Rocha e Geise de Freitas. Suas pesquisas traziam em seu bojo a figura da primeira mulher a dirigir o instituto: Ana Rímoli, que promoveu cursos, publicou livros e alterou o nome da instituição em nome de uma mudança de terminologia para mudar a concepção. Ela defendia que surdos não eram mudos, ou seja, que a pessoa surda não falar era consequência do seu não ouvir. A produção do som da fala não cessa nela; apenas não se articula em linguagem verbal. Ana Rímoli havia atuado com muitas outras atividades no período 1951–61.

Expus esses dados à professora Betânia, e de pronto ela acolheu o novo objeto de pesquisa. Daí nos encontramos na Faculdade de Educação e tivemos a primeira orientação (as anotações feitas pela professora Betânia em meu caderno são guardadas com zelo científico; são históricas). A professora Betânia fez um levantamento de outras teses, artigos e buscou informações sobre Ana Rímoli; enquanto eu enviei numerosos arquivos sobre o meu levantamento inicial para história da educação de surdos, instituto e direções. Nesse encontro foi proposto um título-guia: “Escola nova e a linguagem dos surdos por Ana Rímoli”, por conta do recorte temporal.

A primeira tarefa pós-orientação foi fazer um levantamento sobre quem foi Ana Rímoli e sua rede de relações, com buscas nas mídias sociais, contato com professoras Geise Freitas e Solange Rocha no Rio, solicitando dados e caminhos de investigação; ligações no Ministério da Educação... Era preciso esboçar nem que fosse mentalmente um perfil biográfico de Ana Rímoli. Isso foi instigante: trouxe à tona — modéstia à parte — minha *veia Sherlock Holmes*.

Recorri a Flaviane Reis, professora de Libras na Faculdade de Educação, que tem uma rede de sociabilidade respeitável e notável no âmbito acadêmico nacional e internacional. É uma “voz” militante autorizada no cenário nacional. Com gentileza, presteza e interesse, ela mediou e viabilizou o contato com a professora Solange Rocha,

no instituto de educação de Surdos. Autorizou o repasse de e-mail e seu número telefônico.

O primeiro contato foi em 4 de outubro de 2018, por mensagem telefônica on-line. Ela se demonstrou receptiva. Agendamos a visita para novembro, após o feriado de 15. Minha orientadora — professora Betânia — ligou para a professora Solange, ratificando a necessidade de minha ida ao instituto e a importância da permissão do acesso a documentos do recorte temporal da gestão de Ana Rímoli. Ela e eu fizemos uma “carta de apresentação e de vinculação” ao programa de pós-graduação da Faculdade de Educação para apresentar. Era um sonho conhecer o Instituto Nacional de Educação de Surdos no bairro conhecido como Laranjeiras. Criado em 1855, por um francês surdo — Huet — com o apoio de dom Pedro II, foi considerada a Casa dos Surdos Brasileiros.

A visita foi agendada para as 15h do dia 22 de novembro de 2018, no acervo histórico, do qual Solange Rocha é curadora. Conversamos sobre objeto de pesquisa e Ana Rímoli; ela me apresentou documentos de época (fotografias dos cursos de formação de professores), livros e outros... Mas a conversa foi breve. Na sexta-feira, eu voltaria para dar continuidade, mas ela me informou que o acervo era fechado ao público na sexta-feira. Sugeri que eu voltasse ao Rio e ficasse, pelo menos, duas semanas para ter acesso às fontes. No final de 2018, eu tentava estabelecer comunicação on-line com ela para sanar dúvidas sobre meu objeto. Fiquei sem respostas objetivas em algumas; mas em dezembro de 2018 ela me enviou dois documentos digitalizados afins à Campanha de Educação do Surdo Brasileiro.

No dia 2 de março de 2019, um sábado chuvoso e de carnaval, fui a Ituiutaba para ter orientação com a professora Betânia (fomos eu e a Marcy). Calorosamente e com muita elegância, além de uma belíssima mesa posta de café da manhã, ela nos recebeu. Tudo impecável! Trabalhamos na sistematização de um plano de pesquisa e tese tendo em vista as fontes levantadas.

A mesa foi posta de novo, agora para o almoço: comida saborosíssima da Rosângela, servida numa louça que valorizava ainda mais o tempero dela de tão bonita que é. O cardápio foi pré-definido, e teve uma sobremesa divina. Após o almoço, pudemos fazer a sesta num quarto muito aconchegante.

Retomamos a conversa. A professora Betânia me apresentou um plano da tese de estudo e pesquisa, intitulada a priori “A rede de sociabilidade de Ana Rímoli de Faria Dória e as perspectivas para a educação de surdos no Brasil nos 50”. Antes de irmos embora, nos despedimos com um delicioso café da tarde.

Receber bem as pessoas é uma arte; e ser elegante na recepção é uma habilidade. Inspiro-me na elegância e doçura da professora Betânia.

No dia 12 de março de 2019, a professora Betânia e eu contatamos Solange Rocha por e-mail, para confirmarmos minha ida a Rio de Janeiro no período 8–18 de abril de 2019, para dar início à nova rodada de pesquisa nas fontes do acervo. Ficou tudo acordado. Professora Solange ainda me convidou para assistir a suas aulas na graduação às terças-feiras à noite e quintas-feiras de manhã. Ficamos felizes e honradas com a disponibilidade. Cheguei à capital na segunda-feira, no início da tarde. Fui direto para o hotel no Largo do Machado, bem próximo ao Instituto Nacional de Educação de Surdos. Dá para ir a pé.

Estava tudo acertado: no dia seguinte, eu iria pela manhã e ficaria até a noite para a aula na graduação. No final da segunda-feira à tarde, o tempo foi fechando... Um temporal devastou a cidade. *Todas* as atividades escolares na cidade foram suspensas. A professora Solange entrou em contato comigo na terça-feira, pela manhã, informando que iria me encontrar no instituto. Amanheceu chovendo. Fui de táxi (Uber). O porteiro não quis permitir minha entrada. Então, tive de lhe dizer que Solange Rocha me aguardava... Lá dentro, enfim, tive acesso a materiais para digitalizar. Estava eu no INSTITUTO que quis tanto conhecer. No turno da manhã consegui documentar bastantes fontes; mas ela disse que não voltaria à tarde. Emprestou-me um livro dela e um artigo para ler; à noite me informou que a guardiã me aguardaria no acervo, Monique Couto.

Fiz cópia de todo o material disponibilizado, assisti às entrevistas realizadas pela professora Solange para sua dissertação de mestrado, com as professoras Léa Carneiro e Regina Rondon, da década de 1940–50. Eu, insistentemente, quis assistir à professora Álpia Couto, mas me disseram que não seria possível localizar a entrevista. Solicitei todo o acervo fotográfico, recortes de jornais, documentos, livros, atas e dentre outros que compuseram a gestão da Ana Rímoli; só alguns me foram permitidos. Foram negadas ficha funcional e atas. Sobre outros documentos tive a informação de inexistência ou perda. Fiquei um pouco frustrada! Mas consegui levantar muitas fontes.

Em 5 de junho de 2019, recebi e-mail de Monique Couto, guardiã do acervo, com a lista dos livros do acervo pessoal da Ana Rímoli doados ao Instituto Nacional de Educação de Surdos pela filha dela. Essa informação foi valiosíssima, pois pude ir atrás da filha. Achei-a na mídia social Instagram. Deixei mensagem direta para ela, mas não obtive resposta. Vi que ela é instrutora de biodança e fui pesquisando. Entrei num website e vi a sua participação como conferencista no evento. Fiz contato com duas pessoas, perguntando se a conheciam e relatei o motivo de minha busca. Deixei contatos.

Surpresa boa, a filha de Ana Rímoli me mandou mensagem on-line, em 1º de julho de 2019, à noite. Apresentei meu plano de estudo e pesquisa. Ela ficou interessadíssima e se colocou à disposição para contribuir. Ela me falou de fotos, livros, documentos e relatórios de viagens que estavam com ela. Era necessário ir ao sul da Bahia para encontrá-la e conversarmos pessoalmente. Precisei me organizar financeiramente antes. Agendei a ida para o período 4–7 de novembro de 2019. Ela indicou uma pousada e trajetos de voo. Eu estava ansiosa para conhecê-la. Chegamos à pousada por volta de 12h; mas ela só pode me encontrar às 17h30. Enfim, pude ter acesso às fontes: material para ser digitalizado/fotografado. Ela voltaria no dia 6, às 17h30, para ser entrevistada e conhecer mais da mãe dela. Tivemos uma conversa riquíssima com informações preciosas e fontes exclusivas; ela ainda me presenteou com a publicação original do Hino ao Surdo Brasileiro, com direito à dedicatória e uma palhinha do hino cantado.

Desde então, ela tem sido muito gentil e muito generosa, sempre com muita confiança em mim. Entre 2020 e o presente, conversamos sobre fontes e memórias. Sem ela, seria impossível fazer o estudo a que se filia este memorial. Juntando peças, partes, pedaços de uma miríade de registros da vida de Ana Rímoli, eu pude compor uma compreensão de quem foi Ana Rímoli historicamente: uma professora atenta às oportunidades quando eram escassas e afeitas à vida intelectual, uma diretora audaciosa e segura de si, de sua capacidade de articular estratégias e soluções; uma mãe ocupada com os afazeres, mas capaz de integrar a filha ao seu universo; uma esposa dedicada quando o marido mais precisou, conforme a promessa esposada: “... na alegria e na doença...”.

*A costureira de um sonho, 2022*



Fotógrafo: Fernando Manso

Embora seja meu nome que aparece com destaque neste trabalho, de modo algum ignoro que o resultado foi consequência de muito diálogo e, sobretudo, da ajuda inestimável de muitas pessoas, que merecem tanto destaque quanto eu. Por isso, acho que o trabalho a que se refere este texto pode ser visto como uma *colcha de retalhos*. Os retalhos podem até vir da mesma casa onde está a costureira, mas têm sempre a contribuição de outros, que trazem seus retalhos para comporem a peça. Assim, se essa metáfora fizer sentido, então faz sentido a ideia de que o trabalho acadêmico é sempre uma construção coletiva, cada experiência, por mais frustrante que possa ser, é *sempre uma experiência*: possibilidade de aprendizado. Assim, mudar o rumo da pesquisa de mestrado foi frustrante, mas me abriu um horizonte empolgante e fértil; foi frustrante a negativa para o acesso a fontes, mas o horizonte da busca a superou. A pesquisa foi estimulante. Só espero ter forças e fôlego para continuar e poder contar a força do outro.

*Ana Beatriz*

Agosto de 2022

## INTRODUÇÃO

O ano de 1957 foi marcante na história da educação de pessoas surdas no Brasil. A relevância se projeta no sentido cronológico-simbólico de um século de existência do Instituto Nacional de Educação de Surdos,<sup>2</sup> lidando com uma causa — digamos — nobre e em meio a mudanças — digamos — severas (vide as mudanças de regimes governo: 1889, 1934 e 1964). A relevância teve sentido de renovação administrativa: de uma diretoria indicada e sem orientação pedagógica para uma diretoria presidida por uma ex-professora e técnico em educação com formação superior em psicologia educacional. A renovação iria além da administração: mudariam os fundamentos teórico-pedagógicos das intenções e ações institucionais; mudaria a concepção do que era uma instituição escolar para pessoas com surdez e do tipo de linguagem que deveriam adotar e tentar aprender; mudaria a compreensão da educação de pessoas surdas, sobretudo pela formação docente especializada em tal público e até então inédita. A comemoração do centenário coroava o trabalho que havia sido desenvolvido até então (em seis anos de administração de Ana Rímoli). A cobertura jornalística do centenário foi dada em reportagens de destaque nas páginas, em especial no Rio de Janeiro (mas não só). Não por acaso, o tratamento jornalístico de tom

---

<sup>2</sup> Em cada parte da tese, evitamos ao máximo a menção ao nome completo *Instituto Nacional de Educação de Surdos* para não repetir excessivamente o óbvio. Adotamos os sinônimos *instituto nacional* e *instituto* apenas. Exceção feita a passagens onde achamos que convinha o nome inteiro.

elogioso e de reconhecimento, também, vinha coroar os feitos da instituição, pois sete anos antes as manchetes não só tinham um tom contrário, como ainda o diziam com intenção de escandalizar.

Com efeito, as circunstâncias que antecedem a ascensão de Ana Rímoli à direção do instituto nacional, em 1951, são de descrédito — talvez de descrença — do trabalho que justificava sua existência e seu funcionamento. Ela se tornou diretora-geral do então Instituto Nacional dos Surdos Mudos após a queda de Antonio Carlos de Mello Barreto, em razão de acusações de agressão deste contra internos, rebeliões e mais agressões, intervenção policial e inquérito. A manutenção dele na instituição era insustentável; logo, veio o afastamento. Tais eventos foram uma mancha em uma opinião pública sobre a instituição marcada pela palavra elogiosa, sobretudo graças ao antecessor de Mello Barreto.

Para Ana Rímoli, assumir a direção do instituto nacional era assumir um problema de muita complexidade, ou seja, que exigia uma direção apta a atuar em frentes diversas. Por um lado, agredir um interno era prática de violência que punha em xeque toda a instituição: se a educação civiliza, então o instituto fazia o contrário; logo, caía por terra a orientação pedagógica e metodológica. A mudança teria de ser radical do ponto de vista interno para que a imagem externa maculada pudesse não só ser revertida ao que era antes, mas também apontar o futuro acrescentando um novo capítulo à história da instituição.

Afora esses quesitos — digamos — mais abstratos, Ana Rímoli pegaria uma instituição cujas instalações eram não só limitadas, mas também danificadas pelos internos que se rebelaram. Assumiu uma instituição cuja reorganização exigia uma atuação multitarefa, papéis e posições diversos: de administradora; de pedagoga; de professora de internos; de formadora de docentes; de porta-voz da instituição; de intelectual afim às relações entre educação e material teórico pedagógico-didático. Sem contar que era mãe e esposa. Pesa mais ainda outro fato. Se até janeiro de 1951 Ana Rímoli era uma ex-professora que se tornou técnico em educação do Ministério da Educação e que, neste, pode ter lidado com situações, circunstâncias e problemas pedagógicos abertas a seus conhecimentos prévios, assumir a administração era lidar com uma experiência nova, sobretudo a educação de gente que tinha surdez.

Com efeito, mesmo sem vivência profissional com tal modalidade de educação, Ana Rímoli conseguiu contribuir para estruturar e renovar o currículo, a metodologia e os métodos de ensino. No período de sua administração (1951–61), o instituto nacional se preocupou com a formação de professores e profissionais e com o desenvolvimento da aplicação de metodologias mais eficazes para a aprendizagem. O investimento nessa área era então não só relevante, mas ainda inédito; além disso, suas contribuições convergiam ao plano da ampliação de novos preceitos e princípios construídos com a formação para as demais regiões do país, mediante campanha de alcance nacional.<sup>3</sup> À frente do instituto nacional, Ana Rímoli produziu um *corpus* de trabalho e reflexão que afetou a maneira como a educação para pessoas surdas passou a acontecer.

Em que pesem seus feitos, Ana Rímoli deixou a instituição em meio a circunstâncias marcadas por controvérsias. Como no caso do diretor que a antecedeu, o nome dela esteve envolvido em comissão de inquérito para apurar suspeições e acusações. A exposição nos jornais em tal situação replicaria o acontecido: uma mácula na imagem pública que a imprensa projetou dela na instituição, quase sempre positiva no período estudado. É uma imagem que remonta ao tempo em que era aluna de grupo escolar na capital paulista, ou seja, quando tinha cerca de 10 anos de idade.

Essas considerações situam, então, o contexto para o qual converge a pesquisa apresentada nesta tese. Em seu processo, foi se delineando uma inquietação: compreender o perfil de Ana Rímoli que ia se delineando; saber das bases de que ela se valeu para fazer o que fez, sobretudo mudar a orientação pedagógica de uma escola cujo alunado é carece de um sentido-chave da aprendizagem escolar ocidental: a oralidade, a interlocução verbal, o diálogo falado...

Entendemos que ao assumir o cargo de diretora, Ana Rímoli estivesse ciente da empreitada e de suas capacidades. Intuímos que o cargo presumiu acatar determinações do Ministério da Educação sobre o que fazer, isto é, lhe deram abertura para pensar e agir, mas não parâmetros, modelos. Não por acaso, entre 1951 e 1953 ela se dedicou

---

<sup>3</sup> Cf. FREITAS, G. M. *Singularidades entrelaçadas: os cursos de formação/especialização de professores de deficientes auditivos — Brasil e Portugal (1950 1980)*. 2016. 298 fl. Tese (doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro; ROCHA, S. M. *Antíteses, díades, dicotomias no jogo entre memória e apagamento presentes nas narrativas da história da educação de surdos: um olhar para o Instituto Nacional de Educação de Surdos (1856/1961)*. 2009. Tese (doutorado em Educação) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. SOARES, M. A. L. *A educação do surdo no Brasil*. Campinas: Autores Associados; EDUSF, 1999.

muito à reflexão intelectual sobre a aprendizagem educacional de pessoas surdas. Já em julho de 1951, cerca de cinco meses após tomar posse, dava retoques em um curso para formação de professores para educar crianças surdas e cuja primeira turma se formaria em 1953. Além disso, por volta de 1952–3, publicou três traduções de obras em inglês sobre o oralismo, a pedagogia da fala para discente surdo. Ao rastreamos os passos de Ana Rímoli, constatamos que a experiência dela com formação de professores era a de ser formada; mesmo no Ministério da Educação, passou ao largo de suas obrigações a formação docente; mais que isso, embora tivesse formação superior em psicologia educacional, como descobrimos, as teorias de oralismo com as quais lidou eram relativamente recentes, isto é, improváveis de terem composto o currículo sob o qual ela fez seu curso.

Uma interrogação enorme se formou em perspectiva de compreensão: as bases sobre quais Ana Rímoli agiu em seus desígnios de diretora do Instituto Nacional de Educação de Surdos, ou seja, as origens e as fontes dos saberes que ela pôs em prática ao assumir a direção: se foram construídas por ela e tão só, se ela contou com orientação, guia ou diretriz de outros, de quem, em que circunstâncias, e assim por diante. Pusemos em xeque a capacidade dela para fazer o que fez; afinal, tinha só 40 anos de idade quando assumiu o instituto e não era mãe de criança surda. Seria esta, então, a *tese de estudo* deste trabalho de pesquisa.

Dadas a extensão do problema institucional-educacional e a inexperiência de quem se dispôs a tentar resolvê-lo, algumas perguntas se delinearam no horizonte da pesquisa: o que fez Ana Rímoli para transformar uma instituição marcada por atos de violência contra alunos internos em uma instituição marcada pela renovação da educação de pessoas surdas no Brasil? O que fez Ana Rímoli para sair da condição de técnico em educação alheio ao campo da educação de surdos e chegar à de autora de trabalhos nessa área (e cuja pertinência os faz serem citados na pesquisa acadêmica do presente)? De que forças e recursos se valeu Ana Rímoli para administrar todos os setores com que teve de lidar na condição de diretora do Instituto Nacional de Educação de Surdos? Em que medida sua formação e atuação profissional prévia repercutiram em sua decisão de assumir a causa e que aporte lhe ofereceu no trabalho após assumi-la? Essas indagações guiaram nossa problematização das fontes de pesquisa na tentativa de derivar assuntos, temas, hipóteses e outras possibilidades de abordar o *objeto de estudo*:

a formação (intelectual) de Ana Rímoli, sua ação profissional como diretora do instituto e a materialização de seu trabalho como tal. Assim, elegemos o sujeito como protagonista e o trabalho institucional como campo de (form)ação desse tal sujeito; nominalmente, Ana Rímoli e sua administração. Com tais atributos de pesquisa se coadunam os objetivos a seguir.

Na tentativa de desdobrar as indagações de pesquisa, a investigação se guiou por um *objetivo geral*, também ajustado ao desenrolar da pesquisa; qual seja: *situar* Ana Rímoli (seu trabalho prático e sua produção intelectual) na intelectualidade da educação brasileira (sobretudo em meio a contemporâneos dela) e o que permite fazê-lo; ou seja, a contribuição para o sistema educacional brasileiro como agente da ação e da reflexão. O cumprimento desse objetivo geral exigiu lidar com alguns campos que se expressam nos objetivos específicos a seguir.

- Construir uma compreensão sistemática da trajetória de vida de Ana Rímoli entre seu nascimento, em 1912, e sua saída do instituto nacional, em 1961.
- Caracterizar compreensivamente as ações de Ana Rímoli para reposicionar o Instituto Nacional de Educação de Surdos na opinião pública tendo em vista as reações e repercussões do trabalho dela, os meios e recursos de que se valeu, as pessoas com quem partilhou ações.
- Mapear a produção intelectual de Ana Rímoli: condições e circunstâncias de materialização, formas de divulgação e circulação, alcance e recepção crítica.

A pesquisa se desdobrou, sobretudo, como documental (houve um caso de entrevista aliada a conversas avulsas e trocas de mensagens *on-line*). Como tal, a pesquisa se inscreveu na área da história e historiografia da educação brasileira contemporânea e seus postulados; isto é, vem compor o corpus de estudos da linha da pesquisa “história e historiografia da educação no Brasil” da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. A vertente da história nos permite compreender processos, movimentos e ações, impasses e avanços (políticos, administrativos, sociais e culturais), contradições e convergências, permanências e continuidades, reações e

consequências, sujeitos, objetos e práticas, dentre outras possibilidades de compreensão histórica do passado.

Adotar a vertente histórica de compreensão do objeto de estudo exige atenção extrema ao rigor ético-acadêmico necessário para analisar e compreender a realidade em lugares e tempos distantes do presente. Convém aqui o que diz Prost: “o historiador efetua um trabalho a partir de vestígios para (re)construir os fatos. Esse trabalho é constituído da história; por conseguinte, as regras do método histórico que lhe servem de guia são, no sentido próprio da palavra, fundamentais”.<sup>4</sup> Todo o processo metodológico proposto tem objetivo de (re)construir o passado. Como as fontes da história da educação no Brasil são elementos *sine qua non* da pesquisa, é necessário confrontá-las, pois não transmitem neutralidade nem verdade inquestionável.

Como pesquisa histórica, a metodologia adotada foi a da biografia — do sujeito em primeiro plano, da instituição secundariamente. A decisão de orientar a pesquisa adotando uma metodologia afim ao biografismo foi tomada já em estágio avançado do processo e coincidiu com a eclosão de problemas de saúde pública, problemas de ordem pessoal e familiar e problemas que a pesquisa impõe por sua natureza: ser sempre uma incógnita, mesmo como preparo.

A intenção inicial de estudar Ana Rímoli incidia na ideia de sociabilidade no meio intelectual em torno da educação no Brasil. O pressuposto era que seria possível contar com fontes privilegiadas para tal intenção, a exemplo de cartas e entrevistas. Logo ficou clara a inviabilidade: não havia cartas nem outros documentos afins. Assim, a pesquisa ficaria a cargo das entrevistas com pessoas que tiveram vínculo com Ana Rímoli (administradores, professores, alunos e funcionários; ex-alunos, ex-formandos, autoridades intelectuais, autoridades do governo etc.). Aos poucos, essa possibilidade foi se mostrando inviável. Não seria possível criar expectativas quanto a um número relevante e diverso de pessoas que pudessem ser entrevistadas. Para piorar, as limitações de deslocamento impostas pela circulação de um vírus muito contagioso derrubaram de vez qualquer expectativa de trabalhar apenas com história oral.

A solução foi providencial. A leitura dos estudos que de algum modo tratam de Ana Rímoli mostrou dois pontos: um tendente a provocar o desânimo; outro, a provocar o contrário. O primeiro ponto foi a constatação de que os estudos sobre as relações em

---

<sup>4</sup> PROST, A. *Doze lições sobre a história*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p. 67.

ela e Instituto Nacional de Educação de Surdos haviam formado um *corpus* substancial sobre a face teórica, pedagógica e didática que se associa ao trabalho dela na instituição. Nesse sentido, uma pesquisa nessa área teria pouco a contribuir. O segundo ponto foi a constatação de que havia elementos de tais relações ainda não enfocados pelos estudos ou tratados de forma superficial. Um ponto era a ausência de um conhecimento mais aprofundado da trajetória de Ana Rímoli antes de se tornar funcionária do Ministério da Educação e assumir o instituto.

O segundo ponto a considerar era a condição de Ana Rímoli como intelectual da educação. Embora o estudo de Freitas — que vemos como dos mais completos até então — tenha afirmado uma visão dela como intelectual da educação, entendemos que a questão merecia mais estudos. Ana Rímoli merecia — e merece — ter sua produção intelectual mapeada, categorizada e comentada, em especial sobre as condições de produção, pois em cerca de três, quatro anos ela evoluiu da condição de “leiga” em educação de surdos para a de autora de obras sobre tal educação. Tal conhecimento mais apurado seria central para tentar compreendê-la como intelectual da educação e contextualizá-la em alguma categoria.

“Mas qual categoria?” — como indagaram Magalhães e Barreto,<sup>5</sup> cuja taxonomia citamos e parafraseamos. Assim, haveria o intelectual “produtor de conhecimento (e não se envolve com política)” — como em “Bobbio (1997)”; o intelectual como categoria que aceita o adjetivo de verdadeiro e falso, como em “Sartre”; o intelectual como alguém cuja “tarefa” tem natureza “teórica e política” e cuja “função é educar as massas” — como disse “O espanhol Ortega y Gasset”; o intelectual como alguém cuja tarefa “é política, mas a política da cultura, adaptada aos tempos de crise” — como em “Croce”; o intelectual à moda do intelectual em “Gramsci (1995), ou seja, “intelectual orgânico” — que alia “o teórico e o técnico” em favor da “luta pela hegemonia política”; o “intelectual tradicional”, que é marcado pela “linearidade em seu pensamento e, por fazer parte de uma tradição de ideário” — como no caso de membros da Igreja Católica; o intelectual como “mediador de conflitos” —

---

<sup>5</sup> MAGALHÃES, Justino Pereira; BARRETO, Raylane Andreza D. N. Os intelectuais e a educação — abordagem histórica e biográfica. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 54, n. 41, p. 63–4, maio/ago. 2016. DOI | 10.21680/1981-1802.2016v54n41ID10158. O repertório conceitual sobre qual vai se consolidar a adoção do método biográfico inclui a leitura destes estudos: DOSSE, François. *O desafio biográfico — escrever uma vida*. São Paulo: editora da USP, 2009; LORIGA, Sabina. *O pequeno X — da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

conforme “Karl Mannheim (1986)”;

o intelectual como “produtor de capital simbólico (os intelectuais materializam as hierarquias e as relações de poder)” — como em “Pierre Bourdieu (2011)”;

enfim, o intelectual como alguém que tem “criações, mediações e/ou engajamentos” — tal qual em “Jean François Sirinelli (2003)”.

Para Magalhães e Barreto,

[...] se o propósito for eleger uma figura do cenário filosófico, jurídico, educacional ou qualquer outro e, com base nos seus princípios teóricos, enquadrá-lo como intelectual não será difícil; basta analisar, previamente, o perfil do escolhido e recorrer ao quadro teórico que melhor o favoreça analiticamente. O procedimento metodológico terá, no teórico, o alicerce para a investigação das suas ideias, criações e/ou ações.<sup>6</sup>

O tempo para estruturar a pesquisa e produzir textos exigiu concentração maior na leitura e análise das fontes tendo em vista o tratamento analítico da figura da intelectual e da intelectual da educação à luz de um conjunto de referenciais;<sup>7</sup> idem para a abordagem biográfica. Mas convém firmar dois pontos.

Um ponto é o tipo de estudo. Trata-se este texto de uma escrita biográfica alinhada, de início, no conceito de “trajetória de vida”, descritível como “conjunto de eventos que fundamentam a vida de uma pessoa. Normalmente é determinada pela frequência dos acontecimentos, pela duração e localização dessas existências ao longo de uma vida”.<sup>8</sup> Outro ponto é o que diz Giovanni Levi sobre limites teóricos e metodológicos dos estudos biográficos. Levi considera “o papel da biografia”, mas reconhece “sua ambiguidade”, pois pode “se constituir em um instrumento de pesquisa histórica, como ser um meio de fugir dela”;<sup>9</sup> daí seu alerta:

---

<sup>6</sup> Magalhães e Barreto (2016, p. 63–4).

<sup>7</sup> O estudo sobre a categoria intelectual vai ser ampliado com base na leitura destes autores e estudos: SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 231–69; GIROUX, Henry A. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997; BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: ed. UNESP, 1997; SOWELL, Thomas. *Intelectuais e sociedade*. São Paulo: É Realizações, 2011. Há, é claro, a obra de Helena Bomeny, que trata dos intelectuais da educação no Brasil.

<sup>8</sup> BORN, Claudia. Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 3, n. 5, jan./jun. 2001 [p. 240–65], p. 241.

<sup>9</sup> LEVI, Giovanni. Os usos da biografia. *Anais [economias, sociedades e civilizações]*, 44 anos, n. 6, 1989, p. 22.

O desafio estaria em enfrentar um método cheio de armadilhas, especialmente perigoso para quem concebia a vida de um indivíduo como um modelo de racionalidade, que associava a uma personalidade coerente decisões sem incertezas e ações sem dúvida.<sup>10</sup>

Com efeito, cabem aqui as palavras de Freitas. Leiamos.

Por ter sido uma figura fundamental na projeção do Instituto como centro nacional de formação de professores especialistas no ensino de surdos, realizamos um breve percurso biográfico desta profissional, tomando o cuidado para não “monumentalizar” seus feitos, ações e representações a fim de evitar o risco de distorções, de erros e de falhas no ato complexo de rememorar sua história enquanto intelectual mediadora da cultura.<sup>11</sup>

A rigor, o método biográfico empregado até aqui supôs: reunir um *corpus* de registros de fatos afins à vida de Ana Rímoli em sentido lato; sistematizar, articular temas, ler contextos e tomar notas. A intenção foi materializar o processo em um texto que conjugasse descrição literal e parafraseada com comentários de compreensão e interpretação em função das categorias de análise. Como estudo histórico, a pesquisa adotou uma orientação primordialmente documental-bibliográfica; como documento, considerou papelada da burocracia estatal em formatos variados, registros da imprensa, fotografias e outros menos recorrentes; por bibliografia, considerou livros assinados por Ana Rímoli; como complemento, a pesquisa considerou uma entrevista do tipo cara a cara.

Basicamente, o *corpus* de fatos da vida de Ana Rímoli inclui dados derivados de documentação pessoal e institucional, de textos da imprensa (jornais e revistas), de livros, de transcrição de entrevista e de estudos acadêmicos. O procedimento histórico-biográfico inicial para sistematizá-los foi a cronologia. As fontes foram lidas primariamente de modo a se mapearem conteúdos e datas. De início, a intenção foi fazer uma leitura sequencial dos fatos, depois uma leitura dos fatos agrupados por afinidade temática. Pudemos construir uma descrição da vida de Ana Rímoli como aluna do Ensino Primário e Normal, como professora primária e como aluna de cursos de formação docente. Pudemos delinear etapas de vida úteis a este estudo.

---

<sup>10</sup> Levi (1989, p. 22).

<sup>11</sup> Freitas (2016).

Uma das etapas seria o que ocorreu nas décadas 1920 e 30, quando Ana Rímoli passou da condição de discente à de docente, alternado essas posições de tempos em tempos. Outra etapa seria o decênio de 1940, quando mudou a direção de sua atividade profissional ao se tornar uma “burocrata” da educação. Enfim, veio a etapa dos anos 1950–61, em que se alçou ao cargo de diretora de instituição educacional federal. No ínterim dessas etapas, instaurou um processo de formação intelectual cuja materialização vai da publicação de artigos em congresso na cidade São Paulo à apresentação de monografias em congresso no México; da leitura e tradução de livros à autoria de obras teóricas.

A coleta de fontes teve três etapas. A *primeira etapa* foi de levantamento de estudos acadêmicos e não acadêmicos afins ao tema da pesquisa descrita aqui. A bibliografia incluiu conteúdos de teórico-conceitual metodológico de áreas da história e história da educação. Essa etapa se desdobrou, em grande medida, em 2019. A *segunda etapa* da procura por fontes foi a ida a campo. De início, foram feitas duas visitas à sede do Instituto Nacional de Educação de Surdos no Rio de Janeiro, a primeira em 2018, outra em abril de 2019. A finalidade foi fazer consultas aos arquivos. Em novembro de 2019, houve uma viagem a Prado, no sul da Bahia, para entrevistar a filha de Ana Rímoli. Dessa etapa, resultou um *corpus* de fontes que se mostrou essencial para desenvolver uma segunda proposta de pesquisa. Reúne documentação escrita (manuscritos, datiloscritos e impressos), iconográfica (fotografias) e memorial (o relato oral da filha e relatos orais presentes em estudos afins a este, pois seu conteúdo se faz pertinente aqui). A *terceira etapa* da coleta de fontes foi de procura *on-line*. O primeiro passo foi consultar jornais e revistas dos anos 1900–60 na Hemeroteca da Biblioteca Nacional. O resultado incluiu mais de 450 textos envolvendo o nome de Ana Rímoli. O segundo passo foi procurar material bibliográfico em bibliotecas digitais (do Senado e da Câmara federais, da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin e outras) e em bases de conteúdo multímídia (como a Archive.org).

Embora a história oral tenha sido preterida como orientação central da pesquisa, não pudemos prescindir de recorrer a seu repertório de ferramentas de pesquisa. Nesse sentido, o levantamento de informações (fontes) para sistematizar as fontes de análise incluiu, também, a ida a campo para a produção de relatos orais. A entrevista foi feita segundo um roteiro prévio com questões afins ao objeto de estudo, mas com abertura

para que outras perguntas pudessem ser feitas em decorrência do fluxo da rememoração. Ou seja, a entrevista foi do tipo semiestruturada. É “necessário que essa escolha ponderada de perguntas seja extremamente flexível, suscetível de agregar, no caminho, uma multiplicidade de novos tópicos, e aberta a [...] surpresas”; mas que “possa desde o início servir de ímã às limalhas do documento”; pesquisador consciente do processo da pesquisa saberá, “previamente, que o itinerário que ele estabelece, no começo, não será seguido ponto a ponto. Não ter um, no entanto, implicaria o risco de errar eternamente ao acaso”.<sup>12</sup> As citações da fala da filha de Ana Rímoli foram parafraseadas e não levam identificação do nome dela. Outros relatos orais a serem usados como fontes se encontram em estudos afins a este; são falas de ex-alunos, ex-funcionários e ex-professores que registram, como memória, a vida no Instituto Nacional de Educação de Surdos e Ana Rímoli. Tais relatos permitem adentrar o contexto e cotidiano educacional e organizacional:<sup>13</sup> práticas educacionais discentes e docentes, gestão administrativa e coordenação pedagógica, relações sociais e seus reflexos extramuros, dentre outras dimensões. Estão publicados em dissertações de mestrado e teses de doutorado de acesso *on-line* aberto.

A pesquisa aqui apresentada se valeu da diversidade de fontes. Inclui material do foro público restrito, do foro público aberto e do foro privado. Dito de outro modo, as origens da documentação incluem: os arquivos do instituto (em especial material não digitalizado que demandam consulta presencial), as bases de dados para consulta e acesso *on-line* e os arquivos de família mantidos pela filha de Ana Rímoli. Nesse sentido, as fontes podem ser descritas como se segue.

- Datiloscritos
  - Folha avulsa: currículo extenso e currículo resumido; histórico; documentos pessoais; certidões e declarações, certificados e diplomas
  - Folhas encadernadas: relatório de viagem
- Impressos
  - Folha avulsa: diplomas, menções honrosas, documentos pessoais, certidões e declarações, certificados e diplomas; folhetos com letra e música e partitura de música (hino)

---

<sup>12</sup> BLOCH, M. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 79.

<sup>13</sup> O uso das fontes orais aqui se apoia em: PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, 1997.

- Folhas encadernadas: edições de época de livros de Ana Rímoli
- Imprensa: recortes de jornais colados; jornais e revistas
- Iconografia
  - Fotografias do foro íntimo (em casa, com família), público (em eventos, em encontros, em restaurantes,) e laboral (no Instituto Nacional de Educação de Surdos)
- Fontes orais
  - Relatos de duas entrevistas para a pesquisa e relatos de entrevistados publicados em outros estudos

Para Nozella e Buffa, ao refletirem sobre as fontes, “conforme o referencial teórico adotado, o pesquisador privilegia fontes diferentes e também as interpreta a partir de diferentes enfoques e interesses práticos”.<sup>14</sup> Afirmam que nem sempre é necessário usar todas as fontes; considerando os objetivos específicos, “é possível e até desejável privilegiar umas e não outras”; mas se valoriza a necessidade de ir a campo com o intuito de levantar o máximo possível de fontes, pois a diversidade permite fazer correlações para entender singularidades econômicas, políticas, sociais e culturais inter-relacionadas recursivamente. A diversidade permite a leitura que cruze documentos de foro íntimo com documentos do foro público, a imagem que a imprensa constrói e a imagem que as fotografias exibem; e assim por diante. Importa construir uma compreensão interpretativa cujo lastro seja formado pelo máximo possível de evidência.

Com efeito, a imprensa ocupa lugar de destaque como fonte da pesquisa. A proposta de uma abordagem biográfica só se mostrou viável porque jornais e revistas têm muito com que contribuir. Além disso, foi usada parcimoniosamente em outras pesquisas que tratam de Ana Rímoli; o que deixou um campo a ser explorado. A imprensa ainda se projetou por estes motivos: disponibilidade e facilidade de acesso; possibilidade de rever a apresentação dos fatos numa ordem cronológica e encadeada; transmissão de uma imagem pública do Instituto Nacional de Educação de Surdos; oferta de informações não ditas em outras fontes e informações que levam a documentos afins ou dão pistas importantes; presença na vida Ana Rímoli desde idade

---

<sup>14</sup> NOZELLA, P.; BUFFA, E. *Instituições escolares: por que e como pesquisar*. Campinas: Alínea, 2009, p. 25.

tenra; enfim, implacabilidade com o instituto ao se noticiarem eventos que levaram à queda do diretor que antecedeu Ana Rímoli. Vemos a imprensa como um setor que a administração do Instituto Nacional de Educação de Surdos explorou com vigor para reverter a situação em que se encontrava quando Ana Rímoli o assumiu. Se for correto dizer que era preciso fazer muito internamente, também era preciso expor os efeitos. Por isso, cremos que Ana Rímoli se valeu da imprensa para mudar a imagem da instituição; ao mesmo tempo, sua imagem se projetava junto.

A leitura das fontes de pesquisa se guiou por duas categorias a que chegamos após a sistematização das fontes. Tendo em vista a intenção de delinear um perfil de intelectual da educação em Ana Rímoli, pensamos que poderíamos trabalhar com dois campos: a *formação intelectual* e a *ação profissional* como diretora e intelectual. Para trabalhar com mais segurança da escolha de tais categorias — cujos vocábulos são de significação generalizante —, nós a desdobramos em subcategorias. Com estas, teríamos uma margem maior para ler as fontes e sistematizá-las segundo temas que pudessem ser o mais coerentes e coesos possível para não sumir a unidade no trabalho.

Assim, consideramos a categoria *formação* com estas especificações: *escolar* — elementar, secundária, superior e complementar; *autodidata* — leitura (filosófica, teórica, referencial e literária) e escrita (autoral e tradutória, prosa e verso). Igualmente, consideramos a categoria *ação* com esta especificação: fora do instituto (docência; pesquisa teórico-pedagógica; participação em congressos; publicação de artigos) e no instituto (docência e administração; pesquisa teórico-pedagógica: produção de programas de ensino e material didático; produção de livros [autorais e traduções] e revistas; participação em congressos e publicação de artigos; palestras e conferências). Assim, foi mais fácil organizar e hierarquizar as fontes de pesquisa em função dos argumentos temático-conceituais e estruturantes da pesquisa, da distribuição do conteúdo gerado e a ser gerado e da estrutura capitular da tese.

A pesquisa se desdobrou pela leitura histórico-contextual analítica das fontes, que se mostraram abundantes. Com base nas categorias de análise, a análise resultou destes procedimentos: ordenação dos dados (documentos e entrevistas) mediante a cronologia; classificação, categorização e hierarquização das fontes em sua totalidade; leitura analítica buscando reconhecer possibilidades de articulação que permitissem expor contradições e pontos críticos dos processos de naturalização.

A leitura das fontes é, sobretudo, a leitura de textos. Mas são textos de natureza e forma variada, com finalidades distintas e que supõem interlocutores diversos. Enquanto um texto presume, como interlocutores, um agente público da área de educação e uma professora em busca de registro profissional, outro texto pressupõe um jornal e leitores de notícia — para ficarmos em dois exemplos. Nesse sentido, tais textos foram tomados como discursos passíveis de análise segundo os postulados da análise do discurso, que ajudam a compreender o que se disse sobre Ana Rímoli e o instituto nacional; e o fazem ao subsidiarem uma interpretação histórica do período em que ela ocupou a direção da instituição.

Convém dizer que a relação entre discurso e estrutura social foi considerada como dialética para evitar a ênfase, de um lado, na determinação social do discurso e, de outro, na construção social do discurso. Nesse caso, no discurso expresso pelas fontes documentais, procuramos derivar aproximações, conexões, elos, intersecções, vinculações entre texto e contexto numa lógica de correlação.

Dito isso, a orientação para a análise do discurso veio de autores como Dominique Maingueneau, Eni Orlandi e Norman Fairclough.<sup>15</sup> Para Fairclough, discurso é o “uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais”; essa noção tem implicações: “ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação”; ou então “implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como um efeito da primeira”.<sup>16</sup>

A base teórico-conceitual da pesquisa se apoia ainda nos postulados de Patrick Charaudeau, para quem a palavra discurso deve ser tomada pelo que diz e pelo que não diz com a intencionalidade de influenciar o interlocutor.<sup>17</sup> Na prática social, esse discurso que tem conteúdo latente e manifesto se inscreve num espaço público

---

<sup>15</sup> MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Campinas: Pontes; ed. Unicamp, 1997; ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001; CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006; FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: ed. UnB, 2008.

<sup>16</sup> Fairclough (2008, p. 90).

<sup>17</sup> Charaudeau (2008).

implicado pela trama do poder. Daí a importância das concepções teóricas de Maingueneau e Orlandi.

Portanto, a noção de discurso segundo a análise do discurso ajuda a constituir as dimensões da estrutura social, pois contribui e compõe a prática social: seja a de representar o mundo ou de significá-lo; afinal, o mundo para o ser humano se constitui e se constrói, sobretudo, com o reconhecimento e a produção de sentidos e significados.

A análise enfoca os discursos como portadores e condutores de representações da sociedade, dos sujeitos, de estratégias — numa palavra, de *uma* realidade social. Inspira-se na análise do discurso como prática de linguagem, como referencial metodológico de influência francesa, cujo objeto do discurso é do tipo escrito. O discurso é considerado, segundo Orlandi, “como prática de linguagem que medeia a relação entre o homem e a sua realidade natural e social constituindo-o e a sua história”.<sup>18</sup> Para Maingueneau, o discurso pode ser visto como prática social e textual de comunidades discursivas variadas (grupos, instituições, agentes e suas relações) e “tudo o que estes grupos implicam no plano da organização material”.<sup>19</sup>

Se a leitura das fontes é, sobretudo, a leitura de textos, tais textos estão inscritos em suportes. Nesse caso, a análise das fontes vai recorrer, ainda, aos postulados metodológicos do paradigma da história cultural. Tal paradigma oferece ferramentas para ler as especificidades do suporte: sejam, por exemplo, a divisão do conteúdo de um livro autoral que replica a divisão de uma obra traduzida ou a replicação de um mesmo prefácio em edições distintas de um livro, porém com a mesma datação; e assim por diante. O aporte da história cultural vai ser derivado, sobretudo, dos postulados da obra de Roger Chartier,<sup>20</sup> em especial quanto a conjugar a análise histórica com a análise bibliográfica: daquilo que caracteriza cada suporte, isto é, que distingue um livro de um jornal, de um diploma e de um manuscrito.

O recorte temporal da pesquisa é simples e breve, mas de consequências complexas. A pesquisa situa seu objeto no momento em que Ana Rímoli assumiu a direção do Instituto Nacional de Educação de Surdos — 1951 — e se estende ao momento em que é exonerada do cargo — 1961. Portanto, o recorte da pesquisa se

---

<sup>18</sup> Orlandi (2001, p. 75).

<sup>19</sup> Maingueneau (1997, p. 56).

<sup>20</sup> O ponto de partida para a compreensão dos postulados metodológicos da história cultural foi: CHARTIER, Roger. *A história cultural — entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

centra, a rigor, no período em que Ana Rímoli foi diretora e administrou o instituto; ou seja, o recorte calha com a duração da administração dela.

Contudo, de modo algum, esse recorte foi uma linha rígida e não ultrapassável. Antes, foi uma linha para situar o debate primário, central da tese. Um recuo temporal maior se fez necessário para construir uma compreensão de questões secundárias e terciárias elucidativas do debate em torno do objeto de estudo. Nesse caso, a abrangência temporal da pesquisa voltou a eventos do Brasil do fim do século XIX para rastreamos origens mais remotas de Ana Rímoli como sujeito histórico; assim, fomos de suas relações com a imigração italiana para São Paulo à sua migração para a cidade do Rio de Janeiro, capital federal onde ela passou a trabalhar e morar. Essa volta a um tempo pré-recorte temporal foi necessária para delinear e caracterizar a trajetória de vida e profissional de Ana Rímoli; isso porque tal trajetória reverbera na ação dela como diretora do instituto nacional, em suas ações administrativas.

Contudo, o passado de Ana Rímoli pré-Instituto Nacional de Educação de Surdos compõem a tese como matéria informativa, como base de conhecimento para entender mais a fundo a experiência dela como diretora, que é o que interessou de perto à pesquisa. Pareceu-nos que conhecer mais do passado de Ana Rímoli seria útil para vê-la como profissional ativa nos anos 1951–61

Nesse intervalo, Ana Rímoli estabeleceu outra etapa de sua vida como profissional da educação, em que foi do despreparo para lidar com a educação de pessoas surdas à preparação de professores para educar tal público, da ignorância de teorias afins a tal modalidade educacional à elaboração de tratados teóricos na área. A complexidade reside no esforço de aprofundamento: temporal e espacial, das relações sociais e do círculo de pares, colegas e amigos, das práticas educacionais escolares e extraescolares, dentre outras possibilidades de compreensão.

Para acomodar e distribuir, de forma o mais lógica possível, o conteúdo produzido, foi preciso dividir a tese em seis capítulos. O capítulo 1 tem como argumento central uma caracterização contextual-biográfica do Instituto Nacional de Educação de Surdos, sobretudo em sua gênese e direção, na qual enfatizamos a que antecedeu Ana Rímoli. Pareceu importante saber em que circunstâncias institucionais e políticas ela se alçou à direção. Como a pesquisa supôs o enfoque histórico-biográfico, os capítulos 2 e 3 buscaram recompor faces do passado de Ana Rímoli antes de ela se

tornar diretora do instituto; procuramos rever suas origens familiares, sua formação escolar e sua atuação profissional; depois voltamos a atenção à fase dela como técnico em educação do Ministério da Educação. Os capítulos 4 e 5 adentram o universo da diretora em ação no Instituto Nacional de Educação de Surdos: por um lado, tentamos recompor sua ação e ascensão como formadora, por outro buscamos reconstruir ação e queda como diretora da instituição. O capítulo 6 é dedicado à intelectual no sentido estrito da palavra: a leitora, a tradutora, a autora, a editora de livros. As considerações finais procuram retomar pontos estruturantes e motivadores da tese para tentar fazer um tipo de confronto ente início e fim em função do que foi feito no meio.

## I

## ANTES DE ANA RÍMOLI

## Panorama do Instituto Nacional de Surdos Mudos

**E**m 20 de fevereiro de 1951, Ana Rímoli de Faria Doria, funcionaria técnica do então Ministério da Educação e Cultura, foi nomeada diretora-geral do então Instituto Nacional de Surdos Mudos,<sup>21</sup> instituição escolar de origens imperiais sediada na cidade do Rio de Janeiro. A mudança na direção foi medida necessária para contornar consequências de acontecimentos envolvendo acusações de maus-tratos, revides, violência e rebelião interna. Dada a cobertura da imprensa, tais eventos macularam a imagem (público-jornalística) de uma instituição quase secular e de fins altivos (pensemos no contraste entre a criação de tal escola para tal público quando a população do Brasil tinha mais de 85% de analfabetos). Portanto, a mudança de direção não parece ter sido um processo regular na existência e no funcionamento do instituto, isto é, não teria sido mudança que se faz de tempos em tempos. Antes, a mudança na

---

<sup>21</sup> Para evitar repetição excessiva do nome Instituto Nacional de Surdos Mudos e, sobretudo, a repetição das palavras surdo e mudo, adotamos as formas sinônimas *instituto nacional*, depois *instituto*, então *instituição*. Esclarecemos, porém, que as mudanças de nome são salientadas para marcar processos de mudança, em especial a partir de 1957, quando a alteração pressupôs uma mudança de perspectiva médico-pedagógica, em que a ideia de mudez foi dissociada a rigor da patologia da surdez; ou seja, ainda que com limitações fonéticas, uma pessoa que não escuta pode desenvolver a dupla articulação da linguagem falada: 1ª) produzir fonemas e articulá-los na forma da palavra (unidade semântica mínima); 2ª) articular as palavras em frases (unidade semântica expandida).

direção foi forçosa, mandatória. Era preciso anular, com urgência, as consequências dos acontecimentos que levaram à exoneração do diretor Antonio Carlos de Mello Barreto.

O nome do instituto se envolveu em um escândalo merecedor de manchetes de destaque que puseram em xeque sua credibilidade toda: de suas diretrizes administrativas e funcionais, de seu corpo docente e discente, da pedagogia e dos métodos empregados no ensino, dos internos, para ficar em alguns exemplos. Rebelião e quebra-quebra igualavam o cotidiano do instituto (supostamente uma escola) ao dia a dia de lugares de contenção e isolamento social como cadeias e presídios, mais associáveis a rebelião e motins. Ana Rímoli assumia uma responsabilidade e tanto, pois lhe exigiria agir em frentes diversas dentro e fora da instituição para não só restabelecer sua credibilidade como escola pública, mas também projetá-la na condição de educadora e formadora de profissionais, fossem professores internos e externos, fossem alunos internos.

Nesse sentido, este capítulo propõe uma contextualização histórica do surgimento do Instituto Nacional de Educação de Surdos — nome atual — e dos seus diretores, sobretudo daquele que antecedeu Ana Rímoli. De fato, a instituição não é assunto ausente na pesquisa acadêmica. Há um número considerável de trabalhos publicados até então que compõe uma história desde década de 1850. Ora é objeto central do estudo, ora é parte de um objeto maior.

Os enfoques e tratamentos de um *corpus* substancial de estudos nos dispensam de fazer certos aprofundamentos, ou seja, nos levam a recomendar a leitura deles. Ainda assim, o capítulo apresenta uma compreensão panorâmica derivada da leitura de tal *corpus*, além de um olhar em detalhe sobre o diretor Antonio Carlos Mello Barreto e de fatos de sua administração à luz de estudos prévios e fontes da imprensa. Com isso, pensamos que conseguimos oferecer uma compreensão preliminar útil para entender as circunstâncias em que Ana Rímoli entra no universo da educação de pessoas surdas e seu papel à frente do instituto nacional conforme nossa abordagem, tal qual no caso das influências pedagógicas que lhe orientariam a ação educacional. Isso porque, com Ana Rímoli, houve um corte radical em tal orientação, cujas origens nos levam a Paris do século XVIII. Lá, um abade educador fundou uma escola gratuita para pessoas surdas; e foi dessa experiência escolar que partiram diretrizes que guiariam a experiência educacional no Brasil.

## 1.1 Uma escola afrancesada

Com efeito, em 1755 o abade e educador filantropo Charles-Michel de l'Épée (1712–89) fundou, na capital da França, uma instituição para educar pessoas surdas.<sup>22</sup> Iniciada em seu domicílio e mantida à custa dele, a escola conseguia acomodar até sessenta alunos. Sua atitude e seu gesto — isto é, suas contribuições — lhe trouxeram a alcunha de “pai dos surdos”.<sup>23</sup>

Para ensinar, l'Épée empregava um método baseado no “uso combinado de senhas e de escrita”. Apresentado na publicação *Institution des sourds et muets, par la voie des signes méthodiques; ouvrage qui contient le Projet d'une Langue Universelle, par l'entremise des Signes naturels assujettis à une Méthode* (Paris: Nyon l'Ainé Libraire, 1776), o método “tornou-se conhecido não só na França, como ainda em toda a Europa, na Rússia e nas Américas”.<sup>24</sup> Tal qual diz Rocha, l'Épée, “em seu trabalho, utilizava os sinais pelos quais os surdos se comunicavam entre si e também inventou outros, denominados de sinais metódicos, usados para o desenvolvimento da linguagem escrita”.<sup>25</sup> Para Lopez, a defesa de que elas deveriam “aprender visualmente o que os outros adquirem ao escutar”<sup>26</sup> foi justamente o maior avanço que l'Épée proporcionaria; seu método ajudou a fundamentar uma sistematização da educação (FIG. 1).

Lopez destaca que l'Épée chegou a ficar tão famoso por suas contribuições, que o rei Luís XVI o patrocinou; igualmente, o imperador do sacro império romano-germânico José II foi conhecer a escola e até ofereceu uma abadia a l'Épée. O educador recusou a oferta, mas aceitou que um abade fosse enviado pelo imperador para aprender a técnica de ensino. O aprendizado era para ser aplicado em uma nova instituição na cidade de Viena.<sup>27</sup>

---

<sup>22</sup> FONSECA, Maria R. Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro. In: DICIONÁRIO histórico-biográfico das ciências da saúde no Brasil (1832–1930). *On-line*. 2015. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>. Acesso em: 28 set. 2019.

<sup>23</sup> Vide a “Declaração dos direitos do homem e do cidadão”. Cf. DUARTE, Ana B. S. *Releitura histórica da educação de surdos no Brasil: 1961–1996*. 174 f. Dissertação (mestrado em Educação) — Universidade Federal de Uberlândia, 2017.

<sup>24</sup> Fonseca (2015, *on-line*).

<sup>25</sup> Rocha (2009, p. 18).

<sup>26</sup> LÓPEZ, Alberto. Charles Michel de l'Épée, o pai da educação pública para surdos. *El País Brasil*, 24 nov. 2018, *on-line*. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/24/cultura/1543042279\\_562860.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/24/cultura/1543042279_562860.html). Acesso em: 25 dez. 2019.

<sup>27</sup> López (2018, s. p.).

FIGURA 1. Abade educador Charles Michel de l'Épée ensinando linguagem de gestos a uma criança, *circa 1745–55*



Uma temática do desenho na figura parece ser os procedimentos de uma aula de Charles Michel de l'Épée. Em função do mobiliário e dos objetos nele contidos, a “sala de aula” se assemelha a um escritório-biblioteca. A criança estava, então, em um ambiente que reforçava a palavra escrita como parâmetro para a comunicação de gente privada da audição. Sentado, o professor ficava numa posição mais confortável em relação à aluna; ao mesmo, assentado, seu corpo ficava numa posição mais simétrica com a altura da criança, o que facilita a ela visualizar e repetir o gesto dele. O olhar exercia uma função comunicativa central: a criança direciona seus olhos ao rosto do abade, como sugere o retroceder leve da cabeça dela. De pé, a criança se empenha em uma *performance* de aprendizagem gestual-visual que exige atenção à expressão facial do professor, ao seus gestos e à folha com letras do alfabeto.<sup>28</sup>

A l'Épée, contudo, a fama alcançada não trouxe garantia de recursos financeiros. Em 1789, ano de sua morte, em Paris, estava em condição de quase miséria; os “próprios estudantes” de l'Épée “contavam que [ele] morreu sem aquecimento em seu quarto para que eles pudessem ter luz nos deles”.<sup>29</sup> Mas, ainda assim, recebia visitas de interessados em seu trabalho, a exemplo da presença de uma delegação de representantes e estudantes da Assembleia Nacional da França (então recém-criada por consequência dos eventos revolucionários de 1789). A visita resultou no comprometimento quanto a prosseguir o trabalho de l'Épée. Assim foi feito. Em 1791, o

<sup>28</sup> López (2018, s. p.).

<sup>29</sup> López (2018, s. p.).

governo assumiu a escola (atual Institut National de Jeunes Sourds). Além disso, após a morte de l'Épée, a assembleia o reconheceu na condição de “benfeitor da humanidade”<sup>30</sup> e afirmou os direitos de pessoas surdas, tal foi sua contribuição à educação e ao desenvolvimento de um senso de comunidade para elas.

Não por acaso, foi desse cenário que emergiu Édouard Huet Merlo (1822–82),<sup>31</sup> que — feito uma espécie de consequência um tanto lógica da influência da cultura francesa — fundaria no Brasil a primeira escola similar ao *institut*, a convite de dom Pedro II, ou seja, sob os auspícios do império.

### 1.1.1 *A primeira escola para pessoas surdas*

Até meados do século XIX, a situação de crianças surdas se “degradava” dada a falta de espaço para estabelecerem convivência social; elas não pertenciam ao lugar da escolarização nem participavam de atividades elementares como aprender a ler e a escrever.<sup>32</sup> No entanto, tal qual lemos em Braga,<sup>33</sup> mesmo tendo sido o Colégio Nacional para Surdos-mudos de ambos os sexos, em 1856, não foi a primeira vez em que houve a proposta de se criar uma escola tal no Brasil. Em 1835, o deputado Cornélio Ferreira apresentou um projeto de lei para se criar o cargo de “professor de primeiras letras para o ensino de cegos e surdo-mudos”. Ou seja, o problema da educação de tal público já havia suscitado interesse de setores da sociedade que se formava.

Sensibilizado com a causa, dom Pedro II entrou em cena: convidou um professor da Europa. O convite era para criar uma escola no Rio de Janeiro.<sup>34</sup> Apresentou-se Huet, que havia dirigido o instituto da França, isto é, tinha experiência no assunto. Em 1855, ele submeteu ao monarca um relatório de sua experiência na direção do Instituto dos

---

<sup>30</sup> López (2018, s. p.).

<sup>31</sup> E. Huet seja Édouard Huet Merlo (1822–82), nascido em Paris, entre 1820 e 1822, era professor formado pelo Institut National des Sourds-Muets. Cf. ROCHA (2009).

<sup>32</sup> GONÇALVES, R. C. F. *O silêncio eloquente: a gênese do Imperial Instituto de Surdos-mudos no século XIX (1856–1896)*. Dissertação (mestrado em Educação) — Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2015, p. 19.

<sup>33</sup> BRAGA, Ana L. S. *Educação e formação profissional de surdos: o Instituto Nacional de Educação de Surdos (1907–1930)*. Dissertação (mestrado em Educação) — Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

<sup>34</sup> Rocha (2009).

Surdos-mudos de Bourges; mais que isso, firmou sua intenção de abrir a escola similar no Brasil. Convém aqui o esclarecimento de Rocha.<sup>35</sup>

[...] era comum que surdos formados pelos Institutos especializados europeus fossem contratados a fim de ajudar a fundar estabelecimentos para a educação de seus semelhantes. Com essa finalidade, por exemplo, em 1815, o norte-americano Thomas Hopkins Gallaudet (1781–1851) realizou estudos no Instituto Nacional dos Surdos de Paris e, ao concluí-los, convidou o ex-aluno dessa instituição, Laurent Clérc, surdo, que já atuava como professor, para fundar o que seria a primeira escola para surdos na América. Pode-se afirmar, portanto, que a proposta de Huet feita ao Imperador do Brasil correspondia a esta tendência.

Uma vez que aprovou as intenções de Huet, o governo imperial destacou o marquês de Abrantes para formar uma comissão diretora que pudesse acompanhar a criação da instituição e instaurar os processos administrativos da escola.<sup>36</sup> Gonçalves<sup>37</sup> explica que exigências foram feitas para se abrir a escola, a exemplo do público-alvo. Tal qual dizem Gondra e Schueler,<sup>38</sup>

Dentre os pobres dar-se-ia preferência para os órfãos, filhos de militares do exército e da armada e dos empregados públicos que tivessem prestado serviços importantes ao Estado, levando-se em conta o critério da antiguidade para efeito de desempate.

Mendes<sup>39</sup> enfatiza que a criação da instituição para alunos surdos, assim como de um instituto para meninos cegos, sob a direção de Benjamin Constant, no ano de 1854, foi um marco na história da educação especial. Até aquele momento, eram raras ações afins. Nada lhe “parece mais significativo desse longo período de omissão e estagnação”, de “medidas medíocres” e de “lampejos de paternalismo do que a criação do colégio Pedro II e dos institutos de cegos e surdos-mudos”; em sessenta anos de reinado, seriam “as instituições educativas principais da capital do país”.

---

<sup>35</sup> Rocha (2009, p. 37).

<sup>36</sup> Rocha (2009).

<sup>37</sup> Gonçalves (2015).

<sup>38</sup> GONDRA, J. G.; SCHUELER, A. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008, p. 104.

<sup>39</sup> Mendes (2010, p. 71).

Cumpridas as exigências, em 1856 se iniciaram as atividades do Colégio Nacional para Surdos-mudos de Ambos os Sexos. A princípio, a educação ocorreria nas dependências do Colégio de M. De Vassimon; e assim foi por dois anos. Alunos ficaram a cargo de Huet; alunas, de Madame de Vassimon e filhas. Estas tinham ligações anteriores com aquele. O colégio era particular; mas recebia “subvenção imperial”.<sup>40</sup>

O lugar da escola logo provou ser motivo de reclamação. Conforme Cruz, após começarem os trabalhos, Huet passou a apontar a necessidade de espaço adequado.<sup>41</sup> Em abril de 1856, submeteu um relatório à comissão inspetora que acompanhava a criação e administração do colégio. O documento descrevia a condição econômica da instituição e solicitava outro lugar para funcionamento. Na transcrição feita por Rocha,<sup>42</sup> lê-se:

A casa atual não está em condições higiênicas favoráveis à saúde dos alunos... as camas apertadas uma contra a outra o mais perto possível; eu mesmo me vejo obrigado a dormir fora por falta de espaço, e como os meus exercícios acontecem num salão, o uso do giz e dos quadros cobre os móveis de uma poeira que os deteriora.

Conforme afirma Rocha,<sup>43</sup> foi preciso “um ano e meio” para que a solicitação de Huet fosse atendida. A resposta veio com a lei 939, de 26 de setembro de 1857, onde se fixou a despesa e se orçou a receita do império para biênio 1858–9, além de se alterar o nome da instituição para Imperial Instituto dos Surdos-mudos. (Eis aí o como o Estado começa a prover a subvenção da escola.) Ainda assim, havia necessidade de atender uma quantidade maior de discentes. Nesse sentido, o atendimento escolar para surdos constituiria uma “política nacional, estatal” cujo efeito incluiu a inauguração de um instituto para pessoas surdas. Como medida para suprir tal necessidade, nos meses finais de 1857 o colégio foi transferido para um espaço maior, um prédio na ladeira do Livramento.

---

<sup>40</sup> Rocha (2009, p. 38).

<sup>41</sup> CRUZ, Maurício R. *Experiências instituintes na formação de professores de surdos no INES*. Tese (doutorado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016

<sup>42</sup> Rocha (2007, p. 30).

<sup>43</sup> Rocha (2007, p. 31).

Ainda em dezembro de 1857, “foram prestados exames públicos na presença do imperador”.<sup>44</sup> O documento “Mappa de N° 1 do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos”, assinado por Huet, informava que até “1° de setembro de 1858 estavam matriculados 19 alunos”, dentre “treze meninos e seis meninas”. A distribuição por províncias era: doze alunos do Rio de Janeiro e dois de Minas Gerais, um aluno de São Paulo e um de Niterói, três irmãos, dois meninos e uma menina de Barra Mansa. Igualmente, o documento informava nome, naturalidade e idade, data e condição de admissão (se pensionista, se particular), classe (primeira, segunda, terceira), dados sobre comportamento, fisiologia e inteligência.<sup>45</sup> Assim, já nos primórdios do instituto, à medida que se definiam categorias e critérios para seleção dos que seriam atendidos pelo instituto, a propagação de seu funcionamento chegava a outras regiões que não a corte e adjacências. Essa abertura a pessoas de todo o país marcaria a existência do instituto, sobretudo com a oferta de cursos de formação de professores (para lidar com alunos surdos).

À mudança de nomes, equivaleram mudanças de endereço. De 1856 a 1857, o nome foi *Colégio Nacional* para Surdos-mudos; de 1857 a 1858, *Instituto Imperial* para Surdos-Mudos; de 1858 a 1865, *Imperial Instituto para* Surdos-mudos; de 1865 a 1874, *Imperial Instituto dos* Surdos-mudos; de 1874 a 1890, *Instituto dos* Surdos-mudos; de 1890 a 1957, *Instituto Nacional de* Surdos Mudos; de 1957 ao presente, *Instituto Nacional de Educação de Surdos*.<sup>46</sup> Quanto aos endereços, a primeira localização foi em

---

<sup>44</sup> Rocha (2009, p. 37).

<sup>45</sup> Rocha (2009, p. 32–4).

<sup>46</sup> Cf. JORNAL DO SURDO. *Fundações do INES*. Disponível em: <http://jornaldosurdo.comunidades.net/fundacao-do-ines>. Acesso em: fev. 2020. Com efeito, a mudança de nomes é importante porque foi medida formalizada na gestão de Ana Rímoli só depois de algum tempo de ela estar na direção. A decisão pode ter sido adiada para casar com ocasião mais simbólica, a exemplo da comemoração do centenário da instituição, em 1957. Assim, cremos que alguns elementos nas mudanças de nome merecem reflexão posterior ao exame de qualificação. De antemão, demarcamos alguns pontos: a mudança de *colégio* para *instituto*, a troca de *para os* por *dos*, a *anteposição* e *posposição* do adjetivo imperial, a *supressão* do adjetivo imperial e a *volta* do nacional, a presença/ausência do hífen ligando/separando duas condições fisiológicas associáveis a uma pessoa surda. A troca de *para* por *dos* muda a ideia de destino, de fim, para a ideia de posse; a queda do adjetivo imperial obviamente alude à queda da monarquia; e a adição do nacional é uma alusão clara à República e ao ideário de nação brasileira. A presença e ausência do hífen podem ser lidas como indicativo de uma mudança de concepção, como está explícita na redução da expressão para *educação de surdos*, pois a associação determinante entre surdez e mudez não se sustentou. Mas convém pensarmos com Saviani em sua compreensão etimológica de *instituto*, vocábulo derivado da palavra instituição, do latim *institutio, onis*. Destacamos algumas acepções: “1. Disposição; plano; arranjo. 2. Instrução; ensino; educação. 3. Criação; formação. 4. Método; sistema; escola; seita; doutrina”. Na análise do vocábulo, o autor dá continuidade à sua conceituação e aponta que “Na primeira acepção aparece a ideia de ordenar, articular o que estava

prédio da “Rua Municipal nº 8, depois a Ladeira do Livramento nº 28, Bairro da Saúde”; depois vem a mudança para “o prédio nº 49 da Aclamação da Praça da Aclamação, atual Praça da República”; em seguida, “para o prédio da Rua Real Grandeza, sem número, Canto de São Joaquim”; enfim, “para a Rua das Laranjeiras nº 85, 99 atualmente 235”.<sup>47</sup> Convém frisar: o funcionamento do instituto vai da condição de sujeição ao funcionamento da escola cujo prédio era partilhado para a condição de instituição com sede própria.

### 1.1.2 A direção da escola: de Huet a Antônio Carlos de Mello Barreto

O francês Huet permaneceu como diretor até dezembro de 1861, quando passou o instituto ao império, pelo que recebeu indenização relativa ao patrimônio material e pensão anual por ter sido o fundador.<sup>48</sup> Nesse meio-tempo, frei João do Monte do Carmo assumiu a administração, até que retornasse o professor indicado para a direção: Manoel de Magalhães Couto. Formado em Direito, ela havia ido a Paris fazer especialização no Institut National des Sourds-Muets, para que pudesse assumir. Em 1862, Couto foi contratado como diretor do Instituto Imperial para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos.

---

disperso. Na segunda acepção é a própria ideia de educar que se faz presente. É nesse sentido que, em francês, a palavra “instituteur” (“institutrice” no feminino) significa aquele que ensina, o mestre e, mais especificamente, o professor primário. [...] A terceira acepção se refere tanto à construção de objetos tal como se dá na produção técnica ou artística, como à criação e formação de seres vivos. Finalmente, a quarta acepção retém a ideia de coesão, de aglutinação em torno de determinados procedimentos (método); de determinados elementos distintos formando uma unidade (sistema); de certas ideias compartilhadas (escola, aqui, no sentido de um grupo de indivíduos reunidos em torno de um mestre ou orientação teórica, como nas expressões “escola filosófica”, “escola de Frankfurt”, “escola dos Annales”); de uma crença e rituais comuns (seita); ou de um conjunto coerente de ideias que orientam a conduta (doutrina). Além disso, dada essa diversidade de significados, vemos que a palavra “instituição” é uma criação humana, que se apresenta como uma estrutura material, a qual é constituída para atender as necessidades das pessoas e de caráter permanente. Ou seja, é criada para permanecer e as necessidades transitórias não se criam instituições. Assim, considerando as instituições como resultado das necessidades e interesses humanos, destacamos a perspectiva que as situa no do contexto social. “as instituições são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre os homens, como no seu próprio funcionamento, uma vez que se constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade a que servem”. Essa definição dialoga com a proposta desta pesquisa. SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares: conceito, história, historiografia e práticas. *Cadernos de História da Educação*, 4, 2005, p. 28. Disponível em:

<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/382>. Acesso em: 28 set. 2019.

<sup>47</sup> Souza (2007).

<sup>48</sup> FINI, Danielle A. *Currículos praticados: um estudo na educação de surdos* — INES. 132 f. Dissertação (mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017, p. 98–9.

Segundo Fonseca,<sup>49</sup> embora o governo mantivesse a destinação de subsídios à manutenção da instituição, além de elevar valor e quantidades pagas de pensões (leis 1.114, de 27 de setembro de 1860, e 1.507, de 26 de maio de 1867), ela enfrentava problemas econômicos. Nesse cenário, o marquês de Olinda pediu ao governo — à comissão diretora — que assumisse a direção do instituto imediatamente; assim, este deixou de ser particular para se tornar público. Na visão de Fonseca, o ministro dos Negócios do Império demandou um relatório do que se passava no instituto em 1868; a produção do documento coube Tobias Rabello Leite, “chefe da Seção de Saúde Pública dos Estabelecimentos de Beneficência e Socorros Públicos, da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, o Ministro dos Negócios do Império”; seu relatório questionou a qualidade do ensino no instituto, a ponto de chamá-lo de “asilo de surdos”, como disse Fonseca.<sup>50</sup> O relatório expõe “as condições encontradas por ocasião da vistoria” levaram à exoneração do então diretor, Manoel de Magalhães Couto. Rabello Leite foi, então, nomeado diretor interino; mas ficou no cargo até 1896, ano de sua morte.<sup>51</sup>

Médico sanitaria, Tobias Rabello Leite conseguiu vincular mais o instituto ao Estado.<sup>52</sup> Rocha afirma que, com ele, ocorreram melhoramentos variados. Em 1873, o diretor apresentou um projeto para mudar o regimento da instituição, destacando-se “o retorno da disciplina Leitura sobre os lábios, a criação do professor repetidor e o ensino profissional, sendo todos os alunos obrigados a aprender um ofício ou arte”.<sup>53</sup> Rabello Leite

[...] acreditava que o aluno surdo, após a conclusão do curso, deveria dominar um ofício para garantir sua subsistência. Além disso, defendia que, pelas características do Brasil, o foco deveria ser no ensino agrícola. Para tanto, mandou preparar num terreno anexo ao jardim do Instituto uma pequena horticultura, onde os alunos pudessem aprender atividades agrícolas, servindo de base para uma futura atividade econômica. Em sua opinião, o objetivo dos Institutos de Surdos não era o de formar homens de letras, mas ensiná-los uma

---

<sup>49</sup> Fonseca (2015).

<sup>50</sup> Fonseca (2015, s. p.).

<sup>51</sup> A genealogia de Tobias Rabelo Leite leva à paternidade do capitão Tobias Leite, proprietário de terras nos bairros de Laranjeiras e Cosme Velho. Essa nota importa porque foi o pai de Tobias Leite o doador do terreno onde foi erguido o edifício do instituto. Ver Fonseca (2015).

<sup>52</sup> Cruz (2016, p. 55).

<sup>53</sup> Rocha (1997, p. 7).

linguagem que os habilitassem a manter relações sociais, tirando-os do isolamento provocado pela surdez.<sup>54</sup>

Com efeito, destaca-se a preocupação com a formação profissional dos alunos para que, uma vez formados, cuidassem de sua *sobrevivência*. Também merece comentário a ideia do surdo não como homem de letras, mas como alguém que domina uma linguagem para fins práticos da vida cotidiana. De fato, pode ser que a linguagem alfabética — as letras do homem — fosse um objeto pouco apropriado para explorar a capacidade de inventar com a linguagem, como fazem os homens de letras (poetas e prosadores, por exemplo). Mas, uma vez que os alunos adquiriam uma *linguagem*, então não poderiam ser privados da possibilidade de serem, também eles, “homens de letras” dessa linguagem.

Como diz Rocha,<sup>55</sup> na gestão de Rabello Leite, a comunicação gestual — hoje reconhecida como Língua Brasileira de Sinais e carregada da influência francesa (Huet) — espalhou-se Brasil afora mediante alunos que, após o término do curso, regressavam às regiões de onde eram provenientes; também por meio de publicações feitas no instituto. Uma delas foi produzida no ano de 1875, desenhada pelo egresso Flausino José da Gama, que assumiu a função de repetidor depois de concluir seus estudos. Trata-se do livro *Iconographia dos signaes dos surdos mudos*, trabalho de muito cuidado artístico e relevante para estudos linguísticos sobre a língua de sinais. Trata-se de um dicionário ilustrado dos sinais (palavras) mais usados na segunda metade do século XIX.

No dizer de Rocha, Rabello Leite acreditava na necessidade de promover a divulgação dos trabalhos produzidos por professores do Instituto de Paris a fim de que esses conteúdos conseguissem atingir aos “educadores de surdos nas localidades mais remotas. Assim, ele procurou projetar nacionalmente ideias sobre educação de surdos circulantes no instituto, “o que não era muito comum em sua época”.<sup>56</sup> Ainda nesse quesito, traduziu livros em francês usados no instituto de Paris, com destaque para os do professor Valade-Gabel. Logo no ano de 1871 ele publicou a tradução em português da obra de Gabei, *Méthode pour enseigner aux surds-muets*.<sup>57</sup> Mais que

---

<sup>54</sup> Rocha (2007, p. 7).

<sup>55</sup> Rocha (2009, p. 42–3).

<sup>56</sup> Rocha (2009, p.44).

<sup>57</sup> Rocha (2007, p. 41).

isso, enviou quinhentos exemplares para as “províncias de Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Goiás, a fim de suprir as necessidades de professores primários que eventualmente pudessem trabalhar com alunos surdos”.<sup>58</sup> Enfim, cabe salientar que, para Rabello Leite, dada a ida de alunos de outras localidades para o Rio de Janeiro, era necessário criar outros institutos para a educação de surdos no país. Só o instituto da corte não bastava para suprir a demanda de todos. Sob a direção de Rabello Leite, em 1874, o nome do instituto muda para Instituto dos Surdos-mudos.<sup>59</sup>

Tal nome, porém, seria alterado após a proclamação da República, por si só um evento que trouxe muitas mudanças. Exemplo disso se nota no plano da linguagem, com a queda de vocabulário alusivo ao passado monárquico — o adjetivo imperial — tão marcante na toponímia institucional do século XIX. Assim, passa a vigor o nome Instituto Nacional de Surdos Mudos. Com a mudança de nome, em 1891 vem a vinculação a uma instituição maior: o Ministério de Instrução Pública, Correios e Telégrafos, ao qual o instituto passa a se reportar.<sup>60</sup>

Conforme lemos em Fonseca,<sup>61</sup> após morte de Tobias Rabello Leite, em 1896, o professor Joaquim Borges Carneiro passou a dirigir interinamente o instituto de surdos mudos, até que João Paulo de Carvalho o assumisse, em 1897. Professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Carvalho declinou. Como “era proibida a acumulação de remunerações públicas”, optou pela docência. Uma vez que foi exonerado da função, o instituto de surdos ficou sem diretor efetivo até 1903, quando João Brazil Silvado<sup>62</sup> tomou posse no cargo. Mas permaneceu só até 1907, ou seja, antes que a instituição se mudasse para outra sede, mas imponente do que o prédio que ele administrou (FIG. 2).

---

<sup>58</sup> Rocha (2007, p. 41).

<sup>59</sup> Fonseca (2015).

<sup>60</sup> Fonseca (2015).

<sup>61</sup> Fonseca (2015, p. 28).

<sup>62</sup> João Brazil Silvado foi abolicionista e ex-diretor do Instituto Benjamin Constant. Foi inspetor escolar, chefe da polícia do Distrito Federal e autor do livro *Alma livre*, sobre a escravidão. Como chefe de polícia, em 1889 fundou a Escola XV de Novembro (FONSECA, 2015).

FIGURA 2. Vista externa do perfil do prédio do Instituto Nacional de Surdos-mudos, à época do diretor João Brazil Silvado, Rio de Janeiro, 1906



Vista externa do perfil do prédio do Instituto Nacional de Surdos-mudos, Rio de Janeiro, 1906. O prédio do Instituto Nacional de Surdos Mudos situado à rua das Laranjeiras n. 82 (1906)<sup>63</sup>

Embora abrisse as portas a meninas surdas, o prédio onde o instituto estava instalado não comportava alunas e alunos, isto é, não tinha como fazer a divisão coerente com padrões católico-normativos de conduta e comportamento. Tudo devia ser bem separado. A impossibilidade bastou para que o governo autorizasse o Conselho dos Patrimônios a construir um prédio para sediar a instituição. Em 1913, teve início a obra onde está instalado o instituto nacional. Nesse momento, a diretoria estava nas mãos de Custódio José Ferreira Martins, substituto de João Brazil Silvado. Igualmente, foi a época da prescrição da oralidade no processo educacional.

Segundo Fini,<sup>64</sup> o decreto 9.198/1911, em seu artigo 9, “determinava a utilização do Método Oral Puro em todas as disciplinas [...] Mas logo após, em 1914, “foi constatado que durante os três anos de experiência com o Método Oral Puro, seus

---

<sup>63</sup> Rocha (2007, p. 57).

<sup>64</sup> Fini (2017, p. 46).

resultados não foram positivos”. Segundo Fini,<sup>65</sup> em 1926 Arnaldo de Oliveira Bacellar defendeu “sua tese de doutorado, intitulada de *A Surdez-Mudez no Brasil*”, sobre instituições para pessoas surdas. Não por acaso, ele visitou o instituto nacional, ao qual dirigiu “várias críticas”, ou seja, criticou a “gestão do Dr. Custódio”. Eis a seguir o que lemos na transcrição de Fini.

Visitando este Instituto em setembro passado, e francamente, enorme foi a nossa desilusão. Desde a entrada, nota-se em todos os cantos a falta de uma administração enérgica e eficiente como requer um Instituto desta natureza. Falta ordem, falta asseio, falta disciplina, falta tudo... Alunos maltrapilhos e descalços, recebendo instruções péssimas, não por falta de professores ou incompetência deles, muito pelo contrário, mas por falta absoluta de material escolar — não há papel, nem lápis, nem livro; a biblioteca e o museu aos poucos foram se dissolvendo, pouco restando deles atualmente. Vai à aula o aluno que quer ir, porquanto não há quem o obrigue a isso. Quanto a métodos de ensino, não existem, por quanto, verdadeiramente, não existe ensino. Não há seleção de alunos — encontramos lá, desde o surdo mudo verdadeiro até o perfeito idiota. No estado em que está, o Instituto Nacional de Surdos Mudos representa o tipo mais acabado de Instituto de “fachada” estando transformado em uma mão e decadente asilo para aqueles infelizes.<sup>66</sup>

Às críticas de Bacellar se somaram outras vindas da imprensa e mudanças no governo, pois a presidência de Washington Luís passava por um período de agitação com eleições para seu sucessor, resultando na vitória de Getúlio Vargas. Estamos em 1930: é o início da chamada Era Vargas e o fim da administração de Ferreira Martins. Foi em sua gestão a construção do novo prédio na rua das Laranjeiras (FIG. 3). Pela fachada, vemos a feição neoclássica do edifício do instituto de surdos mudos pronto no fim de 1914. Após a inauguração, já em 1915, passa a funcionar; mas sem a seção para alunas — segundo consta, “por falta de verba”.<sup>67</sup> No dizer de Rocha,<sup>68</sup> o motivo maior da ampliação era criar uma seção feminina; do contrário, poderiam continuar a ocorrerem atos de infração entre alunas, seja frequentar “aulas do professor Saul Borges no Instituto”, seja ser “atendidas pelo mesmo no Colégio Orsina da Fonseca, na zona norte do Rio de Janeiro”. Mas, ainda assim, seriam necessários um levante

---

<sup>65</sup> Fini (2017).

<sup>66</sup> Fini (2017, p. 48), citando Arnaldo de Oliveira Bacellar e sua tese de doutorado, *A surdez-mudez no Brasil*; de 1926.

<sup>67</sup> Rocha (1997, p. 14).

<sup>68</sup> Rocha (2007, p. 54).

revolucionário-belicoso e a conseqüente mudança de regime governamental para que o instituto fosse reformado de modo a resolver o problema da ala para alunas.

FIGURA 3. Prédio erguido para sediar o Instituto Nacional de Educação os Surdos, 1915



A imprensa destacou a construção do prédio que passou a abrigar o instituto. A revista *Fon-Fon* salientou a locação: “dos pontos mais encantadores da linda rua das Laranjeiras”, “cercado de terreno ajardinado”; a arquitetura e dimensão: “grandioso”, “sumptuoso edifício, de uma architectura sóbria”; os arquitetos: “obra dos reputados constructores Poley & Ferreira”, cujo “escritório” teve o endereço publicado pela revista: “rua da Constituição n. 58”; e o diretor do instituto: “o dedicadíssimo Dr. Custódio Martins”.<sup>69</sup>

Com efeito, em 1930, Getúlio Vargas nomeou Armando de Paiva Lacerda para ocupar o cargo de diretor do instituto, graças ao reconhecimento público da relevância do trabalho desenvolvido por ele.<sup>70</sup> No começo de sua gestão, ele buscou reorganizar a instituição.

<sup>69</sup> FONTE: FON-FON. *O Rio De Janeiro moderno*. O novo Instituto dos Surdos-Mudos. Rio de Janeiro, RJ, 1915, p. 9. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FON%20FON.pdf>. Acesso em: 1º dez. 2019.

<sup>70</sup> Rocha (2007).

Na época, havia o problema das inúmeras repartições públicas que ocupavam boa parte das instalações e a questão do acesso às meninas surdas ao Instituto, com uma forte pressão de uma organização feminista denominada Aliança Nacional das Mulheres. Em 1932, finalmente foi criada uma seção feminina com oficinas de costura e bordado, funcionando apenas em regime de externato.<sup>71</sup>

Segundo Fini,<sup>72</sup> em 1937 dependências do instituto começaram a ser reformadas com fins de ampliação; por conta disso, “as aulas ficaram suspensas por quase cinco anos. Nesse período foram construídos o ginásio esportivo, o elevador e o auditório”. A suspensão das aulas, porém, não evitou que “alguns alunos continuassem no instituto, “pois não tinham onde ficar”; assim, houve “atividades [que] continuaram durante as obras”.

Armando de Paiva Lacerda tinha conexões fortes com o Partido Comunista, num momento em que o comunismo enfrentava a antipatia do poder público. Essa atuação política pesou em um fato envolvendo seu nome, o que gerou inquérito administrativo no instituto e evoluiu para inquérito policial. Paiva Lacerda foi exonerado em 1947; sem seu lugar, assumiu Antônio Carlos de Mello Barreto.

## 1.2 Antonio Carlos de Mello Barreto: a direção do engenheiro e professor

No fim da primeira quinzena de março de 1947, a mudança na direção do I. N. E. S. foi formalizada via decisão presidencial. Dia 14, a imprensa da capital federal noticiou a assinatura de decretos “[...] concedendo exoneração a Armando Paiva de Lacerda, do cargo, em comissão, de diretor, padrão O, do Instituto Nacional de Surdos e Mudos [...] [e] para substituí-lo Antônio Carlos de Mello Barreto foi nomeado”.<sup>73</sup> A divulgação da decisão foi antecedida pela notícia, do dia anterior, da posse de Mello Barreto no “cargo de diretor do Instituto Nacional de Surdos-mudos [...] perante o ministro da Educação e Saúde”.<sup>74</sup>

---

<sup>71</sup> Rocha (2007, p. 67).

<sup>72</sup> Fini (2017, p. 47).

<sup>73</sup> CORREIO DA MANHÃ. *Decretos em diversas pastas*. Rio de Janeiro, RJ, 14 mar. 1947, n. 16060, p. 2. O anúncio de exoneração/nomeação foi publicado, com a mesma redação, nas edições de 14 de março do *Diário Carioca* (n. 5.739, p. 4) e *Jornal do Brasil* (n. 60, p. 5).

<sup>74</sup> CORREIO DA MANHÃ. *Posse do diretor do Instituto de surdos-mudos*. Rio de Janeiro, RJ, sábado, 13 mar. 1947, n. 16.061, p. 2.

O anúncio de exoneração/nomeação foi publicado, com a mesma redação (cerca de cinco linhas) em três jornais: *Correio da Manhã*, citado, *Diário Carioca* (14 mar. 1947, p. 4) e *Jornal do Brasil* (14 mar. 1947, p. 5). Comparada ao destaque que a imprensa deu a seus predecessores, podemos dizer que foi discreta a recepção que o novo diretor teve nos jornais; talvez porque a descrição tenha marcado sua vida pública como professor e diretor de escola até assumir a direção do instituto; o nome de Mello Barreto aparece em poucas menções em jornais disponíveis à consulta on-line. Ainda assim, o número é suficiente para compormos um perfil biográfico útil a fim de o compreendermos mais de perto. Foi possível delinear movimentos e ações da trajetória profissional dele antes de se tornar diretor do então Instituto de Nacional de Surdos Mudos.

### 1.2.1 *Cearense radicado no Rio de Janeiro*

Das notícias, notas e linhas onde aparece o nome Antônio Carlos de Mello Barreto, pudemos derivar dados importantes para situar o diretor: geográfica, social e profissionalmente; mas dados não exatos o bastante para, por exemplo, sabermos da data de nascimento. Ainda assim, ficou claro que era cearense nascido na capital do estado, Fortaleza, e que se casou em agosto de 1925, com Luiza Catarina de Oliveira Mello Barreto, filha de oficial superior do Exército.<sup>75</sup> Com ela, teve sete filhos e três filhas (FIG. 3).<sup>76</sup>

---

<sup>75</sup> O ESTADO DE MATO GROSSO. *Bodas de prata do casal Mello Barreto*. Cuiabá, MT, 10 ago. 1950, n. 1926, p. 4

<sup>76</sup> Foi possível rastrear um pouco da vida de um, João Alberto Barreto. Nasceu em maio de 1935, no Amazonas. Quando *estudante de colégio militar e praticante de halterofilismo*, conheceu Carlos Gracie, patriarca de uma família de lutadores de jiu-jitsu. Foi seu pai quem lhe sugeriu a prática dessa arte marcial dando-lhe “um cartão dos Gracie” e lhe dizendo que, se ele “quisesse poderia ir até lá [av. Rio Branco 151] para fazer um curso”. Ele não só foi à academia, mas também por lá ficou, “morando três anos”. Saía só para ver seu “pessoal”. Ao mesmo tempo, estava “cursando a Faculdade de Direito com o mesmo afinco com que cursei o jiu-jitsu”. Como lutador profissional, fez cerca de “9 ou 10 lutas em público”, numa das quais — exibida pela “TV Continental” — “fraturou o braço de um adversário” por acidente, num golpe que teria fragilizado o membro do oponente: “Como professor, conheço perfeitamente o momento em que um braço pode quebrar”, disse ele. Dois filhos mais novos de Mello Barreto eram Álvaro Claudio, 17, e Sergio Augusto. Cf. REVISTA DO ESPORTE. Novo astro da luta-livre... Rio e Janeiro, RJ, 1959, n. 26, p. 22.

Das menções mais antigas ao nome Antônio Carlos de Mello Barreto na imprensa, só foi possível recompor movimentos dele da década de 1920 em diante, quando então era residente da cidade do Rio de Janeiro; mas não conseguimos dados para detalhar desde quando morava lá, se se mudou para a capital a fim de estudar e se foi lá que se casou. Soubemos que costumava viajar para Minas Gerais, isto é., para o município de Oliveira, conforme fez em meados de 1925; porém, não foi possível dizer as razões da viagem, se profissionais, se turístico-familiares ou de outra ordem.<sup>77</sup>

Em meados de 1927, veio a ocasião de batismo de um filho — “José Roberto” — na “Igreja da Luz”. Como padrinho, a criança teve o “comandante Francisco Roberto Barreto”, oficial da “Marinha de Guerra”, e sua esposa, “Maria Figueiredo Barreto”;<sup>78</sup> se juntarmos ao sobrenome do casal a informação de que o filho lutador de Mello Barreto estudou em colégio militar e de que era para ter sido general por vontade paterna, então podemos inferir, entre pai e padrinho, a existência de um parentesco de primeiro grau; mais: é possível que Francisco Roberto fosse um irmão mais velho, dos mais velhos, pois seu nome consta em registros da Marinha já em março de 1904<sup>79</sup> (a nota-convite para missa de sétimo dia de sua morte, em 1945, se refere ao “esposo, pai, sogro e avô”<sup>80</sup>). A mãe vivia em Fortaleza, de onde vieram más notícias no início de fevereiro de 1928: morria Maria Alice Barreto Vieira, irmã de Melo Barreto que vivia em Fortaleza.<sup>81</sup>

A presença residencial de um irmão mais velho no Rio de Janeiro pode ter criado condições favoráveis para que Mello Barreto se estabelecesse na capital; mas de modo algum a residência na capital do país inibiu suas aspirações e seus impulsos profissionais ante as oportunidades. A partir de 1930, ele não titubeou em aproveitar oportunidades e designações profissionais. Foi viver no Norte — Amazonas; então voltou para o Nordeste — Rio Grande do Norte; enfim, retornou ao Sudeste — Espírito Santo. A itinerância seria, então, traço de sua atuação profissional

<sup>77</sup> CORREIO DA MANHÃ. *Viajantes*. Rio de Janeiro, RJ, terça-feira, 7 jul. 1925, n. 9337, p. 6.

<sup>78</sup> JORNAL DO BRASIL. *Batizados*. Rio de Janeiro, 11 jun. 1927, n. 1833, p. 3.

<sup>79</sup> Cf. REVISTA MARITMA BRASILEIRA. *Expediente da segunda secção*, 26 de março de 1904. Rio de Janeiro, RJ, 1904, n. 45.

<sup>80</sup> JORNAL DO BRASIL. *Avisos fúnebres*. Rio de Janeiro, terça-feira, 6 fev. 1945, n. 30, p. 12.

<sup>81</sup> A MANHÃ. *Notícias fúnebres*. Rio de Janeiro, RJ, domingo, 12 fev. 1928, n. 666, p. 8. A nota obituária foi publicada também no jornal *A Esquerda* de 11 de fevereiro de 1928.

### 1.2.2 *O profissional itinerante e a direção de escolas técnicas*

Em maio de 1932, o ministro da Educação e Saúde o nomeou “o engenheiro e geógrafo Antônio Carlos Mello Barreto, interinamente, diretor da Escola de Aprendizes e Artífices do Amazonas”.<sup>82</sup> Em julho, ele iniciou o segundo semestre letivo mediante reunião, “em seu gabinete, todos os professores, adjuntos, mestres e contra mestres”. A intenção foi acertar medidas para a “boa marcha do ensino técnico profissional”. Disse dos “seus propósitos em melhorar consideravelmente as condições do estabelecimento [...] secções de madeira, metal, vestuário e calçados, ampliando a aprendizagem com um curso de artes gráficas”. Também falou da “instrução militar no estabelecimento”, que ele considerava “de grande proveito ao preparo da mocidade”. Não por acaso, já iria tomar uma medida nesse sentido, dando “grande impulso á linha de tiros”, ou seja, “entrando em entendimento com o respectivo instrutor”. As ambições do “programa administrativo” do novo diretor incluíam “conseguir os recursos necessários à construção de um edifício apropriado á escola em terreno [...] cedido pelo governo do estado”.<sup>83</sup> A doação e cessão do lote só foi formalizada em agosto de 1933, quando houve “a entrega do terreno [...] ao engenheiro [...] e atual diretor” da escola. Mas a construção do “novo edifício” dependia da “entrega de verbas” pelo ministério.<sup>84</sup>

Creemos que Mello Barreto não tenha visto a construção do novo prédio da escola de Manaus, pois ele permaneceu no cargo só até meados de 1935. Em agosto, aconteceu o que provavelmente esperava: a possibilidade de se transferir. Mudou-se do Amazonas, graças a um acordo de “permuta” de lugares de trabalho que lhe permitiu ir para Natal, RN, onde foi nomeado “diretor [...] da Escola de Aprendizes e Artífices do Rio Grande do Norte”.<sup>85</sup> Em setembro de 1935, a imprensa de Natal divulgava a presença dele na cidade, “recém-chegado de Manaus” para assumir o cargo de “novo diretor”.<sup>86</sup> Em junho de 1937, foi acusada a recepção, pelo ministro da Educação — Gustavo Capanema — de relatórios de diretores escolares, dentre os

<sup>82</sup> CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, RJ, quarta-feira, 25 maio 1932, n. 11.488, p. 5

<sup>83</sup> JORNAL DO COMMERCIO. *A ação do novo diretor da Escola de Artífices*. Manaus, AM, domingo, 3 jul. 1932, n. 9681, p. 1

<sup>84</sup> CORREIO DA MANHÃ. *Amazonas*. Rio de Janeiro, RJ, sexta-feira, 2 ago. 1933, n. 11867, p. 9

<sup>85</sup> DIARIO DE NOTÍCIAS. *Atos do presidente da República*. Rio de Janeiro, RJ, sexta-feira, 2 ago. 1935, n. 2647, p. 4.

<sup>86</sup> A ORDEM. *O novo director da Escola de Aprendizes Artífices*. Natal, RN, sexta-feira, 20 set. 1935, n. 66, p. 4.

quais o de Mello Barreto; a referência do relato era o mês de abril, e cremos que tenha sido o último a ser feito por ele. Na primeira dezena de outubro, ele esteve em Fortaleza, “vindo do sul do país em companhia de sua exma. família”. Foi descrito como “notável engenheiro”, isto é, “técnico da engenharia nacional [...] distinguido pelo governo federal em várias comissões” e filho de “uma das famílias mais distintas da nossa terra”. Da capital cearense, ele seguiria “em breve para São Paulo” e, lá, iria “desempenhar mais uma importante comissão do governo Central”.<sup>87</sup>

A julgar pelas fontes consultadas, a ida de Mello Barreto para São Paulo não se concretizou; mas ele permaneceu na direção da escola de Natal só até 1938. Em janeiro de 1939, foi noticiada, no Rio de Janeiro, a assinatura de decreto “exonerando o Dr. Antonio Carlos de Mello Barreto, da Comissão de diretor da Escola [...] do Rio Grande do Norte e nomeando-o para igual função no Espírito Santo”.<sup>88</sup> Em março de 1939, a “bordo do [navio] Duque de Caxias”, ele seguiu para Vitória, ou seja, para “assumir o cargo de diretor do Liceu Industrial”. Conforme a nota do jornal informando sobre a partida, os “funcionários e alunos do Liceu Industrial lhe prestaram homenagem antes do embarque”.<sup>89</sup>

Entre 1940 e 1941, Mello Barreto fez viagens de Vitória para o Rio de Janeiro, a exemplo de uma, em outubro de 1940,<sup>90</sup> e outra entre setembro de outubro de 1941, quando deixou a direção da escola para ajudar provisoriamente no ministério da Educação. Por “despacho” do presidente da República, foi determinado que ficasse “à disposição da Divisão de Ensino Industrial, nesta capital [do Rio de Janeiro], para colaborar nos trabalhos de reorganização do ensino profissional”.<sup>91</sup> Em 29 de outubro, ele voltou para Vitória.<sup>92</sup> Essa ida para o Rio de Janeiro parece se coadunar com notícia publicada em 30 de maio, segundo a qual havia sido aberto “Novo inquérito no Liceu Industrial de Vitória”. O alvo era Mello Barreto, sobre quem pesou denúncia de irregularidades naquele estabelecimento “com a volta do respectivo diretor” (supomos

---

<sup>87</sup> A RAZÃO. *Viajantes*. Fortaleza, CE, terça-feira, 12 out, 1937, n. 404, p. 2.

<sup>88</sup> A NOITE. *Decretos do presidente da República*. Rio de Janeiro, RJ, quarta-feira, 8 jan. 1939, n. 9677, p. 1.

<sup>89</sup> A ORDEM. *Embarcou hoje o Dr. Mello Barreto*. Natal, RN, sábado, 18 mar. 1939, n. 1055, p. 4.

<sup>90</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Viajantes*. Rio de Janeiro, RJ, domingo, 13 out 1940, n. 5512, p. 9.

<sup>91</sup> JORNAL DO BRASIL. *Educação* — “Notícias dos ministérios”. Rio de Janeiro, DF, terça-feira, 21 out. 1941, n. 248, p. 10.

<sup>92</sup> DIÁRIO CARIOCA. *No ministério da Educação* — “Noticiário”. Rio de Janeiro, RJ, quinta-feira, 30 out. 1941, n. 4102, p. 8.

que seja a volta em outubro do ano anterior, após cumprir expediente no ministério). Por consequência da denúncia, houve um movimento de demissão, por um lado, e, depois, por outro, um de sustação do ato demissório. Mas “a gravidade das declarações e das declarações do Procurador Regional [...] do Espírito Santo” exigiu a “designação de uma nova Comissão de Inquérito”.<sup>93</sup> Em janeiro de 1943, saiu o resultado do inquérito: “o presidente da República aprovou o parecer do DASP [Departamento Administrativo do Serviço Público] propondo a demissão” de Mello Barreto “por haver incorrido procedimento irregular devidamente comprovado”.<sup>94</sup>

Como a demissão foi firmada no começo de 1943, o mais provável é que a decisão de demitir tenha sido tomada ainda em 1942. Se sim, então uma reportagem da revista *A Noite* de dezembro teve tido efeito positivador na imagem pública de Mello Barreto, demitido em tais circunstâncias. O texto da matéria salientou uma homenagem da escola de Vitória ao “quinquênio do Estado Nacional”, ou seja, a Getúlio Vargas. Dentre as atividades, houve uma “saudação patriótica” ao presidente redigida por Mello Barreto e “lida ao microfone por um aluno”. O “professor Mello Barreto”, ainda “diretor da Escola Técnica [...] recebeu inúmeros cumprimentos pela grande e brilhante homenagem ao fundador do Estado Nacional”.<sup>95</sup> Em fevereiro de 1943, ele apareceu noutra reportagem, agora do jornal *A Manhã*. Embora tenha saído cerca de um mês após a notícia de demissão, o texto da matéria o designa como “prof. Antônio Carlos de Mello Barreto, diretor da Escola Técnica de Vitória, recentemente inaugurada pelo governo federal” (FIG. 4). Nossa intuição é de que a reportagem tenha sido feita em outubro de 1942, quando Mello Barreto se ausentou de Vitória para ajudar no projeto de ensino profissional. Não por acaso, o assunto da reportagem de *A Noite* era “a reunião dos diretores de escola profissionais [convocada] pelo ministro Gustavo Capanema”. Não localizamos registros na imprensa sobre reunião do ministro com diretores entre outubro de 1942 e janeiro de 1943.

---

<sup>93</sup> DIARIO DE NOTÍCIAS. *Novo inquérito no Liceu Industrial de Vitória*. Rio de Janeiro, RJ, sábado, 30 maio 1942, n. 6010, p. 6.

<sup>94</sup> DIARIO DE NOTÍCIAS. *Escola técnica de Vitória*. Rio de Janeiro, RJ, sábado, 23 jan. 1943, n. 6211, “Diário escolar”, p. 9.

<sup>95</sup> A NOITE: *A Escola Técnica de Vitória e quinquênio do Estado Nacional*. Rio de Janeiro, n. 718, 15 dez. 1942, p. 43–4.

FIGURA 5. Antonio Carlos de Mello Barreto à época de sua demissão da Escola Técnica de Vitória (out. 1942–fev. 1943)<sup>96</sup>



Por outro lado, só em junho de 1943 saiu o decreto de exoneração do cargo de diretor da escola de Vitória, ou seja, cinco meses após a demissão oficial. Disso inferimos que, entre a demissão e a exoneração, ele pode ter, para todos os efeitos, mantido o título de diretor da escola. Em que pese o acerto dessa suposição, importa dizer que a imagem que dele se projetou nas circunstâncias de sua demissão oculta a

---

<sup>96</sup> FONTE: A MANHÃ. “A Manhã” ouve a palavra do prof. Mello Barreto.... Rio de Janeiro, RJ, sexta-feira, 3 fev. 1943, n. 459, p. 6.

saída tumultuosa, tanto quanto ficou oculto no noticiário o objeto da acusação contra ele, ao menos nos jornais que divulgaram o inquérito.<sup>97</sup>

### 1.2.3 A direção efêmera e turbulenta

Do trânsito e das conexões de Mello Barreto em meio a instâncias da educação podem ter derivados os atributos que o alçaram ao cargo de diretor do Instituto Nacional de Surdos Mudos. Na primeira quinzena de março de 1947, deve ter havido acertos de transição para que assumisse. No dia 14, o *Diário Carioca* noticiou a assinatura de decretos de nomeação, dentre os quais a de “Antônio Carlos de Melo Barreto”, substituindo Armando Paiva de Lacerda. Afora isso, a nomeação não mereceu mais que notas breves na imprensa, ao menos nos veículos que pudemos consultar.<sup>98</sup> Mas as circunstâncias de transição na direção deram margem para a imprensa associá-la à situação em torno da saída de seu antecessor. É o caso do jornal *A Noite*, que mais de um mês após a nomeação de Barreto publicou uma reportagem sobre o inquérito de Paiva e que cita Melo Barreto. A reportagem teve chamada de capa com manchete de destaque.<sup>99</sup>

FIGURA 6. Manchete do jornal *A Noite* para reportagem sobre inquéritos afins a desvio de mobiliário envolvendo Armado Paiva de Lacerda e Antônio Carlos de Melo Barreto<sup>100</sup>



<sup>97</sup> DIÁRIO CARIOCA. *Atos do chefe do governo*. Rio de Janeiro, 18 jun. 1943. 4602, p. 5.

<sup>98</sup> DIÁRIO CARIOCA. *Atos do governo federal*. Rio de Janeiro, DF, 14 mar. 1947, n. 5739, p. 4 (ver ainda *A Noite*, Rio de Janeiro, DF, n. 12513).

<sup>99</sup> *A Noite* (28 abr, 1947, p. 13).

<sup>100</sup> FONTE: *A Noite* (28 abr. 1947, p. 13).

À luz do que “foi amplamente divulgado na imprensa” sobre os fatos, o texto da reportagem privilegia Mello Barreto como interlocutor, isto é, não expõe outros lados da história. Ao repórter — que designa o novo diretor de “conhecido educador” —, Mello Barreto confirmou o desvio e se disse surpreso pela associação ao Partido Comunista, certamente um assinte a uma autoridade alinhada no governo de Vargas e parente direto de militares de alta patente. Mais que isso, ele investigou a ponto de achar premissas para não só abrir “inquérito administrativo”, mas ainda fazê-lo evoluir para inquérito policial, mediante “ofício” que ele remeteu “ao Chefe de Polícia”. Mello Barreto informou mais para *A Noite*: disse que, à época do suposto desvio de mobiliário, já era ele o diretor do instituto, pois o ofício submetido à polícia sucedeu à sua constatação particular: “foi feito um transporte daqui do Instituto sem minha autorização”.

O detonador do inquérito foi a desconfiança de Mello Barreto, desencadeada pelo dito de outrem (“chegou ao meu conhecimento”) de que “parou um caminhão [na sede do instituto] e carregou *30 caixotes, 100 camas e 100 colchões* para [entregar em] lugar ignorado” (grifo nosso). O diretor disse que não tinha elementos materiais para saber se houve subtração; e não o tinha porque a administração patrimonial do antecessor teria sido descuidada: “infelizmente, desde 1940, *não se fazia* aqui no Instituto o inventário do seu material. *Pelo menos*, não encontrei nos arquivos nenhum documento dessa natureza” (grifo nosso). O viés da fala é inequívoco. Subjetivamente, Barreto inverte a posição dos elementos silogísticos, pois põe a conclusão em primeiro plano, põe seu julgamento em primeiro lugar, seu veredito. Ou seja, primeiramente, vem a afirmação categórica de verdade: *algo não existe*; só depois o lastro da verdade, o talvez, o quiçá. Na ordem lógica, assim seria o raciocínio: todo balanço patrimonial deve ser registrado em documento apropriado; não há documentação de registro; logo, podemos concluir que...

Ao texto da entrevista com Barreto, o repórter de *A Noite* fez um adendo informando sobre avanços do inquérito policial quanto a “elucidar o caso em foco”. Foi dado nome não só aos bois, mas ainda ao carro: “Manoel Antônio Martins”, motorista do caminhão que havia “transportado daquele instituto para o Comitê Nacional do Partido Comunista cem camas e quarenta *embrulhos*”; como disse o repórter, “*Devia ser este o material aludido*” — por Barreto, é claro (grifo nosso).

Inquirido, Martins apontou o dedo para Paiva Lacerda. Inquirido, o ex-diretor confirmou os fatos; exceto a propriedade da carga: “As camas e os *embrulhos* [...] não pertenciam ao Instituto de Surdos e Mudos”; eram propriedade de Trifino Correia, cunhado de Lacerda, e “foram ali guardadas a pedido [de favor]”. O depoimento de Correia endossou o relato do cunhado. Mas isso não foi o bastante para convencer o repórter de *A Noite*, que estranhou o uso de “dependência oficial” para abrigar material não oficial: “Por que motivo teria feito [...] Correia o edifício do Instituto [...] de depósito [...]?”. Sua conclusão foi inequívoca: “Como se vê, a história parece que não está bem contada, razão pela qual a polícia segue nas diligências”.<sup>101</sup>

Já soubemos aonde o inquérito chegou, assim como do envolvimento explícito de Lacerda com o movimento comunista; e intuímos que Mello Barreto, também, o soubesse — era fato jornalístico, pois Paiva Lacerda era figura pública. A surpresa dele nos parece mais ardil retórico do que traço de autoridade alheia à política no país; não por acaso, tinha mais idade. Mas a nós nos surpreende o fato de Mello Barreto ter sido alçado a uma posição de autoridade e julgamento para a qual — parece-nos — ele não tinha lastro moral muito sólido; também nos espanta a parcialidade do repórter, cujo ofício lhe dava mais informação dos gestos políticos de Paiva Lacerda. Ao repórter, mais que a coerência dos depoimentos dados à polícia, valia a opinião algo infundada de um profissional que, anos antes, havia sido demitido, justamente, porque sua conduta profissional motivou inquérito administrativo. Lage<sup>102</sup> endossa esse julgamento ao dizer isto:

Podemos deduzir, que pouco se esperava da capacidade de organização e compreensão dos alunos quando o governo brasileiro, em 1947, escolheu Melo Barreto para administrar o Instituto. O Ministério da Educação não se importou: em atribuir a formação de surdos em regime de internato a um gestor *afastado por ter agredido alunos* em outra instituição educacional; em reintegrar ao serviço público como diretor um servidor que *não foi recomendado pela justiça federal e acusado de desvio de verbas*.

---

<sup>101</sup> A NOITE. *História estranha*. Rio de Janeiro, DF, segunda-feira, 28 abr, 1947, n. 12.551, p. 13.

<sup>102</sup> LAGE, Aline L. S. *Professores surdos na casa dos surdos: “demorou muito, mas voltaram”*. Tese (doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019, p. 325–6.

Tal perfil parece convergir para o que disse Rocha:<sup>103</sup> “o novo diretor, tinha um perfil de disciplinador e, por isso, não alcançou a simpatia dos alunos, que gostavam mais do Dr. Armando”. Se assim o for, então cremos que os fatos que levantamos sobre a vida de Mello Barreto pré-instituto se coadunem com esse perfil disciplinador; lembremos o parentesco e convivência direta com irmãos militares, a simpatia pelo ensino escolar de feição militar, a atitude de sugerir ao filho aprender profissionalmente jiu jitsu, modalidade de luta marcial que pode ser vista disciplinadora do corpo e da conduta ao exigir respeito a regras e normas.<sup>104</sup>

Não por acaso, alguns estudos enfocaram a saída de Mello Barreto da direção do instituto de surdos mudos. Em seu trabalho de 2009, Rocha tratou do contexto de exoneração do diretor. Em suas palavras, “No dia 5 outubro de 1950, em plena gestão do diretor Mello Barreto, ligado ao Partido Social Democrático, do Presidente Gaspar Dutra, os alunos [do instituto] promoveram uma série de atos que desestabilizaram a rotina da Instituição”; atos que, diz Rocha, “acabaram por inseri-los nas discussões da política que era praticada no Brasil naquele período”. O estudo de Cruz,<sup>105</sup> de 2016, desdobra essa compreensão ao dizer que, naquele começo de outubro, avançava a contagem dos votos que elegeriam Getulio Vargas para presidente da República. “A vitória do partido de Vargas era, conseqüentemente, a derrota do Partido Social Democrático (PSD), do qual o então diretor do INES, Mello Barreto, fazia parte”. Assim, num clima de espera em que Vargas “tinha mais do que o dobro de votos do segundo colocado, embora o percentual total apurado ainda não lhe garantisse a vitória”, a vitória iminente teria exaltado os ânimos de internos do instituto; e aquela noite seria de “muitas surpresas no bairro carioca das Laranjeiras” — na expressão de Cruz.

---

<sup>103</sup> Rocha (2007, p. 39).

<sup>104</sup> A arte marcial é uma filosofia de vida que permite que o aluno desenvolva a parte física, além de trabalhar em seu estado psicológico, em um ambiente propício à tomada de decisões, além do trabalho em equipe, estimulando o companheirismo. As vantagens são disciplina e respeito pelas regras, auto-estima, autoconfiança, controle de emoções, desenvolvimento de coordenação motora, condicionamento de reflexos, alívio de tensão, controle de ansiedade, auto Integração social, assistência no desenvolvimento de inteligência, audácia, coragem, agilidade e resistência à dor. SILVA, Vinicius R. C. *O jiu-jitsu como inclusão social no ambiente escolar*. Faculdade de Ciências da Educação e Saúde. Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Brasília, novembro de 2017, p. 5.

<sup>105</sup> Cruz (2016, p. 73).

Um dos primeiros a se surpreenderem, isto é, a notarem algo fora da ordem regular, foi o “inspetor do instituto, Angélico Teixeira”; sua atenção foi atraída por movimento de gente no escuro e por batidas indicativas de algo sendo quebrado. Com efeito, em fala ao jornal *O Globo* de 6 de outubro de 1950, o inspetor relatou a extensão do que viu: estragos e destroços provocados por um “episódio só [...] contido com a chegada da Polícia Especial”.<sup>106</sup> Eis o que disse o inspetor, na transcrição de Rocha:<sup>107</sup>

[...] depois que grande parte dos internos já havia se recolhido ao leito, notou que em alguns compartimentos as lâmpadas eram acesas e apagadas sucessivamente, já desconfiado de que algo estaria para acontecer, permaneceu do lado de fora de um dos alojamentos, próximo dos interruptores das lâmpadas dos corredores a fim de guardá-los. Mal tomava aquela providência, os alunos que já haviam desligado as lâmpadas dos corredores e no escuro se dirigiram para o pavimento térreo, onde depredaram a seção disciplinar, o gabinete do diretor a secretaria e outras dependências... os amotinados já haviam quebrado camas e até atirado os colchões do terceiro pavimento.

Da forma que lemos, a situação foi de rebelião contra uma direção ocupada por um diretor disciplinador, como diz Rocha, que se embasa em professora do instituto, Léa Carneiro — cujo relato é ilustrativo da “fama de disciplinador do diretor” e da “resistência solidária dos alunos ao seu modo autoritário”. Rocha<sup>108</sup> disse que a professora contou um caso anedótico que se tornou conduta a ser punida.

[...] o chefe de disciplina nessa ocasião era muito magro e identificado pelos alunos como *o caveira*. Numa ocasião foi encontrado um desenho de conteúdo crítico fazendo remissão a esse inspetor. A mobilização para encontrar o autor do desenho, a mando do diretor, foi enorme. A ideia era a de punir o autor da ousadia. No entanto, a punição não aconteceu, porque ninguém o denunciou. Lembra a professora Léa que o autor do desenho era seu aluno e tinha uma história muito interessante.

---

<sup>106</sup> Cruz (2016, p. 73).

<sup>107</sup> Rocha (2007, p. 67).

<sup>108</sup> Rocha (2007, p. 66).

Disciplinador ou não; alunos rebeldes ou não: a questão é: a rebelião deixaria Mello Barreto em uma posição cuja saída mais digna era a exoneração imediata, tal a gravidade dos acontecimentos. As notícias projetaram a dimensão da repressão (violência) presumida numa rebelião. De fato, a reportagem de *O Globo* dizia de motivos incertos, não esclarecidos para o levante de internos; havia versões “de que o movimento sofreu a influência de professores que professam a ideologia comunista”.<sup>109</sup>

Rocha, porém, aprofundou sua compreensão dos fatos e chegou à possibilidade de que “os alunos teriam cometido os desatinos como regozijo pela vitória que Getúlio Vargas está [estava] conseguindo nas urnas e também como uma manifestação de hostilidade ao diretor do estabelecimento, Antônio Carlos Mello Barreto, prócer do PSD (O Globo, 1950)”.<sup>110</sup> Ela cita fala de um egresso do instituto:

Um outro depoimento importante sobre esse episódio é o que me foi concedido pelo ex-aluno Ulisses Lopes [...]. O depoimento retrata o que sua memória guardou dessa experiência. Embora não tenha participado diretamente porque, segundo ele, era ainda uma criança, lembra muito bem de como aconteceu. Viu as luzes piscando e o começo da rebelião. Considera que a alegria pela vitória de Getúlio tenha sido a motivação mais forte, além da insurgência pelo perfil disciplinador do então diretor Mello Barreto.

Como escreveu Cruz, havia um dado extra na reportagem do jornal — “outra versão hipotética” — sugerindo, “no subtítulo”, que houve “maus tratos infligidos pelos inspetores de disciplina”. Daí o nome dado à rebelião: “a revolta dos surdos”, ou “barulho”, como se lê na reportagem de *O Globo*. De fato, o estudo de Lage aprofundou a compreensão nesse sentido. Membro da Associação dos Servidores do Instituto Nacional de Educação, a autora pôde ter acesso a certas fontes, como o relato de José Vicente Campos,<sup>111</sup> professor à época da entrevista e interno com 5 anos de idade no ano da rebelião. Como disse Lage, o “relato de José Vicente [...] trouxe novos elementos” além do que se disse na imprensa; dentre os “aspectos que contribuíram para o desenrolar da revolta dos alunos, estão a brusca mudança da gestão do Instituto e as dificuldades de comunicação”.

---

<sup>109</sup> O GLOBO. *Revoltaram-se os Surdos-Mudos*. Rio de Janeiro, RJ, 6 out. 1950, p. 1

<sup>110</sup> Rocha (2007, p. 69).

<sup>111</sup> CAMPOS, José V. Entrevista concedida em libras. Rio de Janeiro, RJ, s. d. In: Lage (2019).

Pelo que disse o professor — tal qual a tradução citada por Lage —, a rebelião teria sido o ápice de um processo antigo. A fim de entender “as resistências dos surdos e a revolta dos alunos em 1950”, a autora recorreu a um intérprete, “Sebastião”, que indagou ao professor “se ele sabia sobre direitos de trabalho?”. Eis a tradução da resposta:

Eu cheguei no INES em 1945 e inspetores sabiam Libras. Era perigoso uso da Libras entre surdos [Faz sinal de medo, entre os surdos]. Então, com cuidado... [Concentra os sinais como se escondendo para ninguém ver]. Em 1945, diretor Armando era duro; médico, tinha audiologia, aprender a falar, outras coisas. Mas ele ajudava, tinha coração bom; era bom. Em 1946, estava tudo certo. Em 1947, aconteceu, aqui no INES, militares, armas, caminhões enormes com soldados que passavam na rua. Os surdos viam... — Oi, tudo bem? [Cumprimentando os soldados na rua]. Mas não entendiam nada. Os professores das oficinas me avisaram que o diretor tinha saído. Eu me assustei: — Saiu por quê? Os inspetores sabiam Libras. O diretor que substituiu foi Antônio [Carlos de Mello Barreto]. Continuou um pouco [a mesma situação], mas a comida que era servida foi trocada, piorou, era pouquinho, e os alunos protestaram, jogando a comida.<sup>112</sup> Inspetores não foram pagos e alguns desistiram. Esses inspetores sabiam Libras, então, os alunos tinham um pouco de medo. Mudaram e os novos não sabiam Libras. Surdos viram que ficava mais fácil enganá-los. Os novos inspetores não sabiam Libras, não conseguiam ensinar. Ficou uma bagunça em 1947, 1948, 1949... foi piorando até 1950. As camas foram jogadas da janela do terceiro andar. As pessoas ficaram admiradas [expressão de susto]. A polícia com quepe vermelho mandou parar. Os surdos calaram, ficaram com medo. Foram verificando [Mesmo sentado balançava as pernas como se os policiais estivessem andando e vasculhando ao redor]. Quem estava agitando foi preso. Juntaram todo mundo no ginásio de castigo. Investigaram.

Ao ser indagado se havia participado, o professor respondeu que “Não. Fiquei esperando passar a confusão. Tranquei a matrícula. [...] A agitação era perigosa. Fiquei fora. Fui para Barbacena. O jornal avisou que estava tudo bem e voltei”.<sup>113</sup> Ciente do que o professor José Vicente Campos relatou, Lage procurou as

---

<sup>112</sup> O professor entrevistado detalha o problema da comida assim: “Vicente: A comida foi diminuindo e houve reclamações, ficaram bravos [Sebastião confirmou olhando para mim]. Vicente: Antes, eu estudava, era servida comida boa, mesas grandes, quatro tipos de carne [Faz sinal de fartura com gestos que fazem entender bandeja cheia e alta]. Mas o diretor Antônio tirou [Mostra as mãos fechadas batidas no ar com os braços esticados e tensionados]; pão duro! Em 1947, aconteceu uma festa com pão e pastas. Surdos fizeram: — Oba! [Esfrega as mãos]. Mas, foram avisados que não era para eles, só para a família de Antonio. Os surdos que ficavam no terceiro andar, foram ao banheiro e jogaram xixi lá embaixo. O diretor brigou. Os surdos fizeram que não entenderam”.

<sup>113</sup> Lage (2019).

fontes da imprensa, onde encontrou relatos que compõem “versões da revolta”. Nesse sentido, a publicização dos fatos foi marcante no *Diário Carioca*: “reportagens em outubro de 1950, nos dias 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 15, 24, 8 de dezembro”, além da “cobertura em 1951”, com as edições de “25 de janeiro e de 11, 15 e 18 de fevereiro”. Outro veículo foi a *Tribuna da Imprensa* de 9 de outubro.<sup>114</sup> Nesse sentido, a imprensa “concedeu mais pistas acerca do que aconteceu na noite de 5 de outubro, enquanto outras versões como o relatório final da Comissão de Inquérito, não são localizadas.

Segundo Lage,<sup>115</sup> pelo *Diário Carioca*, a revolta foi posterior a “denúncias” de alunos e professores.

Uma delas publicada pelo jornal, em 24 de setembro, estampa a foto do aluno José Gomes de Araújo que entregou um bilhete — reproduzido em imagem e traduzido para o Português considerado padrão: “O diretor do Instituto de Surdos Mudos, sr. Carlos Barreto, no dia 19 de setembro de 1950, às 12 horas e 40 minutos, bateu-me quatro vezes no rosto, com as suas próprias mãos” (DIÁRIO CARIOCA, 06/10/1950 [...]).

Lage acrescenta que “os professores haviam pedido abertura de inquérito para apuração dos fatos, que a comissão teria ouvido acusados e punido os denunciante, que o diretor teria arquivado o inquérito, multiplicado a vigilância, demonstrando força”. Contudo, houve quem afirmasse — “repórteres” — que na noite do dia 5 “ter presenciado um dos alunos sendo agredido fisicamente por um inspetor no alojamento até que o comissário da polícia o interrompesse”.

Conforme escreveu Lage, Mello Barreto

[disse] às autoridades que a rebelião foi orientada por elementos comunistas e que procuraria um general para efetuar a prisão de todos os professores”. Há fotos do inspetor acusado de espancar alunos detendo alguns deles e do diretor com um aluno apelidado de “Onça”, apontado como um dos líderes. O jornal traz o seguinte texto: “Os representantes deste jornal foram recebidos pelo Sr. Antonio Carlos de Melo Barreto e convidados a tomar um ‘whiskey’ escocês que ele próprio anunciou haver custado Cr\$ 520,00. Ao despedir-se, recomendou aos repórteres a voltar hoje ao Instituto, depois de salientar a conveniência de que a imprensa fizesse escândalo contra professores” (DIÁRIO CARIOCA, 06/10/1950, p. 2).

<sup>114</sup> Lage (2019, p. 325–6).

<sup>115</sup> Lage (2019, p. 326).

O tom geral era de “denúncias graves contra a conduta do diretor na sua relação com alunos, professores, serviço público, imprensa e opinião pública”. A imprensa identificou alunos “acusados de liderar a rebelião”, os quais foram referidos pelos “números de suas matrículas”: “57, 195, 46, 171, 271, 21 266, 457, 2411, 42, 97, 71, 166, 200, 170, 118, 96, 150 e 435”. Como consequência da rebelião, alguns foram suspensos.<sup>116</sup> Não por acaso, foi preciso intervenção ministerial. Por um lado, “o Ministro da Educação Pedro Calmon libertou 20 alunos”, em “7 de outubro”; por outro, “teria estranhado que Melo [sic] Barreto não tivesse respondido às denúncias feitas pelos alunos, informando abertura de novo inquérito”. Por fim, o gabinete ministerial “informou que seria montada uma comissão de inquérito” e que, “em relatório, o ministro teria pessoalmente verificado que o edifício não foi depredado e que o ‘motim teve reduzidas proporções quanto aos prejuízos materiais’”.<sup>117</sup>

Lage se refere ao “teor dos processos que o diretor Melo Barreto teria respondido”, citando o *Diário Oficial* de “30 de maio de 1942, p. 8”: as acusações eram de “*maus tratos aos alunos, irregularidades na compra de material, apropriando-se de bens públicos, criando no estabelecimento de ensino que dirigia um estado caótico de disciplina e opressão*” (grifo nosso). É claro o alinhamento no campo semântico do vocabulário usado no *Diário Carioca*: alunos “*ameaçados de expulsão*”, “*espancados segundo testemunho do colega*”, aluno “*espancado a correadas*” (grifo nosso). Mesmo assim, Lage ressalva que “A reportagem afirma que apesar de ter aberto inquérito no Instituto, Pedro Calmon não afastou o diretor”. Ao mesmo tempo, o jornal *Tribuna da Imprensa* de 9 de outubro se referiu a “Professores e pais de alunos” como os que “teriam ‘desmascarado’ a versão que o diretor apresentou”, ou seja, de que a rebelião tinha dedo comunista.<sup>118</sup>

---

<sup>116</sup> Rocha (2007, p. 67).

<sup>117</sup> Lage (2019, p. 326).

<sup>118</sup> Lage (2019, p. 326).

FIGURA 5. Capa de jornal noticiando eventos de rebelião no Instituto Nacional de Surdos Mudos sob a direção de Antônio Carlos de Melo Barreto, out. 1950

# MELO BARRETO BATEU NO SURDO MUDO CAIÃO

## DESIGNADA A COMISSÃO DE INQUÉRITO NO INSM

**Diario Carioca**

Rio de Janeiro, Quarta-feira, 11 de Outubro de 1950

**APELO AO MINISTRO**

AO DIRETOR

*José Gomes de Araújo pede ministro Antônio Carlos Melo Barreto expulsão*

*Em outra linguagem, eis os termos do apelo: "José Gomes de Araújo pede ao ministro a expulsão de Antônio Carlos Melo Barreto"*

**PERGUNTA**



Ariovisto, antigo aluno n.º 12, do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, pergunta a José Gomes de Araújo: "Quem é o culpado?"

## Uniram a Menina ao Negociante e Apresentaram Queixa de Rapto

O "Casamento" Foi Feito Pela Religião Muçulmana — Ela Tem Menos De 16 Anos e Adora o "Marido" — Ele é o Proprietário Do "Brasil-Síria" — Ansiosos Para Tornarem a Casar

**TODOS SÃO IGUAIS**

*Timbaíba*

"Todos são iguais perante a lei" declara o § 1.º, art. 141 da Constituição. Princípio de grande alcance é o de não discriminar a pessoa humana como base de distinção política, social ou econômica. Profundo golpe destruído por uma autoridade superior da Polícia ao cercar de proteção e amparo uma criança que se apresentou para confessar o crime que praticara.

As contradições à praxe seguida, fugindo a uma prática que vem de longa data, o Coronel Galvão Bueno, que disparou contra seu esposo, o conhecido criminologista Sírio Galvão Bueno, deu-lhe tino quando dormia.

tentando matá-lo portante, detendo-o em estado grave sob o teto, merced ao "partido" do delegado de dia à Polícia Central considerações que à lei não admite que sejam proporcionadas a quem quer que seja.

É claro que não seria feito ao sr. Paula Pinto reconhecia ao xadrez ou a qualquer prêmio especial da vez que ela não fora presa ao cometer o delito de que é acusada, não havendo assim figurante que justificasse qualquer ato contra sua liberdade.

Mas, nada justifica que a autoridade não permitisse que os representantes dos jornais acreditados junto à chefia de Polícia, fossem quando dormia.

(Conclui na 4.ª página)

Ata que os aborçoados e os muitos filhos que os lábios de sua esposa possuem o saber e o amor das terras do deserto; que os seus filhos tenham muitos filhos e estes muitos mais filhos ainda, oh! irmãos! Assim ao vosso que a vontade do Profeta era esta: e que ele está satisfeito com a união.

Palavras como estas foram ditas no dia em que o Cheik Ail Nufin uniu pela religião de Maomé, recitando versos do Alcorão o proprietário do restaurante "Brasil-Síria", sr. Johnny Maharak e a jovem Síria com 18 anos incompletos, filha do Cheik Ailud Mansur e sua esposa Sampa, residente em Parada de Lacer.

Dias depois todavia, os pais de Síria, compareceram à delegacia do 10.º D. P. e apresentaram queixa contra o negociante acusando-o de ter raptado sua filha.

O CASO GREGO

Rugeto-se então para quem ocorreu há pouco tem na Grécia. Última prisão feita a prisioneira que se analisou por um vício dis-



**RESPOSTA**

No próprio dia do motim, foi o seguinte: (Conclui na 4.ª página)



José Gomes de Araújo responde a pergunta de Ariovisto: "O culpado é o diretor"

Textos de primeira página, manchete chamativa, fotografia grande, tudo ajudava a atrair olhares, ainda mais que se tratava de episódio de violência e prisão; havia um apelo grande à curiosidade.<sup>119</sup>

De fato, a repercussão da rebelião na imprensa e na opinião pública pesaria contra Mello Barreto. Como afirma Rocha,<sup>120</sup> o fato de uma rebelião tal ocuparia "as primeiras páginas dos principais jornais", a exemplo de *O Globo*, "aliado de Carlos Lacerda, feroz opositor de Getúlio Vargas". Não por acaso, desse jornal, diz a autora, emanaram "algumas hipóteses: *regozijo pela possível vitória de Getúlio para a*

<sup>119</sup> FONTE: DIÁRIO CARIOCA. Rio de Janeiro, RJ, terça-feira, 11 out. 1950, p. 1.

<sup>120</sup> Rocha (2007, p. 69).

*presidência da república, maus tratos infligidos pelos inspetores ou agitação comunista”* (grifo da autora).

Os jornais se mantiveram “vigilantes”, a ponto de acompanharem os desdobramentos. Assim, em meados de outubro, informou o início do inquérito administrativo que pediria a saída de Antônio Carlos de Mello Barreto da direção do Instituto Nacional de Surdos Mudos, assim como a data-limite para término; “em 8 de dezembro, o jornal afirma que, no dia seguinte, esgotava o prazo para conclusão do inquérito. A exoneração de Mello Barreto não falhou; apesar de ter tardado.

#### 1.2.4 *A comissão de inquérito*

A composição da comissão de inquérito incluiu “Álvaro Pereira, Ana Rímoli Faria Dória e Tarso Coimbra”, como informa Lage. Essa autora salientou o estranhamento que pode ter havido com o nome Coimbra, pois ele havia do auxiliar no gabinete do ministro da Educação e Saúde Clemente Mariani, “a pessoa designada para dar exercício” ao diretor Mello Barreto. Nas palavras de Lage, Ana Rímoli “investigou a natureza e as atividades técnico-pedagógicas” no instituto. Contudo, a imprensa divulgou nota relativa ao protesto de “Gercino Gomes de Araújo”, que submeteu “um memorial ao ministro [...] contra as conclusões do inquérito” e salientando que Ana Rímoli via ““com bons olhos a saída do sr. Melo Barreto, candidata-se a substituí-lo no cargo””.<sup>121</sup>

A síntese do professor José Vicente de Campos citada por Lage se faz expressiva aqui: “O governo mandou Ana Rímoli e capitão Tarso Coimbra. Ele foi convidado para investigar alunos, os bons ficaram. Diretor Antônio ficava na casa onde hoje é a biblioteca. Acabou a investigação e Antônio saiu. Ana Rímoli substituiu. A direção mudou”.

### 1.3 **A diretora e os desafios**

Nomeada diretora do Instituto Nacional de Surdos Mudos, Ana Rímoli de Faria Dória seria a primeira mulher a assumir a direção. Como vice-diretor, foi nomeado Tarso Coimbra. A diretoria a quatro mãos parece ter sido determinação da extensão do problema que os levava ao alto escalão da instituição. Simbolicamente, havia havido um

---

<sup>121</sup> Lage (2019, p. 326).

movimento de ruptura com certo estado de coisas: a suposta passividade de pessoas surdas. A reação foi radical — de destruição. Foi de transgressão. Foi violenta — de imposição de força bruta institucional para estancar a rebelião. Por isso, Ana Rímoli deve ter tido muita convicção e muita segurança de suas capacidades para assumir a administração de uma instituição nas condições em que estava; mas sabia que teria de partilhar a tarefa com outras pessoas; teria de delegar poderes e atribuir responsabilidades; teria de contar com “uma boa equipe e muita competência”.<sup>122</sup> A repercussão da exoneração de Mello Barreto manchou a reputação do instituto de surdos — sua imagem pública. Assim, a renovação que Ana Rímoli pretendia fazer — e fez — incluía “limpar” essa mácula da instituição, manchada que estava pela associação a maus-tratos, rebelião, intervenção de polícia, detenção... Tudo se associava mais à ideia de correção prisional do que formação educacional.

Se assim o for, então parece ser preciso compreender, antes, as bases sobre as quais Ana Rímoli tomou a decisão de aceitar dirigir o instituto nacional: capacidades pessoais e profissionais necessárias à tarefa; processos em que consolidou sua atuação como servidora público-federal. O procedimento que adotamos para construir tal compreensão foi traçar um perfil biográfico-profissional-intelectual de Ana Rímoli. Para tanto, tentamos recompor a trajetória com uma abordagem histórico-biográfica. Não se trata — convém frisar — de biografia em sentido estrito. Menos que isso, expomos aqui um perfil composto em função da abordagem de sua atuação na administração do instituto nacional como diretora e sua projeção como intelectual da educação. Assim, consideramos trabalhos prévios que tratam da diretora como ponto de partida para ampliarmos o escopo do corpus de estudos com a inclusão de um perfil da pessoa: quem era ela antes de assumir a direção de uma instituição recém-saída de eventos tumultuosos em todos os setores; o que fazia antes de se tornar funcionária do governo e servidora de confiança; a formação escolar que teve; enfim, às origens familiares.

---

<sup>122</sup> Cruz (2016, p. 74).

## II

### DO GRUPO ESCOLAR AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO: UMA DÉCADA DE (FORM)AÇÃO

**A**té o momento, o *corpus* de estudos nos quais o nome de Ana Rímoli aparece de forma recorrente não foi suficiente para compor um perfil biográfico dela. O tratamento dado pelos estudos se resume a passagens breves que não bastam para delinear uma projeção da vida dela, sobretudo a profissional. As razões para essa lacuna são compreensíveis. Em parte, porque nenhum dos estudos tratou exclusivamente de Ana Rímoli; o nome dela aparece nos textos em associação às ideias teórico-pedagógicas que ela desenvolveu. Em parte, porque fontes úteis para recompor essa faceta do passado dela ainda pertencem ao foro privado; o acesso depende de contatos e interação com familiares, como foi feito para que este estudo pudesse ser desenvolvido. Neste caso, um fator central para ter acesso a documentos que registram a vida educacional profissional de Ana Rímoli foi, justamente, tê-la como parte central do objeto de estudo; tanto quanto o que ela fez como diretora do Instituto Nacional de Educação de Surdos em sentido não só teórico-pedagógico (mas também).

Com efeito, a documentação a que pudemos ter acesso foi importante para tentar entender os passos de Ana Rímoli antes de assumir o cargo de diretora do então Instituto Nacional de Surdos Mudos. A leitura das fontes possibilitou compor uma compreensão dos movimentos que ela fez (e os movimentos pelos quais passou) em seu processo de se formar como normalista e atuar na educação: da docência em grupo escolar (bairro da Mooca e cidade de Guarulhos) à aprovação para o cargo de técnico em educação no então Ministério da Educação e Saúde; do trabalho técnico no ministério ao trabalho administrativo como diretora.

A tentativa de reconstruir essa face do passado de Ana Rímoli se apoiou ainda nos registros da vida dela feitos pela imprensa. Mediante o procedimento da cronologia de fatos jornalísticos, pudemos não só rastrear seus passos, mas ainda confrontar tais registros com as demais fontes. A construção do capítulo ofereceu elementos para ver em Ana Rímoli alguém que vislumbrou uma carreira de alcance mais ambicioso; que preferiu não se vincular a dada instituição escolar. Ao mesmo tempo, aparenta ser alguém que procurou ampliar sua formação de normalista com cursos afins ao que poderíamos chamar hoje de especialização ou formação continuada. Certificados de vários cursos sugerem que continuar a estudar era propósito firme para ela nos anos que antecederam sua entrada no funcionalismo público federal; propósito que não se abalou com as tensões que permearam o período, em especial os embates de grupos armados no Brasil no começo dos anos 1930 e os conflitos da Segunda Guerra Mundial. Ana Rímoli conseguiu ver, nas mudanças de orientação política, oportunidades para abraçar uma carreira no campo da educação, mas não necessariamente só como professora.

Assim, construir uma compreensão de Ana Rímoli à frente do instituto nacional supôs reconhecer as bases sobre as quais ela pode ter se formado intelectualmente; por exemplo, concepções de educação a que foi exposta. Reconhecê-las é importante porque a presença de Ana Rímoli na direção da instituição se associa a rupturas na orientação pedagógica, na administração e na função pública. Tendo em vista tal horizonte de entendimento, este capítulo apresenta uma tentativa de construir um perfil biográfico dela com foco em suas origens familiares, sua formação educacional e sua atuação profissional inicial. Pudemos delinear passos, procedimentos, decisões, medidas, atitudes, gestos... que

marcaram o processo de formação e ação de Ana Rímoli como professora de início, como agente pública da área educacional depois. Fazer esse reconhecimento supõe situar seu objeto no contexto histórico: das instituições e das pessoas com as quais ela se relacionou de algum modo.

## 2.1 A pessoa de Ana Rímoli: primeiras sistematizações

A tentativa de construir uma compreensão biográfica de Ana Rímoli não é novidade na pesquisa acadêmica. Ao menos desde 2009 pesquisadores têm descrito fatos da vida dela, sobretudo de sua face mais pública, que é quando se torna diretora do instituto nacional. Nesse sentido, uma das primeiras investidas em um perfil biográfico está no estudo de Rocha, onde se lê a passagem a seguir (apresentada em nota de rodapé no estudo dela).

[Naturalidade e família] Ana Rímoli de Faria Dória, nasceu em 7 de outubro de 1912. Natural de São Paulo, era filha de Fernando Rímoli e Olga Ferraz Rímoli. [Educação e docência] Foi diplomada pela Escola Normal da capital de São Paulo, em 1930. Assumiu várias atividades ligadas ao magistério público primário. Em 1934, concluiu o Curso de Formação de Professores do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo. [Atuação no serviço público] Assumiu a função de Técnica de Educação do Ministério da Educação e Saúde, através de concurso realizado em 1941. No ano de 1942 foi requisitada para o DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público) exercendo uma função na Divisão de Seleção. [Sociabilidade educacional] Era sócia cooperadora da ABE (Associação Brasileira de Educação). [Direção do INES] Depois de assumir inúmeras funções no INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas), foi designada através da portaria ministerial de 5 de outubro de 1950, para fazer parte da Comissão que iria apurar os incidentes ocorridos com os alunos e o diretor Barreto. Em 23 de fevereiro de 1951 é nomeada, por decreto presidencial, diretora do Instituto (interpolação nossa).<sup>123</sup>

Como podemos ler, a trajetória de 39 anos foi resumida a quase 170 palavras — ainda que cubra estágios variados, como indicam as interpolações. A descrição segue uma lógica cronológica que vai da infância à vida adulta, da escolarização à atuação profissional, de São Paulo ao Rio de Janeiro. A nomeação para o cargo de direção figura como ápice (o fim do texto) da descrição. Em um trabalho com enfoque na atividade do instituto nacional como instituição, faz sentido não aprofundar na compreensão da

---

<sup>123</sup> Rocha (2009, p. 68).

existência dos sujeitos que atuaram nela, pois acabam sendo representados. Mas um dado nos faz refletir se não era o caso de ter dado tratamento maior à matéria. A autora do estudo, Rocha, trabalha na instituição, o que lhe dá acesso especial aos arquivos. Mostram isso os apêndices de seu trabalho — por sinal, valiosos para os pesquisadores.<sup>124</sup>

Em que pese o que vemos como méritos e demérito do perfil biográfico descrito por Rocha, a estrutura de sua descrição, por mais óbvia que possa ser, ofereceu caminhos a serem seguidos. Mais que isso, como ela não citou uma fonte para os dados fatuais que seu texto informa, sua descrição fica como fonte fidedigna a ser citada. Nesse caso, tanto quanto os acertos, eventuais imprecisões tendem a se reproduzirem. Essas ideias — caminhos a seguir, fonte a ser citada, reprodução de fatos — ficam evidentes no estudo de Cardoso e Herald Júnior, como se lê na passagem a seguir.

[Naturalidade] Dória nasceu em 07 de outubro de 1912 na cidade de São Paulo. [Escolarização e formação docente] Diplomou-se pela Escola Normal de São Paulo, em 1930. Concluiu o Curso de Formação de Professores pelo Instituto de Educação da Universidade de São Paulo. [Atuação profissional] Foi assistente dos Laboratórios de Psicologia Aplicada e de Estatística e Educação Comparada do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo. [Atuação no serviço público] Ingressou no serviço público federal em 1941, como Técnica de Educação do Ministério de Educação e Saúde, desempenhando várias funções como: *inspetora* da Escola de Belas Artes de São Paulo (1942); *chefia* de seção de inspeção e relatórios da diretoria do Ensino Superior do Ministério de Educação e Saúde (1944); *chefia* da seção de organização escolar do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (1946); *professora* de Métodos de pesquisa e Planejamento aplicados à Administração Pública e Pesquisas em educação (1949–1950). [Direção do INES] Depois de atuar em várias funções no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), e ter feito parte da Comissão avaliadora da gestão de Antônio Carlos de Mello Barreto, foi nomeada, em 23 de fevereiro de 1951, por decreto presidencial, diretora do Instituto Nacional de Surdos-Mudos. [Atuação no INES] Exercendo, posteriormente, a função de *professora* do Curso Normal nas disciplinas de Fundamentos Metodológicos de Pesquisa Aplicada à Educação, Didática Geral e Especial (para surdos), e Logopedia no curso de aperfeiçoamento de professores para surdos; ela também participou da comissão de elaboração do ante-projeto de lei sobre o ensino emendativo,

---

<sup>124</sup> Os apêndices do trabalho de Rocha somam 26 páginas, que reproduzem documentação de conteúdo variado, dentre manuscritos, impressos e fotografias.

*coordenando* a sessão de estudos sobre o tema “A recuperação do excepcional do ponto de vista médico-psico-pedagógico”, por ocasião da 1ª Jornada Pedagógica da Sociedade Pestalozzi do Brasil de 20 a 28 de julho de 1958. No evento ela proferiu uma *palestra* sobre a reeducação e recuperação dos deficientes da audição e da fala (DÓRIA, 1959; ROCHA, 2008; interpolação nossa).<sup>125</sup>

Valendo-se de estruturação parecida para a descrição anterior, essa segunda descrição biográfica de Ana Rímoli avançou pouco. O avanço aparece como número de palavras maior (290) e um recorte temporal mais amplo (até 1958). A descrição ocupa o parágrafo de abertura da seção 4 do texto, antecedida por duas seções de contextualização: uma sobre educação especial em perspectiva histórica em geral, outra sobre a educação de pessoas surdas no Brasil. A descrição que fazem os autores é cronológica: vai da naturalidade à atuação profissional — tal qual se lê na descrição de Rocha. Diferentemente dessa autora, enfocaram mais a faceta profissional, sobretudo após Ana Rímoli assumir a direção do instituto. Assim, projetam-se no texto fatos associáveis à professora, à inspetora, à chefe, à coordenadora e à palestrante, por exemplo.

Creemos que o destaque se justifique por causa do enfoque mesmo do trabalho: um “panorama histórico” sobre Ana Rímoli. Como o enfoque é no sujeito, e não na instituição, faz sentido aprofundar a compreensão da existência dela. Nesse caso, se parece limitada a descrição dos autores ante o tema escolhido, ela se justifica, em parte, pela extensão do texto (dezenove páginas) própria do artigo acadêmico. Coerentemente, o ápice da descrição biográfica (o fim do texto) é a participação de Ana Rímoli em evento envolvendo o nome Pestalozzi e a (particip)ação como oradora. A informação “(DÓRIA, 1959; ROCHA, 2008)”,<sup>126</sup> no fim da citação, indica as fontes que os autores usaram: a edição de 1958 do *Compêndio de educação da criança surdo-muda* — de Ana Rímoli — e a tese de Rocha (título longo demais para se repetir aqui). Assim, combinam fontes originais de época com uma releitura que não informa as fontes dos dados biográficos.

---

<sup>125</sup> CARDOSO, Luana L.; HEROLD JÚNIOR, Carlos. Educação e surdez na década de 1950 no Brasil: um panorama histórico acerca de Ana Rímoli de Faria Dória. *HISTEDBR* [on-line], Campinas, n. 68, p. 138–56, jun. 2016 – ISSN: 1676–2584

<sup>126</sup> Cardoso e Herold Júnior (2016).

Ainda em 2016, foi publicado o estudo de Geise Freitas, que vemos como um salto relevante na escrita de um perfil biográfico de Ana Rímoli. Sua tese dedica doze páginas (p. 95–107) ao assunto e de modo algum segue, a rigor, a estrutura das descrições citadas antes; e não poderia ser diferente, dado o volume de texto. Em Freitas,<sup>127</sup> fatos biográficos são imbricados com outros temas, de modo que a descrição fica mais dinâmica e reflexiva, e menos linear e descritiva. Freitas constrói seu perfil biográfico de Ana Rímoli partindo desta pergunta-subtítulo: “Afinal, quem era Dona Ana?”; e, embora cite a tese de Rocha, notamos que sua base de dados inclui outras fontes. Em volume de texto, o estudo de Freitas avança e muito em relação aos estudos citados antes. São 5.750 palavras, distribuídas em 66 parágrafos (sendo seis de citações com recuo) e 25 notas de rodapé. Na verdade, dedica-se uma seção de capítulo à personagem.

Freitas<sup>128</sup> parte de observações sobre uma compreensão histórica de quem lida com a educação de pessoas surdas — experiências profissionais em âmbito nacional e internacional; muda a direção do texto para o conceito de intelectual seguida da afirmação de como ela vê Ana Rímoli como tal. Tal visão foi o que a motivou a escrever um “breve percurso biográfico desta profissional”. Da afirmação de propósitos, Freitas avança a esclarecimentos de ordem metodológica, ou seja, sobre “limites teórico-metodológicos que se impõem aos estudos biográficos”, a quem “aposta nos estudos biográficos, observando-se os seus limites [...] [como] aporte considerável para se reconstituir as trajetórias dos intelectuais medianos”. Tendo em vista esse alerta, Freitas<sup>129</sup> afirma qual foi o desafio na “seção” de seu estudo:

[...] entender o que movia ou motivava as ações dos agentes enquadrados por nós como intelectuais, os tipos de interesses que defendiam, suas trajetórias acadêmicas e profissionais e as socializações que travaram em busca de seus objetivos. Assim, nos preocupamos menos com as ações e mais com as apropriações que os agentes fizeram delas.

---

<sup>127</sup> Freitas (2016, p. 97).

<sup>128</sup> Freitas (2016, p. 99).

<sup>129</sup> Freitas (2016, p. 97).

Essa citação é instigante porque toca diretamente nos propósitos de nossa pesquisa, mas com certa distinção. Afinal, interessa-nos, sobretudo, as ações de Ana Rímoli. As apropriações das ações dela entram na pesquisa como elemento secundário: a recepção comentada do trabalho dela no instituto nacional; seja a notícia de fatos afins a ela e à instituição ou a resenha de algum livro dela; a opinião de uma professora que trabalhou com ela ou a de ex-aluno ou ex-aluna. É claro, podemos nos referir a uma apropriação feita neste estudo, isto é, à forma como conjugamos o que está dito com o que pode ser dito à luz de nossas fontes e achados para compor o nosso perfil biográfico de Ana Rímoli como pessoa e profissional.

Afirmado seu desafio, Freitas<sup>130</sup> se volta às impressões de algumas pessoas acerca de Ana Rímoli. É o que chama de “memórias nostálgicas, saudosistas e míticas das pessoas que se que se relacionaram diretamente ou estiveram bem próximas de Dona Ana”. Então enumera as vozes, das quais algumas são citadas literalmente. Vão de “Griner (2014)”, “Monerat (2014)”, “Astério de Campos”, “Fernandes (2014)”, “Couto-Lenzi (2014)” a “Angela de Brienza”. Só então, a partir do 19º parágrafo, o texto passa a apresentar dados biográficos mais típicos; e o faz até o 67º parágrafo, combinando dados fatuais com comentários.

Freitas<sup>131</sup> reitera a data de nascimento: “07 de outubro de 1912”, mas traz um dado diferente: a cidade onde ela nasceu é Mococa, e não São Paulo. Freitas afirma a “ascendência italiana” de Ana Rímoli e diz que era “egressa da classe média paulistana”. Seu comentário aos fatos incide sobre São Paulo: “vanguarda dos movimentos em prol de uma educação mais moderna, que servisse aos ideais da República”. Era o contexto “fermentação intelectual e ideológica”; isto é, era contexto em que Ana Rímoli “concluiu o Curso de Aperfeiçoamento Pedagógico no Instituto”, assim como o “Curso de Formação de Professores Primários na Escola”. Freitas, então, alude ao “interesse acadêmico e profissional [de Ana Rímoli] pela área da Psicologia” e à possibilidade de “o curso superior em que se diplomou esta professora pudesse representar a incorporação do ideário dos pioneiros da educação”. Ela diz que a “polêmica [...] cercava o curso”, mas que “a cerimônia de diplomação foi largamente noticiada pelos principais jornais de São Paulo”.

---

<sup>130</sup> Freitas (2016, p. 97).

<sup>131</sup> Freitas (2016, p. 96).

A descrição de Freitas,<sup>132</sup> então, dá um salto a “1939, [ano d]o primeiro e único concurso de títulos e provas para constituir o núcleo da carreira de técnicos da educação recém-criada” (MENDONÇA & XAVIER, 2008, p. 24)”. Segundo ela, graças à conclusão do curso:

Ana Rímoli reuniu o título que seria o pré-requisito para se candidatar ao concurso do Ministério da Educação e Saúde (MES), em que foi classificada em segundo lugar (com uma diferença de 0,1 décimo em relação ao primeiro colocado), tendo apresentado à banca avaliadora a monografia intitulada: “A competição individual e o rendimento em cálculo rápido, na escola primária: pesquisa em educação”.<sup>133</sup>

A sequência da paragrafação no texto de Freitas enfoca a Ana Rímoli da década 1940, a “técnica de educação” que “teve intenção em dar prosseguimento à sua trajetória acadêmica e acabou por se inscrever como aluna no primeiro ano do Curso de Filosofia da Faculdade”; que “realizou intercâmbio na Universidade de Columbia” e que “foi designada para compor uma comissão na qual atuou como interventora federal”; enfim, a Ana Rímoli que foi nomeada para “assumir a direção” do instituto nacional. O texto prossegue enumerando elementos da atuação dela: “a direção do INSM e do Curso Normal”, “docência de três disciplinas” e a elaboração de “resposta institucional ao grave problema de falta de professores na instituição”. O texto acrescenta mais feitos: “criação e organização do Curso Normal e de Especialização no Ensino do Deficiente Auditivo” (que, diz Freitas, teve uso da “máquina pública para a divulgação”);<sup>134</sup> “acesso a publicações de organismos internacionais”, “esforço [...] em inserir os alunos do Curso Normal do INES e dos Cursos de Especialização nas discussões”...<sup>135</sup>

---

<sup>132</sup> Freitas (2016, p. 101).

<sup>133</sup> Freitas (2016, p. 101).

<sup>134</sup> Freitas (2016, p. 107).

<sup>135</sup> Freitas (2016, p. 107).

Freitas, então, parte para o fechamento de sua construção — admirável — de um perfil biográfico de Ana Rímoli. Para ela, Ana Rímoli: “desempenhou o papel de mediadora cultural”, que a alinha em uma “categoria de intelectuais” que se refere “não somente às grandes personalidades que tiveram ampla abrangência de suas obras”. Igualmente, Freitas vê Ana Rímoli como alguém “acabou por consolidar a vocação do INSM/INES como centro nacional de formação de professores e irradiador de políticas públicas na área da deficiência auditiva”, com ações em forma de campanhas “promovidas pelo MEC”, “Conferência Nacional de Professores de Surdos”; não por acaso, conferência “idealizada por Ana Rímoli e professores colaboradores” e na qual ela apresentou trabalho sobre preparação de professor especializado. Como analisa Freitas,

[...] mais importante do que estes conhecimentos, para Ana Rímoli, o professor de surdos deveria apresentar verdadeira vocação para o magistério especial [...] sua personalidade “forte”, Dona Ana imprimiu ao programa de formação de professores do INES a sua marca pessoal e profissional, além de emprestar a este seus atributos de *intelectual* da área, colaborando.

De fato, Freitas aprofundou a tentativa de construir um perfil biográfico de Ana Rímoli; e tal aprofundamento derivou de consulta a um conjunto de fontes e estudos. Ela escreveu “De acordo com a análise que fizemos do *curriculum vitae*”, assim como de “FICHA FUNCIONAL [no INES], 1951–1961” — de onde saíram dados específicos da vida de Ana Rímoli —, portarias e decretos, jornal *Diário Oficial* e livros de Ana Rímoli (*Compêndio de educação de surdos*, 1954; *Introdução à didática da fala*, 1957; *Ensino oro-audio-visual para os deficientes da audição*, 1957; e *Manual de educação da criança surda*, 1957) e, é claro, os estudos afins à instituição e à educação nela ofertada. Surpreende que Freitas tenha construído um texto com tal alcance, em que pese o apoio de outros estudos.

Não por acaso, ao lado dos estudos de Rocha e de Cardoso e Herald Júnior, o trabalho de Freitas foi inspiração-chave, ponto de partida e parâmetro para desenvolver não só o argumento deste capítulo, como o tema da tese em geral. Por um lado, mostraram que o tema interessava à pesquisa; por outro, que o campo carecia de um tratamento mais detido, que partisse da compreensão dada para ampliá-la com o conteúdo derivável de outras fontes: fontes não consultadas, fontes obtidas, justamente,

em razão do foco em Ana Rímoli. Esse interesse foi uma justificativa bem recebida e avaliada pela filha dela. Prova isso sua generosidade e gentileza em abrir o arquivo familiar e até emprestar temporariamente parte do acervo documental, bibliográfico e iconográfico que mantém.

Nesse sentido, seguimos a trilha aberta pelos pesquisadores citados: acrescentar elementos, leituras e interpretações que possam fazer avançar o conhecimento biográfico de Ana Rímoli. Assim, procuramos compreender mais do passado dela pré-instituto para tentar entender *se* e *como* tal passado afetou o presente dela após assumir a direção dessa instituição.

## 2.2 De Mococa a Mooca: a ação docente e a formação teórico-pedagógica

Assim como Cardoso e Herold Júnior reiteraram Rocha sobre o local de nascimento de Ana Rímoli, nós reiteramos Freitas, que disse que ela era paulista de Mococa (e não da capital de São Paulo). Reiteramos também Rocha: o nascimento em 7 de outubro de 1912 e a paternidade, o casal Oda Ferraz Rímoli e Fernando Rímoli. Precisar o nascimento em Mococa é importante para delinear as origens familiares e a ascendência suscitada pelo sobrenome Rímoli. Os avós paternos eram “Domingos Rímoli” e “Anna Maria Amatto”; os maternos, “José Epiphaneo Ferraz” e “Bellarmina Ferraz”.<sup>136</sup> Como se infere, Ana Rímoli parece homenagear a avó paterna.

Com efeito, o sobrenome Rimoli é próprio da Itália, como sugere a figura a seguir, cujo mapa mostra a distribuição do nome através da Itália. Essa visualização seria um passo inicial para tentarmos sustentar a descendência italiana do pai de Ana Rímoli.

---

<sup>136</sup> MOCOCA. Distrito, município e comarca. Registro civil das pessoas naturais. Certidão de nascimento. Anna Rimoli. Datiloscrito, 1 folha. Cartório de registro civil, Mococa, SP, 9 de outubro de 1912. Consta a hora de nascimento: às “17 horas”.



paulista, publicou uma lista de nomes de pessoas que contribuíram com dinheiro para “a Escola Moderna de S. Paulo”, dentre as quais estava “Antonio Rimoli, 1\$”.<sup>141</sup> Igualmente, em lista de abaixo-assinado em prol de “Idalina Stamato, mysteriosamente desaparecida do Orfanato C. Colombo”; dentre os assinantes, estava o nome “José Rimoli”, da cidade de Jaboticabal.<sup>142</sup>

Essa procura por pistas que permitissem associar o sobrenome à pessoa e à origem levou ao *Almanach da Comarca do Amparo*, da cidade de Amparo, SP. Na edição de 1912 desse periódico, a seção “Município de Mocóca” informa os nomes dos alfaiates da cidade: “(Principaes), Braulino Brandão, Francisco Ferroni, Vicente Santonio, Manuel Oca, Miguel dos Santos, Alfredo Tudda, Leoncio Tudda, *Antonio Rimoli*, Vicente Mello, Alfredo Catelli”. Esse Antonio Rimoli alfaiate parece não se confundir com o Antonio Rimoli citado antes, que possivelmente era o “capitão residente em Jaboticabal” a que se refere o *Correio Paulistano* de janeiro de 1918.<sup>143</sup> A julgar pela quantidade de alfaiates (dez), os sobrenomes Catelli, Ferroni, Santione e Tudda indicam a presença italiana predominante no ramo em Mococa, além de sugerir que a alfaiataria era negócio, também, familiar, que talvez passasse de pai para filho, como de infere dos dois Tudda. Nesse caso, a julgar pelo sobrenome e pela função, o Rimoli alfaiate poderia ser, então, irmão do avô paterno de Ana Rímoli, Domingos Rímoli. Avô mencionado na entrevista com a filha dela, mas cujo nome não foi citado. Ela disse apenas que era alfaiate. Assim, é plausível a possibilidade de que Fernando Rímoli pudesse ter se iniciado no trabalho de alfaiate com um tio.

De fato, na cidade de Mococa de 1912, é provável que, em meio à população, uma parcela pequena demandasse serviços de alfaiataria, a exemplo da elite econômica da cidade alinhada na produção cafeeira. Se assim o for, podemos supor que a concorrência fosse acirrada entre os profissionais; e se for acertada a ideia de que os alfaiates “principaes” apareciam nos primeiros lugares da enumeração da lista, então Antonio Rimoli não estava entre eles, pois foi o oitavo a ser citado.

Filho de pai italiano, é provável que Fernando Rímoli estivesse na faixa etária 18–20 anos em 1912, pois o pai deve ter chegado ao Brasil após 1880. Como aprendiz ou alfaiate recém-alçado ao exercício da profissão por conta própria, pode ser que

<sup>141</sup> A LANTERNA. *A Escola Moderna em S. Paulo*. São Paulo, SP, sábado, 12 mar. 1910, n. 22, p. 3.

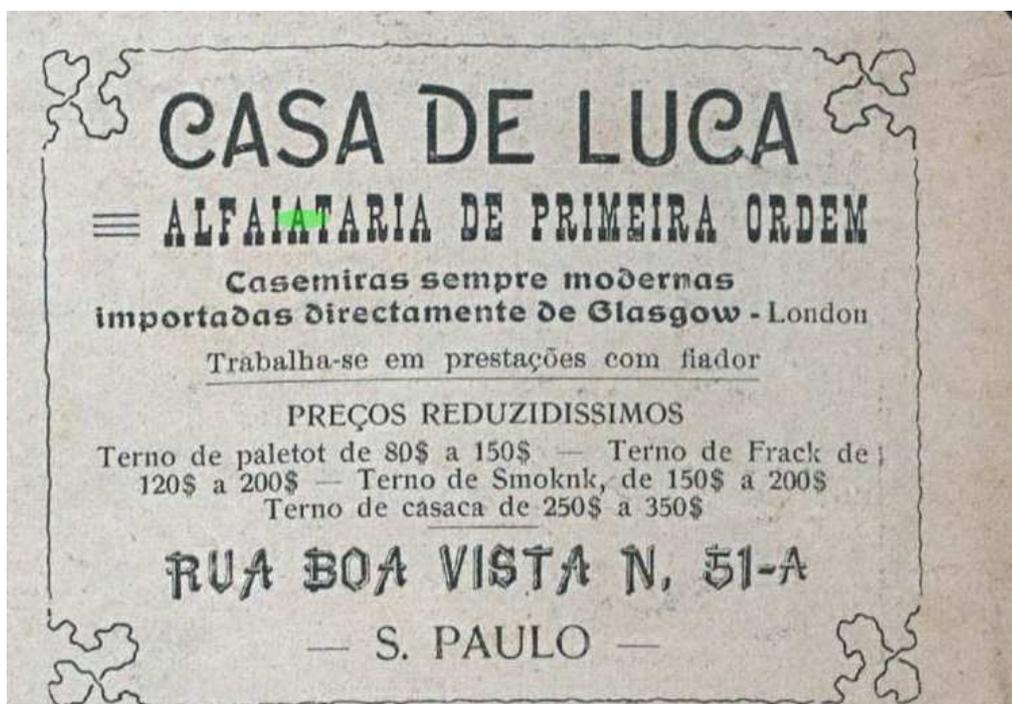
<sup>142</sup> A LANTERNA. [Bebedouro]. São Paulo, SP, 1910, n. 63, p. 3.

<sup>143</sup> CORREIO PAULISTANO. *Nupcias*. São Paulo, SP, sexta-feira, 18 jan. 1918, n. 19588, p. 4.

tivesse dificuldades para se sobressair no negócio em Mococa; e que a dificuldade tenha se intensificado pelo nascimento da segunda filha — Ana Rímoli, em 1912. Dito de outro modo, não haveria lugar para o Fernando Rímoli-alfaiate-pai-de-família em Mococa em meio a tantos concorrentes. São Paulo deve ter lhe parecido um mercado mais promissor, inclusive para a educação da prole.

De fato, a mudança dos Rímoli para a capital — não ficou claro se foram os avós e os pais ou se só estes — pode ser vista como tentativa de contornar as limitações da demanda por serviços de alfaiataria. Na capital, a necessidade de alfaiates seria maior em razão do tamanho da população e da diversidade da demanda. É claro, a concorrência não ficaria atrás, como podemos inferir da figura a seguir.

FIGURA 7 – Anúncio de serviços de alfaiataria na cidade de São Paulo



Reprodução de anúncio publicado na segunda página do jornal *Illustrazione Coloniale*, da capital paulista, e no tamanho um quarto de página<sup>144</sup>

Como sugere o anúncio exibido na figura, o grau da concorrência e dos riscos. A página e a posição do anúncio no jornal sugerem que era preciso se fazer notar em meio a uma oferta volumosa de serviços. A possibilidade de parcelamento do valor reforça essa ideia; mas a exigência de fiador nos diz do risco de não receber, da inadimplência.

<sup>144</sup> ILLUSTRAZIONE COLONIALE. São Paulo, SP, ano 1914, n. 1, p. 2.

Os Rímoli se estabeleceram e conseguiram educar a prole: Odete e Ana, Benedito e Wander. As fontes são escassas para um entendimento da vida escolar da Ana Rímoli, irmã e irmãos; mas há alguns registros na imprensa paulistana que oferecem dados importantes, a exemplo das escolas onde estudaram. Assim, articulamos alguns fatos públicos da vida escolar discente de Ana Rímoli na tentativa de compor seu perfil como estudante.

Em setembro de 1923, quando Ana Rímoli estava prestes a fazer 11 anos de idade, seu nome apareceu associado à Escola Normal do Brás. Criada em dezembro de 1912 (FIG. 6) e instalada em 31 de março de 1913, essa escola abrigou o Terceiro Grupo Escolar do Brás, derivado da seção feminina do Grupo Escolar do Brás (este criado 1898).<sup>145</sup>

FIGURA 8. Escola Normal do Brás, cidade de São Paulo, 1925<sup>146</sup>



Primeiro edifício, construído em 1912. Tem valor histórico elevado na evolução educacional do estado de São Paulo, ao lado mais de 120 escolas públicas na capital e no interior. Foi tombado pelo Conselho do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, conforme publicação do *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, de 7 de agosto de 2002, p. 1 e 52.<sup>147</sup>

<sup>145</sup> FONTE: CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO MARIO COVAS/CREMC. Escola Normal do Braz. Atual: EE Padre Anchieta. São Paulo – SP. Disponível em: [http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/neh/1911-1915/1913\\_braz.pdf](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/neh/1911-1915/1913_braz.pdf). Acesso em: maio 2020.

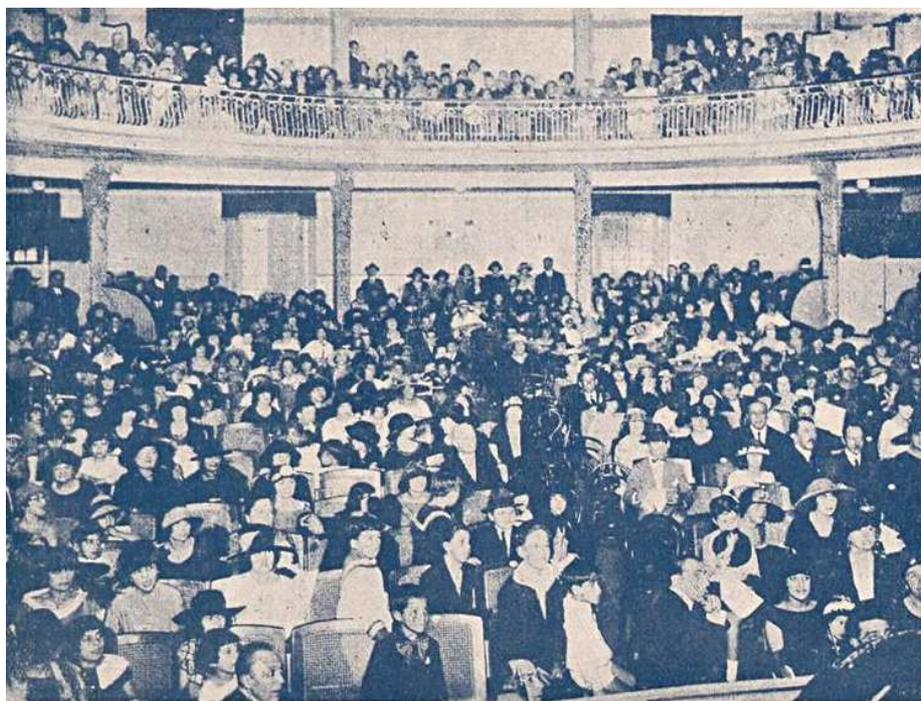
<sup>146</sup> WIKIMEDIA. Escola Normal do Brás (1925).

[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Escola\\_Normal\\_do\\_Br%C3%A1s\\_\(1925\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Escola_Normal_do_Br%C3%A1s_(1925).jpg)

<sup>147</sup> Citação de CREMC (2021).

Pelo que se lê no *Correio Paulistano* de setembro de 1923, Ana Rímoli estudava no “Grupo [Escolar] Modelo anexo á Escola Normal do Braz”, pois seu nome estava inscrito na lista de atividades para comemorar o Dia da Árvore. Dentre dezesseis atividades ao longo do dia, a de Ana Rímoli — “Homenagem á canna de assucar” — foi a 13<sup>a</sup>.<sup>148</sup> Mais que isso, aos 10 anos de idade, recém-completos, ela já se envolvia com atividades de teor artístico e pedagógico fora da escola. Exemplo claro é da “Tarde da criança”,<sup>149</sup> evento que reunia pais e filhos em espaços de auditório como teatros e salas de cinema. O nome de Ana Rímoli aparece em nota sobre a edição de outubro de 1922 do evento, quando ela se juntou a um grupo de canto de meninas “discipulas da senhorita Zoraide Vianna”.

FIGURA 9. Teatro Boa Vista, na capital paulista, em dia do evento “Tarde da Criança”, 1923



Ainda que seja do ano seguinte ao que teve Ana Rímoli cantando, a fotografia dá uma medida da frequência. A visão de pessoas em pé ao fundo (segundo plano) e no mezanino sugere lotação esgotada, ou seja, o prestígio do evento<sup>150</sup>

<sup>148</sup> CORREIO PAULISTANO. *Festa das arvores*. São Paulo, SP, domingo, 30 set. 1923, n. 21634, p. 2.

<sup>149</sup> “A tarde da criança” foi uma associação paulistana fundada em 1921. Tinha “por fim prodigalizar divertimentos inofensivos ás crianças paulistas e, não só inofensivos á alma ingênua dos pequeninos, mas também instructiva e moraes [...] corresponde ás mais justas aspirações das famílias” e “conta a seu serviço nomes que são uma garantia de victoria”. CORREIO PAULISTANO. *A tarde da criança*. São Paulo, SP, sábado, 26 nov. 1921, n. 20.976, p. 3.

<sup>150</sup> FONTE: A VIDA MODERNA. São Paulo, SP, 17 jan. 1923, n. 446, p. 425

A leitura de veículos da imprensa paulistana permite entender que a professora Zoraide era normalista atuante no primeiro grupo escolar do bairro do Braz (1920), ativa na sociedade Tarde da Criança, envolvida com as tradições católicas (congressos e festejos de louvor) e ativa em eventos beneficentes e de assistência social filantrópica a sanatórios e maternidades, respectivamente.<sup>151</sup> Tal atitude convergia para os fins do evento “Tarde da criança”, pois este incluía a promoção de espetáculos mensais cuja “renda líquida” era revertida em “benefício dos estabelecimentos que socorrem a infância desvalida e do patrimônio da própria instituição”.<sup>152</sup>

Da participação de Ana Rímoli desde idade tenra em tais eventos nos leva a pensar que teve contato com discursos associando educação e assistencialismo, seja em ações institucionais ou gestos individuais. Ainda que tais dimensões pudessem ser abstratas demais para a mente de uma menina de 10 anos de idade, cremos que o envolvimento direto dela tenha proporcionado experiências que conseguiu em reter e repertoriar em sua memória. Em certa medida, o trabalho com pessoas surdas conteria elementos com que ela teve contato em seu passado, a exemplo da necessidade de assistir internos cujas famílias dispunham de recursos materiais parcos.

O nome de Ana Rímoli se destaca, também, em atividades comemorativas intraescolares. Em maio de 1923, como aluna da agora Escola Modelo, teve seu nome — “Anna Rímoli” — destacado entre as “alumnas da [Escola] Modelo [que se] sobressahiram”.<sup>153</sup> Como se pode inferir dessas informações, ela se encaminhava para se tornar normalista, assim como a irmã, “Odette Rímoli”, que em abril de 1939 era “alumna da Escola Normal”.<sup>154</sup> Assim, a docência é um ponto de partida pertinaz para construir um entendimento da trajetória profissional e de formação de Ana Rímoli; trajetória esta que a levaria a cargos elevados na hierarquia do funcionalismo do Ministério da Educação. Isso porque sua experiência pedagógica e docente no instituto nacional pode ser, de algum modo, tributária da experiência acumulada nos anos pré-entrada dela no ministério.

---

<sup>151</sup> *A Gazeta, A cigarra, Correio Paulistano, O Combate e Diário Nacional*

<sup>152</sup> O COMBATE. *A tarde da criança*. São Paulo, SP, terça-feira, 17 out. 1922, n. 2.212, p. 3

<sup>153</sup> CORREIO PAULISTANO. Descobrimto do Brasil [“Escola Normal...”]. São Paulo, SP, sexta-feira, 4 maio 1923, n. 21.486, p. 3

<sup>154</sup> CORREIO PAULISTANO. Gymnasio “Oswaldo Cruz”. São Paulo, SP, domingo, 30 abr. 1939, n. 25.505, p. 6.

### 2.2.1 Iniciação à docência: professora em grupo escolar e escola particular

De fevereiro a março de 1931, Ana Rímoli se viu em meio a trâmites burocráticos para se iniciar na docência profissional. Em 24 de fevereiro, foi assinado o termo que nomeava a “[...] professora Anna Rimoli, para o cargo de substituta efectiva do 1º Grupo Escolar da Moóca, nesta capital”. Em 3 de março, ela “prestou compromisso” de exercício do cargo. A nomeação “para o 1º, na Moóca” foi publicada na imprensa no mesmo dia.<sup>155</sup> Tal grupo escolar, criado em 1906, havia evoluído de escola com instalações malquistas para escola de destaque na imprensa. Foi notícia na imprensa de regiões extremas como Pernambuco e Santa Catarina por ter sido pioneira no uso pedagógico da exibição cinematográfica.<sup>156</sup>

Ainda em 1931, Ana Rímoli iniciou sua formação complementar. Em março de 1931, o jornal *A Gazeta* publicou os resultados de um “concurso entre os 176 candidatos incriptos” para um “Curso de Aperfeiçoamento” ofertado pelo Instituto Pedagógico. Ela ficou em 27º lugar, com 62,5 pontos. A necessidade de concurso se justificou porque a matrícula estava “limitada em cinquenta alumnos”. O concurso “versou sobre uma these simples de psychologia e resolução de alguns testes, destinados a verificar o nivel intellectual dos candidatos”.<sup>157</sup>

Em dezembro de 1933, Ana Rímoli concluiu um curso de aperfeiçoamento pedagógico no Instituto Caetano de Campos, cujo diretor era então Fernando de Azevedo. “Visto ter concluído os seus estudos no Curso de Aperfeiçoamento Pedagógico deste Instituto”,<sup>158</sup> Ana Rímoli poderia gozar de “regalias constantes” no artigo 30 de decreto 4.888.<sup>159</sup> Curiosamente, houve enganos na atribuição de média na pontuação: acima de 82 de início, acima de 81 com a revisão de notas. Mais que desmerecer o desempenho da aluna, a confusão punha em xeque os critérios de

---

<sup>155</sup> DIÁRIO NACIONAL. *Para substituir adjuntos licenciados*. São Paulo, SP, quinta-feira, 24 fev. 1931, n. 1.144, “Instrução publica”, p. 5

<sup>156</sup> SÃO PAULO. Secretaria d’Estado dos Negócios do Interior. [Termo de nomeação de professor]. São Paulo, SP, 24 de fevereiro de 1931, impresso com manuscrito, 1 folha, frente e verso.

<sup>157</sup> A GAZETA. *Instituto Pedagógico de São Paulo*. São Paulo, SP, terça-feira, 3 mar. 1931, n. 7.517, p. 3.

<sup>158</sup> É importante compreender mais do instituto, em especial do programa, para reconhecer uma eventual influência da formação nessa escola sobre a formação intelectual de Ana Rímoli.

<sup>159</sup> As “regalias” do decreto 4.888 seriam estas: “Artigo 30 – Os diplomados pelo curso de aperfeiçoamentos do Instituto Pedagogico poderão ser nomeados para as cadeiras isoladas do municipio da Capital independentemente de concurso; e terão preferencia para a nomeados de inspectores, delegados de ensino e directores de grupos escolares”.

avaliação e os cuidados com a atribuição de notas de uma escola formadora com tanto respaldo do governo paulista (FIG. 8)

FIGURA 10. Verso de certificado de conclusão de curso anotações de registro



“A média geral do presente diploma é 81, 87 e não 82,18 como foi registrado”

Uma nota sobre pedido de retificação de informação publicada em edição de outubro de 1934 do *Correio de S. Paulo* sugere que Ana Rímoli, de algum modo, havia se envolvido com atividades do Instituto de Educação, onde havia se formado um ano antes. O nome da professora Noemi Silveira, “chefe do Serviço de Psychologia” do instituto, foi atribuído a uma entrevista dada ao jornal. Ela esclareceu, porém, que “Tal entrevista” havia sido “dada ao repórter do ‘Correio de S. Paulo’, com autorização de sr. diretor do Instituto de Educação” pela professora “Stella de Miranda Azevedo”, que dirigia “a referida pesquisa, e pelas alunas Enedina Mattos, Maria José Cardoso Gomes, Renata Graziano, Jacyra Fragnan e Ana Rímoli”.<sup>160</sup>

<sup>160</sup> CORREIO DE S. PAULO. *Instituto Pedagógico de São Paulo*. São Paulo, SP, segunda-feira, 22 out. 1934, 732, p. 2

FIGURA 11. Alunas envolvidas com atividades de pesquisa no Instituto de Educação, Universidade de São Paulo, 1934



A ilegibilidade da reprodução da fotografia impede um reconhecimento preciso de Ana Rímoli em meio ao grupo de moças; mas parece ser a segunda da direita para da esquerda, com roupa toda clara e sorrindo.<sup>161</sup>

Em novembro de 1934, a “Escola de Professores da Universidade de São Paulo” encerrava seu primeiro curso de formação para “aperfeiçoar e dispensar ensinamentos técnicos às professoras já formadas, pelas Escolas Normas do Estado”. O curso era de “mais dois anos de aperfeiçoamento”, enquanto a matrícula se vinculava ao “concurso [concorrência] de notas”. Com status de superior, oferecia às “alumnas oportunidade de desenvolverem e aperfeiçoarem conhecimentos de philosophia, pedagogia, sociologia de muitas outras matérias indispensáveis a todos que se dedicam ao magisterio”. Dentre os nomes que compunham a primeira turma, estava o de Ana Rímoli.<sup>162</sup> A diplomação foi em 4 de janeiro de 1935, no “Theatro Municipal”, em “sessão solene do encerramento do anno letivo do curso”, quando discursou Fernando de Azevedo,

<sup>161</sup> CORREIO DE S. PAULO. *Estão sendo feitos interessantes estudos sobre psychologia infantil nos grupos escolares* [fala ao “Correio de S. Paulo a professora d. Noemi Silveira]. São Paulo, SP, quarta-feira, 17 out. 1934, 732, p. 3.

<sup>162</sup> CORREIO PAULISTANO. *Universidade de São Paulo*. São Paulo, SP, segunda-feira, 25 nov. 1934, 24.133, “Pelos escolas”, p. 7.

“paranympho dos formandos” e “lente de sociologia da Escola de Professores”. Dentre outros pontos, a “seleta assistencia” o ouviu dissertar “largamente sobre a história Universidades e a influencia preponderante que esses estabelecimentos de ensino superior exercem em todas as camadas sociais”.<sup>163</sup>

Por ocasião de sua formatura, Ana Rímoli era professora “adjunta do grupo escolar de Guarulhos”, como se lê em nota da secretaria de Educação de São Paulo informando que professores concluintes do curso da Escola de Professores estariam dispensados da “comissão em que foram declarados junto ao Instituto de Educação”.<sup>164</sup> Em maio de 1940, o nome dela ainda aparecia associadamente a tal cargo e escola, ou seja, sobre “licenças concedidas”, dentre as quais a de “d. Anna Rímoli”, para “30 dias: a contar de 18 de abril”.<sup>165</sup>

As fontes permitem supor que, enquanto atuava como “adjunta no grupo escolar de Guarulhos”, Ana Rímoli prestava serviços no Instituto de Educação, onde havia se formado e estabelecido relações de estudo, como se viu. Em nota de coluna social do *Correio Paulistano* de maio de 1938, lê-se sobre a recepção — “um chá” — a ser feita ao professor “dr. Antonio Ferreira de Almeida [...] em regosijo pela sua volta a esse Instituto”. Quem desejasse “dar sua adesão a essa homenagem” podia ir ao instituto e falar pessoalmente com “professoras [...] no Laboratorio de Psychologia” e “telephonar [...] das 8 ás 10 para a professora Ana Rímoli”.<sup>166</sup> O tipo de trabalho, a faixa de horário e o tempo de trabalho sugerem que o trabalho dela no instituto era voluntário, pois sua atividade central seria a docência primária.

Essa possibilidade de trabalho voluntário ganha mais corpo caso se considerem notícias sobre um congresso de psicologia e outras áreas em São Paulo. É possível notar que as relações com a pesquisa na área de psicologia mantida com o corpo docente do instituto parecem ter evoluído para um envolvimento maior de Ana Rímoli com a formação no campo da psicologia, sobretudo com o que poderíamos ver como um tipo de “grupo de estudo”. Nesse sentido, seu nome foi confirmado para participar do “1º

---

<sup>163</sup> CORREIO PAULISTANO. *Universidade São Paulo*. São Paulo, SP, sábado, 5 jan. 1935, n. 24167, p. 3.

<sup>164</sup> CORREIO PAULISTANO. *Secretaria de educação*. São Paulo, SP, domingo, 5 fev. 1935, n. 24.194, “Actos officiaes”, p. 11.

<sup>165</sup> CORREIO PAULISTANO. *Secretaria da Educação e Saúde Pública*. São Paulo, SP, domingo, 28 maio 1940, n. 25.835, p. 10.

<sup>166</sup> CORREIO PAULISTANO. *Anniversarios*. São Paulo, SP, domingo, 29 maio 1938, n. 25220, “Vida Social”, p. 6.

Congresso Paulista de Psychologia, Neurologia, Psychiatria, Endocrinologia, Identificação, Medicina Legal e Criminologia”, que se realizou a partir de “24 de julho” de 1938, na “Faculdade de Medicina”.

Ana Rímoli participou do congresso em duas vertentes. Uma delas foi com a publicação de um texto no congresso, “Psychologia do desenho infantil (uma compilação e uma bibliographia)”. Seu tema entrou na “Secção de Psychologia”, sob a “presidência d. professora d. Noemy Silveira Rudolfer”. E nessa seção ocorreu a outra forma de participação de Ana Rímoli: como “assist[ente]”,<sup>167</sup> ou seja, como alguém que ajudou a organizar o evento. Fica clara a relação entre o texto da assistente e da presidente. Rudolfer inscreveu o texto “Resumo histórico e o presente estado as sciencia psychologica”. Podemos inferir que o levantamento bibliográfico feito por Ana Rímoli fosse útil à apresentação da psicologia como ciência, pois daria uma medida do que foi publicado. Além disso, a ideia de compilar fatos associados com o desenho infantil poderia ser uma síntese útil ao “Resumo histórico” de Rudolfer.

O congresso foi aberto em 24 de julho, “no salão nobre da Faculdade de Medicina”, com a presença do “Secretario de Educação”, Alvaro Guião, e “altas autoridades estaduaes e municipais”. “Abrindo os trabalhos”, falou “o Dr. Alvaro Guião, que “usou da palavra para falar de seu pertencimento à categoria dos médicos”. Mais que isso, Ana Rímoli — e os demais presentes no “Salão majestoso da *elite da intelectualidade paulista*” (grifo nosso) — pôde ouvir Guião elogiar o regime de Vargas nestes termos:

O illustre sr. Interventor Federal e o seu modesto Secretario da Educação e Saúde Publica não se esquecem que são medicos, que viveram e vivem dentro da Medicina, afastados num parenthesis occacional da vida, para o sector dos negocios publicos, onde procuram ser uteis á sua terra, no justo anseio de consertar e construir, mas tendo sempre em mira as diretrizes nobres da nossa profissão, que é toda alheimento [sic] de si mesmo em benefício do seu semelhante, na consagração suprema e apothetica dos postulados altruisticos do Evangelho, prégado por Jesus, Nosso Senhor.<sup>168</sup>

---

<sup>167</sup> CORREIO PAULISTANO. *1º Congresso Paulista de Psychologia, Neurologia, Psychiatria...* São Paulo, SP, quarta-feira, 19 jun. 1938, n. 25238, p. 10

<sup>168</sup> CORREIO PAULISTANO. *A instalação do 1º Congresso Paulista de Psychologia e Psychiatria.* São Paulo, SP, quarta-feira, 27 jul. 1938, n. 25270, p. 4.

Quase dois anos depois, Ana Rímoli ampliou sua participação em eventos alinhados no campo da educação em São Paulo, dessa vez no salão da Associação Brasileira de Educação. Mais uma vez, expôs-se à celebração do regime de Vargas. Na ocasião, a tônica foi uma faceta importante do ideário nacionalista do Estado Novo: a unidade nacional pela unidade linguística; e quem deu o tom da fala foi o “Major Aristoteles Lima Câmara, vice-presidente do Conselho de Imigração e Colonização”, para quem “nacionalizar o ensino” era “obra que o Estado Novo já realizou”, conforme lemos no *Correio Paulistano*. No dizer do “conferente”, bastou “substituir a escola [isto é, o ensino] estrangeira pela nacional correspondente, sem permitir o funcionamento das primeiras”. Lima Camara havia visitado “nucleos coloniaes estrangeiros, por onde andou”, e fez observações sobre “meios practicos para incutir no espírito das crianças estrangeiras, ou brasileiras filhas de estrangeiras, a idéa de unidade nacional”; por exemplo, “escolher professores estrangeiros nacionalizados, de cultura superior á dos colonos, para que fossem mais bem compreendidos, mormemente pelas crianças estrangeiras natas, que ainda não conhecem nosso idioma”. A conferência teria “produzido viva impressão [...] perante numerosa e escolhida assistencia”, cujo exemplo de reação notado pelo redator foi justamente a reação de Ana Rímoli:

Num gesto espontaneo e sympathico, a professora Ana Rímoli, de São Paulo, relatou um facto, relacionado com a conferência, um “rasgo bellissimo de brasilidade”, de uma collega, Maria Calado Flores, de Santa Catharina, no ensino do idioma nacional, em núcleo estrangeiro, pedindo, para esta, como homenagem, uma salva de palmas.<sup>169</sup>

Com efeito, como professora no Estado Novo, Ana Rímoli teve de se sujeitar às formas de controle que o governo Vargas impôs à sociedade. No caso de docentes sem vínculos formais de trabalho com o Estado eram obrigados a se registrarem no “Departamento de Educação”, que expedia um “registro de professor particular”. O documento, além de dados pessoais, o documento especifica o nível de atuação. O registro de Ana Rímoli foi assinado em dezembro de 1938.

---

<sup>169</sup> *Gazeta de Notícia*. A nacionalização do ensino. Rio de Janeiro, RJ, quarta-feira, 21 fev. 1940, n. 42, p. 7. As relações entre língua e Estado Novo têm sido estudadas por muita gente, a exemplo de obra de Eni Pulcinelli, a ser lida para fundamentação desse quesito.

FIGURA 12. Registro de Ana Rímoli de professora particular, 1938<sup>170</sup>

**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**

**REGISTO DE PROFESSOR PARTICULAR**

1.ª VIA N.º 3.513

Atesto que o sra. Ana Rímoli

brasileira (NACIONALIDADE), solteira (ESTADO CIVIL), de 26 anos de idade,

está registado no Departamento de Educação como professor particular de

curso primario.

S. Paulo, 10 de dezembro de 1938

Chefe da Secção do Ensino Municipal e Particular

NOTA - O presente atestado ficará arquivado na escola durante o exercício do professor.

A ideia de controle se projeta na prescrição da “nota de rodapé” do documento: o registro ficaria “arquivado na escola durante o exercício de professor”. Caso se possa ver no documento de registro profissional uma forma de identificação, sobretudo pelo uso da fotografia do tipo três-por-quatro, então a retenção do registro na escola limitava seu uso em circunstâncias em que a profissional precisasse se identificar. Mais que isso, o histórico da atividade docente dos professores particulares ficava registrado nas escolas como dado passível de ser informado em eventuais relatórios escolares a pedido do Departamento de Educação do estado. No caso de Ana Rímoli, a emissão do registro coincide não só com a criação do Departamento de Educação, mas também, e sobretudo, com sua atuação na “Esc. Graduada S. Paulo”.

O registro de professora particular se abre a outra inferência: a de que Ana Rímoli preferiu não se vincular a uma escola específica; ou seja, ela teria visto mais vantagem em atuar em várias instituições escolares do que em se fixar em uma escola e nela desdobrar sua carreira. Como vimos, ela permaneceu como “adjunta” de grupo escolar entre 1935 e 1940, mas ficou livre para atividades extras, como os cursos de

<sup>170</sup> FONTE: SÃO PAULO. Departamento de educação. *Registro de professor particular*. Impresso datiloscrito, fl. única, frente e verso, assinada. São Paulo, 10 de dezembro de 1938.

formação e a participação em eventos de formação. Se for plausível essa possibilidade, então poderíamos pensar que ela tivesse interesses mais ambiciosos como profissional, como sugerem seus investimentos em cursos de formação e eventos congressos e em atividades ao longo do decênio de 1930. As áreas de interesse se abrem à suposição de que ela pretendeu ampliar o escopo não só de sua formação docente, mas também de sua compreensão conceitual.

Com base nessas informações e observações, podemos vislumbrar dois movimentos na ação profissional de Ana Rímoli. Um movimento se refere à prática: ao trabalho pedagógico mesmo, seja a docência, sejam outras funções escolares. Afinal, ela precisava trabalhar para sobreviver. O relato da filha se refere às condições financeiras da família naquele momento. Em São Paulo, como filha de pai alfaiate e mãe dona de casa, Ana Rímoli não tinha recursos para fazer cursos de aperfeiçoamento que não fossem os ofertados por instituições públicas. Ainda segundo a filha, toda a educação da mãe foi na escola pública — e seria sempre com destaque. Pelo que disse ela, os cursos de formação que a mãe fez lhe parecem uma via pela qual ela conseguiu se realizar pessoalmente.<sup>171</sup>

De fato, a formação seria o outro movimento na ação profissional de Ana Rímoli, isto é, à teoria (à reflexão): aos estudos que poderiam ampliar o escopo de sua formação normalista. Ela procurou aproveitar as oportunidades: do curso de formação Normal na USP à participação em congressos. O foco na formação (dedicação de tempo para) e o registro de professora particular (vinculação provisória com as escolas) permitem pensar que Ana Rímoli queria algo mais para a carreira. Ela não só não se vinculou a nenhuma escola de modo a sugerir trabalho permanente, como ainda se registrou como professora particular já em 1934, o que pode ser visto como indício de que ela desejava ter mobilidade na profissão. Dito de outro modo, ela procurou construir sua carreira sobre uma base sólida que lhe dava credibilidade. Os ingredientes eram o trabalho docente e pedagógico — em escola pública, em escola particular — e a formação com intelectuais como Fernando de Azevedo. Quando a oportunidade chegasse, estaria pronta. Eis por que caberia arriscar dizer que ela ambicionou algo além da docência escolar para sua vida como professora.

---

<sup>171</sup> R., L. Prado, BA, 6 nov. 2019. Tipo de arquivo [vídeo]. Entrevista concedida a Ana Beatriz da Silva Duarte na Pousada Campo de Maria.

### 2.3 A presença do MES na São Paulo dos anos 1930

Se for plausível a possibilidade de que Ana Rímoli almejasse outra carreira na educação que não a docência, então poderíamos presumir que uma opção viável seria tentar entrar na instituição-mor quando se falava em educação: o então Ministério da Educação e da Saúde. Nesse sentido, atuando como professora em escolas variadas e frequentando cursos em São Paulo na década de 1930 é improvável que Ana Rímoli tenha ficado alheia a assuntos relativos ao ministério, então uma instituição recém-criada. Ao mesmo tempo, como professora atenta à sua formação, é provável que se interessasse pela cobertura que a imprensa de São Paulo dava a questões educacionais. Noutras palavras, seria plausível pensar que ela pôde acompanhar os desdobramentos do ministério sucessivos à sua criação, seja a estruturação funcional do órgão, com definição de espaço físico específico, seja a abertura de concursos, pois espaço mais adequado criaria condições para ampliar o quadro funcional da instituição.

Como professora particular, Ana Rímoli pôde circular profissionalmente por instâncias diversas: do grupo escolar à escola formadora, da sala de aula à sala de secretaria, de escola pública à escola particular, de escola para brasileiros a escolas para filhos de cidadão dos Estados Unidos no Brasil, para ficar em alguns exemplos que vale lembrar aqui. Nesse sentido, a possibilidade de socialização que sua atuação em várias instituições e contextos educacionais (trabalho e estudo) criava era a possibilidade de dialogar com pares e diretores, com quem talvez circulassem por lugares onde tinha acesso a informações que não se liam nos jornais. Podemos pensar no contato dela com Fernando de Azevedo como interlocutor a quem ela pode ter exposto seus interesses, suas intenções e suas metas profissionais.

#### 2.3.1 *O Ministério da Educação e da Saúde na imprensa: fatos, elogios, críticas e ironias*

Por outro lado, não podemos ignorar o papel da imprensa como meio de divulgação em massa, pois o MES foi assunto recorrente em jornais variados do país. O quadro a seguir dá uma medida da circulação do nome ministério da educação na imprensa do país na década 1930. De fato, é uma leitura um tanto superficial, mas que ajuda a corroborar o argumento de que os jornais possibilitaram acompanhar a movimentação no novo ministério

QUADRO 1. Menções da expressão “ministério da educação” na imprensa durante a década de 1930<sup>172</sup>

 <b>Hemeroteca Digital Brasileira</b> UF: - Período: 1930 - 1939		<input type="text" value="Ministério da Educação"/> <input type="button" value="Pesquisar"/>	Ocorrências 32.418	Acervos 642	Páginas 5.436.624	
<small>*Para uma frase exata, coloque as palavras entre aspas. Ex.: "mundo verde"</small>						
<input type="text" value="ano 193"/> <input type="button" value="Ajuda"/>						
Descrição	Páginas	Ocorrências ▼	Opções			
Jornal do Brasil (RJ) - 1930 a 1939	98239	3873	+			
Correio da Manhã (RJ) - 1936 a 1939	55657	3808	+			
A Noite (RJ) - 1930 a 1939	69513	2888	+			
Jornal do Commercio (RJ) - 1930 a 1939	62505	2698	+			
Diario de Noticias (RJ) - 1930 a 1939	41882	2646	+			
O Jornal (RJ) - 1930 a 1939	54381	2352	+			
Diario Carioca (RJ) - 1930 a 1939	41309	1695	+			
Descrição	Páginas	Ocorrências ▼	Opções			
Rio Negranser Zeitung (PR) - 1910 a 1943	1055	1	+			
O Povo (CE) - 1934 a 1937	122	1	+			
A Razão : Orgão do P. Republicano Matto-Grossense (MT) - 1926 a 1945	408	1	+			
Collecção das Leis Provinciaes de Mato Grosso (MT) - 1835 a 1912	16360	1	+			
Correspondente : Orgão da Uniao de Moços Catholicos (MA) - 1935	182	1	+			
Maranhão : Semanario da União de Moços Catholicos (MA) - 1937 a 1950	2594	1	+			
O Ministério do Trabalho, Industria e Commercio (RJ) - 1936 a 1947	657	1	+			
Monte Carmello (MG) - 1927 a 1937	399	1	+			
Gazeta de Paraopeba (MG) - 1935 a 1960	2878	1	+			
Jornal de Itabira (MG) - 1931	718	1	+			
Gazeta de Viçosa (MG) - 1938	28	1	+			
O Commercio (MG) - 1932 a 1934	172	1	+			
O Commercio : periodico commercial, litterario e noticioso (MG) - 1934	78	1	+			
O Tempo : organ independente e noticioso, dedicado aos interesses da zona do rio doce (MG) - 1933	124	1	+			
O Municipio : orgão independente e dedicado aos interesses geraes do municipio (MG) - 1915 a 1955	379	1	+			

Como se lê, a escala vai da 3,8 mil menções a 1 menção. Não por acaso, a então capital concentrava o grosso dos textos publicados em jornais que, de algum, modo se referiram ao Ministério da Educação e da Saúde. Lá estavam não só o maior número de jornais, mas ainda os jornais de circulação mais expressiva. Aplicando uma conta grosseira (32, 418 menções divididas por 642 títulos), teríamos uma média de 50,4 menções por título de cada unidade da federação indicada. Convém pôr a conta à prova considerando a presença da locução “ministério da educação” em jornais de São Paulo nos anos 1930. O quadro a seguir apresenta esses parâmetros localizados.

<sup>172</sup> FONTE: Hemeroteca da Biblioteca Nacional — montagem: Ana Beatriz da Silva Duarte.

QUADRO 2. Menções da expressão “ministério da educação” na imprensa durante a década de 1930<sup>173</sup>

Descrição	Páginas	Ocorrências	Opções
Correio Paulistano (SP) - 1930 a 1939	32293	868	+
Correio de S. Paulo (SP) - 1932 a 1937	11808	97	+
Diário Nacional : A Democracia em Marcha (SP) - 1927 a 1932	15990	66	+
A Gazeta (SP) - 1914 a 1933	43287	56	+
Revista do Professor (SP) - 1934 a 1956	1924	13	+
O Commentario (SP) - 1931	2009	2	+
Nosso Jornal (SP) - 1936 a 1940	942	2	+
O Diário de Santos (SP) - 1939	60	2	+
Revista do Arquivo Municipal (SP) - 1936 a 1946	4346	1	+
Il Pasquino : Coloniale (SP) - 1915 a 1939	22922	1	+
O Homem Livre (SP) - 1933 a 1934	108	1	+
A Cigarra (SP) - 1917 a 1975	81310	0	+

Como se lê, a escala fica muito aquém. A aplicação da mesma conta grosseira leva à média de 34,6 menções por jornal listado. Além disso, note-se a diferença numérica entre o primeiro e o segundo lugares e da terceira posição à quinta. A diferença de um para outro parece ser equilibrada; em São Paulo, é de quase nove vezes. Igualmente, na capital do estado o grosso dos textos citando o Ministério da Educação e da Saúde está em jornal da capital, o *Correio Paulistano*. Em que pesem as diferenças numéricas exposta no quadro para avaliarmos a imprensa do Rio de Janeiro como mais desenvolvida do que a de São Paulo na primeira metade do século XX, interessa mais o conteúdo dos textos. Interessa ter uma medida do que se dizia do ministério na imprensa paulista e de notícias passíveis de criarem expectativas de emprego para profissionais como Ana Rímoli.

As menções ao ministério da educação na imprensa de São Paulo nos anos 1930 ocorrem em textos variados: de nota breve a notícia de coluna inteira. Ocorrem em textos informativos de questões relativas à instituição e seus funcionários, assim como em textos de crítica.

<sup>173</sup> FONTE: Hemeroteca da Biblioteca Nacional — montagem: Ana Beatriz da Silva Duarte.

Em edição de 1935, a *Revista do Professor*, então dirigida por Sud Menucci, aliou o nome do ministério à realização de congressos, como o primeiro Congresso Brasileiro de Educação de Ensino regional, que teria tido “alto o patrocínio do Ministério da Educação e da Saúde”;<sup>174</sup> outra edição de 1935 se referiu ao decreto 23.028/1933, que regulava questões de ortografia;<sup>175</sup> edição de 1937 divulgou “estatísticas organizadas pelo Ministério da Educação e Saúde” sobre investimentos em educação e cultura realizados pelos municípios brasileiros em 1933”.<sup>176</sup> Outro exemplo de veiculação de textos afins ao Ministério da Educação e da Saúde são as críticas, que apareciam aqui e ali. A revista *O Comentário* foi ativa nesse sentido; por exemplo, a edição de 1931 republicou “um vibrante artigo [...] publicista [jornalista] Hamilton Barata”, onde este diz por que foi contra a Revolução de 1930. O artigo dizia: “A revolução venceu [...] mas os chefes da Aliança [da qual Barata havia sido ‘fervoroso propagandista] e próceres da Revolução foram aquinhoadaos da maneira que passo a enumerar”. O texto então lista nomes e atributos: “RODRIGO DE MELLO FRANCO, sobrinho do sr. Afranio de Mello Franco — Director da Secretaria do Ministerio da Educação, como 36:000\$000 annuaes e automóvel e gazolina á disposição”; o tio era vista como “o propheta da Revolução, sub-“leader” de Minas na Camara Federal — Ministro das Relações Exteriores, como 90:000\$00”.<sup>177</sup>

Nesse sentido, supomos que, como matéria jornalística, o Ministério da Educação e Saúde tenha chegado aos olhos e ouvidos de Ana Rímoli. Professora atuante e atenta aos movimentos na área da educação (congressos, palestras, cursos...) em São Paulo, é provável que ela tenha ficado ciente, por exemplo, do primeiro concurso para preencher vagas no ministério, bem como do cargo de técnico em educação e de pessoas aprovadas para tal.

---

<sup>174</sup> REVISTA DO PROFESSOR. *Primeiro Congresso Brasileiro de Educação de Ensino regional*. São Paulo, SP, dez. 1934/jan. 1935, ano 1, n. 8, p. 3.

<sup>175</sup> REVISTA DO PROFESSOR. *Ainda a questão da ortografia*. São Paulo, SP, mar.–abr. 1935, ano 2, n. 10, p. 26.

<sup>176</sup> REVISTA DO PROFESSOR. *As despesas municipais com a educação em 1933*. São Paulo, SP, mar.–abr. 1937, ano 4, n. 18, p. 22.

<sup>177</sup> O COMENTÁRIO. *Interessante ról de... desinteressados*. São Paulo, SP, mar.–abr. 1931, ano 4, n. 7, p. 391–2.

Com efeito, a imprensa veiculou notícias que podem ser lidas como indícios de que logo o Ministério da Educação e da Saúde começaria a abrir concursos. Essa possibilidade se projeta em textos que nos informam sobre desdobramentos pós-criação do ministério, em especial na estruturação do corpo funcional, na abrangência institucional e no espaço físico. Num primeiro momento, podemos entender que o procedimento foi remanejar funcionários para fazer o ministério funcionar cotidianamente; depois, as atenções se voltaram à mudança de espaço físico, em que se destaca a ideia de um prédio próprio — maior e monumental.

### 2.3.2 *Pessoal e espaço: antecedentes do concurso para técnico em educação*

Uma vez criado o ministério da educação, a estruturação de seu funcionamento foi regulada pelo decreto de 14 de novembro de 1930, que prescreveu o aproveitamento “de todo pessoal das repartições que passaram a constituir o novo [sic] Ministério da Educação”.<sup>178</sup> De início, ao ministro foi sugerida a necessidade,

[...] de passarem a ser submettidas aquella nova pasta a Bibliotheca Nacional e Archivo Nacional, a Assistência de Pachycopathas, a Casa Ruy Barbosa e o Museu Histórico repartições cujas finalidades estão ligadas muito mais ao do sr. Francisco Campos que ao do sr. Oswaldo Aranha. A mudança esvaziaria as funções: uma das secções do Ministério “[...] a de ‘Justiça’ não tem nada que fazer, seria extincta desde já, passando os seus funcionarios para nova secretaria de Educação e Saúde Pública”.<sup>179</sup>

Não por acaso, a imprensa destacou a dimensão do trabalho de estruturação: era justamente a “colossal massa de funcionarios que deseja se requisitada”. Ainda assim, em dezembro de 1930, a expectativa era que “Dentro em pouco” estaria organizado e “prompto a funcionar, com a efficiencia que é de desejar”.<sup>180</sup> A expectativa era justificável ante o que se dizia no Rio de Janeiro e era republicado em São Paulo:

<sup>178</sup> O COMENTÁRIO. [A redacção do parágrafo....]. São Paulo, SP, 15 jun. 1931, ano 2, n. 11, p. 20.

<sup>179</sup> A GAZETA. Repartições que deverão fazer parte do ministério da Educação e Saúde Pública. São Paulo, SP, sábado, 22 nov. 1930, n. 7.437, p. 3.

<sup>180</sup> A GAZETA. A organização do Ministério da Educação. São Paulo, SP, sexta-feira, 5 dez. 1930, n. 7.447, p. 1.

Ao que estamos informados, já foi devidamente organizada a secretaria do ministério da educação e saúde pública [...]. A nova repartição terá três directorias, uma encarregada dos assumptos referentes á instrucção; outra, de Saude Publica e outra de Contabilidade. Quanto aos funcionarios, seis sahirão do Ministerio da Justiça e os demais do Departamento do Ensino e da Saude Publica, sendo provavel o aproveitamento dos servidores do paiz, óra desoccupados.<sup>181</sup>

Esses encaminhamentos foram presumidos no decreto de 14 de novembro de 1930.<sup>182</sup> Mas, uma vez em funcionamento o ministério, impôs-se o problema do espaço físico. A solução foi erguer um prédio. Resolvido o problema do espaço físico, era preciso voltar as atenções ao quadro funcional: espaço maior acomodaria mais profissionais; isto é, criava condições para lançar editais de concursos para preenchimento de vagas.

### 2.3.3 *Oportunidade à vista: concursos do ministério da educação*

O procedimento de remanejar funcionários para fazer o Ministério da Educação e Saúde funcionar parece não ter bastado, sobretudo com prédio próprio — e monumental. No fim de 1938 houve concurso para o cargo de técnico de educação; mas não conseguimos localizar registros da participação de Ana Rímoli. Em 1940, a imprensa noticiou o que seria a oportunidade que, talvez, ela vislumbrasse e aguardasse (como tantas outras pessoas): um segundo concurso público para o ministério. A lista de candidatos que tiveram suas inscrições deferidas saiu em julho; e a inscrição de Ana Rímoli marcaria o início de um processo de mudança em sua vida, incluindo mudar de cidade: da capital paulista à capital federal.

Em 1934, Ana Rímoli concluiu mais um curso, dessa vez na área de formação de professores, mas, do que pode inferir das fontes, não tinha como comprovar tal formação. Essa possibilidade se sustenta no pedido que fez à secretaria da Escola Normal Modelo de São Paulo: um documento que atestasse que ela havia concluído o curso. Assinado em “15 de março de 1940”, o documento diz que atesta que a professora Ana Rímoli, concluiu em 1934, o curso de Formação de Professores

---

<sup>181</sup> A GAZETA . A organização do novo Ministério da Educação e Saúde Pública. São Paulo, SP, sábado, 27 nov. 1930, n. 7.437, p. 4.

<sup>182</sup> *O Comentário* (15 jun. 1931, p. 20).

Primários do extinto instituto de Educação”. Em 3 de março, ela “prestou compromisso” de exercício do cargo.<sup>183</sup>

Mais ou menos, a lista de inscritos no concurso do Ministério da Educação e Saúde, julho de 1940, se distribuiu assim: do *Rio de Janeiro*, cerca de 120 candidatos; cerca de 90 homens; de *São Paulo*: cerca de 75 candidatos; em torno de 50 homens; de *Minas Gerais*: média de 15 candidatos; 10 mulheres.<sup>184</sup> lista mostra um número considerável de inscritos; mas é notável a “seleção natural”, ou seja, a preponderância de gente do Sudeste no aproveitamento das oportunidades. O concurso seria, então, um retrato de como se distribuía o desenvolvimento da educação, sobretudo na capacitação de pessoas de modo que se sentissem em condições de fazer os exames dos concursos. Por outro lado, é notável o nível de exclusão no espaço dos privilegiados: é expressivamente maior o número de homens inscritos; isto é, o número menor de mulheres replicaria a situação de homens e mulheres de outras regiões e outros estados: no fim da década de 1940, o analfabetismo e as oportunidades de formação acadêmica, de preparação intelectual para ocupar postos de trabalho em nível federal. Entre o deferimento das inscrições e o fim dos exames do concurso, se passou mais de um ano. O resultado final foi divulgado em agosto de 1941, após prova escrita e oral, monografia e outros exames. As notas alcançadas por Ana Rímoli dimensionam seu aproveitamento da preparação e dos conhecimentos que havia acumulado e repertoriado em seus estudos e sua formação. Se puder ser vista como privilegiada naquele momento por ter tido formação escolar onde o analfabetismo era a regra, então Ana Rímoli pode ser vista também como alguém que aproveitou seu privilégio para ascender profissionalmente. A julgar pelos resultados, ela se agarrou à oportunidade.

Das provas do concurso para trabalho no órgão estatal máximo da educação, o primeiro exame foi uma “prova escrita”, realizada provavelmente ainda no segundo semestre de 1940, pois o resultado foi publicado na imprensa em 1º de fevereiro, como vemos na figura a seguir.

---

<sup>183</sup> SÃO PAULO. Secretaria d’Estado dos Negócios do Interior. [Termo de nomeação de professor]. São Paulo, SP, 24 de fevereiro de 1931, impresso com manuscrito, 1 folha, frente e verso.

<sup>184</sup> A NOITE. *Concurso para a carreira de técnico de educação*. Rio de Janeiro, RJ, 13 jul. 1940, n. 10.209, p. 6.

FIGURA 13. Resultados da prova escrita de concurso para o Ministério da Educação e Saúde, fevereiro de 1941<sup>185</sup>

<p><b>DISTRITO FEDERAL</b> — Iolanda Alvares de Castro 67; Francisco de Sousa Brasil, 65; Adonias Aguiar Filho, 68; Silvio Vieira da Silva, 60; Celso Lemos, 65; Gladstone Chaves de Melo, 61; Humberto Grande, 60; Isabel Junqueira Schmidt, 62; Helena Tavares de Aniroga, 60; Ema Ribeiro Acloll, 60; Albino Joaquim Peixoto Junior, 61; Zulmira de Queiroz Ereiner, 62; Paulo de Almeida Campos, 63; Lucia Marques Pinheiro, 87; Celina Airle Nina, 62; Deusdedit Batista, 60; Antonio Martins Castelo Branco, 61; Rute Costa Rodrigues, 65; Fernando Tude de Sousa, 70; Alcimar Ortega Terra, 61; Cleaudulfo Viana Guerra, 70; José Francisco Carvalho, 68; Celina Lage Brandão, 63; José Afonso do N. Moreira, 60; Roberto Pompeu de Sousa Brasil, 61; Fernando Segismundo Esteves, 60; Pedro Calheiro Bonfim, 60; Valter de Toledo Piza, 67; Maria da Gloria Maia e Almeida, 61; Inosel Pena Marinho, 71.</p>	<p><b>S. PAULO</b> — Julio de Faria e Sousa Junior, 60 pontos; Francisco Cimino, 74; Armando Hildebrand, 62; Maria Rita de Arruda Costa, 61; Adelia Dranger, 61; Maria de Lourdes Santos Machado, 61; Ana Rímoli, 76; Arlindo de Saldo, 60; Solon Borges dos Reis, 66; Francisco Rodrigues Leite, 75; Zenaide Vilalva de Araujo, 60; Milton Lourenço de Oliveira, 74; Iolanda Araujo Cunha Paiva, 60; Anita de Castilho e Marcoules Cabral, 63; Branca Dias Baptista, 63; Marina Cintra, 65; Maria Amalia Fortes, 62; Terceiro Espírito Emerique, 72; Olga Amaral Marinho de Azevedo 73. e Dorival Teixeira Vieira, 72 pontos.</p> <p><b>MINAS GERAIS</b> — Nazira Feres Abisaber, 62 pontos, Zembra Soares de Pinheiro Chagas, 60; Elissa Dias Velloso, 62; Dulce Kanitz Vicente Viana, 62 pontos.</p>
--	---

Nota mínima: 60 pontos, para a maioria dos homens (5) nota máxima: 70 cercas de dois ou três. Nota máxima: 87: uma mulher; nota de Ana Rímoli 76: maior de São Paulo e segunda maior do concurso. Rio de Janeiro 28 todo, Mulheres: cerca de 10 a 12; Homens: 17 a 19. São Paulo: 18 aprovados; 11 mulheres. Minas Gerais: 4 aprovados: 4 mulheres A maioria dos aprovados era do Rio de Janeiro; menores notas: a maioria de homens: foram de 60, a maioria. É possível que a nota de corte tenha sido 60, pois não houve classificados com menos de 60 nem com nota acima de 85.

No fim de abril, foi anunciada a segunda etapa dos exames, dessa vez consistindo de “prova de defesa oral da monografia apresentada”. Foi realizada no Instituto Nacional de Educação Pedagógica, onde Ana Rímoli seria arguida no dia 8 de maio.<sup>186</sup> Em agosto, foi publicada a relação dos aprovados no concurso, conforme o quadro a seguir

<sup>185</sup> FONTE: DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Notícias do DASP* [Técnico de educação]. Rio de Janeiro, DF, sábado, 1º fev. 1941, n. 5.604, “Segunda seção”, p. 11.]

<sup>186</sup> CORREIO DA MANHÃ. *Notícias do DASP*. Rio de Janeiro, DF, quarta-feira, 30 abr. 1941, n. 1429, p. 5.

QUADRO 3. Classificação final do concurso para o Ministério da Educação e Saúde, agosto de 1941.

1º	74,2	Anita de Castilho e Marcondes Cabral	12º	63,2	Fernando de Segismundo Esteves
2º	74,1	Ana Rímoli	13º	62,6	Walter de Toledo Piz
3º	74	Lucia Marques Pinheiro	14º	62,3	Iolanda Álvares de Castro
4º	72,3	Celina Airlié Nina	15º	62,3	Adelia Dranger
5º	71,9	Fernando Tude de Souza	16º	61	Elisa Dias Veloso
6º	70,7	Isabel Junqueira Schmidt	17º	60,6	Pedro Calheiros Bonfim
7º	70,1	Iresil Penha Marinho	18º	60,3	Francisco de Souza Brazil
8º	68,9	Milton Lourenço de Oliveira	19º	60,3	Cleodulpho Viana Guerra
9º	65,8	Dulce Danitz Vicente Viana	20º	60,3	José Francisco Carvalhal
10º	63,7	Maria de Lourdes Santos Machado	21º	60	Armando Hildebrand
11º	63,6	Albino Joaquim Peixoto Júnior			

FONTES: dados da pesquisa<sup>187</sup> — elaboração: Ana Beatriz Silva

Obs.: dez mulheres: Adelia, Ana, Anita, Celina, Dulce, Elisa, Iolanda, Isabel, Lucia, Maria de Lourdes; onze homens: Albino, Armando, Cleodulpho, Francisco de Souza, Francisco Cimino, Fernando Tude, Fernando de Segismundo, Iresil, José, Milton, Pedro e Walter

Duas constatações afins se impõem de imediato nos dados do quadro. Uma delas é a posição elevada de Ana Rímoli na pontuação final, repetindo o feito da prova escrita, na qual a primeira colocada, Anita de Castilho, fez 63 pontos, vale recordar. As duas, mais a terceira colocada, deram mostras de que estavam mais preparadas, de que eram mais competentes intelectualmente naquele contexto. Consideremos as proporções de inscritos e aprovados: por um lado, foram cerca de 200 homens e 65 mulheres; por outro, 10 *versus* 11. É inegável o sucesso das mulheres, endossado ainda pela média de notas na prova escrita e na classificação final.

Em 26 de novembro, o DASP expediu um certificado formalizando a aprovação plena de Ana Rímoli no concurso; eis o que se lê no documento:

<sup>187</sup> Dados de: DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Notícias do DASP* [‘Técnico de educação’]. Rio de Janeiro, DF, domingo, 24 ago. 1941, n. 5.776, “Segunda seção”, p.10.

O director da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento do Departamento Administrativo do Serviço Público, nós termos da legislação vigente e de acôrdo com o resultado do concurso de provas e títulos efetuado para provimento em cargos da classe inicial da carreira de Técnico em Educação no qual foram habilitados 23 candidatos e cuja classificação foi homologada em 12.11. 41, resolver expedir este certificado a Ana Rímoli, nascida em 7-10-1912, filha de Fernando Rímoli e Oda Ferraz Rímoli, classificada em 2º lugar, habilitando-a, assim, a ser nomeada até 12-11-43. Rio de Janeiro, em 26 de novembro de 1941.<sup>188</sup>

Os jornais do Rio de Janeiro noticiariam, no dia 27 de dezembro, a lista de nomeados para “exercerem o cargo de técnico de educação classe I do quadro permanente do ministério da educação na capital federal”.<sup>189</sup> A uma família de sangue italiano como os Rímoli, isto é, de forte fé católica, a comemoração daquele Natal de 1941 deve ter sido de muita festa e música. Nesse sentido, entendemos que essa etapa da vida dela merece tratamento à parte, para que possamos entender, com fundamento, a formação e a ação de Ana Rímoli como técnica da educação e o que significava ocupar tal cargo. Nesse período, ela se constituiu como a funcionária pública que viria a assumir um cargo por indicação, ou seja, um cargo cuja ocupação tende a pressupor variáveis políticas. As circunstâncias que permeiam tal processo permitem inferir as condições e os méritos com que ela se alçou à posição de diretora do INES.

#### 2.4 Primeiros passos da intelectual: microclimas e redes de sociabilidade

Com efeito, neste ponto podemos pensar em aproximar Ana Rímoli de conceitos que possam situá-la em uma intelectualidade educacional; não como ação, e sim como formação: como presença ao lado de agentes da ação intelectual, isto é, de intelectuais da educação no sentido estrito da palavra. Ao dizermos isso, estamos pensando experiência de Ana Rímoli que mais se aproximaria do processo de desenvolvimento intelectual: sua formação superior em psicologia e educação na Universidade de São Paulo, bem como seu envolvimento com atividades acadêmicas a rigor, tais como os congressos universitários. E nesse sentido que podemos associá-la a certas categorias da

---

<sup>188</sup> BRASIL. Presidência da República. Departamento administrativo do serviço público. *Certificado de habilitação n.º 2.182*. Folha única, imp./manusc. Rio de Janeiro, 26 nov. 1941.

<sup>189</sup> A MANHÃ. *Presidência da República*. Rio de Janeiro, DF, sábado, 27 dez. 1941, n. 103, “Informações úteis”, p. 8.

história dos intelectuais; pelo menos conforme os vê o estudioso francês Sirinelli.<sup>190</sup> Segundo ele, podemos pensar na ideia sociabilidade como “redes” estruturadoras e como “microclima”, designativo de dado microcosmo intelectual.

A sociabilidade intelectual seria a instância em que se constituiriam redes de contatos sociais e a substância que alimentaria dada rede, ou seja, sustentariam o debate intelectual que reúne, articula e equilibra forças discursivas, aquelas que são afins e as que, embora se distingam, são relacionáveis. A essa rede de sociabilidade se faz central a existência dos “microclimas”, que se referem a ambientes intelectuais partilhados por um grupo e que, como tais, criam as condições para surgir um “microcosmo intelectual particular”, permeado por valores afetivo-ideológicos. Assim, redes de sociabilidade presumem “microclimas” para abrigarem “traços específicos” que possam caracterizar atividades e comportamentos intelectuais afins em meio aos envolvidos no grupo que compõem a rede.

Sirinelli foi enfático nesse quesito. De fato, ele reconhece que nem sempre é fácil apreender a sociabilidade em suas estruturas, mas quem se interessa pelos intelectuais — aqui, os da educação — deve presumi-los, sob o risco de não delinear os elementos necessários ao estudo. Leiamos o que diz o autor.

Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar. O meio intelectual constitui, ao menos para seu núcleo central, um “pequeno mundo estreito”.<sup>191</sup>

Sirinelli usou o exemplo da redação de uma revista para associar ao seu raciocínio; mas pensamos que podemos associá-lo à formação *grupo de estudos acadêmicos* como instância aberta à formação de uma rede de sociabilidade intelectual e ao estabelecimento de microclimas. Tal qual uma revista, ao grupo de estudo seria possível atribuir o status de “estrutura ao campo intelectual”; nele, seria possível a presenças de “forças antagônicas” que aderem à rede em razão de fatores como as “amizades”: seus condicionantes da fidelidade e credibilidade e da “influência que exercem”. No grupo de estudo, haveria o contexto para tomadas de posições, para

---

<sup>190</sup> SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais*. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: ed. UFRJ; ed. FGV, 2003, p. 252.

<sup>191</sup> SIRINELLI, 2003, p. 248.

debate, para cisões e amarras; ou seja, seria experiência de sociabilidade em um microcosmo como “lugar precioso” para fazer o “movimento das ideias”.<sup>192</sup>

Dito isso, pensamos que podemos associar o nome de Ana Rímoli à rede de sociabilidade que se formou em torno da escola nova como movimento de ideias pedagógicas, incluindo-se aí o caso do manifesto, cujos signatários formam uma coletividade em que cada um contém algo mútuo: uma crença, uma filosofia, uma teoria, uma prática de leitura ou de escrita.<sup>193</sup> Nesse sentido não há como não evocarmos o *Manifesto dos pioneiros da educação nova* de 1932 como exemplo de circunstância de formação de grupos alinhados em um projeto intelectual; em um círculo de sociabilidade formado por sujeitos que se agrupam unicamente por se satisfazerem com reunião, derivam utilidade e prazer, também emoções.

Nesse sentido, ao se formar na Universidade de São Paulo, Ana Rímoli se pôs em meio a movimentos da escola nova como ideário pedagógico merecedor de defesa aguerrida. O elo era, justamente, Noemi Marques da Silveira: a professora à frente do grupo de estudos de psicologia que Ana Rímoli se ligou ao fazer seu curso superior no Instituto de Educação Pedagógica.<sup>194</sup> Antes de se tornar professora catedrática da Universidade de São Paulo, evoluiu da condição de normalista formada pela Escola Normal do Bráz, em 1918, atuante no Ensino Primário para ser tornar figura de relevo no campo da psicologia aplicada à educação. Essa trajetória parece espelhar o percurso de Ana Rímoli. Não por acaso, Silveira se viu trabalhando ao lado Lourenço Filho como assistente da cadeira de Psicologia e Pedagogia da Universidade de São Paulo, da qual ele era titular.

As relações acadêmicas de Noemy Silveira a situaram em meio a uma tentativa de aperfeiçoamento docente com envio de grupos professoras para uma temporada nos Estados Unidos em 1930. Subjacente à viagem, estava a Associação Brasileira de Educação. Silveira pôde estudar temas da interface pedagogia–psicologia na faculdade Teacher’s College, da Universidade de Columbia e com bolsa de estudo. No segundo semestre de 1930, Lourenço Filho a requisitou para ajudá-lo na reforma da instrução de

---

<sup>192</sup> Sirinelli (2003, p. 248).

<sup>193</sup> Sirinelli (2003, p. 248).

<sup>194</sup> Cf. ROCHA, Ana Cristina S. M. *Experiências norte-americanas e projetos de educação no Distrito Federal e em São Paulo (1927–1935): Anísio Teixeira, Noemi Silveira, Isaías Alves e Lourenço Filho*. Tese (doutorado em História das Ciências e da Saúde) — Casa de Oswaldo Cruz–Fiocruz, 2016, p. 144–83.

São Paulo. Em 1933, sob os auspícios de Fernando de Azevedo, ela assumiu a cadeira de Psicologia Educacional do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo, até 1938. Com a reorganização institucional da Universidade de São Paulo, o instituto foi extinto, e Silveira foi remanejada para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, onde ficou até se aposentar, em meados da década 1950.

A produção intelectual de Noemi Silveira como professora e após se aposentar se aproximou da sociologia, da psicologia clínica e da psicanálise. Acumulou bibliografia vasta: artigos, livros e traduções. Em 1938, publicou o livro *Introdução à psicologia educacional*, versão de sua monografia apresentada como requisito ao concurso à cadeira de Psicologia Educacional do Instituto de Educação.

Noemi Silveira foi tradutora. Verteu para o português obras de educadores como William H. Kilpatrick — *Educação para uma civilização em mudança* (1933); Adolphe Ferrière — *A lei biogenética e a escola activa* (1929); e Arthur I. Gates — *Psychologia para estudantes de educação*, em dois volumes (1935/9); dentre outros. Também fez intercâmbios intelectuais, indo para países da Europa e para Estados Unidos; de volta, trazia na bagagem o que de havia de ideias mais recentes em psicologia aplicada à educação. Com os estudos, as viagens, os contatos e os diálogos com educadores e pesquisadores, ela se projetou na defesa de uma relação necessária da psicologia com a educação; ela viu valor nos testes de inteligência e na oferta de serviços de orientação profissional; sobretudo, Noemi Silveira defendeu que a formação de professores ganharia sobremaneira se presumisse a psicologia educacional.

Nesse sentido, entendemos que as relações entre Noemi Silveira e Ana Rímoli tiveram vínculos intelectuais e afetivos fortes o bastante para que mantivessem algum tipo de intercâmbio após Ana Rímoli se mudar para o Rio de Janeiro; ainda que restrito a um caso, pudemos rastrear o contato delas nos anos 1940, como se pode ler no capítulo a seguir, que procura retratar Ana Rímoli em função técnica no então Ministério da Educação.

### III

## DE TÉCNICA A DIRETORA: EVOLUÇÃO PROFISSIONAL NO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**A**na Rímoli se tornou técnico em educação do Ministério da Educação uma década após sua criação. Nesse período, a função foi se consolidando como cargo para atividades variadas. A imprensa retratou pessoas, situações, contextos, lugares e fatos associáveis ao cargo. Assim, pensamos que uma compreensão mínima da função na década de 1930 ajudaria a entender com mais fundamento a atuação de Ana Rímoli. Afinal, dez anos após ocupar um cargo para o qual fez *concurso*, ele entrava para a categoria seleta de funcionários que ocupam cargos por *indicação*. Dito de outro modo, convém tentar entender quais poderiam ter sido os méritos dela para ser indicada ao cargo de diretora do Instituto Nacional de Surdos Mudos. Na medida do possível, procuramos recompor os desdobramentos da atividade profissional de Ana Rímoli para delinear uma eventual trajetória de ascensão. Tal recomposição se apoiou em textos de jornais que ajudam a situá-la na vida pública, ou seja, indicam sua entrada e sua posição no funcionalismo público federal, e em documentos do acervo familiar, em especial um a cópia de um histórico de atividades e respectivos atos oficiais que os determinaram. Pelo procedimento da cronologia — temporal de início, temporal-temático depois —, foi

possível acompanhar passos de Ana Rímoli após entrar em ação profissional no cargo inicial de técnico em educação.

### 3.1. Ser técnico de educação no Ministério da Educação e Saúde

A julgar pelos usos em textos de jornais, o termo *técnico em educação* apresenta sentidos que podem ser vistos como relativamente vagos; isto é, que não permitem compor um perfil característico. Referem-se a situações e pessoas variadas. Ao mesmo tempo, a expressão designava um cargo específico na hierarquia funcional intra-Ministério da Educação e Saúde e que se estendia à hierarquia funcional educacional de estados e municípios. Assim, consideramos dois sentidos com base em textos de jornais dos anos 1930. Os dois exemplos se completam em certo sentido.

O primeiro exemplo de sentido para técnico em educação aparece em texto publicado no *Jornal do Brasil* de janeiro de 1934. Lê-se: “Alberto Torres nunca foi o que se chama um *técnico de educação*. Não foi um *especialista do ensino*. Mas à sua *visão totalitária* do problema nacional brasileiro não podiam escapar os aspectos pedagógicos” (grifo nosso).<sup>195</sup> Tal qual lemos, o sentido aceita o entendimento de visão (aprofundada) da parte — uma face da educação em dado lugar — em oposição ao todo. O segundo exemplo, ainda que seja de dez anos depois, vale como endosso de tal possibilidade de entendimento. Refere-se ao Acre,<sup>196</sup> como podemos ler em texto da portaria “N. 49 de 5.0.[de 19]46, a seguir.

[...] o Governador do território federal do Acre “resolve designar o Técnico de Educação *contratado* Professor Humberto Soares da Costa, para, como observador do Governo do Acre, estudar a organização do ensino profissional aos Estados do Pará e Amapá (grifo nosso).

Essa passagem ilustra o sentido do primeiro exemplo: alguém que estuda uma face específica da educação (o ensino profissional) em dado lugar (dois estados). Convém notar o detalhe da condição de contratado, ou seja, ele não era funcionário do

---

<sup>195</sup> MELLO, Antônio V. M. Comunicado à sociedade dos amigos de Alberto Torres... *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, RJ, quinta-feira, 25 jan. 1934, n. 21, “Comunicados”, p. 14.

<sup>196</sup> O ACRE. *Portarias*. Rio Branco, AC, quinta-feira, 6 jun. 1946, n. 771, p. 3.

governo federal. Mas é possível que pudesse ter uma visão como a de Alberto Torres, o que lhe permitia ver a parte com discernimento.

Dito isso, até então Ana Rímoli havia adquirido experiência docente como professora primária e se aproximado, como pesquisadora, de searas que se fariam importantes na educação brasileira, sobretudo as relações entre pedagogia e psicologia. Em que pesem as limitações de tais atributos, eram duas medidas valiosas para sua projeção como técnico de educação: tinha conhecimentos práticos e teóricos, ou seja, tinha experiência de sala de aula e de sala de pesquisa e reflexão sobre a educação. Dito de outro modo, Ana Rímoli não tinha noção de todo, mas era familiarizada com a docência em escola pública e com a formação de professores e sua continuidade, o que a expunha à docência universitária como aluna; sobretudo, eram-lhe familiares as relações entre docência e pesquisa, o que lhe abria o horizonte da reflexão conceitual-pedagógica. Entendemos que tais atributos, seu desempenho em exames e provas, além dos cursos que havia feito, tenham dado a ela atributos de peso; qualificação suficiente para aprovação e nomeação logo depois.

### 3.1.1 *Ana Rímoli como técnico de educação*

Com efeito, em agosto 1941, a imprensa noticiou fatos ocorridos em ministérios, dentre os quais, a pasta de Educação. Informaram a exoneração de funcionários e a nomeação de outros, a exemplo Ana Rímoli (e Ana de Castilho, aprovada em primeiro).<sup>197</sup> De fato, não foi possível adentrar muito sua atuação profissional, mapear ações em detalhe. Faltaram fontes disponíveis para consulta nas circunstâncias em que a pesquisa aqui descrita foi desenvolvida. Ainda assim, foi possível conhecer uma medida do universo laboral (e da vida pessoal) de Ana Rímoli na década de 1940 com base em documentos que ela deixou e que ficaram conservados no acervo da família.

---

<sup>197</sup> JORNAL DO BRASIL. *Atos do governo*. Rio de Janeiro, RJ, sábado, 6 ago. 1941, n. 288, p. 5.

FIGURA 14. Histórico profissional de Ana Rímoli, 1941–68

NOME ANA RÍMOLI DE FARIA DORIA  
 NOME ANTERIOR ANA RÍMOLI

Fotografia

**DADOS PESSOAIS**

Pai Fernando Rímoli (falecido) Mãe Oda Ferraz Rímoli (falecida)  
 Estado Civil Casada Data Nascimento 7.10.12 Natural de Mooca - Esta. São Paulo  
 Residência Rua São Rafael, 15 (Tijuca) 2009  
 Emprego anterior ao Serviço Público Professora primária do Estado de São Paulo (Secretaria de Educação do -)  
 Títulos ou Habilitações Profissionais Técnico de Educação do Quadro de Pessoal Permanente do Ministério da Educação e Saúde, hoje, MEC; DIRETORA ATRIBUÍDA ao Quadro Permanente de Pessoal do Ministério da Educação e Cultura; Professora Especializada na educação de Surdos; Professora de Curso Normal; Logopadista; atualmente, em exercício na Câmara de Planejamento do Conselho Federal de Educação.

**DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO**

CARTEIRA DE IDENTIDADE	CERTIFICADO MILITAR	TÍTULO ELEITORAL	CARTEIRA PROFISSIONAL	CARTEIRA FUNCIONAL
N.º 1.168.899	N.º	N.º = 49.211	N.º	N.º 1
Data 6-3-54	Data	Data 19.12.57	Data	Data 12.11.56
Origem Inst. Felix Pacheco	Origem	Origem Zona Eleitoral	Origem	Origem Inst. Insp. Ed. Sup. dos - MSU

**SITUAÇÃO FUNCIONAL**

Cargos e funções (Provisórias, Vacâncias, Alterações) — Lotação (Inclusive Unidade e Local) — Cursos de Serviço Público — Comissões — Serviços Especiais — Juri — Serviço Eleitoral — Função Legislativa — Afastamento para servir em outros órgãos — Missão no estrangeiro — Elogios — Penalidades — Prisão Preventiva — Crime (ou Delitos) — Condenação — Diversos.

HISTÓRICO (NATUREZA DO ATO, DENOMINAÇÃO DO CARGO OU FUNÇÃO, FUNDAMENTO LEGAL E OBSERVAÇÕES)	CODIGO - SIMBOLO NIVEL - QUADRO (DO CARGO OU FUNÇÃO)	ATO-DATA-AUTORIDADE	NUMERO DO PROCESSO	PUBLICAÇÃO	POSSE	EXERCÍCIO
NOMINAÇÃO para o cargo de Técnico de Educação do Quadro de Pessoal Permanente do Ministério da Educação e Saúde, (1941) hoje Ministério da Educação e Cultura, em virtude de aprovação em concurso de provas e de títulos (2º lugar), promovido pelo Departamento Administrativo do Serviço Público	Classe I	Decreto de 4-12-41 do Presidente da República	55.447	D.O. 6-12-41	Dezembro de 1941	2.1.42
LOTAÇÃO na Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento		Design. do Dir. do				

FICHA CADASTRAL - (IN-1)

FONTE: acervo da família de Ana Rímoli

Nesse sentido, tivemos sorte de poder contar com o documento “Ficha cadastral”,<sup>198</sup> um tipo de histórico profissional motivado que relaciona atividades e atos do governo (decretos e portarias). Dito de outro modo, o documento enumera determinações superiores para movimentos de Ana Rímoli em sua carreira no Ministério da Educação. O documento contém dados pessoais, familiares, documentais e funcionais; e vai até novembro de 1968, data de nova designação, mas um período que escapa ao recorte deste estudo.

### 3.1.2 *Entre viagens e cursos: a dinâmica profissional do cargo de técnico de educação*

Ana Rímoli iniciou o exercício de suas funções em “2.1.42”, com “lotação” designada pelo “director” do DASP, para a “Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento” [sic]. Mas, ainda em 1942, por processo de “Relotação”, foi remanejada para a “Diretoria de Ensino Superior” do ministério da Educação; em junho, assumiu funções em que, é provável, atuaria até o começo de 1946: por “designação”, foi

<sup>198</sup> DORIA, Ana R. F. *Ficha cadastral*. Formulário datiloscrito-manuscrito, 10 fl., revisado e anotado. S. l. [Brasília?], s. d. [pós-1968].

incumbida de “responder pela Inspeção Federal junto à Escola de Belas Artes de São Paulo [capital]”. Nessa posição, ela foi inspecionar cursos superiores em São Paulo; em janeiro de 1943, ela teve a “designação para verificação das condições de funcionamento, *para fins de reconhecimento federal*, dos cursos de Matemática e Física do Instituto Superior de Filosofia, Ciências e Letras “Sedes sapientiae”, da capital paulista. Em setembro, foi designada para inspecionar os cursos de “Filosofia, Matemática, Pedagogia, Geografia e História e Letras Anglo-germânicas” tendo em vista seu reconhecimento federal. No mesmo mês, foi a Curitiba, onde inspecionou o curso de “Didática”; ela voltaria à cidade em março de 1944, quando se hospedou no “Grande Hôtel Moderno”, conforme registro na imprensa. Seu nome aparece como “Ana Rímoli, brasileira, R. M. Educação, São Paulo, São Paulo”.<sup>199</sup> As abreviações “R.” e “M.” nos parecem indicar representante e ministério, daí supomos que a estada na capital do Paraná tenha sido por razões profissionais. Também pressupomos que a menção a São Paulo se refira ao ponto de origem da viagem dela, e não a cidade onde morava após se tornar funcionária do governo federal.

O resultado das ações de Ana Rímoli a levou a reforçar sua posição na inspeção, ou seja, teve “Designação para a chefia da Seção de Inspeção”, em setembro de 1944; e a continuar a inspecionar cursos para reconhecimento federal. Para o ano de 1945, a “Ficha cadastral” não destaca atividade nenhuma; enquanto em fevereiro de 1946 ela se viu instada a substituir o chefe da “Seção de Estudos e Organizações” da diretoria em que trabalha originalmente. O tempo de exercício da função foi breve, pois um mês depois houve sua “remoção” — sua volta — para a seção de estudos de inspeção. Em junho, Ana Rímoli foi designada para a “função gratificada de Chefe da Seção de Organização Escolar do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos”.

Entre designações e viagens profissionais, Ana Rímoli esteve em São Paulo capital em fevereiro de 1943, para fazer curso de “Defesa passiva anti-aérea”, promovido pelo ministério da Educação para “servidores federais”, que deviam fazê-lo “obrigatoriamente” — ela fez a ressalva em sua “Ficha cadastral”. No ano seguinte,

---

<sup>199</sup> O DIA. *Viajantes* [Grande Hôtel Moderno]. Curitiba, PR, quarta-feira, 24 de março de 1944, n. 6.322, “Notas sociais”, p. 2.

voltou, para fazer outro curso, de “1.º a 29 de fevereiro de 1944” e que lhe atribuiu o diploma de especialista em “Testes e mensurações”. Ministrado pelo “Professor Adrian Rondileau, doutor em filosofia e psicologia, pela universidade de Colúmbia, Estados Unidos da América”, o curso teve os auspícios do “Departamento do Serviço Público” da chamada “União Cultura Brasil–Estados Unidos” e da “Universidade de São Paulo”, representada pela “cooperação técnica da professora D. *Noemy da Silveira Rudolferm*” (grifo nosso). O certificado do curso se refere à “Professora Ana Rímoli — Técnico de educação do Ministério da Educação e Saúde”, onde então já exercia “funções de Chefe de grupo”.<sup>200</sup>

Afeita aos estudos, em 1942 ela deu outro passo em sua formação superior. Em circunstâncias que fogem ao campo de especulação da pesquisa descrita nesta tese, ela conseguiu se matricular na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil como aluna da disciplina isolada “Introdução à filosofia”.<sup>201</sup> Mais que isso, a filosofia parece ter suscitado bastante o interesse intelectual de Ana Rímoli, pois no fim da década aprofundaria seu repertório conceitual; ou seja, em 1949 ela fez um curso sobre “Alguns aspectos de Filosofia da Educação” oferecido pela Faculdade Nacional de Filosofia e promovido pelo “diretório acadêmico” da faculdade. O curso compreendeu oito conferências realizadas pelos professores “Pe. M. T. L. Penido, Álvaro Borges Vieira Pinto, Pe. Helder Câmara. Nilton Campos, Raul Jobim Bittencourt e Celso Kelly”.<sup>202</sup>

De fato, ao longo do decênio de 1940, Ana Rímoli passaria por experiências profissionais em que foi bem-sucedida. Exemplo disso está na atuação inicial como inspetora federal com status institucional para representar instâncias do ministério como a “Direção de Ensino Superior”; tal qual o fez em dezembro de 1942, possivelmente uma de suas primeiras viagens profissionais a São Paulo. Naquele mês, houve atividades de formatura da Escola de Engenharia Mackenzie, da qual ela participou, com autoridades como o então “presidente do Centro da Indústria

---

<sup>200</sup> BRASIL. Departamento do serviço público. [Certificado do Curso Especializado de Testes e Mensurações]. Folha única, imp./manusc. São Paulo, 29 fev. 1944.

<sup>201</sup> JORNAL DO BRASIL. *Educação e ensino*. Rio de Janeiro, RJ, quinta-feira, 9 jul. 1942, n. 159, p. 7

<sup>202</sup> FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA. Certidão de frequência [curso de “Alguns aspectos de Filosofia da Educação. Folha única, imp./manusc.]. Rio de Janeiro, agosto de 1949.

de São Paulo”<sup>203</sup> Roberto Simonsen, que chegaria depois à presidência da Confederação Nacional da Indústria.<sup>204</sup> Assim, quase um ano após deixar a capital de São Paulo, Ana Rímoli voltava — triunfante — à cidade onde viveu, estudou e trabalhou. O curso e a posição profissional foram prova de que os esforços que empreendeu em sua carreira a conduziram ao lugar onde ela, seguramente, almejou estar.

Ainda em maio de 1944, foi reconhecida oficialmente a *funcionária pública empenhada* nos estudos e disposta a viajar a trabalho Brasil afora que Ana Rímoli mostrou ser.<sup>205</sup> “Por merecimento”, ela (e outros) foi promovida por ato do governo federal. Como técnico em educação, teve seu status profissional elevado de I para J. Tal mudança contrastava com o outro critério usado pela pasta de educação para promover servidores: a “antiguidade”, isto é, o tempo de casa.<sup>206</sup> Se a promoção por mérito puder ser tomada como índice de funcionário exemplar, então podemos dizer que Ana Rímoli se manteve convicta de manter elevados seus patamares de aproveitamento do fazer profissional. Por praxe, a publicação dos “atos do governo” ocorria em outros jornais (ver *Jornal do Brasil* 17 mar. 1944, ed. 15, e *Jornal do Commercio*, 17 maio 1944, n. 192), com isso o nome de Ana Rímoli circulava em meio a públicos leitores variados; inclusive de outros estados, se considerarmos a publicação da notícia no *Diário de Pernambuco*, em Recife (ver n. 288, 18 maio 1944).

---

<sup>203</sup> A MANHÃ. Missão dos engenheiros na tarefa de construção do Brasil novo. Rio de Janeiro, RJ, terça-feira, 22 de dezembro de 1942, n. 422, p. 3.

<sup>204</sup> “Em agosto de 1938, após o golpe do Estado Novo, a Confederação Industrial do Brasil transforma-se em Confederação Nacional da Indústria, novamente sem rupturas com a antiga entidade, CIB, mas buscando se adaptar à constituição vigente. A organização da legislação sobre as entidades patronais (confederações e federações) foi formulada no governo Vargas justamente por quem iria assumir a gestão da CNI, Euvaldo Lodi, primeiro presidente da CNI junto com Simonsen, seu vice” — cf. GUILMO, Nátaly S. A constituição histórica e política da Confederação Nacional da Indústria. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 12./CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DAS EMPRESAS, 13., Niterói, RJ, 28–30 ago. 2017, p. 17. Disponível em: <https://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/2%20A%20constitui%C3%A7%C3%A3o%20hist%C3%B3rica%20e%20pol%C3%ADtica%20da%20Confedera%C3%A7%C3%A3o%20Nacional%20da%20Ind%C3%BAstria.pdf>. Acesso em: 14 set. 2021.

<sup>205</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Atos do chefe do governo. Rio de Janeiro, RJ, 17 maio 1944, n. 4882, “Segunda seção”, p. 11.

<sup>206</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Atos do presidente da República. Rio de Janeiro, RJ, quarta-feira, 17 de maio de 1944, n. 6.614, “Primeira seção”, p. 4.

FIGURA 15. Visão panorâmica de Pirapora de Bom Jesus, São Paulo, no fim dos anos 1930; e a família Rímoli em visita à cidade, junho de 1943



As idas e estadas na capital paulista por motivos profissionais devem ter tido o efeito secundário de aproximar Ana Rímoli da família. A figura capta, à esquerda, Odete Rímoli, ao lado da mãe, Oda Ferraz; e Ana Rímoli entre a mãe e pai, Fernando Rímoli, visitando a cidade de Pirapora do Bom Jesus Cidade, a oeste da Grande São Paulo. Em 1939, já tinha as feições histórico-arquitetônicas que a família conheceria. A região havia evoluído de bairro de Santana de Parnaíba — fundada em 1580 — e se notabilizou como destino para romeiros do estado, não por acaso nome da estrada principal que leva à cidade. É possível que a visita da família Rímoli tenha sido exercício da religiosidade católica, seguramente forte em uma família cujo pai era filho de italianos. Reforça a ideia de visita a indumentária dos quatro membros da família, como destaque para Oda. A vestimenta leva a pensar que tenha visita em ocasião especial de celebração católica.<sup>207</sup>

---

<sup>207</sup> Fonte: fotografia de Ana Rímoli e família: acervo familiar; fotografia da cidade e dados: TALARICO, Paulo; MÜLLER, Humberto L.; COELHO, Karol; LANDIN, Lucas. Quando era tudo mato: imagens

Seguramente, a atividade profissional que levava Ana Rímoli de volta à família era motivo de orgulho para todos, mas em especial para ela — pessoa centrada em seus desígnios. Ana Rímoli conseguiu fazer um corte profundo em sua história, pois sua aprovação supôs viver noutra cidade e em meio a modos de vida que lhe seriam estranhos de imediato. Por mais que São Paulo já se destacasse como cidade grande, o Rio de Janeiro era *a capital federal*; dela saíam decisões de impacto no país todo, inclusive na área da educação; decisões das quais Ana Rímoli participaria ativamente como agente público-educativo.

### 3.1.3 *Entre casamento, morte e nascimento*

Enquanto Ana Rímoli dava seus primeiros passos como técnico em educação, Herson de Faria Doria dava seus passos no processo de seu remanejamento para o DASP; ou seja, de técnico em educação para técnico em administração. Registros mais remotos envolvendo o nome de Faria Doria datam de 1929, quando foi listado em coluna de jornal com conteúdo da secretaria de instrução pública de São Paulo; ele havia submetido um requerimento que foi incluído entre “os despachado”;<sup>208</sup> em março, foi dada uma resposta ao requerimento: “A escola requerida já foi provida”.<sup>209</sup> Não nos foi precisar do que se tratava o provimento, mas pressupomos que pudesse ser cargo de professor, pois alguns fatos envolvendo seu nome na década de 1930 o situam na prática educacional a rigor.

Nesse sentido, citamos a nomeação de Faria Dória para ser “director do grupo escolar mirante, em Piratininga [SP]”;<sup>210</sup> mas que acabou sendo designado para Crabália.<sup>211</sup> Ainda em 1935, ele foi removido do cargo para assumir chefia regional de grupo de escoteiros do setor sul da cidade de São Paulo.<sup>212</sup> Eis como sua partida foi informada.

---

registradas há 80 anos mostram formação das cidades na Grande SP. *Mural*, “Notícia”, 23 ago. 2019/2021. Disponível em: <https://www.agenciamural.org.br/quando-era-tudo-mato-imagens-registradas-ha-80-anos-mostram-formacao-das-cidades-na-grande-sp>. Acesso em: jul. 2021. Fotografos não identificados para as imagens.

<sup>208</sup> CORREIO PAULISTANO. *Actos officiales* — Instrução pública. São Paulo, SP, 12 jan. 1929, n 23.450, p. 10.

<sup>209</sup> CORREIO PAULISTANO. *Actos officiales* — Instrução pública. São Paulo, SP, 9 mar. 1929, n 23.497, p. 9.

<sup>210</sup> CORREIO PAULISTANO. *Secretaria de Educação*. São Paulo, SP, 1º set. 1935, n 24.370, p. 7.

<sup>211</sup> CORREIO PAULISTANO. *Cabralia*. São Paulo, SP, quinta-feira, 26 set. 1935, n 24.391, p. 12.

<sup>212</sup> CORREIO DE S. PAULO. *Orgganisaçao de colônia de férias*. São Paulo, SP, sexta-feira, 30 abr. 1935, n 14.085, p. 5.

Recentemente nomeado para exercer o cargo de instrutor de escoteiros da capital, seguiu, há dias, para S. Paulo, o sr. Prof. Herson de Faria Dória, director do grupo escolar desta cidade. Pessoa muito estimada em nosso meio, aonde residia há vários annos, a remoção do prof. Herson foi profundamente sentida. As professoras do grupo e senhoritas da cidade lhe offerecem um baile de despedida, no Cinema Esmeralda.<sup>213</sup>

Uma vez que foi para a capital paulista, o nome de Faria Dória appareceu na imprensa associadamente à chefia de grupo de escotismo e à direcção de grupo escolar. Por exemplo, em janeiro de 1939, ele foi nomeado “novo director do grupo escolar desta cidade” de Santo Anastacio”.

Em março de 1939, Faria Dória foi diplomado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Disso inferimos que, enquanto trabalhava e estudava, também ele vislumbrou a possibilidade de ser parte do corpo funcional do ministério da Educação; e que — distintamente de Ana Rímoli — se inscreveu no concurso de 1938.<sup>214</sup> Prova isso o jornal *Correio da Manhã* de setembro de 1938, onde seu nome foi listado entre os chamados para fazerem prova do “concurso de provas e títulos para provimento de cargos vagos das classes I, J, K, L, da carreira de tecnico de educação, do Quadro I, do Ministério de educação e saúde”.<sup>215</sup> O resultado do concurso saiu ainda em novembro de 1938, e Faria Dória ficou em antepenúltimo, isto é, na 26ª colocação.<sup>216</sup>

Contudo, em julho de 1939, ao lado de um colega do ministério, Faria Dória iria ser remanejado; ou seja, ser “posto à disposição do D. A. S. P.”, que o enviaria ao “estrangeiro” para fazer “curso e estágio”.<sup>217</sup> Esse “envio” ocorreu em 1942. No meio-tempo, Faria Dória se envolveu em atividades designadas pelo DASP. Por exemplo, seu nome appareceu em lista de mais de trinta alunos — a “Turma ‘C’” — para fazer um “Curso de Extensão Administrativa” criado “pelo DASP” para “funcionários

---

<sup>213</sup> *Correio Paulistano* (2 set. 1935, p. 12)

<sup>214</sup> CORREIO PAULISTANO. *A vida social — Formatura*. São Paulo, SP, terça-feira, 9 maio 1935, n. 25.512, p. 7.

<sup>215</sup> CORREIO DA MANHÃ. *Chamados os candidatos ao concurso para technicos de educação*. Rio de Janeiro, DF, domingo, 25 set. 1938, n. 13.461, p. 9.

<sup>216</sup> CORREIO DA MANHÃ. *Concurso de tecnico de educação*. Rio de Janeiro, RJ, sexta-feira, 4 nov. 1938, n. 13.494, p. 6

<sup>217</sup> CORREIO DA MANHÃ. *Informação do DASP*. Rio de Janeiro, RJ, sábado, 4 nov. 1939, n. 13.702, p. 8.

federais”.<sup>218</sup> Esse curso antecedeu sua inscrição em concurso interno para o cargo de técnico em administração, nos meses finais de 1941, como informa texto de jornal sobre exames de “arguição da tese” afins ao concurso.<sup>219</sup> Em janeiro, foi publicado o resultado, com indicação de aprovados; Faria Dória ficou em “3º lugar”. Cerca de um mês depois, seu nome apareceu na “Nomeação dos novos técnicos em administração” na “classe M”.<sup>220</sup>

Entendemos que esses desdobramentos na vida institucional de Faria Doria após ser aprovado para trabalhar no ministério da Educação e, em vez, ser remanejado para o DASP foram condições para que ele pudesse estudar no estrangeiro como presumido em 1939. Supomos que era preciso que ele tivesse status de *concurgado do departamento*, e não de servidor concursado de outra repartição pública. Com efeito, entre maio e junho de 1942, Faria Doria e outros se submeteram à avaliação em “serviço de biometria médica preparativa para viagem ao estrangeiro”<sup>221</sup> e à “prova oral de inglês” como “candidatos à realização, nos Estados Unidos da América, de cursos e estágios de especialização e aperfeiçoamento”.<sup>222</sup> Ao fim, foi selecionado um grupo de doze empregados que rumaram para o país norte-americano por volta de agosto, setembro de 1942. Após “17 meses” — como disse uma participante do grupo —, estavam de volta, com o produto de um “longo e proveitoso período de treinamento naquele país amigo” — tal qual disse o redator da notícia da chegada.<sup>223</sup>

Como profissional concursado para ser *técnico em educação* no ministério e logo remanejado para o DASP — onde se tornaria *técnico em administração* —, é pouco provável que relatos do caso de Herson Faria Doria não tenham chegado aos ouvidos de Ana Rímoli; quiçá os dois até podem ter se conhecido em circunstâncias profissionais afins a recém-ingressados no serviço público e no ministério. Se for

---

<sup>218</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Inaugurado o curso de extensão administrativa*. Rio de Janeiro, DF, 2 jan. 1941, n. 5716, p. 6

<sup>219</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Notícias do DASP*. Rio de Janeiro, DF, domingo, 28 dez, 1941, n. 5883, “2ª seção”, p. 15

<sup>220</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Concursos em realização*. Rio de Janeiro, DF, terça-feira, 20 jan. 1942, n. 5901, p. 2; DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Nomeação no DASP*. Rio de Janeiro, DF, sexta-feira, 18 fev. 1942, n. 5916, “1ª seção”, p. 4.

<sup>221</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Notícias do DASP*. Rio de Janeiro, DF, domingo, 24 maio 1942, n. 6005, “1ª seção”, p. 4.

<sup>222</sup> CORREIO DA MANHÃ. *Viagem aos Estados Unidos da América*. Rio de Janeiro, DF, quinta-feira, 11 jun. 1942, n. 14602, “1ª seção”, p. 2.

<sup>223</sup> A NOITE. *Desburocratização — o ideal do serviço público*. Rio de Janeiro, domingo, 27 fev. 1944, n. 11509, p. 9.

acertada essa possibilidade, então podemos cogitar que, à interação verbal afim a esses elementos de identificação profissional, podem ter se acrescido temas de um passado comum: terem sido *professores primários* uma vez atuantes em grupo escolar de São Paulo; terem almejado *cargos mais remunerativos* na escala profissional da educação; terem vislumbrado *oportunidades no ministério* da Educação e outros pontos. Vemos aí elos de contato e identificação profissional passíveis suficientemente de fazerem uma relação profissional evoluir para relação afetiva e, então, casamento.

É difícil dizer seguramente em que momento Ana Rímoli e Herson Faria Doria se envolveram afetivamente. Mas nos parece que pode ter sido entre 1941 e 1942, ou seja, antes da viagem dele para os Estados Unidos. Isso porque a certidão de casamento dos dois afirma como “assente” o matrimônio de “Herson Faria Doria e de Dona Anna Rímoli contraído no dia 22 de junho de 1944” perante juiz.<sup>224</sup> Nesse sentido, os quatro meses entre a chegada de Faria Dória dos Estados Unidos e seu casamento nos parecem ser um tempo curto demais para que os dois se conhecessem, se enamorassem, noivassem e se casassem; pensamos que a relação começou antes da viagem para culminar no casamento após a volta dele. Noutras palavras, os quatros meses foram tempo de preparação do matrimônio: correr os papéis e organizar data, lugar, cerimonial etc. Como registrado na certidão, o casamento civil ocorreu em São Paulo e descreveu os noivos como residentes dessa cidade. Nascido em julho de 1911, Faria Doria era um ano mais velho que a esposa, cujo nome passou a ser Ana Rímoli de Faria Doria. Aos 32 anos de idade, ela estava numa idade então um tanto não usual para a mulher se casar; o que permite ratificar que, em vez de almejar um casamento na faixa etária 18–25 anos, Ana Rímoli preferiu pensar em sua profissão, isto é, em sua formação e preparação tendo em vista eventuais oportunidades profissionais.

---

<sup>224</sup> CARTORIO DE PAZ E REGISTRO CIVIL. [Certidão de casamento de Herson Faria Doria e Ana Rímoli], 2ª zona — Liberdade, São Paulo, SP, 16 out. 1944, n. 2770, fl. 100, livro 54.

FIGURA 16. A noiva Ana Rímoli em circunstâncias da cerimônia religiosa de seu casamento



FONTE: acervo de L. R. — fotógrafo não identificado

Se for acertado dizer que, após o casamento, o casal experimentou um clima de felicidade, empolgação e bem-estar, de projeção de planos e socialização, dentre outros atributos consequentes a um matrimônio, também o seria afirmar que a morte de um parente pudesse dissipar tal estado de espírito. Foi o que houve com Ana Rímoli. Em 7 de agosto de 1945, o *Correio Paulistano* deu a notícia da morte da mãe dela. Não sabemos se por razões de morada, visita, tratamento da saúde etc., mas no dia da morte, 5 de agosto, Oda Ferraz Rímoli estava no Rio de Janeiro, e não em São Paulo. Estava então com 54 anos de idade. A causa da morte não foi divulgada pela imprensa.<sup>225</sup> Em sua entrevista, a filha do casal, L. R., falou com brevidade sobre a biografia do pai e da mãe, assim como dos avôs. Ela ressaltou que, na condição de filha, teria pouco a falar, pois os avós morreram antes de ela nascer. Mas ressaltou que Ana Rímoli costumava se referir aos pais com muito carinho, muita afeição e muito respeito; e que contava histórias da *nonna italiana*, Anna Maria Amato Rimoli.

Assim, diferentemente de Ana Rímoli, sua filha construiu sua memória dos avós, seguramente, pela memória da mãe — a contadora de histórias — e de registros materiais da existência da família: fotografias, mobiliário, livros, diplomas, costumes e hábitos... Ou seja, é uma memória fundada na materialidade da recordação, inclusive na oralidade da mãe. De tudo isso a filha de Ana Rímoli se valeu para saber quem eram seus avós. Mas seu relato é importante porque alude a fatos que comentamos antes e ajuda a validar nossa compreensão. Por exemplo, confirma a função pública do pai e sua ida para outro país; também a nacionalidade dupla dela, pois nasceu em Nova Iorque, Estados Unidos. Quando os pais voltaram, ela tinha idade de “6 meses e meio”. Pelo relato, o pai trabalhava no DASP como técnico de administração e foi requisitado pela Organização das Nações Unidas para trabalhar na sua sede nos Estados *na administração de pessoal*. Ficou lá por trinta meses. Nessa temporada de dois anos e meios nos Estados Unidos nasceu a filha, conforme ela nos informou em entrevista.

Portanto, Herson de Faria Doria foi para os Estados Unidos duas vezes. Em 1942, fez a primeira viagem, com fins de aprendizagem e aperfeiçoamento; a segunda fez depois, como agente do governo para atuar em órgão internacional. A segunda viagem parece ter merecido muito pouco comentário jornalístico; não foi possível

---

<sup>225</sup> CORREIO PAULISTANO. D. Oda Ferraz Rimoli — Obituário. São Paulo, SP, terça-feira, 7 ago. 1945, n. 27414, “Necrologia”, p. 13.

localizarmos menções ao fato nas fontes disponíveis, sobretudo jornais de circulação maior no Rio de Janeiro. O registro de que no valemos para precisar esses eventos é a ficha com registros pessoais para o setor de imigração dos Estados Unidos, como podemos ver a figura a seguir.

FIGURA 17. Documento do setor de imigração<sup>226</sup> dos Estados Unidos com dados da Ana Rímoli, novembro de 1946<sup>227</sup>

FORM EI 90 (1-466) UNITED STATES DEPARTMENT OF JUSTICE  
Immigration and Naturalization Service

**INFORMATION SHEET (concerning passenger arriving on aircraft)**  
This sheet must be filled out in the English language, typewritten, or printed in ink  
(Note further instructions on backs of this sheet)

1. Aircraft **NC. 88890** Departing from **BUENOS AIRES RIO DE JANEIRO** Date **NOV. 2nd.**, 19 **46**  
(Registrations marks)

2. Passenger: **ANA RIMOLI DE FARIA DORIA** Arriving in area at **NEW YORK** Date **Nov 3**, 19 **46**

NAME IN FULL		Age	Sex	Country of Which Citizen or Subject	EMBARKATION	
Family Name	Given Name				Place	Country
<b>FARIA DORIA</b>	<b>ANA RIMOLI</b>	<b>34</b>	<b>F</b>	<b>BRAZIL</b>	<b>RIO</b>	<b>BRAZIL</b>

3. Destination in United States **NEW YORK** **NEW YORK CITY** **WALDORF ASTORIA**  
(State) (City or town) (Street and number)

Fill out spaces below in the cases of aliens only

4. Place of birth **BRAZIL** **SÃO PAULO** Race **PS** **467**  
(Country) (City or Town)

5. Height: Ft. **5** in **3**, complexion **MEDIUM**, color of hair **BROWN** of eyes **BROWN**

6. Married or single **MARRIED** Occupation **HOUSE WIFE**

7. Able to read **ENGLISH** **PORTUGUESE**  
(State language or ground for exemption)

8. Immigration visa, passport visa, reentry permit, or other immigration document. (Prefix number with QIV, NQIV, PV, RP, or abbreviated designation of other immigration document, as case may be.)

Number **NLV3(7)690** Issued at **RIO DE JANEIRO** Date of Issue **OCT. 29th 1946**

9. Last permanent residence **BRAZIL** **D. FEDERAL** **RIO** **7 FARO ST.**  
(Country) (State) (City or town) (Street and number)

10. Final destination (intended future permanent residence):  
**BRAZIL** **D. FEDERAL** **RIO DE JANEIRO** **7 FARO ST.**  
(Country) (State) (City or town) (Street and number)

11. Going to join relative or friend in U. S. **NO** Name and address of such relative or friend:  
(Name) (State) (City or town) (Street and number)

12. Whether in U. S. before, and if so, where **NO** and when  
(State) (City or town) (Street and number)

13. Purpose in coming to the U. S. **ACCOMPANYING HUSBAND** Length of intended stay **2 YEARS**

14. Whether has ticket to destination **NO** Amount of money shown **100.00**

15. Whether ever in prison or in institution for the care and treatment of the insane **NO**

16. Whether ever excluded from admission to the United States or arrested and deported from the United States **NO**

17. Marks of identification: **NONE**

(These spaces reserved for United States immigration officer)	
Immigration list No. <b>3</b>	Line No. <b>16</b>
Name of person or transportation company operating aircraft <b>PAA</b>	
Alien's passport will expire <b>10.27.48</b>	
Head tax status <b>exempt</b>	
Held for BSI <b>3(17) wife of S.O.</b>	
Admitted under section <b>3(17) wife of S.O.</b>	

Passenger inspected (and information hereon verified) by **[Signature]**  
(Signature of Immigrant Inspector)

This form may be obtained upon payment from the Superintendent of Documents, Government Printing Office, Washington, D. C. It may be printed by private parties provided it conforms to official form in size, wording, arrangement, and quality and color of paper.

<sup>226</sup> UNITED STATES. Department of Justice. Immigration and naturalisation service. *Information sheet*. Nova Iorque, Estados Unidos, 3 nov. 1946.

<sup>227</sup> FONTE: acervo pessoal de L. R.

O documento informa o tempo de estada de dois anos, enquanto a filha de Ana Rímoli disse que foi de dois anos e seis meses. Ao mesmo tempo, os atributos pessoais que havia conquistado, a exemplo de profissional de carreira do governo brasileiro, foram subsumidos pela condição com que entrou nos Estados Unidos: a de esposa dona de casa, ou seja, *housewife* (vide item 6 na fig.). Discrepâncias à parte, o relato dela revela elementos da temporada na América do Norte; por exemplo, ela contou que o pai começou a achar que sua saúde ia mal e resolveu voltar ao Brasil para se consultar. Conforme o que nos disse a filha, o pai sentia que os estadunidenses, embora dissessem respeitar os estrangeiros, sempre os viam como estrangeiros, isto é, eram passíveis de tratá-los mal. Com efeito, a fala da filha condensa uma cadeia de eventos que nos parece complexa.

De imediato, destacamos a intenção do Herson Faria Doria e família: permanecer por mais tempo na terra estrangeira; ou seja, seu trabalho na Organização das Nações Unidas lhe daria margem continuar a viver ali. Nesse sentido, parece que a convivência com outros estrangeiros e com nativos não se tornou entrave à vida; talvez porque ele passasse uma boa parte do dia trabalhando com pares; tampouco o inverno parece ter afetado a família, sobretudo com uma filha recém-nascida.

FIGURA 18. Herson Faria Doria em circunstância de trabalho na sede da Organização das Nações Unidas nos Estados Unidos, *circa* 1948–9<sup>228</sup>



---

<sup>228</sup> FONTE: acervo da família de Ana Rímoli

A razão para a volta ao Brasil parece ter sido, de fato, a preocupação com a saúde e a desconfiança de que seria mais bem cuidado aqui, onde era cidadão com direitos, ainda mais alguém na posição dele. Mas, nos Estados Unidos, era mais um estrangeiro, um “latino”, suscetível de gerar sentimentos de xenofobia passíveis de interferir na opinião e cuidado médicos. De fato, sua intuição pode ter tido um efeito positivo elementar quanto a abrandar efeitos do dano cerebral que viria a ter no Brasil — como relatou a filha do casal. Segundo o que ela disse, o pai voltou ao Brasil para ver, aqui, o que se passava com a saúde dele; de fato, logo aqui chegar, ele teve uma encefalite que evoluiria para um acidente vascular cerebral pouco tempo depois. Outro efeito positivo para a recuperação dele pode ter sido a idade dele; embora a filha tenha lhe dado 42 anos quando do adoecimento, sua idade era menor a julgar pela certidão de casamento e pela ficha de imigração: uma diz que ele nasceu em 1911, a outra o confirma ao informar que, em novembro de 1946 — mês de entrada Estados Unidos —, ele estava com 35 anos de idade.<sup>229</sup>

Ainda assim, a gravidade do estado de saúde resultante obrigou a família a rever as condições de vida e do cotidiano. Conforme a filha de Ana Rímoli disse, na ocasião a mãe pôde acompanhar o marido no hospital por algum tempo. Se for acertado o tempo de estada de dois anos e seis meses nos Estados Unidos dito pela filha de Ana Rímoli, a condição desta de estar “licenciada” relativamente nos leva a pensar que Herson Faria Doria passou mal no começo do segundo semestre de 1949. Como a volta havia sido precipitada, Ana Rímoli ainda gozava da licença-profissional concedida pelo ministério da Educação para que acompanhasse o esposo. Além disso, como em dezembro de 1949 foi formalizada a aposentadoria dele como técnico de administração “classe N”, entendemos que o trâmite do processo de concessão de aposentaria possa ter consumido alguns meses antes.<sup>230</sup>

Com efeito, a saúde física de Herson Faria Doria foi muito afetada. Como contou a filha do casal, Ana Rímoli o acompanhou por um semestre, o que a obrigou a se dedicar integralmente, porque à época o tratamento era diferente. Faria Doria teve problemas na fala e nos movimentos do corpo. Nesse sentido, um dos problemas que

---

<sup>229</sup> UNITED STATES. Department of Justice. Immigration and naturalisation service. *Information sheet*. Nova Iorque, Estados Unidos, 3 nov. 1946.

<sup>230</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Atos do presidente da República*. Rio de Janeiro, DF, quinta-feira, 29 dez. 1949, n. 8340, “1ª seção”, p. 4.

parecem ter se imposto a Ana Rímoli foi o deslocamento pela cidade, sobretudo com o marido debilitado fisicamente.

Nesse sentido, ela pode ter se visto na obrigação de se habilitar a dirigir para ter mais independência e autonomia nos quefazeres que exigissem transitar, como ir a centros de reabilitação física, clínicas de massagem terapêutica, consultórios médicos e outros. Essa compreensão se apoia no fato de ela ter sido uma pioneira no processo de tirar a carteira de motorista no Rio de Janeiro, como informou a filha. De fato, nos meses finais de 1949, Ana Rímoli fez o processo para tirar sua carta de habilitação, tal qual podemos ler, em jornal, a chamada para fazer o “Exame de motorista” aplicado em “12 do corrente [mês de novembro de 1949]”, às “7 horas”. Com ela, fizeram o exame, ao menos, mais treze mulheres.<sup>231</sup> Ao mesmo tempo, as obrigações profissionais batiam à porta, cada vez com mais intensidade; foi nessas circunstâncias que — como disse a filha — “começou essa história do INES”.

Em novembro de 1949, vieram os sinais do fim da licença de Ana Rímoli: duas designações. Ela voltaria à ativa para ser assistente do professor de “estudos e técnicas de pesquisa aplicados à administração pública” de “cursos básicos” do DASP e para exercer atividades, pelo “período de 1 ano”, no gabinete do ministro de Educação e Cultura, Gustavo Capanema.<sup>232</sup>

### **3.2 Retorno e ascensão: do ministério ao instituto nacional, passando pelo instituto de pesquisa**

Para Ana Rímoli, 1950 foi um ano de muita movimentação profissional. Estava oficialmente de volta à ação, pronta para novas designações, sobretudo na docência. Por exemplo, em junho de 1950 recebeu, do departamento de educação primária da Secretaria Geral de Educação e Cultura do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, um certificado comprobatório de que tinha registro de professora válido para a capital federal. “Certifico[u-se]” que ela estava inscrita, “sob o n. 9.496”, no “Registro permanente de professores em estabelecimentos de ensino particular deste

---

<sup>231</sup> CORREIO DA MANHÃ. *Informações úteis*. Rio de Janeiro, RJ, quinta-feira, 10 de novembro de 1949, n. 17.378, p. 8.

<sup>232</sup> Doria (s. d. [pós-1968]), s. p. [fl. 5].

departamento, de acordo com o artigo 3º do decreto n. 65, de 21 de Julho de 1936, para lecionar as matérias do Curso Primário”.<sup>233</sup>

### 3.2.1 *De técnica em educação à diretora de Instituto Nacional de Surdos Mudos*

Entre fevereiro e março de 1950, Ana Rímoli foi designada, pelo “diretor do DASP”, para cuidar da “regência da cadeira ‘Métodos de pesquisa e planejamento aplicados à Administração Pública’, dos Cursos Básicos” desse departamento. Em outubro, ela passou por “transferência de lotação”, ou seja, foi da “Diretoria do Ensino Superior do MEC para o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos”; neste, em 12 de outubro, ela foi designada — “pelo diretor” — para cuidar da “regência da cadeira ‘Pesquisa em educação’ do Curso de Medidas Educacionais do INEP, MEC”.<sup>234</sup>

Reflexo de tal atividade docente, em novembro o nome de Ana Rímoli apareceu como responsável por um novo curso a ser oferecido pelo Instituto de Pesquisas e Formação Social Sociais, ligado ao INEP. Intitulado “A educação do pré-escolar”, o curso presumia temas como “infância na cultura moderna”, “psicologia do pré-escolar”; “experiências no campo da educação primária”, “organização de escolas maternas e jardins de infância” e outros. Seria aberto a candidatos diplomados pelo “curso normal ou ginásial”.<sup>235</sup>

Além de cuidar de cursos e regências de cadeiras, Ana Rímoli se viu designada a compor a “comissão de inquéritos para apurar os acontecimentos ocorridos em 5.10.1950” no então Instituto Nacional de Surdos Mudos. A designação ocorreu em dezembro de 1950, vinda do então ministro da Educação, Pedro Calmon Muniz de Bittencourt.<sup>236</sup> Entre dezembro e janeiro, ela trabalharia como afinco, sobretudo no âmbito pedagógico da instituição, para o qual foi até designada via portaria (342). Sua incumbência era a “realização de estudos técnico-pedagógicos”; e o resultado dos esforços foi objeto de “elogio (laudatório) do Ministro Pedro Calmon, n0 relatório apresentado” no fim de janeiro de 1951, isto é, quando acabou o inquérito.<sup>237</sup> No fim de

---

<sup>233</sup> DISTRITO FEDERAL. Prefeitura. Secretaria Geral de Educação e Cultura. Certificado de registro de professores [emitido pelo departamento de educação primária]. Folha única, imp./manusc. Distrito Federal [Rio de Janeiro], 6 de julho de 1950.

<sup>234</sup> Doria (s. d. [pós-1968], p. 4).

<sup>235</sup> A MANHÃ. *Dois novos cursos no I. P. F. S.* Rio de Janeiro, RJ, quinta-feira, 23 de novembro de 1950, n. 2.859, p. 2.

<sup>236</sup> Doria (s. d. [pós-1968], p. 2).

<sup>237</sup> Doria (s. d. [pós-1968], p. 3).

fevereiro, houve a “nomeação” dela, pelo “presidente da República”, para “o cargo em comissão de Diretor do Instituto Nacional de Surdos Mudos”.<sup>238</sup>

FIGURA 19. Ana Rímoli tomando posse como diretora do Instituto Nacional de Surdos Mudos, 17 fev; 1951



Na posse de Ana Rímoli como diretora do Instituto Nacional de Surdos Mudos, estava o ministro da Educação, Ernesto Simões da Silva Freitas Filho. Com 40 anos de idade mal completados, a figura de Ana Rímoli contrasta com a do ministro, então com seus 65 anos (ele nasceu em 4 de outubro de 1886, na Bahia). Na diretora sendo empossada no cargo, a compenetração do olhar cabisbaixo — como se ouvisse atentamente — e a formalidade da pose — ombros arqueados, braços rentes ao tronco, mãos sobrepostas — conotam a formalidade da cerimônia, a importância do cargo e a responsabilidade da função ocasião.<sup>239</sup>

A posse de Ana Rímoli no cargo de diretora do instituto nacional ocorreu “No gabinete do ministro”, na tarde (as “15 horas”) do dia 17 de fevereiro de 1951.<sup>240</sup> Abria-se um horizonte que prometia ser desafiador, dadas as circunstâncias de tensão em que entrava em cena a diretora mulher. Ao mesmo tempo, o cargo alçava Ana Rímoli a uma posição mais elevada na hierarquia funcional do Ministério da Educação, projetava sua relevância e o grau de credibilidade político-administrativa que ela havia conseguido. Se

<sup>238</sup> Doria (s. d. [pós-1968], p. 3).

<sup>239</sup> FONTE: acervo da família de Ana Rímoli.

<sup>240</sup> A MANHÃ. Posse dos diretores... Rio de Janeiro, RJ, terça-feira, 27 de fevereiro de 1951, n. 2.397, “Informações úteis”, p. 2.

fosse uma condição pôr uma mulher no cargo, para ajudar a dissipar ânimos animosos, talvez fosse o caso de convidar alguém com mais experiência na prática em educação e na reflexão sobre a condição da surdez e da aprendizagem educacional. Um nome que nos parece lógico seria o de Noemi Silveira, cujos estudos haviam avançado a ponto de situá-la projeção nas relações entre pedagogia e psicologia.

A posse de Ana Rímoli como diretora era um corte na entrada dela para o grupo de profissionais que atuavam ao lado do ministro Gustavo Capanema. Após um ano atuando sob os auspícios do gabinete ministerial, seguramente ela pôde ter contatos e se relacionar com a turma de intelectuais que haviam se reunido em torno de Capanema para ajudá-lo a consolidar seu projeto de ministro. Em certo sentido, esse contato pode ser visto como traço de uma geração de intelectuais da educação da qual Ana Rímoli fez parte, a seu modo.

### 3.3 Traços da intelectual da educação

Como pudemos acompanhar, até se alçar à direção do Instituto Nacional de Surdos Mudos, Ana Rímoli passou por experiências profissionais distintas em órgãos do Ministério da Educação; ou seja, lidou com áreas educacionais variadas: a pesquisa em educação, a docência, administração e processos educacionais, tais como as avaliações de instituições de ensino superior. Nesse ponto, pensamos que cabe tentar outra aproximação entre Ana Rímoli e a categoria intelectual da educação. Retomamos ideias de Sirinelli<sup>241</sup> para abordar a história dos intelectuais; isto é, tentamos reconhecer em Ana Rímoli o atributo *geração* intelectual, que muito se relaciona com o atributo da *trajetória*.

Do ponto de vista da trajetória (ou itinerário), pensamos que conseguimos delinear os movimentos de Ana Rímoli em seu processo de ascensão intelectual e em movimentos na sociedade que ela integrou como agente público-educacional; pensamos que foi possível reconhecer engajamentos em causas que marcaram a formação de uma intelectualidade voltada à educação, a exemplo do contato com “seções” do movimento escola nova nos anos finais da década de 1930. Mas, para nós, o atributo da geração intelectual seria aplicável à atuação dela na década de 1940.

---

<sup>241</sup> Sirinelli (2003)

Com efeito, como componente conceitual importante, a categoria geração não se associa à lógica da faixa etária e vai além da cronologia, pois antes de tudo supõe a sociabilidade grupal. Uma pessoa de 25 anos de idade pode vir a compor um grupo de intelectuais com idade suficiente para serem mães ou pais de tal pessoa. É claro que não se descartam os efeitos da idade na caracterização de uma geração; mas se sujeitam aos fenômenos sociais coletivos que apontam a ideia de que se formou uma geração.<sup>242</sup> Nesse sentido, parece mais sensato associar tal conceito a Ana Rímoli pelo vínculo afim ao jogo de interesses institucional-educacionais dos intelectuais que passaram a compor o Ministério da Educação, seja por concurso ou por indicação política.

Se assim o for, então ao Ana Rímoli, ao se tornar funcionária do Ministério da Educação, se viu imersa em um grupo de pessoas — seguramente uma maioria de homens — que partilhavam do mesmo credo intelectual-educacional, seja em sentimentos, sensibilidades, valores ou em ideias.<sup>243</sup> Tal geração teria se formado em função de um projeto de renovação educacional em todos os níveis escolares e em vários níveis da cultura. Nesse sentido, podemos situar Ana Rímoli na geração intelectual reunida em torno do ministro Gustavo Capanema; ou seja, ela teria tido contatos de muita proximidade como a chamada “constelação Capanema”.<sup>244</sup>

Como sabemos, Capanema se tornou ministro da educação em 1942, nomeado por Getúlio Vargas; e dentre suas primeiras ações podemos citar a reforma educacional das chamadas leis orgânicas. A primeira reforma foi a do ensino técnico profissional, tendo a orientação para a *indústria* — ou seja, para adequar mão de obra à industrialização; para o *comércio* — isto é, para formar mão de obra para os processos de distribuição e venda das manufaturas; enfim, para *agricultura e pecuária* — leia-se, para manter homem do meio rural. Mais que isso, o ministro se empenhou em uma vinculação necessária entre educação e cultura. Nesse sentido, a ação do ministério de Capanema fez ressoar um chamado a intelectuais e artistas para desenvolverem seus trabalhos de forma intensa e com incremento de políticas públicas de desenvolvimento da cultura nacional. Para isso, reuniu intelectuais de peso na cultura a fim de instaurar

---

<sup>242</sup> SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, J. P.; SIRINELLI, J. F. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 254.

<sup>243</sup> Gomes (2016, p. 24).

<sup>244</sup> BOMENY, Helena. *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2001.

um projeto de modernização e transformação da sociedade à luz do ideário do Estado Novo.<sup>245</sup>

Como se pode ler em Bomeny<sup>246</sup> e em Schwartzman, Bomeny e Costa,<sup>247</sup> em mais de uma década à frente do Ministério da Educação, Gustavo Capanema contou com a assessoria de figuras representativas da cultura; por um lado, havia gente das letras: *poetas* como Carlos Drummond de Andrade (chefe de gabinete Capanema), Manuel Bandeira, Cecília Meireles e Vinícius de Moraes, e *romancistas* tais quais Mário de Andrade e Afonso Arinos de Melo Franco; havia representantes da música erudita — Heitor Villa-Lobos — e da pintura — Cândido Portinari; havia Lúcio Costa e Rodrigo Melo Franco de Andrade, dentre outros que compuseram o time complexo de intelectuais engajados no projeto do governo de Vargas. Projeto que Capanema encampou com rigor, em nome da modernização do país via educação e cultura; e que Vargas apoiou, de modo a prestigiar o ministério e, é claro, propagandear sua política governista pela voz de intelectuais de expressão.

Com efeito, como Schwartzman, Bomeny e Costa,<sup>248</sup> devemos ressaltar que uma parte desse projeto era o ensino superior: o “grande projeto universitário” — como disseram. Para os autores, era clara a perspectiva com que Capanema via a universidade em seu programa educacional: prepararia as elites em detrimento da instrução elementar às massas. Para Capanema, nas elites estariam os agentes capazes de pensar no problema da escola primária com intenções de articular elementos passíveis de levarem a um movimento rumo ao desenvolvimento com senso de direção e de aperfeiçoamento dos mecanismos civilizatórios do país. Na Universidade do Brasil estaria o centro projeto; dela, emanaria um padrão de educação superior para *o país todo*; sobretudo, para uma *faculdade de filosofia, ciências e letras*, a rigor seria a inovação maior ante 1931, quando a lei Francisco Campos frisou *a educação, as ciências e as letras*.

Ainda à luz de Schwartzman, Bomeny e Costa, o ideal de padronizar o ensino superior nacionalmente era pretensioso e limitado; seria tarefa complexa estruturar e programar universidades com o grau necessário de detalhamento da realidade que cada

---

<sup>245</sup> SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. B.; COSTA, Vanda M. R. O grande projeto universitário. In: \_\_\_\_\_. *Tempos de Capanema*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 221–46.

<sup>246</sup> Bomeny (2001).

<sup>247</sup> Schwartzman, Bomeny e Costa, (2000).

<sup>248</sup> Schwartzman, Bomeny e Costa, (2000).

instituição demandaria. Ou seja, “busca de uma definição prévia da estrutura e funcionamento da universidade deveria ter um nível de formulação ainda mais alto, a ser dado no sonhado Plano Nacional de Educação”.<sup>249</sup>

Porém, o plano da Universidade do Brasil como modelo, segundo Schwartzman, Bomeny e Costa, “redundou em fracasso”.<sup>250</sup> Tempo e esforço dedicados deram em quase nada; por exemplo, o ideal de campus como cidade universitária para a instituição que se tornaria a Universidade do Rio de Janeiro se dissipou, pois universidade foi situada noutra lugar e segundo outros projetos. A faculdade de Filosofia “não chegou a capturar a mística e as esperanças que cercaram a Universidade do Distrito Federal” nem ir além.<sup>251</sup> Ainda assim — pensam os três autores —, o projeto do ministro teve sucesso; por exemplo, estabeleceu concepções, formas e procedimentos de administração e instalação de instituição de ensino superior: universidade como instituição sujeita à sistematização e regulação legal em pontos como programas e currículos dos cursos; atribuir ao Ministério da Educação a ação de fiscalizar; ter campus físico como ponto de partida do projeto de estruturar uma universidade; e, em especial, o ideal de impor padrões e modelos de ensino superior.

Nesse último quesito, destacamos o caso do Paraná, conforme o comentário de Saviani<sup>252</sup> sobre a evolução do ensino superior na década de 1940. Nesse sentido, ele enumera o surgimento da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1941, e de São Paulo, em 1946. Nos anos 1950 a ampliação seria tributária da “federalização” de instituições estaduais e privadas”. No caso do Paraná, o autor destaca que a universidade foi “fundada em 1912” e começou a funcionar em 1913; mas que, “em 1920, por indução do governo federal, foi desativada e passou a funcionar na forma de faculdades isoladas [...] até ser reconstituída em 1946 e federalizada em 1951, dando origem à atual Universidade Federal do Paraná”.

Haja vista que Ana Rímoli esteve na capital do Paraná em 1944, fomos levados a aventar a hipótese de que tenha participado do processo de “reconstituição” citado por Saviani. Com seus pareceres e relatórios de visita de inspeção e fiscalização, pode ter

---

<sup>249</sup> Schwartzman, Bomeny e Costa (2000, p. 226).

<sup>250</sup> Schwartzman, Bomeny e Costa (2000, p. 239).

<sup>251</sup> Schwartzman, Bomeny e Costa (2000, p. 241).

<sup>252</sup> SAVIANI, Dermeval. A expansão do Ensino Superior no Brasil. *Póiesis Pedagógica*, v. 8, n. 2 ago.–dez. 2010, p. 12. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/poiesis/article/view/14035/8876>. Acesso em: 20 jul. 2022.

reforçado e endossado justificativas, demandas, argumentos etc. em prol do restabelecimento da instituição. Intuímos que nesse ponto Ana Rímoli possa ter integrado — ou se aproximado — do círculo de intelectuais do Ministério da Educação em torno do projeto de ensino superior; afinal, estava na hora, no lugar e em meio ao contexto onde tal projeto se desdobrava: a chamada “constelação Capanema”; ou seja, a geração intelectual de Ana Rímoli, ainda que possa ter participado mais secundariamente da rede de sociabilidade estabelecida por eles. Essa possibilidade se justifica pelo fato de que ela manteve vínculos com a instituição onde fez seu curso superior: a Universidade de São Paulo, representada por Noemi Silveira Ruldolfer. Com quem ela, Ana Rímoli teve vínculos diretos como a orientação de trabalhos acadêmicos e relações acadêmicas no congresso de psicologia de 1938. Em todo caso, a participação de Ana Rímoli no que Saviani chamou de “reconstituição” é aventada como inferência.

Dados esses elementos, podemos entender que Ana Rímoli se iniciou como intelectual da educação no contexto de efervescência do movimento escola nova — os anos 1930 — e nas relações entre educação e psicologia. Por outro lado, podemos dizer que sua profissão a situou em um horizonte distinto da formação superior, pois ela saiu da sala de aula para ocupar as salas de instituições da administração educacional e, é claro, os quartos de hotéis. Nossa compreensão é que Ana Rímoli parece ter acumulado um repertório incipiente de saberes afins à educação de pessoas surdas, por mais que tenha mantido contato com objetos de estudo afins à sua formação, como educação, aprendizagem e psicologia. Nesse sentido, assumir o Instituto Nacional de Surdos Mudos pós-rebelião interna nos parece um gesto de ousadia e de muita responsabilidade, sobretudo em razão das ambições de formar professores e professoras para educar uma parcela da população ausente nas políticas públicas educacionais, como podemos ler no capítulo a seguir.

## IV

### ENTRE A ASCENSÃO DA FORMADORA E A QUEDA DA ADMINISTRADORA

**A**ntes da posse no Instituto Nacional de Surdos Mudos, Ana Rímoli estava em condições de vida pessoal e profissional que lhe exigiam esforços variados, atenção e concentração, sobretudo tranquilidade e controle emocional; e isso em tempo quase integral. Por um lado, tinha de lidar com um cotidiano doméstico um tanto desestabilizado, seja pelo cuidado materno que uma criança de 3–4 anos de idade pede, seja pelo cuidado que um adulto com mobilidade reduzida demanda. Por outro lado, estava imersa em um processo profissional certamente delicado e melindroso: os acontecimentos no instituto e o inquérito administrativo; processo esse seguramente tenso e constrangedor, de confronto e animosidade, possivelmente de conversas com elevação no tom de voz. Assim, pensamos que cerca de quatro, cinco meses pré-posse, Ana Rímoli teve pouco tempo e pouca disposição para projetar a extensão do problema que teria de resolver após ser indicada à direção. Os distúrbios tiveram consequências que puseram em xeque não só o trabalho com a disciplina, mas ainda quase todo o trabalho pedagógico do Instituto Nacional de Educação de Surdos, assim como a administração e a autoridade e as condições de funcionamento. Além disso, e não menos importante, a imagem da instituição havia sido manchada severamente; ou seja, é possível que o estrago tenha suscitado desconfiança de famílias que vislumbravam por

seus filhos no instituto, então uma instituição de tradição quase secular. Eram condições desanimadoras; obrigariam Ana Rímoli a fazer mais adaptações, pois o trabalho iria lhe consumir ainda mais tempo.

Com efeito, as frentes de ação estavam no *plano pedagógico*: docência, discência e método, objetos e objetivos da escolarização e formação, concepção e elaboração de rotinas, procedimentos, técnicas e materiais, desenvolvimento práticas, formação e orientação de professores e alunos. As frentes de ação estavam, ainda, no *plano administrativo*: definição de prioridades, delegação, atribuição e revisão de funções, contratação de pessoal e serviços, reformas de instalações em âmbitos diversos, e revisões de condições institucionais e materiais de funcionamento, de padrões de rotinas e procedimentos, ampliação e melhoria dos serviços... As frentes de ação estavam, também, no *plano institucional-cultural*: revisão de valores, missão e função institucionais, reconstrução da imagem pública, divulgação do instituto “sob nova direção” etc.

Nesse sentido, este capítulo apresenta uma compreensão da ação e dos movimentos que Ana Rímoli fez nos dez anos em que esteve à frente da direção do instituto nacional. O texto enfatiza a formação docente, mas discorre sobre tópicos afins. Ana Rímoli teria de fazer movimentos para compor, por exemplo, um *corpo administrativo*, um *corpo docente*, um *corpo assistencial* e um *corpo operacional*; isto é, teria de escolher profissionais segundo nomes e atributos qualificadores. Evidentemente, a diretora não assumiria sozinha todas as responsabilidades que se impuseram à direção do instituto. Ao lado dela, estiveram profissionais que assumiram certas incumbências para que Ana Rímoli pudesse transitar por searas diversas, fosse a da aprendizagem sobre surdez e escolarização de pessoas privadas da audição, fosse a da prestação de contas ao ministério, ao governo e à sociedade.

De fato, o evento desencadeador da presença de Ana Rímoli no instituto merecia atenção especial. O sentimento residual após ser contida a rebelião e quebra-quebra era passível de insuflar corações e inspirar mentes à tomada de atitudes similares quando o dia a dia na instituição assim o exigisse. Assim, é possível que, à autoridade de uma mulher (de 39 anos de idade), tenha sido visto como importante a presença, também, de um homem em posição de comando. Com isso, seria possível partilhar as responsabilidades que eram da alçada da direção, mas que não eram necessariamente da

seara estritamente pedagógica discente e docente. O escolhido para atuar ao lado Ana Rímoli foi Tarso Coimbra, que esteve com ela desde o início do inquérito administrativo e que daria espaço para que a diretora se aplicasse mais nas demandas que eram lhe mais caras; por exemplo, a orientação pedagógica do instituto nacional e suas funções como instituição educativa. É evidente que a nova direção não se propôs a refazer, a reorganizar tudo; mas seguramente houve mudanças na estrutura administrativa.

#### 4.1 A atitude gerencial: reorganização funcional, reorientação pedagógica

Com efeito, em seu estudo, Edivaldo Costa<sup>253</sup> se referiu à administração de Ana Rímoli à frente do Instituto Nacional. Em orientação administrativa, a educação de pessoas foi meta para a década de 1950. Assim, no perfil da gestão dela, seriam marcantes medidas como a criação do curso Normal para formar e para especializar professores, a primeira campanha nacional de educação e a primeira olimpíada nacional. Como analisou o autor, a administração de Ana Rímoli pôde se valer de certo espírito de desenvolvimento e de investimentos de grande porte no país com a ascensão de Juscelino Kubitschek de Oliveira à presidência.

Dada experiência adquirida em dez anos como técnico em educação atuante em frentes diversas, do Ministério de Educação, Ana Rímoli chegava à segunda metade da década com conhecimentos de como funcionava a máquina pública: inspeção, organização e pesquisa em educação, produção de relatório de atividades e de prestação de contas, domínio de métodos de pesquisa e de planejamento aplicados à administração pública, além de ter sido professora, pois viria a lecionar no curso Normal do instituto e, sobretudo, no de aperfeiçoamento de professores; suas disciplinas eram Fundamentos Metodológicos de Pesquisa Aplicada à Educação; Didática Geral e Especial para surdos e Logopedia. De fato, Ana Rímoli expressou seu conhecimento da estruturação e do funcionamento de uma instituição pública (educacional) no organograma do instituto

---

<sup>253</sup> COSTA, Edivaldo S. *Mãos tecendo histórias de vida: memórias dos surdos sergipanos egressos do Instituto Nacional de Educação de Surdos (1944–1979)*. Tese (doutorado em Educação) — Universidade Federal de Sergipe, 2018.

nacional, que fez questão de publicar como anexo da segunda edição de um livro que ela publicaria em 1958.<sup>254</sup>

FIGURA 20. Organograma do Instituto Nacional de Educação de Surdos em 1958<sup>255</sup>



<sup>254</sup> *Compêndio de educação da criança surda* é o título do livro que Ana Rímoli publicou, em segunda edição, no ano de 1958.

<sup>255</sup> ALAMY. Rio de Janeiro, RJ — 15/4/2015. Instituto Nacional de Educação de Surdos. Fachada do Instituto Nacional de Educação de surdos localizado no bairro de Laranjeiras no Rio de Janeiro. Fotografia: Vanessa Bohn. Disponível on-line.

Convém dizermos que não foi nosso propósito fazer uma leitura analítica rigorosa da administração do instituto nacional sob a direção Ana Rímoli; ou seja, fazer uma análise segundo quesitos e conceitos da administração pública. Mas entendemos que a presença do organograma no livro seria um documento importante para ela, talvez a materialização inicial do plano de reorganizar a instituição. Isso porque notamos no título do organograma expressão “educação de surdos”, que contém sentidos importantes, como a orientação pedagógica — educar pessoas — e a visão de que a mudez não era patológica também, isto é, era consequência da falta de audição: a produção de som não se perde com a surdez, o balbucio se mantém; só não houve a aprendizagem de sua articulação em fonemas. Seria mais ou menos como uma criança em seus primeiros meses de vida.

Pensamos que seria conveniente ver o organograma numa projeção arquitetônica, como se fosse a fachada do prédio e suas repartições mais visíveis. Infelizmente, não foi possível achar uma fotografia de pose frontal de modo a enquadrar a fachada numa perspectiva horizontal. Esperamos que a imagem superposta ao organograma permita vê-lo como tradução de retângulos ligados por linhas.

Com efeito, na linguagem gráfica do organograma — retângulos e linhas —, vemos seus elementos constitutivos como articuladores de sentidos, seja na leitura horizontal ou na vertical. Igualmente, podemos ver a fachada em tais sentidos, não tão claros como no organograma, no nível dos andares do edifício. Em ambos, vemos três níveis: inferior, intermediário e superior, ou seja, térreo, primeiro andar e segundo andar, conforme nossa analogia.

Tendo em vista a lógica que hierarquiza o topo como superior e o nível do chão como inferior, então projetamos que no segundo andar estivesse a (sala da) diretoria, alinhada ao centro, mais à frente e com três janelas; não por acaso, levemente acima do que há a sua direita e a esquerda se vista como o retângulo central no organograma. Seria ali o centro da administração: o lugar de onde partiriam direções para o nível imediatamente abaixo, onde se executariam as atividades operacionais: o grosso do funcionamento da instituição, estendido ao nível mais inferior. Neste, é possível que o fluxo de pessoas fosse muito maior, pois abriga a portaria, a recepção, as vias de acesso às áreas abertas e outros.

Nesse sentido, dentre vários pontos possíveis de serem depreendidos do organograma, destacamos a distância e falta de conexão entre certos setores e níveis. Considerando a simbologia do organograma, o retângulo da diretoria estaria um tanto isolado e conectado só à linha nivelar horizontal superior e por um traço breve; igualmente, estaria distante dos retângulos à direita e à esquerda no mesmo nível, supostamente setores de importância na administração. Da forma que lemos, haveria aí a conotação de que a sala da diretoria fosse acessível a poucos e nunca ao nível mais inferior; pessoal desse nível para ir até ela, se fosse o caso, teria de passar pelo “filtro” do segundo nível (ou primeiro andar). Aí estariam responsáveis por executar planos de ação com distribuição de atividades.

Ao mesmo tempo, se pudermos ver as linhas e os traços do organograma como marca de vínculos, ligações e relações, então podemos dizer que a diretoria se relacionava pouco com os níveis operacionais; sobretudo o primeiro de baixo para cima no organograma (térreo na fotografia da fachada). Do ponto de vista gráfico, não havia conexão nenhuma; e, nesse sentido, ainda podemos ler que, no segundo nível, também os setores replicavam a falta de conexão: é como se eles se inter-relacionassem somente pela linha nivelar mediada, que seria comum a todos os setores; mas aqueles com mais afinidade não apresentam conexão si, o traço-elo que liga, por exemplo, o “centro de defesa civil” e a “assessoria”, no canto superior esquerdo do organograma. Ainda assim é nítida a ausência entre “assessoria” e “administração” no extremo direito, exemplo em que vemos relações de interesse mútuo.

Embora “isolada” e distante no plano horizontal, a diretoria tinha proximidade e nexos no plano vertical com o segundo nível. Vemos que os setores com ligação direta e mais próximos são a “seção escolar” e a “seção de disciplina”. Pensamos que não é por acaso essa disposição, pois, como vimos, seriam os mais coerentes com o horizonte de expectativas criadas em torno da nova direção do instituto nacional; afinal, a disciplina foi posta à prova pelo ato de violência, e suas “amarras” não resistiram. Por outro lado, era preciso fazer a instituição ser, de fato, uma instituição educacional escolar e com propósitos de formação para a vida e para o futuro. Foram esses dois pontos, em sequência, que puseram Ana Rímoli no “mapa” da instituição e a conduziram à direção e a um plano audacioso de formar educadores de pessoas surdas para que o máximo

possível de gente pudesse ser educada e formada. Mesmo em uma instituição quase secular, seu projeto era pioneiro.

De fato, nos parece ser incoerente esperar que a disciplina fosse dimensão da alçada de Ana Rímoli. Como diretora incumbida não só de limpar a mancha na imagem do instituto nacional, mas ainda de reposicionar seu lugar no cenário educacional e no Ministério da Educação, a diretora não teria feito o que fez sem a ajuda de uma equipe e de um braço direito. Este foi Tarso Coimbra, com quem ela formou uma dupla de muito entrosamento e sintonia na direção e administração. Educador físico, militar e técnico em educação, Coimbra trouxe o “pulso firme” e o princípio da disciplina necessários para assegurar estabilidade e harmonia nas relações, ante eventuais indícios de desequilíbrio. Mas seu perfil fugia ao do militar rígido e truculento, como tentamos mostrar a seguir.

#### **4.2 Tarso Coimbra: ascensão do militar professor de educação física**

A julgar pelos seus méritos e deméritos, a pessoa de Tarso Coimbra ficou um tanto alheia ao interesse de estudiosos e pesquisadores. Nos estudos onde se menciona seu nome, a aparição não passa da menção mesma e de seu trabalho ao lado de Ana Rímoli no instituto, mas de forma coadjuvante. Convém notar a existência de uma rua da cidade Rio de Janeiro que leva seu nome. A rua Tarso Coimbra fica na região do bairro Tanque. Contudo, justamente por ter sido agente-chave no processo de transição e funcionamento do novo instituto, pensamos que sua pessoa merece atenção mínima de quem estuda a instituição nos anos 1950. Assim como no caso de Ana Rímoli, cremos ser importante saber dos antecedentes de vida de seu braço-direito na administração, saber dos atributos que o posicionaram como apto a trabalhar com a diretora. Nesse sentido, procuramos jogar alguma luz sobre a vida dele, ou seja, contextualizar minimamente sua trajetória até 1950.

Com efeito, embora faltem estudos que pudessem oferecer alguma base biográfica para caracterizarmos Tarso Coimbra como pessoa e como agente público, a imprensa da cidade do Rio de Janeiro desde a década de 1910 ajudou a compor um esboço biográfico de tal personagem; embora breve, cremos ser suficiente para reconhecer, por exemplo, suas qualificações profissionais favoráveis para lidar com as relações entre instituto nacional e imprensa, tanto quanto cuidar da educação física de

alunos sob sua batuta. Na projeção do nome Coimbra nos jornais do Rio de Janeiro a partir de 1935, o destaque incide em sua condição de militar e professor de educação física.

#### 4.2.1 *A formação militaresca*

As fontes consultadas não permitiram precisar a data de nascimento de Tarso Coimbra. Mas uma fotografia publicada em edição de 1914 da revista *Fon Fon* dá margem para ver traços fisionômicos de uma criança na faixa etária 5–7 anos. Logo, deve ter nascido nos anos finais de década 1910.

FIGURA 21. Tarso Coimbra quando criança na cidade do Rio de Janeiro, 1914



A disposição à vida militar parece ter se anunciado cedo na vida de Tarso Coimbra<sup>256</sup>

---

<sup>256</sup> FON FON. *Bebês e nenéns*. Rio de Janeiro, RJ, ano VIII, n. 16, 18 abr. 1914, p. 49.

Em fevereiro de 1928, o nome de Tarso Coimbra apareceu em chamadas para “Exame de admissão e do Curso Preparatório” relativos à Academia do Comércio do Rio de Janeiro. Ele era aluno do “1º ano” do preparatório e faria provas de “Escripta de Inglez”, assim como provas “oraes de *Francez*”.<sup>257</sup> Faltaram estudos que pudessem embasar uma contextualização mínima de tal escola, isto é, “sua historiografia não se encontra ainda devidamente registrada”.<sup>258</sup> Mas foi possível adentrar elementos mínimos para inferir as condições socioeconômicas da família de Tarso Coimbra ao possibilitarem ao filho estudar em tal instituição.

Fundada em 1902, já em 1905 a escola foi prestigiada pelo governo do presidente Rodrigues Alves, ou seja, foi “Declara[da] instituição de utilidade pública [...]”, como se lê no decreto 1.339, de janeiro de 1905.<sup>259</sup> Dito de outro modo, teve reconhecidos “os diplomas por ella conferidos, como de character official”. O decreto radiografa como seria o funcionamento da escolar. Seria “destinada á educação superior do commercio”; para tanto, manteria “dous cursos”: um geral, que habilitaria a “exercicio das funcções de guarda-livros, perito judicial e empregos de Fazenda”; outro superior, que habilitaria “[...] mais para os cargos de agentes consulares, funcionarios do Ministerio das Relações Exteriores, actuarios de companhias de seguros e chefes de contabilidade de estabelecimentos bancarios e grandes emprezas commerciaes”. O “curso geral” incluiria ensino de *línguas* — “portuguez, francez, inglez”; *cálculo* — “arithmetica, algebra, geometria”; e *escrita* — “calligraphia, stenographia, desenho e escripturação mercantil”. A elas se aliava o ensino de “geographia, historia, sciencias naturaes”, de elementos do “direito civil e commercial”, de legislação “de Fazenda e aduaneira” e de práticas “juridico-commercial”. O “ensino em geral” seria prático em essência. Nas “mathematicas”, era para ser “todo de applicação ao commercio”; em

---

<sup>257</sup> *Jornal do Commercio*. Academia de Commercio [Exames]. Rio de Janeiro, RJ, quarta/quinta-feira, 22/23, fev. 1928, n. 45, p. 9.

<sup>258</sup> Cf. a proposta de pesquisa na Universidade Unigranrio de: CAETANO, Gilcimar F. C. *A Academia do Comércio e as origens do curso de graduação em Administração* [sic]. Disponível em: [http://www2.unigranrio.br/unidades\\_adm/pro\\_reitorias/propep/sinctec/almanaqueunigranrio2017/trabalhos/787.pdf](http://www2.unigranrio.br/unidades_adm/pro_reitorias/propep/sinctec/almanaqueunigranrio2017/trabalhos/787.pdf). Acesso em: 5 nov. 2020.

<sup>259</sup> BRASIL. Presidência da República. *Decreto 1.339*, de 9 de janeiro de 1905. Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1905, 17º da Republica. *Diário Oficial*, Rio de Janeiro, RJ, 11 jan. 1905, p. 225 [publicação original]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1339-9-janeiro-1905-612623-publicacaooriginal-135659-pl.html>. Acesso em:

relação “às linguas referidas”, o ensino seria “de modo a que os alumnos consigam fallar e escrever correctamente o idioma leccionado”.

Ainda seguindo a redação do decreto, o curso geral seria preparatório ao “curso superior”; e este

[...] comprehenderia o ensino de geographia commercial e statistica, historia do commercio e da industria, technologia industrial e mercantil, direito commercial e maritimo, economia politica, sciencia das finanças, contabilidade do Estado, direito internacional, diplomacia, historia dos tratados e correspondencia diplomatica, allemão, italiano, hespanhol, mathematica superior, contabilidade mercantil comparada e banco modelo.<sup>260</sup>

A formação em uma instituição escolar de orientação militar — a Academia do Comércio (quicá em sua Escola de Formação Militar também) — levaria Tarso Coimbra aos escalões do Exército. Aí, ele galgou degraus na hierarquia até a posição de tenente; e atuou em funções como a de professor de educação física.

#### 4.2.2 *De tenente reservista a professor de educação física*

Da época dos exames de 1928 a outubro de 1931, Tarso Coimbra evoluiu à condição de aspirante a militar da reserva. Seu nome aparece em associação ao Exército no *Diario de Noticias* de outubro de 1931. O texto, uma nota breve, refere-se à resposta dada a um requerimento dele, então como “aspirante a official da reserva da 2ª classe da 1ª linha, em estágio no 2º R. I.”. Ele requereu uma “carteira de identidade” militar; mas teve o pedido indeferido.<sup>261</sup>

Dois anos depois, Tarso Coimbra fez curso de “educação physica no Centro de Cultura do Exercito”. A cerimônia de encerramento dos trabalhos correspondentes ao ano letivo e de entrega dos diplomas concluintes dos cursos contou com a presença de Getulio Vargas, então chefe do governo provisório, mais comitiva representante da Casa Civil e de ministérios, inclusive o da Educação.<sup>262</sup>

---

<sup>260</sup> Brasil (11 jan. 1905, p. 225).

<sup>261</sup> DIARIO DE NOTICIAS. *Informações dos ministerios*. Rio de Janeiro, sábado, 17 out. 1931, n. 486, p. 11.

<sup>262</sup> JORNAL. *O Jornal nos sports*. Rio de Janeiro, sexta-feira, 29 dez. 1933, n. 4354, p. 9

FIGURA 22. Tarso Coimbra, vice-diretor do Instituto Nacional de Educação de Surdos, à época de sua formatura em educação física pelo Centro de Cultura do Exército, 1934



Tarso Coimbra se formou em educação física pelo Centro de Cultura do Exército entre 1932 e 1934. Em 1935, já havia iniciado sua atuação profissional.<sup>263</sup>

---

<sup>263</sup> GAZETA DE NOTÍCIAS. *Educação física*. Rio de Janeiro, RJ, 17 out. 1935, n. 246, p. 10.

Em 1935, Tarso Coimbra estava integrado aos escalões do Exército, a ponto de concorrer a cargos eletivos internamente. Nesse sentido, em julho de 1935, seu nome apareceu associado à eleição para eleger a “diretoria do bienio de 1935–37” do “Clube Militar da Reserva do Exército”. Passou a ocupar a “diretoria de controle e desportos”,<sup>264</sup> assim como a atuar como professor “diplomado pela Escola de Educação Physica do Exército”. Como tal, já em setembro de 1935, ele instituiu um programa de atividades físico-educativas por meio da rádio Ipanema (P. R. H. 8, conforme a nomenclatura oficial). “Das 9 às 10 horas”, eram oferecidas “Aula[s] de educação physica de infantil, pelo professor Tarso Coimbra”.<sup>265</sup> As aulas reuniam “crianças de Copacabana, Leme, Ipanema e Leblon” e ocorriam no prédio onde operava a rádioemissora; ou seja, onde ficava “seu studio em Copacabana”. O terraço do prédio foi transformado em um “verdadeiro gymnasio de educação physica integral”. Ali, foi instalado um microfone da “Radio Ipanema”, do qual emanavam comandos para a atividade física.<sup>266</sup>

Em torno da atividade conduzida pelo professor Tarso Coimbra na rádio Ipanema, orbitaram discursos como o da eugenia. Exemplo desse tom se mostrou em notícias do jornal *Gazeta de Notícias*, onde se lêem afirmações como esta: dedica “atividades á cultura da nossa raça, contribuindo eficazmente para a fortaleza do nosso Brasil de amanhã”. A iniciativa era vista como de “patrióticas finalidades”. Ao professor, o texto se referia como responsável por “ministra[r] os ensinamentos para a perfeita robustez dos nossos garotos, fortalecendo-lhes o espírito para os embates futuros”.<sup>267</sup>

---

<sup>264</sup> JORNAL DO BRASIL. *Clube Militar da Reserva do Exército*. Rio de Janeiro, DF, sexta-feira, 26 jul. 1935, n. 177, p. 24.

<sup>265</sup> A MANHÃ. *De radio*. Rio de Janeiro, RJ, quarta-feira, 4 set. 1935, n.113, p. 5.

<sup>266</sup> GAZETA DE NOTÍCIAS. *Educação physica*. Rio de Janeiro, RJ, 17 out. 1935, n. 246, p. 10.

<sup>267</sup> GAZETA DE NOTÍCIAS. *A rádio Ipanema e cultura physica...* Rio de Janeiro, RJ, 20 out. 1935, n. 249, “Radio”, p. 17.

FIGURA 23. Tarso Coimbra em aula de educação física no terraço de prédio da rádio Ipanema, cidade do Rio de Janeiro, outubro de 1935<sup>268</sup>



Jois aspectos interessantes colhidos pela nossa objectiva, no terraço da P. R. H. 8, quando ali se exercitava a garotada

Uma reportagem da revista *Vida Doméstica* edição de janeiro de 1936 destacou o programa. O texto se refere a uma “demonstração de cultura physica do alumnos de gymnanastica infantil”, conduzido com “inexcedível competência” pelo professor Tarso Coimbra. Assim, a partir de setembro de 1935, ele executou seu programa de ginástica para crianças. Acompanhando-se notas de programação da rádio no *Jornal do Comércio* ao longo de 1936, é possível ver a longevidade do programa. E a longevidade pode ter atraído o interesse de outras autoridades, como as educacionais. Exemplo disso se lê em nota da sobre programação de rádio de janeiro de 1937. Foi anunciado um “Curso de Educação Physica”, a ser ministrado pelo “professor Tarso Coimbra” e “promovido pela A. B. E.”, isto é, Associação Brasileira de Educação (ligada ao movimento escola nova) e transmitido pela rádio PRA-2, do ministério.<sup>269</sup>

<sup>268</sup> FONTE: *Gazeta de Notícias* (20 out. 1935, p. 17).

<sup>269</sup> JORNAL DO COMMERCIO. PRA 2 do Ministério da Educação. Rio de Janeiro, DF, sexta-feira, 26 jul. 1935, n. 177, “Radio”, p. 8.

As relações de Tarso Coimbra com a “Escola de Educação Physica do Exercicio” ocorria já em fevereiro de 1936. Naquele momento, como professor do projeto de educação física da rádio Ipanema, ele conduziu a “Colônia de Férias do Lar da Criança” em homenagem feita àquela escola.<sup>270</sup> Mas seus dias de professor via rádio estavam contados. Ainda em março, começaram a circular os boatos de sua saída, com se lê em nota da revista *Beira-Mar*:<sup>271</sup> “Consta que o professor Tarso Coimbra vae deixar a rádio Ipanema”. A revista via com desconfiança o boato. Como abrir mão de um “animador constante dos ouvidos da Ipanema [com] suas concorridissimas aulas de educação physica”. Mas de fato foi confirmado, em abril de 1936, o fim do programa.<sup>272</sup>

Em 1944, Coimbra publicou outro texto sobre “os benefícios da educação física. Dessa vez, o objeto da reflexão foi a vida educacional: “o atual estudante brasileiro de nível secundário”, então submetido a um ensino de “exercícios físicos” de “orientação técnico-científica”, ou seja, associada aos conceitos de “Eugenia” — “escolher o plasma hereditario” — e da “Eugenia” — seleccionar o ambiente”.<sup>273</sup> O texto mostra um autor mais alinhado na educação escolar, o que não era sem razão: ele havia entrado para o Ministério da Educação. Aparentemente, as relações estabelecidas com o ministério em função de projetos de aulas de educação física via rádio deram credibilidade a Coimbra: em “decreto de nomeação” assinado pelo “presidencial da República”, seu nome estava entres os “novos technicos da Divisão de Educação Physica” do ministério.<sup>274</sup> É possível que ele tenha exposto suas concepções eugênicas de educação física. A possibilidade se esboça na produção de um “mappa das fases da gymnastica [...] a ser organizado pelo professor Tarso Coimbra para Divisão de Educação Physica”.

---

<sup>270</sup> O JORNAL. *Colonia de ferias do Lar da Criança*. Rio de Janeiro, RJ, sábado, 22 fev. 1936, n. 5.116, p. 6.

<sup>271</sup> BEIRA-MAR. *O que ha por ahi*. Rio de Janeiro, RJ, 25 mar. 1936, n. 511, p. 10.

<sup>272</sup> GAZETA DE NOTÍCIAS. *O prof. Tarso deixará a PRH-8*. Rio de Janeiro, RJ, 8 abr. 1936, n. 82, “Radio”, p. 8.

<sup>273</sup> Diário da Noite, Rio de Janeiro, 26 mar. 1944, n 3440, p. 5

<sup>274</sup> DIÁRIO CARIOCA. *Para o maior aperfeiçoamento da raça*. Rio de Janeiro, RJ, domingo, 22 ago. 1937, “Sports”, p. 9.

A partir de 1940, Tarso Coimbra parece ter abraçado de vez a docência profissional de educação física. Assim, à formação básica na escola militar, ele acresceu a formação advinda da participação em congressos afins à área. Exemplo desse movimento ocorreu na cidade de São Paulo, onde em julho de 1940 houve um “congresso regional [...] promovido pela associação da classe dos professores de educação física”. “Foram apreciados os trabalhos” de muitos professores, dentre os quais, “Tarso Coimbra”. Tal afirmação foi feita pelo *Diário da Noite*,<sup>275</sup> da capital federal, que ainda ressaltou a presença dos “representantes do Districto Federal”, que “foram sempre cercados pelos congressistas do estado [...] [como] provas de affecto e consideração”.

Em São Paulo, entretanto, a menção na imprensa ao nome de Tarso Coimbra associadamente à participação dele no congresso não teve o tom algo “ufanista” da folha carioca. No *Correio Paulistano*,<sup>276</sup> o destaque dado não foi pela participação; antes, foi pela recepção dada a uma comitiva de organizadores do congresso que foi ao Rio de Janeiro em agosto homenagear o ministro da Educação com “diploma comemorativo do Primeiro Congresso Paulista de Educação Physica”. Os professores “Mario Miranda Rosa e Candido Theobaldo de S. Andrada” foram recebidos por Gustavo Capanema em seu gabinete. No embarque de volta, dos dois professores foram acompanhados até o aeroporto por “inúmeras representações e professores de educação physica do Rio de Janeiro”, não por acaso, o “prof. Tarso Coimbra, da Divisão de Educação Physica do Ministério da Educação”.

Nesse ritmo, em 1942 já havia relações de Tarso Coimbra com o ministro da Educação. Partiu dele um telegrama para informar que “funcionário da Divisão de Educação Física”, inclusive “professores [como] Tarso Coimbra”, organizaram um “fichario e o programa de educação física para os alunos da Escola de Pesca ‘Darcy Vargas’ e Instituto Profissional ‘Getulio Vargas’, ao todo 700 menores”. Em seu reconhecimento do trabalho, o ministro ressaltou na mensagem de telegrama que os

---

<sup>275</sup> DIÁRIO DA NOITE. *Terminou o congresso de educação physica de São Paulo*. Rio de Janeiro, RJ, segunda-feira, 29 jul. 1940, n. 4.017, p. 20.

<sup>276</sup> CORREIO PAULISTANO. *Os physicultores de S. Paulo homenagearam o Ministro da Educação*. São Paulo, SP, terça-feira, 20 ago. 1940, n. 27761, p. 10.

funcionários executaram os trabalhos necessários, aos domingos e fora de horas de expediente”.<sup>277</sup>

Finda a guerra e o Estado Novo, o capitão Tarso Coimbra foi solicitado a atuar no ministério da Educação. Via portaria, o “Professor Ernesto Souza Campos” o nomeou, dentre outros oficiais, “assistente técnico do Gabinete de S. Ex.” o ministro. “Sem prejuízo de suas funções”, ele e outros “serviriam como elementos de ligação entre os Ministérios de Educação e os da Guerra, Aeronáutica e Marinha”. Ficaram autorizados a “estudarem e proporem” o que fosse necessário para cumprir “decretos leis que criaram os Centros de Preparação de Oficiais da Reserva militar aeronáutico e naval”. Mais que isso, ficaram encarregados de realizar “intensa campanha de propaganda e esclarecimento junto às Faculdades de Ensino Superior” a fim de suscitar “o interesse dos universitários” nas vagas abertas para formação de oficiais.<sup>278</sup> Como podemos inferir, era intenção compor um quadro de oficiais das Forças Armadas que fizessem parte de certa elite econômica e intelectual, ou seja, os contingentes acadêmicos.

Em dezembro de 1943, Tarso Coimbra teve seu nome noticiado por ter passado a servir no “Departamento Nacional de Educação Física”.<sup>279</sup> O tom não poderia ter sido mais elogioso: “Tarso Coimbra é um estudioso. Professor de educação física, competente, dedicado ao máximo, aos estudos. conseguiu [sic], em pouco tempo, reunir prestígio e impor a sua personalidade”. Não era sem razão o elogio. Ele havia “[...] sido nomeado oficial de gabinete do diretor geral” do Departamento Nacional de Educação, “senhor Abgar Renault”.

---

<sup>277</sup> JORNAL DO COMMERCIO. *Várias notícias*. Rio de Janeiro, RJ, sábado, 28 fev. 1942, n. 127, p. 4.

<sup>278</sup> JORNAL DO COMMERCIO. *Várias notícias*. Rio de Janeiro, RJ, segunda-feira, 30, terça-feira, 1º out. 1946, ano, n. 1, p. 4

<sup>279</sup> DIÁRIO DA NOITE. *Nova distinção*. Rio de Janeiro, 11 dez. 1943, n 3952, p. 3.

Tarso Coimbra entrou na década de 1950 ainda com mais prestígio na imprensa. Então oficial de gabinete do Ministério da Educação, teve seu aniversário noticiado em edição do jornal *A Manhã*. Leiamos a seguir.

Em ação de graças [ao] Capitão *Dr.* Tarso Coimbra — Transcorrendo amanhã, dia 10, a data natalícia *do doutor* Tarso Coimbra, oficial de gabinete do ministro da Educação e presidente do Clube Militar dos Oficiais da Reserva, seu amigos e admiradores, ante a grata efemeride, mandam celebrar, no altar de Senhor do Bonfim, às 9,30, missa em ação de graças. O ato será celebrado pelo cônego dr. Aurelio Henrique.<sup>280</sup>

É possível que o epíteto de doutor para Tarso Coimbra fosse consequência de dos status social representado pela sua ascensão no Ministério da Educação, tal qual ocorreria com Ana Rímoli. Ele havia sido alçado ao cargo de reitor do Instituto de Pesquisa e Formação Social, responsável por ofertar cursos. Uma notícia do jornal *A Manhã* nos ajuda a entender um pouco o que era tal instituição.

O prof. Tarso Coimbra, Reitor do Instituto [...] comunica por intermédio da “Agência Nacional” aos funcionários e autarquias que as matrículas para o curso gratuito de Admissão ao Ginásio, destinado aos filhos desses servidores públicos, estão abertas até o dia 15 do corrente mês, na sede do instituto [...] No próximo ano, terá início o Curso gratuito também para os filhos dos funcionários e servidores autárquicos.<sup>281</sup>

Como podemos inferir da leitura dessa passagem, a instituição onde Tarso Coimbra passou a atuar — seguramente por indicação — se voltava ao público interno dos servidores federais, mas com cursos de validade para a vida fora do governo. É o caso do curso de admissão ao nível ginásial. Até julho de 1951, Coimbra ocuparia o cargo de reitor do instituto. Isso fica claro em notícia do *Jornal dos Sports*<sup>282</sup> acerca de turma de formandos do “Curso Técnico de Chefia e Liderança e Relações Humanas, que funciona[va] sob a égide do instituto”. Dentre “os homenageados”, estava ele como o “Reitor do Instituto...”. A essa altura, talvez Coimbra só estivesse cumprindo a agenda, pois desde novembro de 1950 havia integrado a comissão de inquérito administrativo no

<sup>280</sup> A MANHÃ. *Em ação de graças*. Rio de Janeiro, RJ, domingo, 9 jul. 1950, n. 2.745, p. 5

<sup>281</sup> A MANHÃ. *Cursos gratuitos do I. P. F. S.* Rio de Janeiro, RJ, sábado, 12 ago. 1950, n. 2.744, “Radio”, p. 6.

<sup>282</sup> JORNAL DOS SPORTS. *Hoje a entrega dos diplomas dos alunos do curso de técnica de chefia e liderança e relações humanas da turma de 1951*. Rio de Janeiro, RJ, 11 jul. 1951, n. 6.709, p. 4.

instituto nacional. Mas o encontro e o estabelecimento de relações profissionais entre os dois teriam ocorrido antes de ser instaurado o inquérito; é o que tentamos mostrar a seguir.

Com efeito, cerca de dois, três meses antes de entrar para a comissão de inquérito, Ana Rímoli estava envolvida com a oferta de um curso de psicologia infantil. Não por acaso, o curso era “subordinado ao programa educacional do Instituto de Pesquisas de Formação Social” e teria “orientação da professor d. Ana Rímoli de Faria Dória, técnico em educação”. O curso teria duração de “3 meses, com 2 aulas semanais, uma prática, outra teórica”.<sup>283</sup> As informações e inscrições para o curso seriam feitas naquele instituto após 16 de dezembro de 1950. A metodologia incluía “seminário para discussão de problemas práticos”.<sup>284</sup> O curso seria oferecido em modo “rápido para mães, isto é, para pessoas que lida[sse]m diretamente com criança pequena”. Igualmente, teria aulas práticas e teóricas, com seminário para discussão de problemas práticos.<sup>285</sup>

O nome de Ana Rímoli apareceu associado ao curso de formação de professores para jardim de infância em 18 de fevereiro de 1951, como dito em nota publicada no *Correio da Manhã* sobre curso de especialização de professores de jardim de infância, “sob a direção do técnico de educação, d. Ana Rímoli Faria Dória”. O curso seria instalado solenemente no dia 20, às 17h30 de uma terça-feira (FIG. 24). As datas são importantes aqui porque sugerem que a formação de professores seria objeto central das preocupações da diretora. A centralidade seria tal, que ela se envolveu com a formação antes — cabe frisar que o ato do governo de nomeação dela data do dia 23, uma sexta-feira. Esses fatos nos permitem inferir que Ana Rímoli, nos dias que antecederam sua nomeação oficial, já agia como diretora, mas não podia ser referida como tal.<sup>286</sup>

---

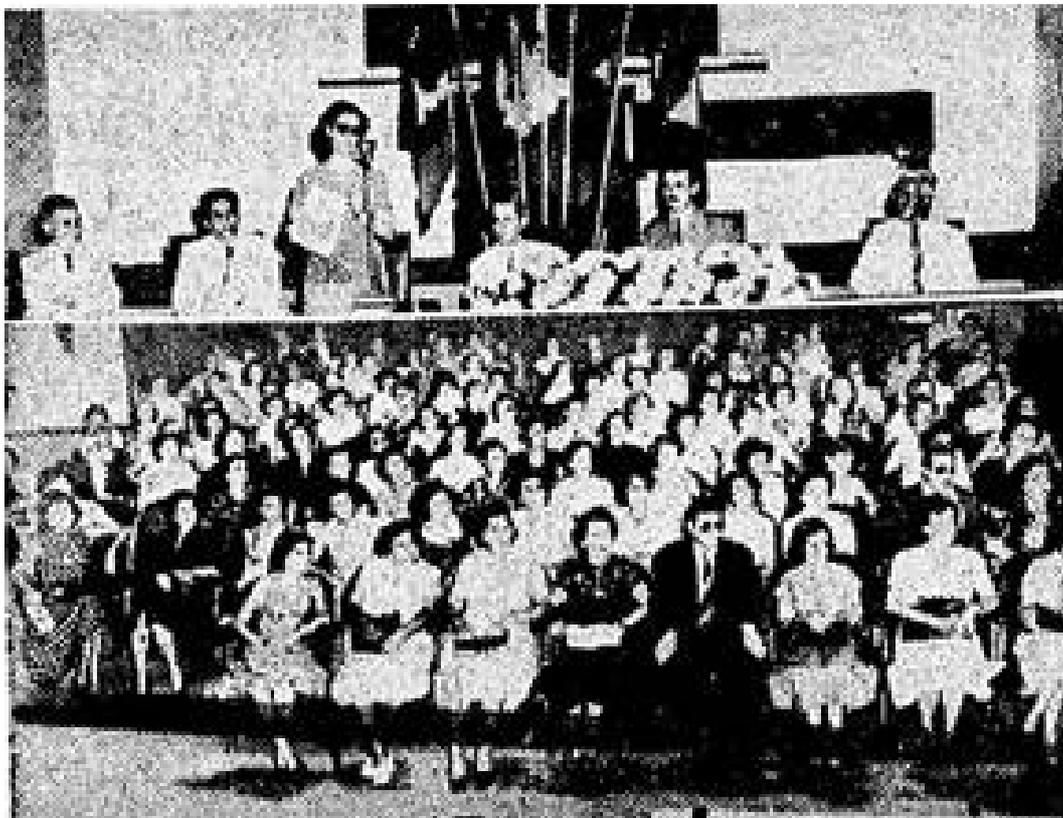
<sup>283</sup> CORREIO DA MANHÃ. *Vida cultural* [“Comemorações”]. Rio de Janeiro, RJ, sexta-feira, 12 out 1951, n. 17.965, “1º Caderno”, p. 7.

<sup>284</sup> CORREIO DA MANHÃ. *Vida cultural* [“Vários”]. Rio de Janeiro, RJ, domingo, 16 dez. 1950, n. 18.019, “1º Caderno”, p. 10.

<sup>285</sup> CORREIO DA MANHÃ. *Noticiário* [“Curso de psicologia da criança”]. Rio de Janeiro, RJ, sábado, 29 dez. 1950, n. 18.029, “1º Caderno”, p. 5.

<sup>286</sup> CORREIO DA MANHÃ. Curso de especialização de professores de jardim de infância domingo, 18 fev. 1951, n. 17.767, “3º Caderno”, p. 26.

FIGURA 24. Mesa e plateia e curso de revisão no Auditório do Ministério da Educação, fev. 1951



“No Auditório do Ministério da Educação, realizou-se a inauguração do Curso de Especialização para Professores de Jardim de Infância, subordinado ao programa educacional do IPFS. Como a presença do representante do ministro da Educação, sr. Afranio Coutinho, do reitor do IPFS, professor Tarso Coimbra e sob a direção da sra. Ana Rímoli de Faria Dória, tiveram início as regularmente, tendo o ato caráter solene e festivo, comparecendo cêrca duzentos alunos”.<sup>287</sup>

Pensamos seguramente que a execução desses cursos levou a contatos pessoais entre Ana Rímoli e Tarso Coimbra; e que devem ter evoluído para relações de mais proximidade profissional, a ponto de ele integrar a comissão de inquérito ao lado dela. Na condição de reitor do instituto de pesquisa onde ocorreriam os cursos, seguramente passava pelo crivo dele a oferta de formação na instituição que ele dirigia. Uma vez definida a situação da administração do Instituto Nacional de Surdos Mudos, quiçá Coimbra tenha sido convidado para compor a direção de instituto nacional e trabalhar ao lado da diretora no processo de administrar a instituição e formar professores e alunos.

<sup>287</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Curso de revisão*. Rio de Janeiro, sábado, 24 fev. 1951, n. 8692, “Segunda seção — Diário escolar”, p. 2.

### 4.3 O ímpeto formador: a preparação de professores como medida primária

Como aluna de cursos e regente de disciplinas afins à estatística e pesquisa em educação, Ana Rímoli acumulou alguma experiência, ao menos para saber que números seriam úteis para mensurar o problema que ela se predispôs a resolver. Pensamos que ela teria intuído que seria fundamental conhecer, via percentuais de faixas etárias e lugares, a realidade socioeducacional com que iria lidar. Tal saber seria o que lhe daria parâmetros para pensar em medidas e ações úteis para transformar as funções do instituto nacional e o alcance de sua atuação educativa. Nesse sentido, seria até presumível que, como agente do Ministério da Educação, demandasse um mapeamento do número de pessoas surdas no país. E, de fato, ainda em julho de 1951, a imprensa noticiou dados de uma pesquisa sobre a população nacional de surdos, como mostra o quadro a seguir.

QUADRO 5. Números aproximados de pessoas surdas no Brasil em julho de 1951<sup>288</sup>

PESSOAS SURDAS E POPULAÇÃO GERAL, BRASIL, 1951			
<i>Sudeste</i>			
<b>Minas Gerais</b>	<b>São Paulo</b>	<b>Distrito Federal</b>	<b>Rio de Janeiro</b>
10,3 mil	4,1 mil	780	740
População toda	População toda	População toda	População toda
<i>Centro-Oeste</i>			
<b>Goiás</b>		<b>Mato Grosso</b>	
3,1 mil		800	
População toda		População toda	
<i>Sul</i>			
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>Paraná</b>	<b>Santa Catarina</b>	
3 mil	1,7 mil	1,2 mil	
População toda	População toda	População toda	
<i>Nordeste</i>			
<b>Pernambuco</b>	<b>Ceará</b>	<b>Maranhão</b>	
1,2	1 mil	700	
População toda	População toda	População toda	
<i>Norte</i>			
<i>Não informado pela fonte</i>			

<sup>288</sup> FONTE: dados de *Correio da Manhã* (29 jul. 1951, capa) — elaboração: Ana Beatriz Duarte.

A julgar pelos números aproximados, a população de pessoas incapazes de ouvir era elevada em Minas Gerais, certamente reflexo da condição de estado mais populoso em 1950; mas notemos o contraste como São Paulo, entre o todo e a parte relativamente a Minas Gerais. Também merece atenção o contraste entre extremos, como o Maranhão e o Rio Grande do Sul, cujas populações totais eram similares, mas discrepantes na parte. Noutras palavras, o problema da educação dessa população era continental, cuja dimensão a imprensa expôs em reportagem com a diretora do instituto: “Como Ana Rímoli de Faria Dória teve a oportunidade lembrar, [...] apenas 1,5% de 40.000 surdos mudos existentes no Brasil recebem educação adequada”.<sup>289</sup>

As estatísticas levaram Ana Rímoli a uma medida extrema: criar um curso Normal dentro do instituto nacional que pudessem preparar professores de todo o país. Era “óbvio que a deficiência” de profissionais preparados “era grande”; ou seja, era óbvio que até então a especialidade de formação docente havia ficado no limbo (embora — assim presumimos — fosse necessária desde quando o instituto passou a funcionar, na década de 1850). Como se lê na imprensa, “até então”, “Não havendo curso de formação de professores para surdos”, o que havia eram gestos isolados “daqueles que por aptidão ou boa vontade vêm se dedicando com muito esforço e carinho à alfabetização de crianças surdo-mudas”. Nesse sentido, a iniciativa de criar o curso era vista “como digna de louvor”; representava “um passo avançado para o amparo, a assistência e a educação de surdos-mudos”.<sup>290</sup>

O curso de magistério primário presumindo a lida com discentes surdos teria duração de três anos e, como pré-requisito, a conclusão do nível ginásial. Egressos saíam com diploma de “professor de magistério primário para surdos-mudos”. O primeiro ano duraria “7 meses ininterruptamente”, como média de “dezoito a vinte horas de aulas por semana”. O programa inicial tinha escopo geral, com disciplinas tais como:

---

<sup>289</sup> CORREIO DA MANHÃ. *Perto do centenário o Instituto de Surdos-mudos*. Rio de Janeiro, RJ, domingo, 29 jul. 1951, n. 17.902, “3º Caderno”, p. 1.

<sup>290</sup> *Correio da Manhã*. (29 jul. 1951, p. 1).

Português, Noções de Física, Biologia Educacional, Psicologia Educacional, Histologia, Didática especializado surdo-mudo [sic] (parte geral), Desenho e Arte Aplicada, Educação Física, Recreação e Jogos, Princípios Elementares de Educação, Sociologia Educacional.  
291

Para o segundo ano, o programa presumia continuar na formação geral e introduzir conteúdos, enquanto o terceiro seria dedicado a conteúdos específicos da docência. Em julho de 1951, já haviam sido realizadas “provas de admissão” e abertura de mais vagas. Mesmo com a projeção introdutória do curso, a oferta suscitou muito interesse; “as solicitações de matrículas feitas são inúmeras e constantes, não sendo possível, absolutamente, atender a todos os pedidos”. Pesava o fato de ser o “único estabelecimento federal, padrão” a oferecer tal formação; ainda que enfrentasse condições materiais incapazes de comportar a demanda. Conforme descrição da imprensa, as instalações do instituto já apresentavam escassez de condições, isto é,, havia “constantes problemas para aceitação de mais alunos” num lugar onde já havia “200 alunos” (e demais pessoas que lá trabalhavam). Esse fator, é claro, foi problemático para as intenções primeiras de Ana Rímoli como diretora: “estender os benefícios da instrução à grande massa” de pessoas não ouvintes.<sup>292</sup>

Articulado o curso, veio a aula inaugural, que teve destaque em notas noticiosas breve na imprensa do Rio de Janeiro; mas ainda assim valiosas para este estudo. Ocorreu em 18 de agosto, uma segunda-feira, porém foi noticiada desde o sábado. No *Correio da Manhã*, a nota teve o texto que se segue.

Na próxima segunda-feira, dia 18, às 18 horas, realizar-se-á a instalação do Curso de Formação de Professores para Formação de Surdos-Mudos, na sede do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, à rua das Laranjeiras n.º 32. *A aula inaugural será proferida pela professora Noemi Silveira Rudolfer, designada para reger a cadeira de Psicologia Educacional, versará sobre o “O mundo hermético dos surdos-mudos” (grifo nosso).*<sup>293</sup>

---

<sup>291</sup> *Correio da Manhã*. (29 jul. 1951, p. 1).

<sup>292</sup> *Correio da Manhã*. (29 jul. 1951, p. 1).

<sup>293</sup> CORREIO DA MANHÃ. *Instalação do curso para professôres de surdos-mudos*. Rio de Janeiro, RJ, sábado, 18 ago. 1951, n. 17.992, “1º Caderno”, p..

O jornal *A Noite* replicou a mesma nota em sua edição de 18 de agosto (n. 13.871). Coube ao jornal *A Tribuna* cobrir o evento, como se depreende da nota que publicou dia 23.

Com a presença do ministro da Educação e Saúde, realizou-se a cerimônia de instalação *dos Cursos* de Preparação de Professores de Surdos-Mudos no Instituto Nacional de Surdos-Mudos. *Proferiu a aula inaugural*, que versou “O mundo hermético dos surdos-mudos”, a *professora Noemi Silveira Rudolfer, catedrática de Psicologia Educacional da Universidade de São Paulo*. A solenidade, que contou com a presença de diversas autoridades, foi encerrada pelos sr. Simões Filho. (grifo nosso).<sup>294</sup>

Com efeito, dissemos que as notas eram caras a esta tese porque destacam o nome de Noemi Silveira e a condição de professora do instituto nacional, ao menos inicialmente. Convém lembrar que foi com ela que Ana Rímoli estudou e trabalhou academicamente por volta de 1937–9; e é a mesma pessoa com quem Ana Rímoli organizou curso em São Paulo no começo dos anos 1940, o do professor dos Estados Unidos que veio falar de testes e mensurações de inteligência e cognição.

Nesse sentido, dois pontos se destacam, um derivado do outro: 1) Ana Rímoli havia mantido relações de proximidade com sua orientadora de formação superior; 2) Ana Rímoli contou como Noemi Silveira para, mais uma vez, ser orientada por ela, agora em outro âmbito. Essa hipótese se sustenta no fato de que Ana Rímoli não tinha necessariamente preparo intelectual para, entre fevereiro e julho de 1951, conceber um curso de formação docente, ainda mais para educação de um público tão especial, seja o aluno ou o professor. Numa compreensão simplista, entendemos que era preciso pensar em: *programa curricular* — teorias, conceitos e bibliografia, conteúdos, objetos e objetivos etc., encadeamento e articulação de saberes, necessidades de aprendizagem por fases; *práticas* — aulas teóricas e aulas práticas, avaliações; *tempos* — duração do curso, número de aulas, tempo das aulas, frequência mínima; *espaços* — onde estabelecer lugares de aprendizagem prática...

Pensamos que seria exaustivo insistir nessa taxonomia, pois a ela se aliam fatos: de a diretora da instituição ter de dedicar tempo, também, à sua administração; de que era mãe e tinha de dar atenção à filha na faixa etária 5–6; e de que era esposa cujo

---

<sup>294</sup> A NOITE. Professores de surdos-mudos. Rio de Janeiro, RJ, quinta-feira, 23 ago. 1951, n. 514, p. 8.

marido ficou com a saúde debilitada, sobretudo nos movimentos físicos. Não nos parece que fosse pouca coisa para uma pessoa só. Antes, o que nos parece é que recorrer a pessoas com mais preparo teórico, prático e técnico, com experiência vasta na formação de professores, dentre outros atributos, seria uma atitude quase automática, dada sua sensatez. Ana Rímoli teve o privilégio de se formar com uma profissional de estíma elevada a academia e, sobretudo, fazer jus a formação que teve. Igualmente, pensamos que tenha sido atitude quase lógica não medir esforços para ajudar a ex-aluna que havia galgado degraus elevados na hierarquia do Ministério da Educação cumprir minimamente sua tarefa. Portanto, pensamos ser plausível a hipótese de que a Ana Rímoli contou com uma assessoria ampla de Noemi Silveira; e com isso pôde levar adiante seu projeto pedagógico com a sofisticação da oferta educacional.

#### 4.3.1 *Formação de docentes: da escassez à preparação em massa*

Com efeito, a intenção era avançar mais em 1952 à medida que houvesse “mais dotações orçamentárias para a educação de surdos-mudos”. Os avanços tenderiam à “assistência administrativa aos internos” do instituto e à formação de professores do país todo para que “os que se dedicarem estes estudos [...] os elementos especializados [...] não fiquem somente no Distrito Federal e São Paulo” — quando a demanda era maior em Minas Gerais.<sup>295</sup>

De fato, a destinação de subsídios permitiu a Ana Rímoli fazer avançar, ao longo da década, seu projeto de fazer do instituto de surdos uma escola formadora de professores e estimuladora da reflexão docente sobre a educação de pessoas surdas. Duas medidas projetam a evolução do instituto como formador: um curso de “especialização para surdos” e uma conferência para educadores que já trabalhavam como tal alunado. Por fim, cabe citar uma campanha de educação de alcance nacional. Nesse sentido, era importante que o máximo possível de pessoas soubesse da existência do instituto e de suas ações de formação de pessoas surdas e de professores para lidar com a o processo educacional delas.

Nesse quesito, o fato de se formar uma primeira turma era passo importante: dava credibilidade ao curso e sustentava a procura; ou seja, formandos e formandas eram prova viva da existência do curso e de seus resultados; e o que dissessem

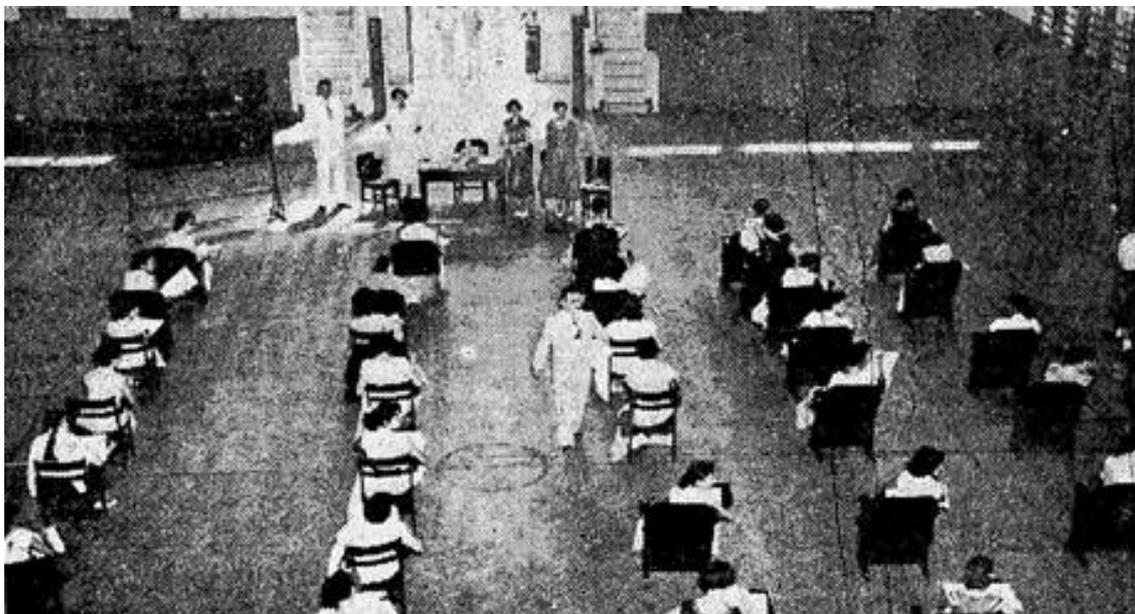
---

<sup>295</sup> *Correio da Manhã*. (29 jul. 1951, p. 1).

seguramente seria uma medida de confiança. A esse fator se aliou a publicização jornalística do processo desencadeado pelo curso criado por Ana Rímoli. A direção do instituto se valeu dos jornais para fazer chegar ao máximo possível de público o que estava sendo proposto de novo. Nesse sentido, foi notável o exemplo da publicização de fatos afins aos cursos de formação docente, sobretudo lançamentos e formaturas.

De fato, a imprensa foi instada a visitar o instituto de surdos a fim de noticiar fatos de sua “nova direção”. Em março de 1953, o curso foi objeto de reportagem do jornal *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, que destacou a “meritória tarefa de integrar na sociedade, milhares de desajustado que viviam como seres marginais, sem a suficiente assistência educacional” em “todos os Estados”. Mas o destaque do texto foi mesmo a contratação “da maior autoridade sul-americana em didática dos deficientes da palavra e da audição”, a professora Angela Brienza, que havia fundado curso Normal similar na Argentina, além de ter dirigido uma “revista de surdos e mudos”. Na ocasião da notícia de sua chegada, houve provas de habilitação para “cerca de oitenta candidatas” a uma vaga no curso.<sup>296</sup>

FIGURA 25. Tarso Coimbra e Ana Rímoli acompanham aplicação de provas



Candidatas à vaga no curso normal do instituto de surdos fazendo prova de matemática sob o olhar do professor e tendo ao fundo, à esquerda, Tarso Coimbra e Ana Rímoli a seu lado.<sup>297</sup>

<sup>296</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Curso Normal no Instituto Nacional de Surdos Mudos*. Rio de Janeiro, 3 mar. 1953, n. 9.305, “Diário escolar”, p. 1.

<sup>297</sup> FONTE: *Diário de Notícias* (3 mar. 1953, p. 1).

Em dezembro de 1953, a imprensa foi ainda mais favorável, pois anunciava a formatura da primeira turma do curso Normal criado por Ana Rímoli. O tom do texto era elogioso, como no destaque de que “a administração do Instituto Nacional de Surdos-Mudos” se empenhava: por um lado, em orientar a opinião pública quanto às possibilidades das crianças surdas e à necessidade de se multiplicar o número de escolas para elas; por outro lado, o empenho se traduzia “dedicar toda atenção aos problemas da formação de professores para o ensino primário aos surdos”.

Prestes a diplomar as primeiras professoras preparadas para tal tarefa, Ana Rímoli se mostrou animada ao falar à imprensa. Além de cinquenta que se formariam em janeiro de 1954, ela salientou que mais “150 alunas” se dividiam no primeiro e segundo ano do curso. Eis como expôs a expectativa em relação às discentes: “Dessas jovens, que se vão dedicar a um verdadeiro sacerdócio, exigimos, além da obediência aos dispositivos regulamentares de modo geral, práticas intensivas nos diferentes setores” do instituto, sobretudo “na didática”. O curso supunha contato com as crianças surdas logo após a matrícula e em situações variadas: “recreação e educação física”, em atividades de sala de aula “auxiliando” ou “substituindo” professores, assim como “regendo classes” sob supervisão. A intenção era preparar as professoras para que pudessem agir com autonomia em “lugares distantes da Capital da República”, para que pudessem ter “iniciativas dentro das contingências de tempo e de lugar”.

Ao “entregar ao Brasil, no fim do corrente ano, esse primeiro grupo de professoras [...] aptas a organizar e dirigir escolas especializadas”, o sentimento da diretora era de orgulho e ufanismo; como disse, o instituto se sentia “orgulhoso de estar contribuindo para o engrandecimento de nossa terra”.<sup>298</sup>

Em 1955, o destaque na imprensa seguiu roteiro parecido, porém foi mais sobre a formatura. Antes, a manchete apresentou uma pergunta de tom provocativo (em vez de ser informativo); é sobre a função das formandas. A resposta vem de imediato, em subtítulo com dado concreto: havia sessenta mil pessoas surdas, das quais “uma enorme população escolar em desamparo total”. Igualmente, o texto ressalta o instituto, agora como responsável pela “promoção da “alfabetização de

---

<sup>298</sup> CORREIO DA MANHÃ. *Diploma-se em janeiro a primeira turma de professores para surdos mudos*. Rio de Janeiro, RJ, domingo, 6 dez. 1953, n. 18621, “4º caderno”, p. 16.

surdos-mudos [...] em todo o território nacional” e por “orientar tecnicamente” tal trabalho em colaboração com “instituições cogeneres, estaduais ou locais”; além disso, destacou-se que, em quatro anos, foram formadas “duas turmas com professores em condições de cumprir a missão religiosamente em todos os Estados do Brasil, além de contar “com cerca de 200 alunas nas três séries”.<sup>299</sup>

FIGURA 26. Ana Rímoli em sala de aula atendendo alunas do curso Normal para educação de pessoas surdas



A presença do fotógrafo dispersou a atenção das alunas, inclusive daquela atendida em sua carteira pela professora. Ela parece ter ficado alheia ao que dizia a professora, pois dirigiu seu olhar para a câmara<sup>300</sup>

De fato, como diretora, Ana Rímoli atuou na docência; mas sua condição não a situava numa posição em que pude prescindir de certos procedimentos. Nesse sentido, para lecionar no curso de formação que ela articulou e fez existir, ela teve de ser registrada pela direção do curso Normal do instituto nacional, curso cujo diretor era

<sup>299</sup> DIARIO DA NOITE. *Normalistas do instituto de Surdos e mudos formam-se para que?* Rio de Janeiro, quinta-feira, 7 abr. 1955, n. 5852, “1ª seção”, p. 8

<sup>300</sup> FONTE: DIARIO DA NOITE. *Normalistas do instituto de Surdos e mudos formam-se para que?* Rio de Janeiro, quinta-feira, 7 abr. 1955, n. 5852, “1ª seção”, p. 8

Tarso Coimbra. Ela iria assumir a disciplina Técnica e Métodos de Pesquisa Aplicada à Educação do Surdo-mudo.<sup>301</sup> Nesse sentido, em 1953 ela teve de renovar o certificado, agora para lecionar Pesquisa em Educação e sua Metodologia — Métodos e Técnicas de Pesquisa Aplicada à Educação dos Deficientes da Audição e da Palavra Falada”.<sup>302</sup> Dessa vez, o certificado foi assinado por ela mesma, como diretora.

De 1956 a 1959, o tema da formatura de novas turmas do curso Normal do instituto foi recorrente na imprensa, de modo que permite ver a evolução do prestígio alcançado, seja nas pessoas que participavam dos eventos, seja nos lugares onde os eventos ocorriam. Nesse sentido, em janeiro de 1956 colou grau a turma de 1955, em cerimônia realizada na Associação Brasileira de Imprensa. Estavam presentes “o ministro [da Educação] Abgar Renault e o ex-titular da Educação o professor Cândido Mota Filho”; foram homenageados Ana Rímoli — dita como “diretora do I. N. S. M. — e Tarso Coimbra — dito como “chefe do Curso Normal”. Foram formadas mais cinquenta professoras.<sup>303</sup>

Em janeiro de 1957, nova turma fez a colação de grau, dessa vez em cerimônia no Teatro Municipal, no Rio de Janeiro; ou seja, em lugares de prestígio. Conforme o texto, o instituto chegava à marca de “250 diplomadas”, ante uma demanda de “4.000 mil professores, no mínimo, para atender 20.000 crianças” em todo o país. Não por acaso, havia entrado em cena os convênios entre Ministério da Educação e estados, de modo que a instituição “cuidou do assunto” com representantes de estados Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Estado do Rio, Pará e Distrito Federal. A imprensa entendia que essa “penetração” país afora era “uma necessidade” que “se impõe para o progresso da educação de surdos”.<sup>304</sup>

---

<sup>301</sup> BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Instituto Nacional de Ensino de Surdos. Certificado do registro de professor de curso Normal [formação de professores para surdos-mudos]. Folha única, imp./manusc. Rio de Janeiro, 1º mar. 1952.

<sup>302</sup> BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Instituto Nacional de Ensino de Surdos. Certificado do registro de professor de curso Normal [formação de professores para surdos-mudos]. Folha única, imp./manusc. Rio de Janeiro, 29 jan. 1953.

<sup>303</sup> CORREIO DA MANHÃ. *Professorandas curso normal do INSM* — Ensino. Rio de Janeiro, quinta-feira, 12 jan. 1956, n. 19.264, “1.º Caderno” p. 10.

<sup>304</sup> CORREIO DA MANHÃ. *Ensino*. Rio de Janeiro, sábado, 12 jan. 1957, n. 19.571, “1.º Caderno”.

Como passo seguinte do projeto de formação de professores pelo instituto, Ana Rímoli vislumbrou ampliá-lo em âmbito nacional pelo que chamou de Campanha de Educação do Surdo Brasileiro. Basicamente, tratava-se de tentar levar a formação docente e professores formados ao máximo possível de regiões. Nesse sentido, vale citar o destaque dado pela imprensa, como na figura a seguir.

FIGURA 27. Candidatos fazendo prova de habilitação para o curso Normal do Instituto Nacional de Educação de Surdos, 1959



O jornal onde foi publicada a fotografia informou que os candidatos “acorreram em grande número às provas”, dentre as quais a de “português [...] sob a orientação da professora Odete Rímoli e demais professores daquela instituição. Cabe notar em segundo plano — apesar da má qualidade da na imagem — vultos que parecem ser de candidatos homens, o que sugere a propagação do curso e dinamização do público-alvo<sup>305</sup>

---

<sup>305</sup> *Correio da Manhã* (12 jan. 1957, p. 3)

As “provas de habilitação ao curso Normal, para ambos os sexos” eram a entrada para um período de “dois anos” de curso e alinhavam diretamente na “campanha ora encetada”, cujo propósito era alcançar a “redenção do surdo brasileiro, aumentando o número de mestres especializados que poderão lecionar em todos os pontos do país”. Realizadas no instituto nacional, as provas tiveram a “orientação de seus diretores, professora Ana Rímoli e pelo diretor coordenador, capitão Tarso Coimbra”. Nesse sentido, vemos a extensão da presença de Coimbra na direção do instituto: estava de fato ao lado em pontos mais coerentes com Ana Rímoli, a exemplo da coordenação de um curso de formação. Nesse caso, a experiência dele como reitor do Instituto de Pesquisa e Formação Social pode ter pesado em tal posição. Em certo sentido, ele tirava das mãos de Ana Rímoli uma dimensão pedagógico-burocrática muito suscetível de tomar certo que ela tinha de dedicar a questões do foro intelectual educacional.

A questão é que o trabalho conjunto dos parece ter fluído de maneira muito produtiva, pois haviam conquistado muito da empreitada que assumiram. O reconhecimento oficial veio logo, com o ministro Clovis Salgado salientando o sucesso da campanha pró-educação de surdos. Em 26 de setembro, ele assinou o termo de reconhecimento, onde se lê: “A Campanha para Educação do Surdo Brasileiro, do Ministério da Educação e Cultura, confere a Exma. Snra. Ana Rímoli de Faria Dória a Cruz de Prata “Reconhecimento” pelos relevantes serviços prestados à causa da educação dos surdos, “na realização da Iª Conferência Nacional de Professores de Surdos, de acôrdo com a Portaria nº. 37 de 19 de agosto de 1959”.<sup>306</sup> Vale aqui a síntese de Moura:

---

<sup>306</sup> BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Diploma* [de reconhecimento Cruz de Prata assinado pelo ministro Clovis Salgado]. Folha única, imp./manusc. Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1959.

[...] o Curso Normal do INSM disseminou um discurso pedagógico com base no paradigma médico-terapêutico, inscrito na filosofia oralista. O surdo, nesta perspectiva, é visto como um sujeito *anormal* que precisa ser reabilitado e integrado ao mundo dos ouvintes, constituído pelos sujeitos *normais*, sãos, e isto só é possível com a ajuda dos recursos médicos, psicológicos, educacionais, tecnológicos e de modernos métodos de ensino da língua oral. Assim, o objetivo-fim da escola era ensinar aos deficientes auditivos a fala, a língua oral. Para isso, a educação especial outorgava a si, ao lado das ciências médicas e da Psicologia, o trabalho de reabilitação deste sujeito. [...] os alunos do Curso Normal deveriam ter uma formação que os habilitassem a serem peritos no ensino da língua oral para surdos, utilizando aparelhagem específica para este fim, já que o ofício docente “era um trabalho para especialistas”.<sup>307</sup>

Além de ofertar a formação ao professorado, Ana Rímoli pretendeu criar condições para a reflexão dos professores formados pelo instituto nacional. Uma medida para isso foi a articulação de eventos de natureza acadêmica, tais como os congressos e as conferências. Nesse sentido, ela foi enfática ao falar para um jornal. Não por acaso, o texto do jornal começa salientando uma fala dela de que o Brasil estava “liderando, na América Latina, um programa de recuperação dos seus deficientes da audição e da fala através de um trabalho racionalizado”. A fala foi dita por ocasião de uma entrevista dada para falar da campanha nacional; isto é, da medida de “convocar para vir ao Rio todo o pessoal docente” dedicado à educação de surdos para “tomar parte na I Conferencia Nacional de Professôres de Surdos”. Ao lado dela na empreitada, estaria Tarso Coimbra, que “coloquei para a função de coordenador-geral”; ele que já era “coordenador-executivo da Campanha de Educação Brasileiro”.<sup>308</sup> A diretora disse quais eram as metas da campanha nestes termos:

Nossa agenda de trabalhos compreenderá seis pontos dos quais dois merecem especial atenção: o desenvolvimento ao máximo dos métodos e processos educativos e de assistência social em favor de nossos surdos e a realização de estudos e planejamento sociológico de prioridades para a erradicação das deficiências básicas do ensino e da assistência social [...] tendo como centro de atenção os deficientes da audição em todas as áreas demográficas brasileiras

---

<sup>307</sup> Freitas (2016, p. 105).

<sup>308</sup> CORREIO DA MANHÃ. *O Brasil na liderança no combate à surdez*. Rio de Janeiro, RJ, domingo, 13 set. 1959, n. 20.289, “2º caderno”, p. 8.

Mais que nas regiões brasileiras, as ações de Ana Rímoli à frente do instituto nacional chegaram à Europa. Em novembro de 1959, foi realizado, “em Madri, no Instituto de Cultura Hispanica, o primeiro Congresso Ibero-americano de Surdos”. O evento obedecia à “recomendação do Escritório da Federação Mundial de Surdos”. Ana Rímoli não foi ao congresso, mas havia um representante brasileiro — não nominado na notícia sobre o evento — e suporte do representante português. Mesmo com Ana Rímoli ausente, o nome dela veio à baila ao fazer menções “baseadas em algumas citações das obras de autoria da diretora do Instituto Nacional de Educação de Surdos, profa. Ana Rímoli de Faria Dória”. Além disso, o representante de Portugal “manifestou de público [...] o seu reconhecimento pelo ingente esforço, amparado em sólida formação técnica, na reabilitação dos surdos do Brasil”.<sup>309</sup>

O desfecho da notícia sobre o congresso Madri se referiu a uma “sessão cinematográfica” em que uma “película brasileira, também, causou excelente impressão, o que motivou a sua reexibição, a única aliás, repetida foi exibida, a pedido do secretário da FMS”.<sup>310</sup> A película se refere a documentário que Ana Rímoli encomendou para divulgar o trabalho do “instituto nacional”. Convém aqui a síntese de Rocha. No dos anos 1950, foi realizado um documentário enfocando o instituto. Chamado *Mundo sem som*, o filme foi “premiado no Brasil”, e não só, como vimos.

Narrado por Cid Moreira, o roteiro apresenta a história de um menino que é entregue pelos pais aos cuidados do Instituto. O trabalho desenvolvido com a criança é o recurso utilizado para apresentar a instituição. O tom é de muito otimismo, apresentando a aula inaugural do curso de formação de professores, ministrada por Clovis Salgado, então ministro da Educação e, também, aspectos do trabalho de preparação para a fala e estimulação auditiva realizada com o menino. Ao fim, a criança é entregue aos pais e como resultado do trabalho realizado pelo Instituto o menino abraça o pai e diz em linguagem oral — *papai*. O filme apresenta aparelhagens modernas de estimulação auditiva e passa a idéia da necessidade de superar a comunicação por sinais pela fala que, naquela altura, contava com o apoio das novas tecnologias para o seu desenvolvimento. Curioso observar que a despeito de mostrar exercícios de estímulo à fala, exercícios de estimulação auditiva — alguns realizados pela diretora —, quando o filme apresenta imagens espontâneas do cotidiano institucional, os surdos estão se comunicando através de sinais.<sup>311</sup>

<sup>309</sup> CORREIO DA MANHA. *Congresso Ibero-americano de Surdos*. Trabalho do Brasil foi ressaltado. Rio de Janeiro, RJ, sábado, 28 nov. 1959, n. 20.453, “1º Caderno”, p. 4

<sup>310</sup> *Correio da Manhã* (28 nov. 1959, p. 4).

<sup>311</sup> Rocha (2009, p. 83).

Com efeito, cerca de um ano após o congresso em Madri, Ana Rímoli teve a oportunidade de apresentar o documentário e um trabalho expressando os esforços do Brasil na educação de pessoas surdas. A convite, ela viajou para o México e, depois, para os Estados Unidos. Em terras mexicanas, ela participou dos trabalhos do Congresso Nacional de Reabilitação dos Inválidos. Com ela, levou um trabalho de síntese que seria apresentado como contribuição escrita para o congresso. Trata-se da monografia *Panorama da educação de deficientes da audição no Brasil: aspectos doutrinários e práticos*. Após se apresentar no México, Ana Rímoli seguiria para os Estados Unidos, sobretudo para as cidades Los Angeles, Saint Louis e Nova Iorque. Em instituições devotadas a causa da surdez e da pessoa surda.<sup>312</sup>

#### 4.4 Entre exposição e exoneração: a queda da administradora

Os eventos do congresso na Europa e da viagem para América do Norte podem ser visto como um tipo de marco que coroou os esforços de Ana Rímoli em prol da educação de pessoas surdas. Outro marco seria a comemoração dos cem anos de Instituto Nacional de Educação de Surdos, em 1957 tipo de ensino emendativo, o redator frisou que ela vinha “Dirigindo, há vários anos [quatro], o Instituto Nacional de Surdos Mudos” e que realiza ali “uma obra admirável”. Mais que isso, indica o que vemos possível influência para o vídeodocumentário, “O martírio do silêncio” — como se lê no texto da notícia — e que havia sido feito na Inglaterra, “no Departamento de Educação da Universidade de Manchester”. A ênfase no trabalho de formação de professores é destacada, tal qual anotou o redator: “Não terminaremos êste registro sem uma referência à feliz iniciativa de d. Ana Rímoli criando [...] uma escola Normal destinada à formação de professôres na didática especial dos surdos [...] Estabelecimento único, em seu gênero, no país, a êle tem, por igual, o seu nome ligado o professor Tarso Coimbra”.<sup>313</sup> Essa ênfase da imprensa se faria notar ainda em 1957, quando houve a comemoração do centenário do instituto nacional. Dada a força da data, a cobertura excedeu a prevalência do *Correio da Manhã* como grande publicizador de Ana Rímoli e do instituto e excedeu os limites da imprensa do Rio de Janeiro.

---

<sup>312</sup> CORREIO DA MANHA. *Vai aos Eua e ao México a diretora do I. N. E.S.* Rio de Janeiro, RJ, domingo, 11 set. 1960, n. 20.695, “2º Caderno”, p. 7.

<sup>313</sup> *Correio da Manhã* (13 fev. 1955, p. 4).

De fato, a comemoração dos cem anos de Instituto Nacional de Educação de Surdos mereceu cálculos acertados para ocorrer sem transtornos. Um sinal disso foi a mudança de data para os eventos, como podemos inferir de notícia publicada pelo *Correio da Manhã*. Em 21 de setembro, o instituto já tinha tudo programado, inclusive o roteiro de acontecimentos: realização da “Primeira Conferência Brasileira de Professores de Surdos, com a vinda de conferencistas estrangeiros — (E.E.UU, Inglaterra e França), lançamento de: “curso de monografias sobre trabalhos didáticos”, edição “especial da revista ‘FALA’”, do instituto, “Cartilha escrita filmada e falada”, além do lançamento do segundo livro de Ana Rímoli, *Introdução à didática da fala* e da segunda do *Compêndio para educação da criança surda*. Haveria ainda abertura de: “uma exposição retrospectiva das atividades” do instituto nacional, sobretudo “das recentes conquistas no terreno da educação”; um “Salão de Artes Plásticas” com “premiação de trabalhos”; também aconteceriam a “encenação de uma peça teatral com atores surdos e falantes”, atividades de “demonstração de educação física”, uma “aula pública para os alunos surdos” e “uma missa solene”.<sup>314</sup> Como podemos inferir, a possibilidade de imprevistos era grande, dado a extensão da comemoração.

De fato, a viagem e o vídeodocumentário marcavam as conquistas de Ana Rímoli à frente do instituto nacional; mas entendemos que eram o ápice de um processo de reconhecimento da ação dela, a julgar pelos registros da imprensa. Desde meados da década de 1950, a imprensa deu destaque a ela e à sua administração do instituto, em muitos casos não só em notas breves, mas ainda em reportagens de meia página, com manchete em letras maiúsculas e grandes, como mostra a figura a seguir.

---

<sup>314</sup> CORREIO DA MANHÃ. *Centenário do Instituto Nacional de Educação de Surdos*. Rio de Janeiro, RJ, sábado, 21 set. 1957, n. 19783, “2º caderno”, p. 14.



QUADRO 5. Menções ao nome de Ana Rímoli no jornal *Correio da Manhã*, década de 1950<sup>317</sup>

Descrição	Páginas	Ocorrências	Opções
Correio da Manhã (RJ) - 1950 a 1959	113531	114	⊕
Diário de Notícias (RJ) - 1950 a 1959	88849	45	⊕
Jornal do Commercio (RJ) - 1950 a 1959	58861	34	⊕
Jornal do Brasil (RJ) - 1950 a 1959	110212	33	⊕
Diário Carioca (RJ) - 1950 a 1959	49551	29	⊕
Tribuna da Imprensa (RJ) - 1949 a 1959	48044	26	⊕
Jornal dos Sports (RJ) - 1953 a 1959	29735	23	⊕
Diário da Noite (RJ) - 1950 a 1959	73851	22	⊕
A Noite (RJ) - 1950 a 1959	46046	17	⊕
O Jornal (RJ) - 1950 a 1959	82498	15	⊕
Última Hora (RJ) - 1951 a 1964	128707	9	⊕
Gazeta de Notícias (RJ) - 1950 a 1956	26401	8	⊕
A Manhã (RJ) - 1925 a 1953	63390	4	⊕
Maquis (RJ) - 1954 a 1962	10242	4	⊕

O texto da reportagem foi motivado pelo lançamento do primeiro livro de Ana Rímoli, *Compêndio de educação da criança surda-muda*. Entre alusões ao conteúdo do livro, o redator frisou que ela vinha “Dirigindo, há vários anos [quatro], o Instituto Nacional de Surdos Mudos” e que realiza ali “uma obra admirável”. Mais que isso, indica o que vemos possível influência para o vídeodocumentário, “O martírio do silêncio” — como se lê no texto da notícia — e que havia sido feito na Inglaterra, “no Departamento de Educação da Universidade de Manchester”. A ênfase no trabalho de formação de professores é destacada, tal qual anotou o redator: “Não terminaremos êste registro sem uma referência à feliz iniciativa de d. Ana Rímoli criando [...] uma escola Normal destinada à formação de professôres na didática especial dos surdos [...] Estabelecimento único, em seu gênero, no país, a êle tem, por igual, o seu nome ligado

---

Manhã foi contra Brasília, porque a mudança da capital esvaziaria a política no Rio de Janeiro, o que era desinteressante a um diário de tanto poder de influir nas escolhas políticas. Houve campanha para ridicularizar o projeto, como publicar fotografias do planalto central mais desértico com legendas do tipo “Aí está a nova capital”. Na campanha eleitoral de 1960, o *Correio da Manhã* estava numa posição independente, longe de Jânio Quadros. Sob o governo deste, o jornal se mostrou contra o gesto de condecorar Ernesto “Che” Guevara; e interpelou Quadros, em editorial, a explicar mais de sua renúncia. Fiel à tradição legalista foi pró-João Goulart, mas não o apoiava como herdeiro de Vargas. Não por acaso, o jornal teve uma edição vetada e apreendida por determinação de Carlos Lacerda, antigo jornalista da casa e ligado ao governador do então estado da Guanabara. Cf. LEAL, Carlos Eduardo. *Correio da Manhã*. Verbete. Dicionário da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-da-manha>. Acesso em: jan. 2022.

<sup>317</sup> FONTE:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=\[cache\]carvalho\\_236190.08860415.DocLstX&past a=ano%20195&pesq=%22Ana%20Rimoli%27](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=[cache]carvalho_236190.08860415.DocLstX&past a=ano%20195&pesq=%22Ana%20Rimoli%27).

o professor Tarso Coimbra”.<sup>318</sup> Essa ênfase da imprensa se faria notar ainda em 1957, quando houve a comemoração do centenário do instituto nacional. Dada a força da data, a cobertura excedeu a prevalência do *Correio da Manhã* como grande publicizador de Ana Rímoli e do instituto e excedeu os limites da imprensa do Rio de Janeiro.

A comemoração dos cem anos de Instituto Nacional de Educação de Surdos mereceu cálculos acertados para ocorrer sem transtornos. Um sinal disso foi a mudança de data para os eventos, como podemos inferir de notícia publicada pelo *Correio da Manhã*. Em 21 de setembro, o instituto já tinha tudo programado, inclusive o roteiro de acontecimentos: realização da “Primeira Conferência Brasileira de Professores de Surdos, com a vinda de conferencistas estrangeiros — (EE.UU, Inglaterra e França), lançamento de: “concurso de monografias sobre trabalhos didáticos”, edição “especial da revista ‘FALA’”, do instituto, de ma “Cartilha escrita filmada e falada”, além do lançamento do segundo livro de Ana Rímoli, *Introdução à didática da fala* e da segunda do *Compêndio para educação da criança surda*.<sup>319</sup> Como podemos inferir, a possibilidade de imprevistos era grande, dado a extensão da comemoração.

Na edição do dia 26 do *Correio da Manhã*, o jornal republicou o texto informando sobre o adiamento das comemorações, além de acrescentar uma nota oficial do instituto:

Deveriam ser realizadas a partir de 26 do corrente as festividades comemorativas da passagem do centenário de fundação do Instituto Nacional de Educação de Surdos. [...] foram, no entanto, transferidas, com autorização do sr. ministro da Educação e Cultura, para a segunda quinzena de novembro, em virtude de surdo epidemico [de gripe asiática]<sup>320</sup> que ora grassa naquele instituto e no país.<sup>321</sup>

<sup>318</sup> *Correio da Manhã* (13 fev. 1955, p. 4).

<sup>319</sup> *Correio da Manhã* (21 set. 1957, p. 14).

<sup>320</sup> “A pandemia de Gripe Asiática começou em fevereiro de 1957 na China e se difundiu em duas ondas com alta morbidade e letalidade que, mesmo sendo menor que a de 1918, levou a óbito cerca de 4 milhões de pessoas. [...] Em 4 de maio de 1957, a OMS recebeu as primeiras notificações de casos e, em 17 de maio, anunciou a ocorrência da gripe no Oriente, prevendo uma epidemia com ampla extensão geográfica. [...] afetou entre 40 e 50% das pessoas no mundo [...]. A mortalidade estimada foi de 1 em 4.0003. A incidência foi maior de 50% na faixa etária de 5 a 19 anos de idade6. O agente causal dessa pandemia, o vírus Influenza A/Cingapura/1/57(H2N2), [...] substituiu o Influenza A (H1N1) que circulava no mundo desde a pandemia de 1918-192045. O pico de incidência ocorreu no mês de outubro de 1957, tanto no Reino Unido como nos Estados Unidos. A disseminação entre os países foi rápida, principalmente pelas rotas marítimas, e em aproximadamente seis meses tinha se alastrado no mundo inteiro. [...] No Brasil, os primeiros casos foram registrados em julho e, na segunda quinzena de agosto de 1957, um surto foi identificado em Uruguaiana no Estado do Rio Grande do Sul, tendo sido identificado e isolado o mesmo vírus da pandemia. No final de agosto, o IAL/SP isolou o vírus em São Paulo; no início de setembro, sua presença foi identificada no Rio de Janeiro pelo Instituto Oswaldo Cruz e pelo Instituto

No fim de novembro foi comemorado o aniversário de cem anos do instituto nacional. Curiosamente, o *Correio da Manhã* não fez a cobertura jornalística no dia. Coube a outros veículos de imprensa noticiarem o evento. Foi o caso do *Diário da Noite*, o destaque foi dado à presença do presidente da República, Juscelino Kubitschek, que iria presidir as solenidades e assinar o decreto de criação da Campanha de educação do Surdo Brasileiro.<sup>322</sup> Também foi o caso do *Diário Carioca*,<sup>323</sup> que noticiou o evento no dia seguinte e destaque estes pontos: a “inauguração da I Olimpíada dos Surdos”; a “bandas de músicas”, como a banda da “Associação de Surdos-Mudos de Minas Gerais”; autoridades presentes — dentre ministro da Educação e representantes de outros ministérios, chefe da Casa Civil, diretores e diretoras de órgãos federais e instituições educacionais distintas, representantes da Igreja, assessores do Ministério da Educação; além da assinatura do decreto presidencial “criando a Campanha” e presumindo a concessão de “bolsas de estudos inclusive aos surdos educados em colégios particulares por professores formados no I.N.E.S.” O destaque dado ao centenário pelo *Jornal do Brasil* foi incidido no detalhe: à “palestra [...] do Cardeal [...] D. Jaime de Barros Câmara”, via Rádio Vera Cruz.<sup>324</sup> Por fim, destacamos a repercussão do centenário no Paraná; em Curitiba, o *Diário da Tarde* republicou um texto de agência de notícias com o título “Surdo não é mudo”, onde foram comentados o centenário e mudança na compreensão das relações entre surdez e mudez.

---

de Microbiologia da Universidade do Brasil [...]. Ainda em setembro daquele ano, o vírus foi identificado e isolado em Belo Horizonte, Salvador e Belém. [...] em Porto Alegre, [...] um terço da população foi infectada, principalmente indivíduos oriundos de coletividades de baixa renda. A alta incidência foi observada em crianças”. Cf. COSTA, Lígia M. C; MERCHAN-HAMANN, Edgar. Pandemias de influenza e a estrutura sanitária brasileira: breve histórico e caracterização dos cenários. *Rev Pan-Amaz Saúde*, v. 7, n. 1, p. 11–25, 2016. doi: 10.5123/S2176-62232016000100002. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/pdf/rpas/v7n1/2176-6223-rpas-7-01-11.pdf>. Acesso em: fev. 2022.

<sup>321</sup> CORREIO DA MANHÃ. *Centenário do Instituto Nacional de Educação de Surdos*. Rio de Janeiro, RJ, quinta-feira, 26 set. 1957, n. 19.787, “1º caderno”, p. 10.

<sup>322</sup> DIÁRIO DA NOITE. *Instituto de surdos faz centenário*. Rio de Janeiro, RJ, sábado, 30 nov. 1957, n. 6057, p. 7.

<sup>323</sup> DIÁRIO CARIOCA. *Cem anos comemorou ontem Surdos-Mudos*. Rio de Janeiro, RJ, domingo, 1º dez. 1957, n. 9015, p. 1.

<sup>324</sup> JORNAL DO BRASIL. *O centenário do Instituto dos Surdos-Mudos e as celebrações religiosas*. Rio de Janeiro, 2 fev. 1957, n. 284, p. 6.

FIGURA 29. Destaque ao centenário do Instituto Nacional de Educação de Surdos em jornal de Curitiba, PR, 20 nov. 1957<sup>325</sup>



Com efeito, caso se possa dizer que o *Correio da Manhã* tenha dado pouca atenção ao evento do dia 30, não se pode afirmar que não tenha se preocupado de modo de algum. Antes, a atenção foi dada, justamente, às mudanças de concepções implicadas na mudança de nome e, sobretudo, aos jogos olímpicos articulados pelo instituto nacional. Nessa direção, citamos a edição de 9 de novembro, que destacou esta manchete: “Princípio norteador: surdo”, completada pela afirmação de que “Dentro dele se orientam os dirigentes do Instituto Nacional Surdos-Mudos — e o pessoal que se destina a assistir aos deficientes da audição”.<sup>326</sup> Assim, o *Correio da Manhã* endossava

<sup>325</sup> DIÁRIO DA TARDE. *Surdo não é mudo*. Curitiba, PR, quarta-feira, 20 nov. 1957, n. 20504, p. 2.

<sup>326</sup> CORREIO DA MANHÃ. *Princípio norteador: surdo não é mudo*. Rio de Janeiro, RJ, quinta-feira, 9 nov. 1957, n. 19.822, “2º caderno”, p. 4.

a decisão de adotar o oralismo como orientação pedagógica do instituto, ainda que duvidemos da capacidade dos jornalistas de entenderem com rigor uma tendência pedagógica até então pouco divulgada no país. Entendemos que a afirmação de validade fosse mais protocolar, para não comprometer as relações com um anunciante de peso federal. É nessa direção que o texto destaca que “surdo não é mudo”. Convém lermos o que se disse no jornal.

A nossa reportagem esteve [...] [n]o instituto. Lá, ouviu professor Pedro Cileno, um dos quinze mestres que lecionam no “Curso de Formação de Assistentes Educativos”. Declarou-nos êle: “As *medidas* de elevado alcance pedagógico, ditadas *pela Diretoria* desta casa de ensino e de *desenvolvimento da fala e da linguagem* na criança surda, destinam-se *a formação adequada* do pessoal especializado, indispensável à orientação do instituto que se baseia o princípio de que *o surdo não é mudo*. Acolhendo tal princípio e sentindo seu elevado alcance, todos os nos empenharemos em satisfazer às exigências de educação dos pequenos cidadãos. O prêmio nos será dado pela criança ensurdecida que, *através do desenvolvimento mental*, poderá progredir *na vida escolar*, a ponto de situar no mesmo *pé de igualdade* com as demais crianças na série em que se colocar” (grifo nosso).

Essa ênfase na mudança de princípio na concepção do que é ser surdo, o *Jornal do Brasil*<sup>327</sup> endossou o *Correio da Manhã*. Mas, diferentemente, deu destaque a mudança de nome ao afirmar que o problema de uma pessoa surda é a surdez; nada tem que ver com mudez. Daí a razão de instituto mudar de nome, sobretudo com a adoção de uma visão científico-conceitual em sua oferta de educação. Era importante ser exato nos conceitos para desfazer mal-entendidos e desnaturalizar concepções. Leiamos parte do que foi dito no texto.

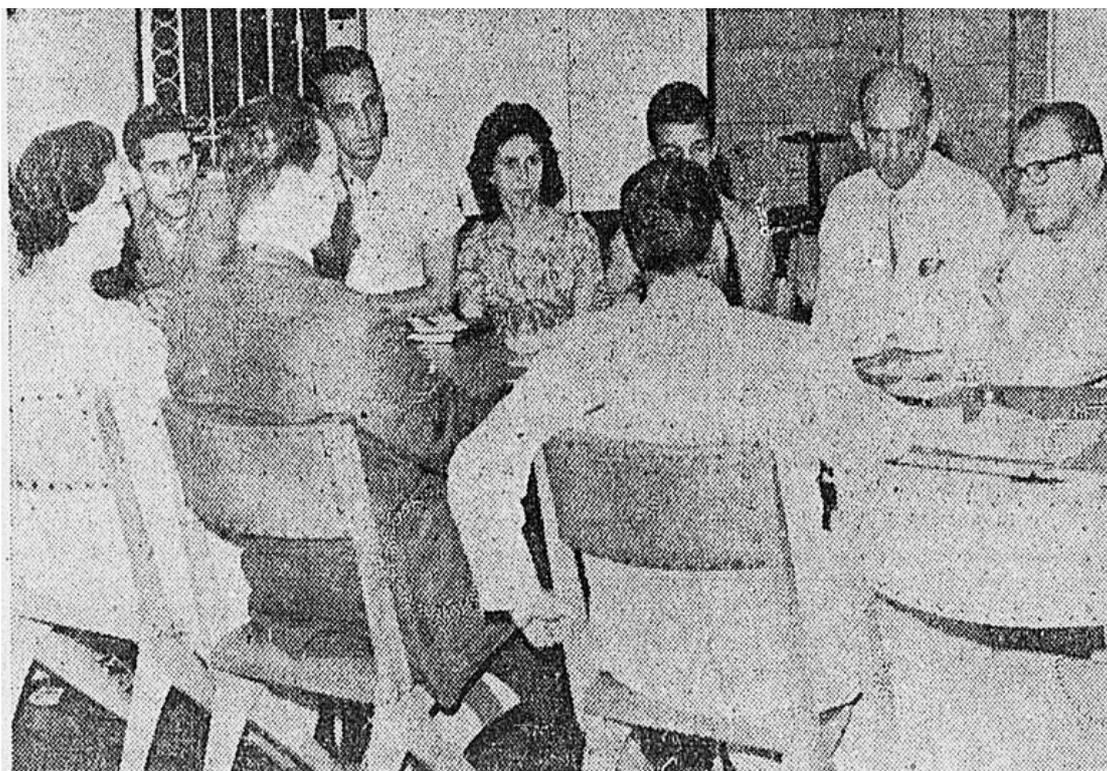
Não existe mais o problema da mudez e sim o da surdez, tanto assim que o antigo Instituto Nacional de Surdos-Mudos chama-se agora Instituto Nacional de Educação de Surdos, declarou ao JORNAL DO BRASIL o professor Astério de Campos, que leciona no Curso Normal de Formação de Professôres para Surdos daquela instituição

---

<sup>327</sup> JORNAL DO BRASIL. *É surdez o problema dos surdos*: é por esse motivo o institui mudo de nome. Rio de Janeiro, domingo, 12 jan. 1957, n. 10, “1º caderno”, p. 7.

Como parte das mudanças presumidas na comemoração do centenário, a imprensa destacou os esportes, em especial os jogos olímpicos. Nesse sentido, além do *Correio da Manhã*, o jornal *A Noite* teve parte no plano de concepção e publicização das olimpíadas. Nesse sentido, destacamos texto da edição de outubro de *A Noite* 1957. Trata-se de notícia antecipando a preparação dos jogos alguns dias antes da comemoração do centenário do instituto nacional.<sup>328</sup>

FIGURA 30. Ana Rímoli e Tarso Coimbra reunidos com representantes do jornal *A Noite* para discutirem a cobertura das Olimpíadas dos Surdos, 26 out. 1957



No dia 26 de outubro de 1957, um jornalista de *A Noite* esteve com a “Comissão organizadora da primeira Olimpíada Nacional dos Surdos, reunida na sede do Instituto Nacional de Educação de Surdos. Ana Rímoli e Tarso Coimbra estão no primeiro plano à esquerda, de costas para o fotógrafo, mas vistos pelo perfil.<sup>329</sup>

<sup>328</sup> A NOITE. *Em curso a preparação da primeira Olimpíada de Surdos*. Rio de Janeiro, 26 out. 1957, n. 15756, 1º caderno, p. 7

<sup>329</sup> FONTE: *A Noite* (26 out. 1957, p. 7)

Também em 26 de outubro, o *Correio da Manhã* destacou a olimpíada e a comissão de organização da olimpíada nacional. Na reunião, foi instalada a ‘comissão e subcomissão’, cuja presidência geral ficaria a cargo de Tarso Coimbra, “subdiretor do I.N.E.S.” Foi definida a “subcomissão de Divulgação, que ficou entregue aos jornalistas, que por sua vez formarão o Comitê de Imprensa”. Desse comitê faria parte jornalista do *Correio da Manhã*, daí sua presença na “Comissão de Instalação”. O destaque dado evidenciou a valorização do evento. Leiamos.

O Instituto Nacional de Educação de Surdos, cujo centenário de fundação esta sendo comemorado, vai levar a efeito a primeira Olimpíada [...], certame êste que tem por finalidade reunir, aqui, no Distrito Federal, brasileiros surdos de todos os estados. Esta iniciativa servirá par provar aos surdos, que êles não são elementos inúteis e que através da educação adequada que recebem podem perfeitamente ser igualados às pessoas normais. Entre os surdos, existem atletas e desportistas, assim sendo não poderia deixar de existir o desejo de competir, e só com uma iniciativa de proporções da natureza de uma olimpíada lhes poderia ser dada a oportunidade de mostrar ao mundo suas possibilidades. [...] a data provável para a festa de abertura [talvez] seja o próximo dia 14 de novembro em local ainda a ser escolhido: todavia, o mais cotado é o Estádio do Fluminense.<sup>330</sup>

Na edição de 3 de dezembro, o *Correio da Manhã* deu destaque a ocorrência das primeiras etapas dos jogos após “as emoções vividas por todos que presenciaram as festas de abertura”, teve início a fase de “competições propriamente”, com “provas as eliminatórias” e “semi-finais”.<sup>331</sup> No dia 12, os vencedores não só já eram conhecidos, mas ainda homenageados. No caso de atletas do instituto nacional, a homenagem revelou com clareza os vínculos da instituição com a imprensa. A convite “do ‘Correio’”, foram à redação do jornal “os atletas mais eficientes”; os vencedores que visitaram “o Correio” foram acompanhados “da diretora do Instituto Nacional de Educação de Surdos professora Ana Rímoli de Faria Doria e do diretor substituto Cap. Tarso Coimbra”.<sup>332</sup>

---

<sup>330</sup> CORREIO DA MANHÃ. *Primeira Olimpíada Nacional de Surdos*. Rio de Janeiro, RJ, sábado, 26 out. 1957, n. 19.813, “2º caderno”, p. 2

<sup>331</sup> CORREIO DA MANHÃ. *I Olimpíada Nacional de Surdos*. Rio de Janeiro, RJ, terça-feira, 3 dez. 1957, n. 19.844, “2º caderno”, p. 4.

<sup>332</sup> CORREIO DA MANHÃ. *Em nossa redação, os vencedores da olimpíada dos surdos*. Rio de Janeiro, RJ, quinta-feira, 12 dez. 1957, n. 19.852, “1º caderno”, p. 11.

FIGURA 31. Ana Rímoli em jantar no restaurante do jornal *Correio da Manhã*, 12 dez. 1957



Ana Rímoli aparece sem segundo plano, de óculos escuros e entre dois homens<sup>333</sup>

Dados esses fatos, ficam claras as relações amigáveis entre dirigentes do Instituto Nacional de Educação de Surdos e dirigentes de um dos jornais mais influentes no país. Ela correspondia e alimentava a harmonia das relações com gestos de gentileza como a lembrança do aniversário do *Correio da Manhã*. O jornal ressaltou que “Da diretora do Instituto Nacional de Educação de Surdos recebemos telegrama com votos de congratulações pelo transcurso de mais um aniversário”.<sup>334</sup>

Nesse sentido, a diretora do instituto nacional chegava ao fim da década triunfante. Era reconhecida por seus pares do Ministério da Educação e até pelo presidente da República; era reconhecida por seus pares na educação, como no congresso em Madri, como no caso de Noemi Silveira; era reconhecida por professores da instituição; sobretudo, era reconhecida pela imprensa, que a expunha ao público com um vocabulário elogioso e destacando as competências

<sup>333</sup> FONTE: *Correio da Manhã* (12 dez. 1957, p. 11).

<sup>334</sup> CORREIO DA MANHÃ. *Correio da Manhã*. Novas mensagens sobre o aniversário. Rio de Janeiro, RJ, quinta-feira, 27 jun. 1957, n. 19.709, “1º caderno”, p. 2.

administrativas e intelectuais dela. A imprensa que acompanhou a ascensão da formadora.

Contudo, no esforço hercúleo em que se viu Ana Rímoli, é provável que nem tudo tenha saído a contento; que a dedicação máxima a um setor da instituição tenha subtraído a atenção a outros que eram igualmente vitais ao sucesso da direção, a exemplo do professorado. Nesse sentido, a mesma imprensa que permite acompanhar passos da trajetória ascendente de Ana Rímoli expõe fatos se abrem à compreensão de fatos que podem ter levado à queda da diretora do Instituto Nacional de Educação de Surdos, tal qual o antecessor dela; tal qual tentamos mostrar a seguir.

#### **4.5 A negligência na imprensa: indícios de um caminho para a queda**

Com efeito, na administração de Ana Rímoli, nem tudo foram flores, em especial a partir de 1957, mas desde o ano anterior e, sobretudo, em 1958. Entendemos que esse triênio foi de acúmulo de atividades no Instituto Nacional de Educação de Surdos; basta lembrarmos a intensificação dos cursos de formação docente, a organização da primeira conferência nacional de professores, os jogos olímpicos, os salões de artes, a comemoração do aniversário de cem anos... Tudo isso, seguramente, exigiu mais esforço da administração para que ocorresse a contento; mas é provável que o excesso resultasse em falhas aqui e ali.

Um exemplo de conduta, possivelmente, problemática para administração se refere ao exercício profissional das professoras em dois níveis; um patamar é o da formação, em que se questionou a falta de reconhecimento do status profissional do professor para pessoas surdas, outro é o da falta de pagamento de salários de professoras. Não por acaso, esses dois pontos, dentre outros tópicos, foram objeto da pauta de alguns jornais, que se referiram a Ana Rímoli com um questionador passível de deixá-la numa posição de desconforto e constrangimento perante a opinião pública; também numa posição de contraste com o tom elogioso de outrora a iniciativas e ações dela.

#### 4.5.1 *Sem lugar para trabalhar e trabalhar sem receber*

Com efeito, em abril de 1955, a formação docente oferecida pelo instituto nacional foi assunto de reportagem do jornal *Diário da Noite*,<sup>335</sup> cujo título indaga: “Normalistas do instituto de surdos e mudos formam-se para que?”. O tom parece ter sido deliberadamente provocador, porque a manchete, em lugar de informar, lançava dúvida — reconhecimento da especialização. O texto é sobre a oferta de formação para professores, mas destaca um problema do exercício profissional após se formarem. De fato podemos dizer que o curso Normal provou ser uma das ações mais bem-sucedidas de Ana Rímoli à frente da administração. Em certo sentido, a evolução qualitativa e quantitativa acompanhou o aumento do contingente populacional surdo; e esse sentido se abria a um raciocínio simples: havia demanda e havia ações para supri-la.

Tal raciocínio parece subjazer ao texto do jornal, que se referiu a um problema percebido pelas formandas, haja vista que após se formarem “ficavam na dependência do seu aproveitamento, apenas em caráter particular, quando o exercício da sua profissão devia ser imediato”. Isso seria possível se houvesse uma política pública que incluísse, no ordenamento escolar público, a abertura ao trabalho desse professor especializado suma.<sup>336</sup> Não por acaso, um grupo de alunas iria ao “ministro [Candido] Mota Filho” propor soluções para o que viam como problema. Entendiam que poderiam ser criadas, por exemplo, “filiaes do INSM [...], atendendo à grande necessidade existente em todo o país” e as quais seriam conduzidas e dirigidas pelas egressas mediante concurso; ou seja, para serem “nomeadas pelo governo” logo após se formarem. O grupo iria “ponderar também a possibilidade de se adotar a obrigatoriedade, de cada escola ou colégio, manter um curso para surdos-mudos, com o aproveitamento, portanto, das professoras especializadas para dirigi-los”.<sup>337</sup>

Se considerarmos as estatísticas, fazia sentido a relação entre demanda e possibilidade de oferta e o que havia: “Dos 70 mil surdos existentes no Brasil, apenas 2 mil são assistidos”. A afirmação foi dada à *Tribuna da Imprensa* de julho de 1958, “pelo capitão Tácito [sic] Coimbra, coordenador executivo do Instituto...”; ele informou, ainda, que o número crescia “em 20 por cento a cada dez anos”. Daí a opinião

---

<sup>335</sup> DIARIO DA NOITE. *Normalistas do instituto de Surdos e mudos formam-se para que?* Rio de Janeiro, quinta-feira, 7 abr. 1955, n. 5852, “1ª seção”, p. 8.

<sup>336</sup> *Diario da Noite* (7 abr. 1955, p. 8).

<sup>337</sup> *Diario da Noite* (7 abr. 1955, p. 8).

de Coimbra: “Seria melhor que o Estado se preocupasse mais com a educação deles do que gastar grandes quantias com os surdos incapacitados por falta de amparo”.<sup>338</sup>

Nesse sentido, a manchete-indagação do jornal punha em questão o papel do instituto e, sobretudo, de Ana Rímoli; afinal, não bastava formar cada vez mais professoras para um público específico se não existia a demanda deste constituída em condições materiais de exercício da profissão para qual o curso preparava. Demanda essa vislumbrada nas proposições do grupo de professoras traduzidas pelo jornal e que elas supostamente fariam chegar ao Ministério da Educação, do qual Ana Rímoli era funcionária em cargo de confiança e com o qual tinha diálogo constante; ou seja, era de se presumir que pudesse atuar de algum modo, nem que fosse veiculando demandas de suas alunas, para não dizer exercendo algum tipo de influência em prol da criação de vagas para o professorado formando pelo instituto. Seja por influência ou sugestão, talvez por ambas, sabemos que o ministro agiu nesse sentido ao prescrever a matrícula de crianças e adolescentes surdos na escola regular, num processo desencadeado justamente a partir de 1956 — convém lembrar.

Diferentemente da demanda por mais lugares de trabalho no país afora, que não era da alçada da administração de Ana Rímoli, a reclamação por salários não pagos por três meses afetava diretamente a gestão dela. O problema chegou à imprensa em agosto de 1957 e adentrou o ano de 1958. Se de fato a diretora tiver influenciado nas decisões do ministério, talvez tenha sido influenciada, também, por motivações externas, sobretudo pelo que se dizia na imprensa. A imagem pública do instituto voltava a ser associada a movimentos de tensões internas com a direção. Aventamos essa possibilidade tendo em vista duas reportagens da revista *Cruzeiro* de dezembro de 1957; momento em que o grupo de professoras estagiárias protestou por não terem recebido atem então remuneração retroativa. Como foram feitas pelo mesmo repórter, é possível pensarmos até que a meta do jornalista fosse “investigar” com intenção de fazer reportagem-denúncia. O texto foi expresso com certa ironia, pois adota a forma de uma carta, dirigida ao ministro da Educação, mas aberta ao leitorado da revista; o tom irônico se expressa no primeiro e no último parágrafo do texto. Convém lermos.

---

<sup>338</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA. *Surdos no Brasil: aumento de 20% no Brasil em cada dez anos*. Rio de Janeiro, DF, 16 jul. 1958, n. 2590, p. 5.

Meu caro Senhor Ministro da Educação e Cultura: Dias atrás, entrei no Instituto Nacional de Surdos-Mudos. *Acredito que o senhor saiba onde fica.* Se não costuma passar por Laranjeiras, quando vier do Lago do Machado, naquela direção poderá o senhor ver um majestoso prédio cor-de-rosa. *Talvez mesmo o senhor saiba que o prédio faz parte do acervo do Ministério da Educação e Cultura, do seu Ministério [...]* Agora estão falando que a casa vai fazer cem anos. Haverá uma festa, na certa. O alto mudo [ver] oficial irá às comemorações (grifo nosso). O desfile há de ser um sucesso. Os meninos vão desfilar diante do presidente, a diretora fará um discurso e, coincidindo o aniversário com o Natal, receberão brindes de mãos cívicas. De acôrdo com a praxe, na hora do desfile, os membros terão de sorrir, voltando o rosto o palanque oficial. Mas, aí, meu caro Ministro, é que eu juro ao senhor que a diretora vai ficar desapontada. Os meninos não vão sorrir. Os meninos do Instituto Nacional de Surdos-Mudos sofrem o ano inteiro e não saberão fingir uma felicidade que nunca tiveram. Respeitosamente, José Medeiros.<sup>339</sup>

O tom irônico se dissipa do segundo parágrafo em diante, pois o texto passa a descrever o visto pelo repórter na visita ao instituto: “Era cedo e entrei sem que ninguém me interpelasse, aonde ia ou a quem procurasse...”. Segue-se uma descrição do que viu: a “escadaria de mármore branco”, as “portas senhoriais”, as “colunas róseas com seus ornamentos em branco”, o “jardim” e seu “gradil de ferro embasado e blocos de granito talhados”; o “frontispício do prédio”, onde notou o relógio que marca, “instante a instante, o ‘labor’ daquela instituição — no dizer do seu subordinado, técnico em educação da casa, João barroso Pereira Júnior”.

De fato, a ideia de que o repórter entrou no instituto e circulou livremente, sem ser abordado por funcionário, sugere uma crítica implícita à falta de controle de entrada e saída na instituição e de quem ali circulava. Ou seja, qualquer um podia entrar lá e permanecer sem ser incomodado. O destaque da feição arquitetônica, que parece dissipar a intenção crítica pela evidenciação de elementos de beleza do prédio, dá lugar logo depois à recordação de eventos afins à gestão de Armando Paiva Lacerda e à gestão de Antonio Carlos Mello Barreto; isto é, o “afastamento” do primeiro, por “questões ligadas políticas”, e do segundo, sob “acusação de manter de dentro do Instituto inspetores que espancavam as crianças”.

De fato, já sabemos disso; também da comissão de inquérito, da indicação de Ana Rímoli à direção e do arquivamento do inquérito policial contra Armado Paiva

---

<sup>339</sup> MEDEIROS, José. Quatrocentas crianças não podem contar seu drama. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, Guanabara, 14 dez. 1957, n. 9, p. 97–8.

Lacerda, como salientou o repórter, antes de dar um tom “ácido” à sua “missiva” ao ministro Salgado. Ele pôs em xeque a ocupação do cargo deixado por Mello Barreto dizendo que Lacerda “foi reempossado no cargo em que é efetivo. Foi reempossado, mas acontece que não assumiu, caro Ministro. E, a partir de 1950, vamos encontrar D. Ana Rímoli de Faria Doria também diretora”.

Numa mudança brusca de assunto e intenções, o redator volta a descrever o que viu: “Cerca de quatrocentos surdos-mudos de várias idades, meninos de 6, 7, 8, 12, 15, 18 anos, perambulando dentro daquele imenso casarão, sem saber o que fazer com suas oitocentas mãos vazias, inteiramente vadias”. Ele nota que no prédio convivem “alunos funcionários e hóspedes. Sim, meu caro Ministro”, o instituto “recebe hóspedes”; e não eram “surdos-mudos”, mas sim “lépidos, fagueiros rapazes em bolsa de estudos, desfrutando as belezas do Rio de Janeiro”; estavam “ocupando cinco dos nove dormitórios”.

O repórter, então, alveja Ana Rímoli e sua administração.

Não sei se D. Ana Rímoli de Faria Dória sabe de todas essas coisas, pois *ela pouco sai de sua sala*. O senhor, meu caro Ministro, bem pôdia sugerir que ela desse mensalmente uma volta pelos três andares, fôsse até os banheiros, e aos dormitórios. Tenho certeza absoluta de que alguma melhora adviria de tudo isso. Ela é humana e, mais, é mulher. Talvez seja mãe. Sei que sairia chocada, terrivelmente magoada, quando visse a promiscuidade entre os meninos de seis anos, com rapazes de diferentes idades, sem a menor vigilância, no banho (é quadro comum o garotinho, sem toalha, esperar a água escorrer do corpo para vestir a roupinha surrada), nos dormitórios ou mesmo no matagal, subindo nas pedras, atrás do edifício. Ela veria, Senhor Ministro, as criancinhas imundas, pois as mínimas noções de higiene não levada em conta. Saberá que aquilo hoje está transformado num depósito de crianças, sem nenhum cuidado de educação. As aulas são ministradas em carteiras e mesas arrebitadas. O lixo amontoa-se os corredores e nas salas. Vi um pedaço de papel de jornal servir de material didático; as professoras estão inteiramente desorientadas e não têm mesmo para quem apelar. Às vezes chegam para a aula e constataam que sua sala foi transformada em hospedaria. Novos hóspedes estão chegando àquele pobre Instituto. [...] Em noite de chuva, os dormitórios ficam alagados: chove dentro dos quartos [...] nas camas dos meninos — pobres meninos!<sup>340</sup>

---

<sup>340</sup> Medeiros (14 dez. 1957. 9, p. 98).

Como podemos ler, o repórter pesou o tom em sua “carta”. São afirmações nem um pouco diplomáticas; antes, têm feição acusatória. São observações desdobradas num fôlego só, apontando o visto e comentando e descrevendo os lugares e suas características negativas, referindo-se a pessoas e práticas. Sobretudo, é um relato que conjuga tempos distintos.

Primeiramente, há o dia da vista (“cheguei cedo”), em que ele — vimos antes — gastou tempo observando o prédio e seu traços arquitetônicos, além do pátio com crianças e adolescentes; e soube da presença de hóspedes. Até aí, podemos ver movimentos presumíveis numa visita como a que o jornalista fez: como alguém da imprensa. Contudo, nos parece estranho que ele tenha visto o banho dos internos para dizer o que disse sobre como era; também nos estranha ele fazer afirmações usando advérbios de tempo como “às vezes”, pois é como se costumasse presenciar o “fato” que relatou. Também estranha que ele pudesse saber quando os hóspedes estavam chegando, pois é como se presenciasse costumeiramente o “fato” relatado ao ministro. Sobretudo, é de estranhar que afirme, com tanta certeza, que à noite os internos enfrentavam problema goteiras.

Em nossa compreensão, para assinar um texto destinado a uma autoridade como retrato fiel da realidade, era preciso mais que uma visita de um dia. O repórter não afirma que dormiu no instituto nem que chovia no dia da visita — que, supomos, não passou de um dia. Assim, podemos dizer que o que relatou, em primeira pessoa e com ironia, era fruto não só de suas observações, mas também de sua escuta, ou seja, de suas fontes. De fato, o repórter disse que “assisti[u] a uma aula”, o que nos leva a pensar que interagiu com as professoras. Ele sugere isso ao dizer “Algumas professoras jamais receberam a devida remuneração de 3.800 cruzeiros mensais, como professoras especializadas que são”; parece ser o tipo de informação um tanto delicada para ser dada, por exemplo, pela diretoria. Supomos que tenha ouvido da boca das professoras.

Assisti a uma aula e fiquei atônito. O instituto vai agora fazer cem anos e tenho quase certeza de que os desfiles, as Olimpíadas serão um grande sucesso. Possivelmente, as verbas serão grandes para manter as aparências, mas as professoras, posso dizer o nome de algumas — Leny, Luza, Lilia, Maria Hughette e muitas outras — sentem-se constrangidas por trabalhar em condições tão desfavoráveis. Elas reconhecem que é necessário levar ao conhecimento público toda essa lamentável situação que atinge tantas crianças. Sabe o que disseram essas mocinhas? Elas sentem-se também culpadas, revoltadas por não poderem, não terem força bastante para superar dificuldades e dar aos meninos assistência pedagógica capaz de ampará-los.<sup>341</sup>

A pergunta “Sabe o que me disseram essas mocinhas?” nos faz crer que possam ter sido as informantes do relato sobre o estado de coisas da instituição. Eram, então, “Leny, Luzia, Lilia, Maria Hughette” e “muitas outras” que se sentiam “constrangidas por trabalhar em condições tão desfavoráveis”. Nesse caso, pensamos que professoras insatisfeitas eram suscetíveis de extravasarem sua frustração quanto a trabalhar e não receber com doses de exagero aqui e ali em suas palavras; com certa carga emotiva suscetível de enviesar o relato delas omitindo fatos e detalhes importantes, distorcendo percepções... Numa palavra, podem ter subjetivado demais sua fala. Se assim o for, então pensamos que o relato do repórter esteja impregnado de certo ressentimento presumível nas informações dadas pelas mestras. Se não isso, ao menos faz sentido dizer que ele afirmou fatos sem citar fontes, o que nos obriga a ler sua exposição com desconfiança de uma proximidade inequívoca entre o texto e a coisa textualizada.<sup>342</sup>

Com efeito, outra indicação temporal na “carta” é a menção, irônica, à então futura comemoração do centenário, o que nos diz que o repórter produziu seu texto antes de julho de 1957 ou por volta dessa época. Nesse caso, sua publicação só em dezembro pode ter sido proposital, porque calhou com notícias de protesto e greve de professoras. Afinal, a instituição não pagou 58 professoras entre março e agosto, “não receberam um centavo de remuneração”; não houve efetivação das professoras pela direção no quadro docente do instituto — “apesar das promessas de JK”. É que em dezembro de 1956 se formaram “mais cem jovens” e tiveram “garantido o direito de estágio com a possibilidade de inclusão no quadro de professores”; das cem, “58

---

<sup>341</sup> Medeiros (14 dez. 1957. 9, p. 98).

<sup>342</sup> Medeiros (1957, n. 9, p. 104).

foram convocadas” em março de 1957 para trabalharem e não receberam desde então; pior: disseram que “gasta[ra]m dinheiro de seu bolso, na compra de material didático porque no instituto não há aparelhamento adequado”.

Com efeito, as professoras reagiram. A ação delas foi fazerem “protestos na direção, mas não tiveram resultado”. A reação do governo foi o Ministério da Educação apresentar à direção do instituto nacional, “no princípio deste mês [de agosto]”, um requerimento “datado de março” para as professoras estagiárias assinarem e sem se referir à remuneração e à duração do estágio”. A reação das professoras foi a de que “não assinaram”; antes, redigiram “um memorial” de sua situação e foram até o gabinete do ministro, Clóvis Salgado, onde supostamente foram tratadas “descortosamente” por um oficial. Insistiram e, depois de “muitas horas”, foram atendidas pelo ministro.<sup>343</sup>

O ministro insistiu na negativa de que “não poderia haver ampliação do quadro de professores” do instituto e “que ele quando se formara passara dez anos trabalhando sem ganhar”. Também as professoras insistiram em sua demanda: relataram ao ministro que a inclusão no quadro docente era algo que o “sr. Juscelino Kubistchek havia prometido”. A reação do ministro foi um balde água fria: “O presidente fala sem saber. Esses assuntos quem resolve sou eu” — teria dito a elas. E disse, também, que iria se reunir com a diretora para tratar de assuntos do instituto, “inclusive o caso das professoras”.<sup>344</sup> Diante de tal fala do ministro, professoras foram ao “[Palácio do] Catete na hora marcada”, mas foram impedidas de entrarem (FIG. 32). Após a reunião com o ministro, Ana Rímoli as encontrou com elas e trazia “debaixo do braço o memorial dirigido ao chefe de governo”.

Eis a moral da história na síntese do jornal: “Agora as professoras estão certas de que o assunto vai morrer. Tiveram um esforço tremendo para chegar até o sr. Kubistchek para entregar o memorial e ele voltou para o ponto de partida, sem ter havido nenhuma solução”.<sup>345</sup>

---

<sup>343</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA. *Professoras de surdos-mudos trabalham e não recebem*. Rio de Janeiro, DF, 30 ago. 1957, n. 2328, p. 10.

<sup>344</sup> *Tribuna da Imprensa* (30 ago. 1957, p. 10).

<sup>345</sup> *Tribuna da Imprensa* (30 ago. 1957, p. 10).

FIGURA 32. Professoras à espera de Ana Rímoli na porta de entrada do Palácio do Catete após ela falar com o ministro da Educação, dez. 1957<sup>346</sup>



TRINTA e cinco professoras do Instituto Nacional de Surdos-Mudos estão proibidas de entrar naquela casa. O vice-Diretor do Instituto, Sr. Tarso Coimbra, tomou essa medida a semana passada, quando "O CRUZEIRO" divulgou a reportagem "QUATROCENTAS CRIANÇAS NÃO PODEM CONTAR O SEU DRAMA".

A reportagem, em resumo, revelava o seguinte: Os surdos-mudos perambulam dentro do imenso casarão — verdadeiro depósito de crianças — sem saber o que fazer com as mãos vazias. Cinco dos nove dormitórios são ocupados por hóspedes (inclusive mora lá um oficial de gabinete do Ministro da Educação, o chamado "Ministrinho").

Promiscuidade entre meninos de seis anos e rapazes de diferentes idades.

Carteiras e mesas arrebitadas, lixo nos corredores.

Goteiras nos dormitórios e nas salas de aula.

Os cinco banheiros são usados indistintamente por hóspedes, funcionários e alunos.

As professoras compram, com o seu dinheiro, o material didático. A consequência da reportagem de "O CRUZEIRO" foi esta: a direção do Instituto Nacional de Surdos-Mudos mandou fechar com pregos as portas de todas as classes para que os visitantes oficiais não vissem, durante as Olimpíadas comemorativas do centenário do Instituto, realizadas na semana passada, o lamentável estado de abandono em que se encontra a casa.

Houve uma reunião das trinta e cinco professoras com o vice-Diretor, Tarso Coimbra. A diretora, D. Ana Rímoli de Faria Doria, ficou na sala vizinha, mas deixou os seus óculos em cima da mesa.

O CRUZEIRO, 28 de dezembro de 1957

"O repórter José Medeiros cometeu uma indignidade. Nada do que ele disse é verdade". Afirmou o Sr. Tarso Coimbra.

Convidado pelas professoras a "ir lá em cima" para ver as salas de aula (que a diretora não vê há muitos anos), o Sr. Tarso Coimbra desculpou-se.

"Não posso. Estou de férias."

E fez esta terrível acusação:

"Vocês quebraram as carteiras para que ele fotografasse".

No calor do debate, Lília, uma delas, disse: "o Instituto é uma imoralidade".

"Ou a senhora retira a palavra ou se retira."

A professora se retirou e, para espanto dele, as outras a seguiram. Todas foram, então, avisadas de que não mais poderiam entrar nas dependências do Instituto, cujas aulas foram suspensas, em virtude do início das férias escolares.

Dois dias depois voltam as professoras para pedir por escrito a ordem que as impede de entrar no Instituto.

O porteiro barrou-lhes a porta. Diante do alarido das moças, a eminência parda do Instituto, o vice-Diretor, recesso de escândalo, as recebeu no Gabinete.

"Vocês não têm nenhum direito e isto aqui não é praça pública."

A situação está, pois, neste pé. O deputado Fernando Ferrari leu da tribuna da Câmara o texto da reportagem "Quatrocentas crianças não podem contar seu drama". São crianças, não têm voz nem podem ouvir. As professoras podem falar, e como falam, meu Deus! Mas o Ministro deve andar muitíssimo ocupado com a Educação e a Cultura do Gigante para descer à terra e fiscalizar os Tarsos e Anas Rímolis que no Brasil são tantos.

37

Ainda quem em proporções mínimas, o protesto das professoras pode ser lido como o tipo de situação que Ana Rímoli seguramente pretendeu extirpar após os eventos que levaram à exoneração de Antonio Carlos de Mello Barreto. Também podemos dizer que, se houve tensões do tipo antes, não chegaram à imprensa, não chegou algo envolvendo o nome da diretora. Assim, podemos pensar que as relações institucionais e funcionais tinham sido relativamente harmônicas até então. A possibilidade de o problema se tornar maior e, logo, mais preocupante parece ter sido motivo para mudanças no instituto e na relação com formação e garantia de trabalho.

<sup>346</sup> MEDEIROS, José. Trinta e cinco professoras podem contar o seu drama. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, GB, 28 dez. 1957, n. 11, p. 37.

Em janeiro de 1958, foram noticiadas medidas do Ministério da Educação para a direção do instituto nacional pôr em prática e, seguramente, prevenir protestos. Nesse sentido, foi encaminhado ao ministro da Educação um “Plano de reestruturação dos quadros técnicos” com projeção de que todas as professoras ali formadas — cerca de trezentas — seriam aproveitadas em caráter definitivo, com “salário mensal de Cr\$ 10.000,00”; mas “a admissão só pode ser feita na base de Cr\$ 7.000,00”.<sup>347</sup> Ana Rímoli teria dito isso para “tranquilizar as 45 jovens professorandas da turma” que colaria grau em janeiro de 1958; evitaria o temor de “colegas formadas anteriormente”: ficarem “esperando indefinidamente uma oportunidade para lecionar”. A “admissão imediata” dependeria de força maior que “a boa vontade do instituto”; antes, dependia da verba “indispensável”. A “dotação do INSM era de um milhão e trezentos mil cruzeiros”, quando o ideal era de “nada menos de oitenta milhões”; só assim seria possível cuidar do “aproveitamento de todas as professoras”, além de “outros melhoramentos consequentes e indispensáveis”.<sup>348</sup>

Ana Rímoli apresentou estatísticas que endossam o raciocínio de que se formavam professores para pessoas surdas e de que essa população aumentava, o que obrigava a uma ação mais arrojada; como informou ela ao repórter.

Das 60.000 (aproximadamente) crianças surdas-mudas existentes no Brasil, 20.000 se encontram em idade. Para que haja rendimento satisfatório, é necessário uma professora para cada 5 alunos. O número, portanto, de mestras exigido agora seria de 4 mil. O instituto, em cinco turmas, formou menos de 300 — e não pode aproveitar nem a terça parte.<sup>349</sup>

O governo, então, concedeu “mais 30 milhões”. Com isso “o INES pôde admitir mais professoras na base de Cr\$ 7.0000”, valor que “percebem inicialmente a professoras formadas pelo instituto”; além disso, salientou-se outra medida para equacionar o orçamento: suspendeu-se a abertura de vagas para curso em 1958, “tendo em vista que não foram aproveitadas todas as diplomadas” até então. Mais: o curso Normal seria “substituído pelo de Especialização — destinado a professoras, algumas oriundas dos estados”.

---

<sup>347</sup> JORNAL DO BRASIL. Cr\$ 7.000 (por ora) para professores formados no Instituto de Surdos-Mudos. Rio de Janeiro, segunda-feira, 10 jan. 1958, n. 8, “1º caderno”, p. 7.

<sup>348</sup> *Jornal do Brasil* (10 jan. 1958, p. 7).

<sup>349</sup> *Jornal do Brasil* (10 jan. 1958, p. 7).

Em meados de 1958, o problema da greve ainda ecoava, motivando falas de Ana Rímoli à imprensa, como ao *Jornal do Brasil*. Na ocasião, teria dito ela que “fazia questão de ser a maior amiga das professoras e que não pretendiam que elas fossem à greve”; a diretora “lamentou que o corpo docente houvesse suspenso as aulas por falta de pagamento, desde 1957, assim como teria dito que “o professor precisa sofrer” (reverberando a fala do ministro sugestiva de que estagiárias tinham de trabalhar sem receber porque ele o fez por dez anos”). Ao lado dela, Tarso Coimbra informou ao repórter que “o processo da verba” já se encontrava em Brasília, aguardando “o Sr. Juscelino Kubistchek [...] despachá-lo”. Ante apelos, as professoras voltaram ao trabalho “em 9 abril”, no dia 30, “como informou à diretora”, elas procuraram a direção para dizer “iriam parar as aulas, alegando falta de recursos financeiros para o seu transporte”; e foram “irredutíveis” quando Ana Rímoli fez “um apelo para que continuassem por mais alguns dias, até a solução do caso”. Ela também rechaçou “declaração feita pelas professoras de que falta[va] material didático ao colégio”; ou seja, disse que o material era “fornecido sempre que solicitado pelas professoras” e não hesitou em mostrar ao repórter “listas de pedidos já atendidos pelo almoxarifado”; e afirmou que “as professoras primárias, em geral, tem o seu próprio material” e que “o instituto, a rigor, não tinha obrigação de fornecer cartolina, cola, algodão, tinta, etc.”.

Nesse sentido, entendemos que Ana Rímoli não ficou inerte quanto ao problema da falta de trabalho para as formandas; procurou evitar que o problema escalasse e, ao mesmo tempo, criar um horizonte de possibilidade laboral para o professorado formado. Do contrário, suas intenções e ações de massificação da educação de pessoas surdas não sairiam do Rio de Janeiro. Ela tomou para si a demanda docente e soube traduzi-la às autoridades em números que dimensionavam a extensão do problema.<sup>350</sup> A julgar pelas fontes, a direção conseguiu dirimir o problema da falta de pagamento de salários e da consequente paralisação, além de evitar desdobramentos que pudessem evoluir para situações de solução mais complicada, sobretudo por uma adesão maior à causa por parte do professorado e da imprensa — da opinião pública. Nesse sentido, não encontramos registros de que o ano de 1959 tenha sido de tensões profissionais entre profissionais e instituto; antes, foi de curso regular dos eventos de docência e discência,

---

<sup>350</sup> JORNAL DO BRASIL. *Diretoria do INES lamenta greve de professoras: processo está em Brasília*. Rio de Janeiro, RJ, domingo, 4 maio 1958, n. 101, “2º caderno”, p.4.

de celebrações, comemorações e homenagens, de jogos, de presença em circunstâncias oficiais e especiais etc. Já o vimos.

Em tal ritmo, a direção e administração de Ana Rímoli entrariam na década de 1960 com perspectivas de ampliarem os horizontes de ação, as frentes de trabalho, os espaços de formação e escolarização... Os distúrbios institucionais de cerca de um ano e meio antes, assim como seu relato jornalístico, não abalaram a confiança no instituto; os registros da imprensa são relativamente fartos nesse quesito. Com isso, pudemos mapear atos de Ana Rímoli associada ao instituto (e não só) publicizados pela imprensa, os quais dão indícios da dinâmica de atuação dela à frente do instituto no período que antecedeu sua queda.

Já em 5 de janeiro de 1960 a imprensa passou a noticiar fatos afins à administração. Uma das primeiras searas com que a diretora se envolveu foi o processo de descentralização da formação de professorado para pessoas surdas. Nesse sentido, foram eleitas seis capitais para sediarem “cursos especiais” presumidos na campanha nacional de educação e alinhada no ideal de “prestar uma assistência permanente aos surdos de todo o Brasil nos campos educacional e social”. Em “Belém, Salvador, Belo Horizonte, Distrito Federal, Brasília e Porto Alegre” seriam instalados os “centros regionais de coordenação” da campanha de educação.<sup>351</sup>

Esses movimentos levaram ao deslocamento de Ana Rímoli para a nova capital federal, para empreender mais no processo de descentralização. Por exemplo, em 5 de fevereiro de 1960, “a direção” do instituto nacional estava “tratando da instalação em Brasília de um Centro Nacional de Ensino”, ou seja, estava conversando com o órgão responsável, a “Novacap, a companhia de urbanização da nova capital”.<sup>352</sup> Igualmente, no fim de março Ana Rímoli foi à capital paulista, onde proferiu aula inaugural do curso de professores para surdos do Instituto Feminino de Educação “Padre Anchieta”. Era mais uma volta dela aos lugares que marcaram o início de sua formação profissional e intelectual. Como egressa do instituto com destaque no Ministério da Educação, a

---

<sup>351</sup> CORREIO DA MANHÃ. *Formação de mestres para surdos-mudos*. Rio de Janeiro, RJ, domingo, 3 jan. 1960, n. 20.482, p. 7.

<sup>352</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA. [A direção do instituto...]. Rio de Janeiro, RJ, 5 fev. 1960, n. 3.059, p. 2.

presença dela não passou batida, a ponto de ser “homenageada pelas alunas do Instituto de Educação”.<sup>353</sup>

Também em março de 1960 Ana Rímoli se envolveu com a realização solene da “abertura do curso do curso de especialização”, em que houve apresentação dos “professores dos estados” e “desta Capital [do Rio de Janeiro], em exercício de ensino, que solicitaram matrícula”.<sup>354</sup> Esse tipo de atividade ocorreria na primeira de quinzena de dezembro, quando participou da colação de grau de “mais oitenta e nove professorandas” do instituto, dentre as quais “32 completaram o Curso de Especialização e 57 o curso Normal rural”. Como paraninfas das formandas, foram eleitas as irmãs Rímoli.<sup>355</sup>

Nesse ritmo de trabalho com a formação docente ao longo do ano, Ana Rímoli falou ao *Jornal do Comércio* em 15 de dezembro sobre a formação de mais turmas e a informação sobre recepção de bolsistas. Ela se mostrou empolgada com os resultados, pois ressaltou o valor do curso de formação docente pelos números: mais 92 mestras formadas naquele ano e “cerca de quinhentas mestras em quase dez anos”. Como consequência desse movimento, ela salientou a massificação da “educação de surdos em todo o país”, pois — como disse ela ao repórter — a “maioria absoluta” desse professorado diplomado pelo instituto vinha “dos estados”. Por fim, ressaltou a orientação “primordial” do curso normal ao longo da década foi a “formação de especialistas para a educação emendativa de deficiência da audição e da fala”.<sup>356</sup>

No plano dos alunos surdos (de pessoas surdas), igualmente o ano de 1960 foi regular para Ana Rímoli e sua administração; a começar da relação entre esportes e educação de pessoas surdas. Já em meados de janeiro, foi anunciada pela diretora a criação de um “departamento de esportes” vinculado à campanha nacional de educação. “Oportunidade ímpar” teriam “os surdos para comprovar o que são capazes de realizar quando bem orientados”, como disse, ao *Correio da Manhã* a “diretora-geral” do

---

<sup>353</sup> CORREIO PAULISTANO. [Curso de professores para surdos-murdos — Correio escolar]. São Paulo, SP, 30 mar. 1960, n. 31.903, p. 10.

<sup>354</sup> CORREIO DA MANHÃ. *Roteiro universitário*. Rio de Janeiro, RJ, sábado, 12 mar. 1960, n. 20539, “2º caderno”, p. 5.

<sup>355</sup> JORNAL DO COMÉRCIO. *Professores de surdos colam grau*. Rio de Janeiro, quinta-feira, 2 dez. 1960, n. 51, “1º caderno”, p. 5.

<sup>356</sup> JORNAL DO COMERCIO. *Brasil tem 60 mil surdis ara educar*. Rio de Janeiro, sexta-feira, 16 dez. 1960, n. 63, p. 5.

instituto, Ana Rímoli.<sup>357</sup> Nesse ímpeto, em setembro foi anunciada a “IV Olimpíada Nacional dos Surdos”, que levou “Atletas surdos de todo o Brasil” a se reunirem na cidade do Rio de Janeiro, “na segunda quinzena”, para participarem da competição. Subjacente à olimpíada, estava o objetivo de “fazer a integração do surdo na coletividade”, sua capacitação para exercer qualquer atividade notável na sociedade”, como lemos no texto do jornal.<sup>358</sup> A realização e “patrocínio” relativo ao evento coube ao instituto e ao jornal *Correio da Manhã*.<sup>359</sup>

Entre setembro e outubro, antes da olimpíada, foi noticiado o “Ensino de rádio no INES”; o instituto havia criado um “curso de rádio”, isto é, de “Radiomontadores analistas de componentes”, com apoio de um professor da “Divisão de Promoção de Ensino” da empresa “S. A Phillips do Brasil”, que “forneceu aparelhos de sua linha industrial para serem montados pelos alunos”.<sup>360</sup> Além do curso, a direção do instituto criou um “grande concurso” de “artes e literário”, que presumiu a “apresentação de poesias, crônicas, novelas e reportagens”. Foi aberto “a surdos de todo o país”. A intenção era “despertar nos moços que não ouvem nem falam interesse pelos fatos literários”. Os trabalhos deviam ser submetidos em “cinco vias datilografadas em espaço dois não podendo exceder três folhas”. Os três “primeiros colocados ganhariam prêmios em dinheiro”. Ficou estabelecido que o concursos seria anual.<sup>361</sup>

Em um nível menos interno da educação de pessoas surdas, a direção de Ana Rímoli propôs novas iniciativas. Uma delas foi noticiada em abril; era uma campanha de observação escolar a fim de reconhecer discentes com problemas de surdez. Para tanto, uma “ambulância devidamente equipada com pessoal técnico” iria “percorrer, em campanha, as escolas públicas da cidade e, futuramente, as do interior”. A intenção era levantar dados passíveis de comporem um “cadastro audiométrico da população escolar” que pudesse “revelar, através de exames”, o ‘quantum’ de audição a criança

---

<sup>357</sup> CORREIO DA MANHÃ. *Será criado o Departamento de Esportes da C. E. S. B.* Rio de Janeiro, RJ, quinta-feira, 14 jan. 1960, n. 20491, 2º caderno, p. 15.

<sup>358</sup> CORREIO DA MANHÃ. *Atletas surdos em grande olimpíada.* Rio de Janeiro, RJ, sexta-feira, 1º set. 1960, n. 20693, 1º caderno, p. 13.

<sup>359</sup> CORREIO DA MANHÃ. *Olimpíada nacional dos surdos.* Rio de Janeiro, RJ, domingo, 27 nov. 1960, n. 20.670, 2º caderno, p. 7.

<sup>360</sup> O JORNAL. *Eletrônica em geral.* Rio de Janeiro, RJ, 9 out. 1960, n. 12.290, p. 7.

<sup>361</sup> JORNAL DO COMÉRCIO. *Certame de artes.* Rio de Janeiro, quinta-feira, 29 set. 1960, n. 305, 1º caderno p. 7.

possui para encaminhá-la a professores especializados” e para eventual orientação de pai e mãe”.<sup>362</sup>

Outra iniciativa da diretora, entre janeiro e fevereiro de 1960, foi designar uma “comissão presidida pelo professor Tarso Coimbra” — e incluindo “16 membros” — para planejar o processo de constituir uma “cooperativa agro-pecuária industrial para surdos-mudos”, a qual passaria a funcionar “no Distrito Federal”, ainda em 1960. A iniciativa era então “inédita no mundo” e pretendia ser útil à produção de “Pequenos artesanatos, objetos de madeira, peças de vestuário em geral, calçados, tecelagem etc.”.<sup>363</sup> Esse sentido de socialização de pessoas surdas pela associação cooperativa e produção material se projeta na iniciativa de dar a elas um senso de cidadania pelo aprendizado de “como devem votar”. Como parte da campanha de educação de surdos, essa ação supôs articular “as unidades de coordenação regionais” de modo a darem, ao “eleitor-surdo”, a “necessária orientação sobre a votação de 3 de outubro [de 1960]”.<sup>364</sup>

Setembro e outubro de 1960 foram meses de eventos sociais na vida institucional administrativa. Por um lado, houve comemoração do 103º aniversário do instituto de surdos, incluindo o ritual costumeiro: missa solene e almoço com presença da direção, dos corpos funcional, docente e discente, bem como de representantes “do governo do estado”, do ministro “da Educação e Cultura” e do “Departamento Nacional de Educação”. Contudo, Ana Rímoli não pode fazer parte do evento porque se viu ainda mais ocupada, sobretudo com preparativos para dois. Porque estava junto com a “delegação oficial do Brasil no III Congresso Nacional de Reabilitacion del Inválido, no México, e em viagem de estudos os Estados Unidos da América do Norte”, conforme disse Tarso Coimbra ao discursar para os presentes na comemoração do aniversário.<sup>365</sup>

Com efeito, após Ana Rímoli ter “recebido convite para participar” congresso, em 11 de setembro foi noticiada sua partida para a América do Norte, “no último dia oito”. Cerca de um mês após, já estava de volta e ativa nas atividades normais. No dia de 10, participou da abertura da “II Conferência Nacional de Professores de Surdos”,

---

<sup>362</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA. *Campanha vai observar audição das crianças*. Rio de Janeiro, RJ, 1º abr. 1960, n. 3.105, p. 2

<sup>363</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA. *Surdos-mudos vão ter uma cooperativa*. Rio de Janeiro, RJ, 19 fev. 1960, n. 3.071, p. 5.

<sup>364</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA. *Surdos vão saber como devem votar*. Rio de Janeiro, GB, 5 set. 1960, 3.235, p. 2.

<sup>365</sup> CORREIO DA MANHÃ. *Instituto Nacional de Educação de Surdos comemorou 103º aniversário*. Rio de Janeiro, RJ, 17 setembro 1960, n. 20710, “1º caderno”, p. 9.

cuja “sessão solene foi no Instituto Benjamin Constant [para pessoas cegas]”, aonde foram os participantes, incluindo “mestres do instituto de surdos e “delegações dos estados”.<sup>366</sup> Segundo disse a imprensa, Ana Rímoli havia preparado “um programa de conferências, em que se ressalta os relevantes êxitos dos esplendidos trabalhos que ali [no INES] se efetivaram com a objetividade que *coloca o nosso país em plano evidência na pedagogia*” para pessoas surdas e “já em índice universitário”, ou seja, curso com status de “normal-universitário”.<sup>367</sup> Ao lado de Tarso Coimbra, a diretora fez um discurso em que reconheceu e agradeceu, às “altas autoridades educativas”, os recursos destinados para tornar “possível o empreendimento”. Igualmente, segundo lemos, ela saudou o professorado presente e atuante como “baluartes da obra” em prol da “redenção dos deficientes da fala no Brasil”.<sup>368</sup>

FIGURA 34. Panorama e detalhe da abertura da 2ª conferência de professores de surdos, outubro de 1960<sup>369</sup>



Representantes “de delegações estaduais presentes às festividades” da 2ª conferência<sup>370</sup>

<sup>366</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Mestres estão reunidos desde ontem para exame dos problemas dos surdos*. Rio de Janeiro, RJ, terça-feira, 11 out. 1960, n. 11.629, p. 1.

<sup>367</sup> CORREIO DA MANHÃ. *Congresso de educação de surdos — Roteiro universitário*. Rio de Janeiro, RJ, sexta-feira, 14 out. 1960, n. 20723, “2º caderno”, p. 6.

<sup>368</sup> *Diário de Notícias* (11 out. 1960, p. 1).

<sup>369</sup> *Diário de Notícias* (11 out. 1960, p. 1).

<sup>370</sup> FONTE: *Correio da Manhã* (14 out. 1960, p. 6).

Recém-chegada da América do Norte, aonde foi, a convite, justamente falar da pedagogia brasileira para pessoas surdas, Ana Rímoli tinha argumentos sólidos para afirmar o destaque do país no mundo em tal quesito. Assim — e a julgar por esses fatos relatados —, poderíamos dizer que o ano de 1960 foi de muito trabalho e movimentos para a diretora, entre viagens domésticas e internacionais, participação em congresso no estrangeiro e em missa de formatura, articulando cursos e eventos e argumentando em favor de novas instituições, novas formas de socialização, novos meios de produção social para pessoas surdas... Numa palavra, foram várias as frentes de atuação administrativa e intelectual; o que nos convida a hipotetizar que tenha sido um ano coroadado de sucessos e de repercussão.

As evidências levantadas e comentadas permitem afirmar que a direção de Ana Rímoli deixou questões mal-resolvidas na relação com o professorado, assim como em outros setores do instituto. De novo a direção se viu às voltas com problema de greve, no fim de março de 1960, por consequência de greve dos alunos do Instituto Benjamin Constant (voltado ao público cego). Tarso Coimbra foi instado a assumir, “interinamente”, a direção dessa instituição para contornar a crise; ao mesmo tempo, Ana Rímoli “desmentiu notícias de um vespertino de ontem [23 mar.]” de que os alunos do Instituto Nacional de Educação de Surdos “ameaçaram a aderir à greve [...] em solidariedade”.<sup>371</sup>

Era o prenúncio de um processo de consequências sérias para Ana Rímoli como diretora do instituto nacional. Do fim de agosto até novembro, os relatos jornalísticos trataram das condições de funcionamento e das relações profissionais. No fim de agosto, ela se viu instada a se dirigir ao jornal *Tribuna da Imprensa* para fazer esclarecimentos:

A diretora do Instituto Nacional de Educação de Surdos, professora Ana Rímoli de Faria Doria, disse-nos ser inverídica a notícias segundo a qual alunos daquele estabelecimento apoiados por professores, teriam feito movimento de protesto contra a falta de alimentação e de vestuário. Disse-nos que tudo não passa de notícia maldosa e infundada, “espalhada por elementos há muito tempo interessados em tumultuar os trabalhos da casa”.<sup>372</sup>

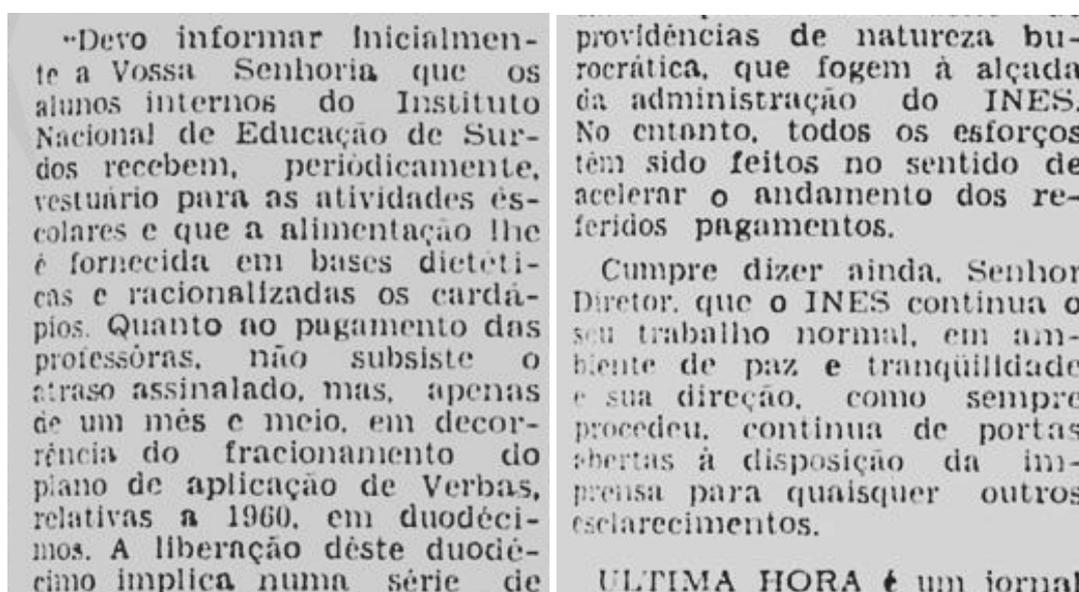
---

<sup>371</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA. *Novo diretor espera fim da greve: cegos*. Rio de Janeiro, RJ, 26–7 mar. 1960, n. 3.100, p. 2.

<sup>372</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA. *INES não se revoltou, diz a diretora*. Rio de Janeiro, RJ, 20–21 ago. 1960, n. 3.222, p. 2.

Ana Rímoli negou que os alunos passassem fome e andassem descalços — “como foi noticiado”. Em suas palavras, “Nossos alunos têm seis refeições diárias, incluindo lanches”. Mas se não havia falta de comida e calçado, os professores, de novo, não estavam recebendo salários, “que estariam atrasados em três meses”, ela disse que “apenas um mês ainda foi pago, ‘porque o instituto aguarda a liberação da respectiva verba pelo Ministério da Fazenda, o que deve ocorrer nos próximos dias’”.<sup>373</sup> A notícia rebatida por Ana Rímoli foi publicada no jornal *Última Hora*, ao qual ela também se dirigiu, a fim de fazer esses mesmos esclarecimentos mais incisivamente, como podemos ler na reprodução da carta a seguir.

FIGURA 35. Carta de Ana Rímoli ao *Última Hora* para fazer esclarecimento, ago. 1960<sup>374</sup>



ULTIMA HORA é um jornal que tem sempre colaborado com as grandes campanhas nacionais e, assim sendo, gostaríamos de poder contar, também, com o apoio desse vespertino carioca para os trabalhos que estamos fazendo em favor da educação dos surdos brasileiros, e é por esse motivo que nos apressamos em vir à presença de V. S. para esclarecer os fatos.

<sup>373</sup> *Tribuna da Imprensa* (20–21 ago. 1960, p. 2).

<sup>374</sup> *ÚLTIMA HORA. Explica-se a diretora do instituto de surdos*. Rio de Janeiro, RJ, terça-feira, 23 ago. 1960, n. 409, p. 5

Contudo, os esclarecimentos oficiais prestados à imprensa não aplacaram as notícias sobre irregularidades; pelo contrário, as notícias se intensificaram, assim como as atitudes coletivas. Entre 25 de 30 de outubro, saíram notícias de internos supostamente maltratados no instituto.

Uma comissão de surdos-mudos estêve em nossa redação para protestar contra a atual direção do Instituto Nacional de Surdos [...] e fazer um apêlo às autoridades para que seja substituído o capitão Tarso Coimbra. Alegam que *têm recebido maus-tratos* e sofrem sérias humilhações, não só por parte daquele diretor como também da sra. Ana Rímoli [...], que considera os alunos péssimos e aplica *suspensões* aos que não se submetem aos *castigos*. Os surdos-mudos não quiserem dar os seus nomes ao repórter, por temerem rigorosas *represálias*, mas alegam que há cêrca de dois meses não têm sequer lavadeira para suas roupas, sendo obrigados a andar sujos. Acrescentaram que temem até expulsão e grande parte dos seiscentos internos já pensou mesmo em revoltar-se contra os métodos adotados no instituto, embora confiem nas autoridades e esperem ser atendidos.<sup>375</sup>

Dois dias após, a *Tribuna da Imprensa* reforçou a acusação ao se referir a “surdos-mudos contra a direção do instituto”. O texto basicamente repetiu a notícia anterior, mas pesa no vocabulário, como podemos ler a seguir

Uma comissão de surdos-mudos veio ontem à noite à TRIBUNA DA IMPRENSA para pedir por nosso intermédio a demissão imediata do capitão Tarso Coimbra, diretor do Instituto Nacional de Surdos e Mudos, e da sra. Ana Dória [...], inspetora que acusam de espanca-los e até mesmo não darem alimentos aos que protestam com a diretoria. OS surdos-mudos não deram seus nomes, temendo represálias, mas mostraram um dos alunos espancados pela sra. Ana Dória, apenas por não ter comparecido a uma aula. Os surdos-mudos afirmam que se providências imediatas não forem adotadas, terão que usar “métodos agressivos” contra os seus espancadores.<sup>376</sup>

---

<sup>375</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Surdos-mudos maltratados no instituto*. Rio de Janeiro, RJ, quinta-feira, 27 out. 1960, n. 11643, “Primeira seção”, p. 13.

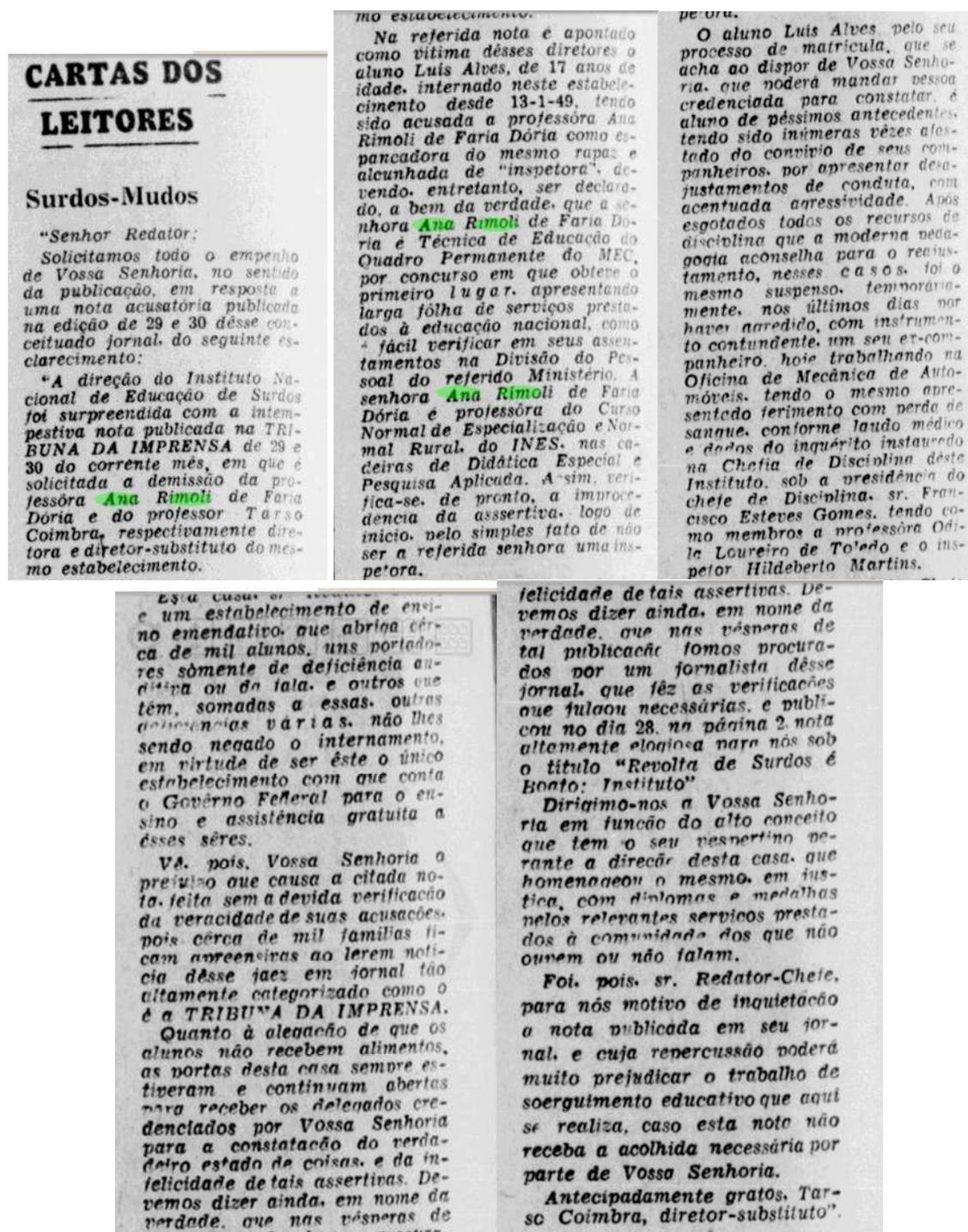
<sup>376</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA. *Surdos-mudos contra a direção do instituto*. Rio de Janeiro, RJ, domingo, 29–30 out. 1960, n. 2.282, p. 3.

Creemos que a atitude dos alunos de irem à redação de *dois* jornais “amigos” do Instituto Nacional de Educação de Surdos para exporem dado estado de coisas afim ao funcionamento do instituto tenha sido o ápice de um processo que lhes afetava e que era sério. Ou seja, parece-nos justo e razoável que expusessem suas reclamações e demandas. Mas pensamos, também, que é preciso ver a cadeia de atitudes desencadeadas pelo fato; por exemplo: o gesto — uma atitude “rípida e rude” com dado aluno; o testemunho e a intelecção do gesto — pares do colega “maltratado”; a repercussão do gesto — comentários entre os alunos na linguagem que os une, que lhes é íntima; a publicização do gesto — a tradução do pares do que o viram para um intérprete, que por sua vez traduz sua compreensão para um jornalista, que a seu turno traduz sua compreensão para a sociedade letrada.

Com efeito, entendemos que, nesse processo de uma pessoa surda relatar o fato que viu e um jornalista relatar, como fato verídico, o que ouviu de terceiros, alguns sentidos podem se perderem e alguns sentidos podem ser acrescidos. Dito de outro modo, é preciso relativizar o texto do jornal, não tomá-lo como retrato fiel da realidade; antes, deve ser visto como indício, como *uma* abertura à compreensão histórico-analítica. Nesse sentido, o gesto dos alunos sugere um indício forte de problemas no instituto nacional; mas a extensão e gravidade do problema deixam margem para questionamentos sobre a mensagem que chegou ao público leitor, à opinião pública.

Ainda assim, a ida do grupo de alunos a duas redações de jornal foi motivo mais que suficiente para motivar uma resposta do Instituto Nacional de Educação de Surdos. A tarefa coube a Tarso Coimbra, que saiu em defesa da diretora em carta submetida ao jornal *Tribuna da Imprensa*; eis, na figura a seguir, o que ele escreveu. Coimbra projeta sua defesa de Ana Rímoli num nível em que ressalta as qualidades da diretora acusada de agressão e noutro nível em que deprecia o aluno supostamente agredido por ela.

FIGURA 36. Carta de Tarso Coimbra à *Tribuna da Imprensa* em defesa de acusações contra Ana Rímoli<sup>377</sup>



<sup>377</sup> FONTE: COIMBRA, Tarso. [Surdos-mudos] — Cartas dos leitores. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, RJ, 7 nov. 1960, n. 2.288, p. 4.

Enquanto a direção fazia seus esclarecimentos à imprensa sobre acusações feitas pelos alunos do instituto, outra frente de reclamações era articulada entre as professoras, mais uma vez por causa do problema da falta de pagamento de salários. À moda dos alunos, elas se dirigiram as redações — de *três* veículos de imprensa — para exporem suas demandas e, igualmente, acusarem a diretora Ana Rímoli de agir inadequadamente com elas. Foram ao *Jornal do Brasil*,

Uma comissão de professoras [...] que há três meses não recebem salários, veio ontem ao JORNAL DO Brasil para desmentir declarações da Diretora [...] de que elas estariam se movimentando para interromper as aulas. — Pelo contrário, o que pretendemos é convencer a própria diretora [...] para que não encerre antecipadamente o ano letivo, pois se isso acontecer diminuirá ainda mais a nossa possibilidade de receber os atrasados — disseram.<sup>378</sup>

Embora o *Jornal do Brasil* reconhecesse, porém, que o pagamento estava “dependendo de decisão do ministro da Fazenda”, esse fato não parou o grupo de professoras. Elas ainda se dirigiram ao *Diário de Notícias*, publicou um texto sobre “Professoras não receberam salários há 3 meses”, e a revista *Maquis*, como exibem as figuras a seguir.

---

<sup>378</sup> JORNAL DO BRASIL. Diretora do INES mentiu: professoras. Rio de Janeiro, RJ, 9 nov. 1960, n. 263, “1º caderno”, p. 6.

FIGURA 37. Texto do *Diário de Notícias*<sup>379</sup> e da revista *Maquis*,<sup>380</sup> sobre professoras que não receberam salários por três meses, nov. 1960

<h2>há 3 Meses</h2> <p>Representando cerca de 200 professoras do Instituto Nacional de Surdos, compareceram à redação do «Diário de Notícias» as senhoritas Mirtes Rodrigues da Cunha Fonseca, Luzia Regina Orofino, Leni Mota, Maria de Lourdes da Cunha e Norma Macedo, para prestar esclarecimentos sobre nota publicada em um matutino da cidade.</p> <p>Declararam inicialmente ser verdadeira a situação de atraso no pagamento a professores e funcionários desde agosto, o que tem acarretado sérios em-</p>	<h2>Professôras . . .</h2> <p>(Conclusão da 1ª página) baraaos a muitos dêles. Afir-maram, entretanto, não ser procedente a informação de que professoras têm deixado de le-cionar por não terem com que pagar as suas conduções até o local.</p> <p>Ao contrário, dizem que o corpo docente do Instituto tem até tentado prolongar o ano letivo, que a direção pretende encerrar antecipadamente. «Logo — concluem — não tem razão de ser o apêlo feito pela ilustre diretora, d. Ana Rimoli, ao nosso sentimento de humanidade e civismo. As professoras têm comparecido e continuarão a comparecer normalmente às aulas, embora sem receber seus salários».</p>
--	--



<sup>379</sup> FONTE: DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Professoras não receberam salários há 3 meses*. Rio de Janeiro, DF, quinta-feira, 10 nov. 1960, n. 11.654, “2ª seção”, p. 2

<sup>380</sup> FONTE: MAQUIS. *Professoras de surdos só querem duas coisas: receber atrasados e dar aulas até o fim*. Rio de Janeiro, 19 nov. 1960, 1960, n. 179, p. 15.

É possível que essa exposição pública negativa do Instituto Nacional de Educação de Surdos sob a direção de Ana Rímoli tenha cruzado certo limite da tolerância institucional no Ministério da Educação. A recorrência de certos problemas nos diz que a diretora não conseguia fazer do pagamento de professoras uma prioridade orçamentária; e, por mais que a instituição ficasse dependente da verba federal, a expectativa geral era de que ela fizesse a interface com quem tinha autoridade para demandar políticas que resolvessem a questão de uma vez por todas. Como isso não ocorria, era sobre a administração de Ana Rímoli que recaía o ônus do atraso no pagamento dos salários: atraso no pagamento dos salários, protestos e greves; afinal, as professoras trabalhavam para o instituto, e não para o ministério. Ou seja, embora houvesse entrave à liberação de verbas em nível mais elevado na hierarquia, isso era desconsiderado na hora de apontar responsabilidades e nomear culpados.

Com efeito, no começo de maio de 1961, foi noticiada a abertura de inquérito administrativo no instituto, com o consequente afastamento do casal de diretores. Eis o tom da notícia:

Seguindo a política de austeridade do governo federal, acaba o ministro da Educação de tomar medidas saneadoras, afastando do Instituto Benjamin Constant (Cegos), e do Instituto Nacional de Ensino aos Surdos, seus respectivos diretores e determinando ainda a instauração de rigorosos inquéritos administrativos. Os erros acumulados em várias administrações [no caso do primeiro] transformaram órgãos que deveriam ser modelares em um monte de Irregularidades, com malefícios incalculáveis a quem necessita recorrer aos seus serviços. Como se não fosse suficientemente penosas as faltas dos mais importantes sentidos, estão ainda aquelas criaturas relegadas ao abandono governamental, quadro que promete extinguir-se no atual governo.<sup>381</sup>

De imediato, essa passagem suscita lembrança das circunstâncias em que Ana Rímoli assumiu a direção. Em proporções distintas, parece ter havido um processo similar ao que destituiu Antonio Carlos Mello Barreto da direção; ele que, por sua vez, havia chegado à direção do instituto, também, em circunstâncias de inquérito administrativo e afastamento de diretor. Assim, na direção e administração, Ana Rímoli foi da posição de inquiridora à de inquirida, isto é, de certo conforto a certo

---

<sup>381</sup> O FLUMINENSE. *Ministro da Educação determina a instauração de inquérito administrativo*. Niterói, RJ, sexta-feira, 5 maio 1961, n. 23.931, p. 1.

constrangimento, *da ascensão à queda*. Sua administração do instituto replicou parte das condições que levaram à queda de seu antecessor; condições que ela seguramente pretendeu extinguir em seu projeto de educação para pessoas surdas.

A data precisa do afastamento de Ana Rímoli está ausente nas fontes que usamos; mas inferimos que tenha sido entre março e abril, a julgar pela abertura do inquérito em maio e pelo expediente dela na direção no começo de fevereiro; ao menos ela parece ter atendido a repórter do *Correio da Manhã*, que na edição do dia 5 citou seu nome como “professora Ana Rímoli de Faria Dória [...] *diretora do Instituto Nacional de Educação de Surdos*” (grifo nosso). Na ocasião, ela falou sobre educação de surdos em alusão ao seu livro *Compêndio de educação da criança surda-muda*.<sup>382</sup> Considerando esse fato e o mês de abertura do inquérito — maio —, o processo durou cerca de três meses e meio, pois em meados de setembro foi noticiada sua conclusão, nos termos que se seguem.

A comissão de inquérito instituída pelo ex-ministro Brigido Tinoco para apurar irregularidades no do Instituto Nacional de Educação de Surdos concluiu seus trabalhos propondo a suspensão da professora Ana Rímoli de Faria Dória por 30 dias. Essa *comissão foi formada com em denúncia feita pelo Carlos Jacinto Nascimento*, que está envolvido num inquérito policial, denunciado como homicida. Os membros da comissão não eram absolutamente idôneos e, por isso, o ministro Oliveira Brito deve chamar a si o inquérito e onde tem base as acusações contra D. Ana Rímoli (grifo nosso).<sup>383</sup>

Pensamos que, se protestos e greves de professores e alunos expostos pela imprensa tiverem influído na exoneração de Ana Rímoli, então não terá sido a única influência. Igualmente, se o inquérito tiver sido a causa de sua saída, então terá sido um processo de inquérito um tanto enviesado, a ponto de demandar revisão ministerial. Em que pesem esses senões, a exoneração da diretora se consumou. Em meados de dezembro, o nome Ana Rímoli de Faria Dória já aparecia na imprensa dissociadamente do instituto; é o caso de nota em coluna social sobre a colação de grau com presença, dentre outras pessoas, do ministro Antônio de Oliveira Brito — “homenageado especial”; das irmãs Rímoli — Odete como “paraninfa”, Ana homenageada com “*honra ao mérito*”; e do “patrono o atual diretor *cel. Cruz Rolão*” (grifo nosso).

---

<sup>382</sup> CORREIO DA MANHÃ. *Facilitando a leitura aos deficientes — Ensino*. Rio de Janeiro, RJ, domingo, 8 fev. 1941, n. 20.820, p. 8.

<sup>383</sup> MAURO, José. Na hora H. *Última Hora*, Rio de Janeiro, RJ, quarta-feira, 13 set. 1961, n. 651, p. 10.

Curiosamente, em janeiro de 1962, o jornal *A Noite* noticiou indícios de incertezas no Instituto Nacional de Educação de Surdos quando à nova direção, assumida pelo “coronel de cavalaria Rodolfo da Cruz Rolão”, um “homem completamente fora da realidade que cerca a educação de excepcionais” — dizia-se. Não por acaso, já havia sugestão de um nome para seu lugar, o “prof. Pedro E. Cylleno, considerado um dos valores jovens do MEC e antigo colaborador da obra pioneira orientada por Ana Rímoli”. Além disso, a imprensa deu sinais do resultado da revisão do inquérito pelo ministro: foram revistos “os critérios medievais de inquisição instaurados no INES conta o capitão Tarso Coimbra”, que teve “pareceres favoráveis” ao restabelecimento de sua atuação no “serviço público”.<sup>384</sup>

Em agosto de 1962, Cylleno já mostrava serviço à frente da direção do instituto. “Visitou o titular da pasta” de Educação em Brasília, então o “ministro Roberto Lyra”, e de lá saiu com liberação de “verba [de Cr\$ 20 milhões] derivada do Fundo Nacional do Ensino Primário” e que “foi conseguida pelo professor Pedro Eziel Cylleno”. O subsídio teria como destino a “recuperação do prédio” da escola e das “residências dos servidores” (foi feita promessa de “apoio ao novo Jardim de Infância a ser inaugurado” no instituto). Mais que isso, o novo diretor visitou o “dr. Waldyr Santos, da comissão de classificação de cargos”, a fim de discutir o enquadramento funcional das “antigas professoras da Campanha para a Educação de Surdos Brasileiros”.<sup>385</sup>

As ações do novo diretor nos levam a pensar que, talvez, possa ter faltado, à diretora Ana Rímoli, mais atitude e mais expediente para obter verbas. Mais que isso, a ideia de que prédios escolares e residenciais seriam reformados, também, nos faz pensar que as condições materiais reais do instituto se refletissem, em alguma medida, nos textos da imprensa sobre elas. É possível que a instituição sofresse os efeitos do tempo e do uso: envelhecimento, desgaste, deterioração, inutilização etc. Não por acaso, esse aspecto foi destacado em reportagem do jornal *Diário de Notícias* de janeiro de 1963 e cuja manchete teve um tom provocativo: “Um ministério surdo não cuida dos surdos”;<sup>386</sup> e cujo texto eleva à máxima potência o tom descritivo-crítico do repórter de

---

<sup>384</sup> A NOTIE. *Panorama*. Rio de Janeiro, RJ, 11 jan. 1962, n. 15930, p. 2

<sup>385</sup> O FLUMINENSE. *Instituto de surdos ganham [sic] vinte milhões do MEC*. Niterói, RJ, 9 ago. 1962, n. 21.409, p. 4

<sup>386</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Um ministério surdo não cuida dos surdos*. Rio de Janeiro, DF, 20 jan. 1963, n. 12.323, “Suplemento de educação – Diário escolar”, p. 1

*O Cruzeiro* cerca de cinco anos antes. O alvo da reportagem foi, justamente, a revisão do inquérito, “perpetrado nos porões do Ministério da Educação e Cultura”.

Supostamente “munido de farta documentação”, o jornal “denunciou o escândalo”, ou seja, uma “manobra escusa [...] para beneficiar um grande número de pessoas (algumas do porte do sr. Clóvis Salgado) pela pilhagem durante a gestão Ana Rímoli–Tarso Coimbra”. Supostamente, o ministério — nas mãos de Darcy Ribeiro — “não quis ver as provas” afins até ao “desvio de verbas e materiais”. A reportagem enumera mais de quinze pontos do que seriam problemas em torno do inquérito e da administração de Ana Rímoli e Tarso Coimbra. O enfoque é na “situação em que se desenvolviam as atividades pedagógicas”.<sup>387</sup>

Nesse sentido, a enumeração se refere a pontos diversos: *permanência* de alunos surdos com “mais de 30 anos de idade [...] que nada mais tinham que fazer ali”; *convivência* “sem critérios” de “crianças ouvintes e falantes, surdos profundos, semi-surdos de todos os matizes, ensurdecidos e debeis mentais, alguns portadores de distúrbios da personalidade e vícios sexuais” (alusivo à ideia do instituto como “depósito”); *analfabetismo* com “índice de 98% “em meio aos internos; “ausência de qualquer forma de recreação” e de “atividades organizadas no setor de educação física”. Outros pontos ressaltados na reportagem incluem: *salas de aula* — cubículos quentes, sem iluminação, com janelas de vidro substituídas por folhas de zinco”; *escola comercial* — “dispendiosíssima e pomposa”, mas que não deu emprego a professores nem formação profissional (“não havia formado 5 internos” até então); *curso Normal rural* — cujo currículo não tinha “adequação aos seus objetivos”; *exames audiométricos* — realizados em “aparelhos descalibrados, por uma equipe improvisada e interpretados por quem desconhecia a natureza específicas dos exames”. Enfim, a reportagem afirma que a saída do casal de diretores por força do inquérito não significou que “a onda de irresponsabilidade foi varrida para sempre” do Instituto Nacional. “Nada disso!”. Segue-se, então, fatos associados com suposta má-administração do novo diretor, as quais escapam ao escopo desta análise.<sup>388</sup>

Em que pese esse saldo negativo de imagem pública, após o inquérito a carreira de Ana Rímoli no Ministério da Educação e Cultura seguiu seu curso normal, em que

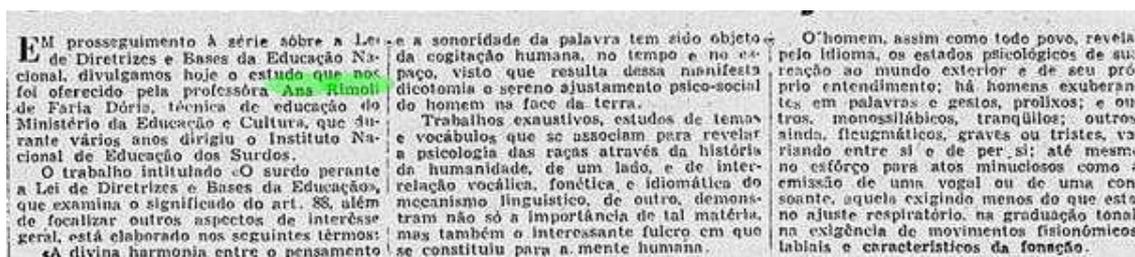
---

<sup>387</sup> *Diário de Notícias* (20 jan. 1963, p. 1).

<sup>388</sup> *Diário de Notícias* (20 jan. 1963, p. 1).

ela se deslocava entre repartições e cargos... Ainda assim, envolvida com movimentos e marcos importantes da educação no Brasil, conforme o que houve logo após sua exoneração. Em março de 1962, o mesmo *Diário de Notícias* — crítico mordaz em 1963 — destacou o envolvimento intelectual dela com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sancionada no ano anterior (FIG. 38).

FIGURA 38. Notícia envolvendo o envolvimento de Ana Rímoli na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1962<sup>389</sup>



No texto-exame sobre o artigo da lei, Ana Rímoli trata de temas como “a função da escola especializada”, do “corpo docente”, do “direito à educação”, do “ambiente escolar comum”, da “pedagogia comum” e da “integração da comunidade”, “simultaneidade de deficiência” e “*enquadramento no sistema geral de educação*”.<sup>390</sup> Com efeito, uma vez fora da prática educacional de pessoas surdas, restava a Ana Rímoli se dedicar à reflexão teórico-conceitual; nesse caso, sua reflexão se fez importante como fundamento, como lastro para a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (também Lei Darcy Ribeiro) e as primeiras prescrições legais para a educação de pessoas surdas. Esse dado nos leva a pensar, então, na conjugação da faceta administrativo-educacional de Ana Rímoli com sua faceta intelectual; isto é, pensar em como se traduz, na diretora de um instituto educacional, a intelectual da educação.

<sup>389</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Enquadrar a educação do surdo no sistema para seu ajustamento — Diário escolar*, Rio de Janeiro, RJ, domingo, 4 mar. 1962, n. 12.057, “3ª seção”, p. 1.

<sup>390</sup> *Diário de Notícias* (4 mar. 1962, p. 1).

## V

A INTELLECTUAL DA EDUCAÇÃO  
DA OBRA FORMADORA À OBRA DE FORMAÇÃO

**E**m abril de 1951, Ana Rímoli ainda não tinha três meses de trabalho como diretora do então Instituto Nacional de Surdos Mudos, a julgar pela data de oficialização do nome no cargo. Mas a imprensa já salientava o nome dela como de uma pessoa “considerada uma autoridade no assunto educação”. A rigor, naquele momento, a diretora era novata não só no instituto, mas ainda na seara da prática educacional e da surdez (nem se diga da teorização sobre a aprendizagem de pessoas que não ouvem). Ainda não tinha acumulado experiência suficiente para ser vista como tal. Dos registros suscetíveis de serem vistos como indício de uma formação teórico-intelectual, não se pode presumir que as relações entre educação e surdez tenham sido objeto de reflexão nos cursos que ela fez, ainda como normalista; tampouco se pode afirmar categoricamente que tenha trabalhado com tais campos na década em que foi funcionária de Ministério da Educação. Essa compreensão está documentada e reiterada.

Os registros são sólidos o bastante para evidenciar o interesse de Ana Rímoli nas relações entre psicologia e educação; o que não está longe da educação de pessoas surdas nem e de pessoas não surdas. Convém frisar, Ana Rímoli fez cursos e participou de eventos afins à psicologia, mas com foco em educação. Todavia, os estudos que documentam e frisam a inexperiência dela não salientam seu desenvolvimento

intelectual vertiginoso. Três anos após assumir a direção, ela publicou sua primeira obra de fôlego. Trata-se da primeira sistematização de ideias que faria em torno das relações entre a educação escolar e a surdez em forma de livro. Ana Rímoli deixou indícios de que cultivava a leitura como atividade central de sua formação, sobretudo na área de psicologia e educação. Iniciadas em meados dos anos 1930, tais leituras ofereceram uma base útil para sua aquisição de conhecimentos sobre educação de pessoas surdas no decênio de 1950. De 1950 a 1955, Ana Rímoli se obrigou a um regime severo de leitura, pois precisava assimilar teorias cuja obra de divulgação ainda não tinha sido traduzida para o português brasileiro. Esse fato nos leva a tentar distingui-la como leitora à luz da história da leitura.

Chartier e Cavallo,<sup>391</sup> historiadores, dizem que a leitura pode ser extensiva: leem-se muitos textos, com avidez, rapidez e superficialidade. Tal tipo de leitura teria predominado por volta da segunda metade do século XVIII, é claro que sociedades ocidentais, sobretudo europeias. Essa atitude de leitura vinha tomar lugar da leitura intensiva: o ato de ler o mesmo texto repetidamente, com atenção extrema, com tomada de notas e reflexões interpretativas. Ou seja, os leitores tendiam a (re)ler uma quantidade limitada de textos. A predominância desse tipo de leitura naquele período pode ser explicada pela escassez. Dois pontos ajudam a entender a divisão: por um lado, a escassez de textos impressos e livros; de outro, a produção maciça de livros em formatos variados e destinados a públicos distintos. Podemos pensar que as leituras de Ana Rímoli tenham sido intensivas, mas também extensivas, como na leitura de dicionários.

A necessidade, a vontade, o desejo e a disposição, dentre outras motivações para aprender, levaram Ana Rímoli a ampliar seus conhecimentos linguísticos como falante e como leitora. Nesse sentido, ao inglês aprendido em Nova Iorque nos anos 1940, ela teria acrescentado a língua espanhola, ao menos a habilidade de ler textos de semântica densa (teorias e aprofundamentos conceituais). A densidade pode ser lida nos temas; ou seja, numa tradução que exige leitura de imersão total no texto original e na tradução, seguramente relida em provas de impressão antes da produção final e encadernação dos livros. A extensividade pode ser lida no número de títulos *versus* o tempo, assim como

---

<sup>391</sup> CHARTIER, Roger; CAVALLO, Guglielmo. *Introdução*. \_\_\_\_\_. *História da leitura no mundo ocidental*. Ática: São Paulo, 1998, v. I.

no número de livros *versus* os assuntos. Nessa atitude, vemos a tentativa de suprir carências dela de prática e lida com conhecimentos teóricos, sobretudo.

Da leitura em língua estrangeira e das práticas de escrita, Ana Rímoli emergia com discurso apurado em sua articulação e precisão conceitual; tudo isso ajudava a situá-la numa posição ainda mais sólida de autoridade na matéria. Mas é preciso ressaltar que tal conhecimento se construiu enquanto ela construía suas práticas de formadora de professores e autora de material didático, por exemplo. Como não devemos presumir equivalências entre teoria e prática, intuímos que ela se viu ante dilemas quando as duas instâncias se chocaram. Por não serem presumíveis, de todo, os efeitos e as consequências da prática educacional com discentes de realidades distintas e privados de algum dos cinco sentidos, então era grande a probabilidade de o construto teórico não comportar a realidade objetiva da educação: a força da prática.

Do contrário — pensamos —, não seria necessário inventar teorias para se compreender a realidade e se afirmarem avanços teóricos. Por exemplo, bastaria sustentar a gramática e a filologia como guias do estudo da língua e da linguagem, inclusive questões associadas à surdez. Mas elas não dariam o suporte satisfatório para intenções como a de Ana Rímoli: ensinar uma criança surda a falar; para isso, ela teve de apoiar na fonética: disciplina derivada da linguística, a *ciência* da linguagem. Como era ciência pouco difundida no Brasil nos anos 1950,<sup>392</sup> poderíamos situar Ana Rímoli como umas das primeiras pessoas a explorarem tais conhecimentos no âmbito educacional brasileiro.<sup>393</sup>

---

<sup>392</sup> A rigor, as primeiras reflexões pelo viés da linguística no Brasil remontam aos anos 1940: “Este período inicia-se pela fundação das Faculdades de Letras que passam a constituir-se em espaço de pesquisa sobre questões de linguagem [...]. De 1941 é a primeira edição de *Princípios de Linguística Geral* de Mattoso Câmara. A segunda edição, revista e aumentada é de 1954. Nesta obra Mattoso já mostra sua formação que inclui influência de Saussure, mas fundamentalmente de Sapir. A obra de Mattoso tem várias vertentes. Entre elas suas extraordinárias descrições do português publicadas na década de 60 e posteriormente transformadas em livro em 1970 com o nome de *Estrutura da Língua Portuguesa*. Registro, ainda, seus estudos sobre línguas indígenas no Brasil” — GUIMARÃES, Eduardo. Sinopse dos Estudos do Português no Brasil. *Relatos*, Campinas, n. 1, 1994. Disponível em: [https://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos\\_01.html](https://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_01.html). Acesso em: 4 fev. 2022.

<sup>393</sup> Convém ressaltar que o nome Ana Rímoli não aparece em estudos sobre estudiosos pioneiros da fonética no Brasil. Um estudo de 2021 sobre a história da fonética no Brasil do século XX começa “[...] pelos trabalhos de filólogos — como, por exemplo, José de Oiticica (1882–1967) ou Antenor Nascentes (1886–1972); pelos estudos heterogêneos dos congressos de língua nacional cantada, em 1937, e de língua nacional falada no teatro, de 1958; pelas gramáticas e outros materiais com função pedagógica que examinaram a sonoridade do português e de outras línguas; pelos estudos dialetológicos que, no começo do século, colocaram o léxico e a fonética no centro das suas atenções, etc. Cf. COELHO, Olga;

### 5.1 Leitura como exercício de formação

Uma medida das leituras que Ana Rímoli fez em sua vida intelectual se projeta em um documento produzido pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos. Trata-se de uma lista de livros da biblioteca pessoal dela que foram doados pela família à biblioteca do Instituto Nacional de Educação de Surdos.

FIGURA 39. Lista de livros de Ana Rímoli doados ao Instituto Nacional de Educação de Surdos pela filha

JULHO DE 1998, PERTENCENTES AO ACERVO PESSOAL DE SUA FALECIDA MÃE, ANA RIMOLI DE FARIA DORIA		
TÍTULO	AUTOR	QUANTIDADE DE EXEMPLARES
1. Manual de educação da criança surda	Ana Rímoli de Faria Doria	5
2. Introdução à didática da fala	Idem	6
3. Como ajudar uma criança surda	Idem	4
4. Ensino oro-audio-visual para os deficientes da audição	Idem	1

A lista enumera 132 itens. Mas nem todos se referem a livros. Alguns títulos listados indicam que são eram pastas contendo material impresso: “atividades e recursos pedagógicos para deficientes de audição” e “Material pedagógico”, “Boletim do Instituto Interamericano del Niño vol, 179”, dentre outros.<sup>394</sup>

FONTE: acervo da família (cedido pela filha, L. R.)

Como podemos ver, a lista não informa data de obras e documentos. Ao mesmo tempo, não supõe toda a biblioteca de Ana Rímoli, pois alguns exemplares foram mantidos no acervo familiar, ao qual pudemos ter acesso. Nesse sentido, permaneceram nas mãos da família exemplares de livros publicadas por Ana Rímoli na década 1950 e um exemplar de obra lançada em 1961 quando ela já não estava mais na direção do instituto nacional. Possivelmente, o volume encadernado em capa dura foi produzido nas oficinas de encadernação do instituto. O volume inclui, nesta ordem, a segunda edição do *Compêndio de educação da criança surdo-muda*, de 1958; a primeira edição

---

OLIVEIRA, Karina G. S.; ORAIS, Felipe. Notas sobre a história recente da fonética no Brasil. *Letras*, Curitiba, UFPR, v. 104, n. 1, p. 145–163, jul.–dez. 2021. ISSN 2236-0999.

Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/84132/45496>. Acesso em: fev. 2022.

<sup>394</sup> INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS. Lista de livros doados ao INES em julho de 1998, pertencentes ao acervo pessoal de Ana Rimoli de Faria Dória. Datiloscrito, 6 fls.; folhas avulsas grampeado. Rio de Janeiro, s. d.

do livro *Ensino oro-audiovisual para deficientes da audição*, de 1958; e a segunda edição de *Introdução à didática da fala*, de 1959.

Poderíamos aqui fazer uma analogia com o que diz Guitton<sup>395</sup> ao tratar do trabalho intelectual e da leitura da Bíblia. Ela é tida como “o livro por excelência” — O Livro; mas “não se trata de modo algum de um livro”, antes, é uma “*coletânea de todos os gêneros de livros*. [...] Contém ela, *num pequeno volume*, todas as espécies de fala [...]” (grifo nosso). Com efeito, o volume particular de Ana Rímoli — que ela reservou a si e foi mantido no acervo da família — seria feito a Bíblia: um livro que reúne outros livros sobre o oralismo, isto é, todas as suas “vozes” sobre a aprendizagem da fala por pessoas surdas.

De fato, a religiosidade católica de Ana Rímoli ficou clara em sua administração do instituto de educação. Recordemos os investimentos na capela da instituição e as relações de muita proximidade com a Igreja, com visitas de membros do clero, celebração de missas etc.; também sua ascendência italiana, da convivência com avôs italianos, seguramente católicos fervorosos. Por esses elementos, já podemos inferir que Ana Rímoli era leitora das escrituras sagradas; e suas obras ajudam a fundar a inferência. Consideremos a segunda edição de seu *Manual de educação da criança surda*, de 1961. Ela abriu o texto do livro com duas epígrafes, das quais citamos uma mais expressiva aqui. Leiamos.

E trouxemos-LHE *um surdo, que falava com dificuldade*; e rogarem-LHE que pusesse as mãos ao céu; suspirou e disse: EFATA, isto é, abre-te. E logo se abriram os seus ouvidos e a prisão da língua se desfazer e falou perfeitamente (Evangelho seg. S. Marcos, cap. 7).<sup>396</sup>

Do modo que lemos a citação, o livro revela uma autora leitora atenta da Bíblia, a ponto de achar passagens literalmente conectadas com seus desígnios profissionais; ou seja, encontrar, também, uma lógica religiosa para o seu trabalho. Como sabemos, se trabalho teve uma orientação e fim centrais: fazer pessoas surdas aprenderem facetas da oralidade que lhes permitissem se comunicarem pela fala; mesmo que com dificuldade. Não por acaso, leituras de obras científicas sobre a fala humana deram a tônica nas

---

<sup>395</sup> GUITTON, Jean. *O trabalho intelectual: conselhos para os que estudam e para os que escrevem*. Campinas: Cedet, 2018, partes II e VI, p. 47–54; p. 85–95.

<sup>396</sup> DÓRIA, Ana Rímoli F. *Manual de educação da criança surda*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Educação de Surdos, 1961, p. VII.

leituras de Ana Rímoli, ao menos a julgar pelos títulos das obras doadas ao Instituto Nacional de Educação de Surdos; sobretudo em língua estrangeira. Nesse sentido, fizemos uma categorização conceitual para agrupar os títulos segundo assuntos e temas de modo que pudéssemos ter uma compreensão do escopo do que pode ter sido estudado por Ana Rímoli.

- Administração e organização: pesquisa [em inglês]
- Administração Liderança administrativa [original em inglês]
- Afasia [tradução]
- Afasia e linguagem infantil [em espanhol; Jakobson]
- Aprendizagem: fator socioeconômico [original em espanhol]
- Aptidões: diagnóstico [em espanhol, E. Claparède]
- Atraso mental e emprego [original em espanhol]
- Comunicação e cultura [em espanhol]; comunicação humana [português, Whitaker Penteadó]
- Criança surda e oportunidade [original em inglês]; Criança surda: educação da [original em espanhol]
- Desenvolvimento da criança: 1–5 anos [em espanhol]; 5–10 anos [em espanhol]; criança: mental [em inglês]; infância e adolescência: característica [em espanhol].
- Desfunção cerebral: diagnóstico [original em espanhol]
- Discênciã e privação da fala; Discênciã e privação da fala [original em inglês]
- Educação comparada [português]; Educação e biologia [português Almeida Júnior]; Educação e civilização [tradução Kilpatrick]
- Educação especial [original em inglês]; Educação especial comparada [original em espanhol]; Educação especial: administração [original em espanhol]; Educação especial: Bases [original em português]; Educação especial: método [original em inglês]
- Educação funcional [tradução: Claparède]
- Educação ideal [original em português]
- Educação nacional [português Fernando de Azevedo]

- Educação pré-primária
- Educação: alternativa [português Esthe Figueiredo]
- Educação: História [em inglês Afranio Peixoto]; Educação: História [português Afranio Peixoto]
- Educação: método [em espanhol, Montessori]
- Educação: Pestalozzi [original em português]
- Educação: princípios [tradução]
- Eletrônica
- Enciclopédia pesquisa em educação [original em inglês]
- Escola adaptação à [em espanhol]; Escola administração: introdução [português carneiro leão]
- Escola nova: didática [português]; Escola nova: introdução [português]
- Escola: tipologia [português]
- Estatística [em inglês]; Estatística [português]
- Estudo da voz [original brasileiro]
- Excepcional: educação [tradução]; Excepcional: educação da [em inglês]; Excepcional: introdução ao [em inglês]; Excepcional: na escola [em inglês]
- Fala e paralisia cerebral [em inglês]; Fala: bases da [em inglês]; Fala: consoantes: correção [em inglês]; Fala: correção [em inglês]; Fala: desenvolvimento [original em inglês]; Fala: educação cultura e ciência [original em inglês]; Fala: educação e democracia [em inglês]; Fala: ensino da [original em inglês]; Fala: Gagueira [em português]; Fala: psicologia da [em inglês]; Fala: reabilitação; Fala: reabilitação da [original em inglês]; Fala: remediação da [em inglês]; Fala: sons para crianças [original em inglês]; Fala: sons: reconhecimento [original em inglês]; Fala: terapêutica vocal [tradução do francês]; Fala: terapia [em inglês]; Fala: voz práticas terapêuticas [em inglês]
- Fonética [em espanhol]; Fonética [espanhol]; Fonética [original em espanhol]; Fonética: tratado [português]; Fonologia [tradução português]
- História [português]
-

- Linguagem e biologia [em português]; Linguagem: exercícios com contos [em português]; Linguagem: idade escolar [português]; Linguagem: psicologia da [tradução sobrenome francês]; Linguagem: restauração [em português]; Linguagem: transtornos [original espanhol]
- Palavra: fisiologia e terapêutica [em espanhol]
- Pedagogia e ciência [português]
- Pedagogia: dicionário [espanhol]; Pedagogia: tratado [português Pedro Anisio]
- Pensamento filosófico [tradução Dewey]; Pensamento filosófico e estética da fala [original em inglês]
- Psicologia: ensino do surdo [tradução holandês]
- Psicopedagogia: dicionário [português]
- Reabilitação e trabalho em equipe [original em espanhol]; Reabilitação: pessoa deficiente [em inglês]
- Reeducação [em francês]
- Retardamento mental [original em inglês]
- Semiologia, afasia e discurso psicótico [em espanhol; Jakobson]
- Sociologia: método [tradução]; Sociologia: princípios [português Fernando de Azevedo]
- Surdez: escola regular [em francês]; Surdez: psicologia da [em inglês]; Surdos: educação [em italiano]; Surdos: educação auditiva [original em inglês]; Surdos: linguagem e desenvolvimento [original em inglês]
- Técnica [português]; Técnicas de projeto [em espanhol]
- Treinamento acústico [tradução dela]
- Vida e educação [tradução Dewey]

Em que pese a extensão da lista, são notáveis a amplitude das áreas do conhecimento e escopo linguístico da biblioteca de Ana Rímoli. A julgar pelo idioma em que foram vazadas as obras, ela era capaz de ler textos científicos em cinco idiomas; sobretudo inglês. Dentre as obras doadas, há quase dez livros a mais na língua de Shakespeare do que na de Camões (35 para 25). Os quase 25 livros em espanhol nos sugerem que Ana Rímoli lia com fluência em tal idioma; nesse caso,

francês e italiano eram idiomas lidos com menos fluência — dois livros e um livro, respectivamente, foram doados. Mas acreditamos que tal idioma tenha sido corriqueiro para uma neta de italianos morando em uma região paulistana marcada pela presença de muitos imigrantes italianos; a ponto de ter aprendido a falar alguma coisa e, sobretudo, a ler. Nesse caso, a presença maior de livros em inglês e espanhol nos faz ver que Espanha, Estados Unidos e Inglaterra lideravam as pesquisas sobre educação de pessoas surdas orientada pelo oralismo; diferentemente da França, ou de Portugal e do Brasil. Prova disso é que em português os livros de Ana Rímoli são mais voltados à educação, sobretudo ao movimento escola nova.

Com efeito, tivemos acesso aos livros de Ana Rímoli doados à biblioteca do Instituto Nacional de Educação de Surdos, dos quais pudemos reunir dados bibliográficos como data de edição; também lemos as listas bibliográficas no fim de cada livro escrito por ela. Com isso, pudemos ver a consumidora de livros desde os anos 1930, pois sua biblioteca pessoal continha obras datadas de 1934–6 e 1938. Podemos ver a conexão direta com nomes associáveis ao movimento escola nova, ou seja, aos tempos de formação superior dela em psicologia, pedagogia e educação no Instituto de Educação ligado à Universidade de São Paulo. Professora formada e atuante na capital, ela não ficou incólume ao apelo do movimento.

Já na década de 1940 parece ter cessado a aquisição frequente de livros e de livros de áreas específicas, a julgar pela lacuna na lista das obras doadas. As datas parecem coincidir com momentos em que Ana Rímoli se viu mais instada a ler; por exemplo, quando da formação normalista e da atuação docente — ou seja, quando era professora primária, e da atuação administrativa, da docente e intelectual — isto é, quando assumiu a direção do Instituto Nacional de Surdos Mudos. De fato, os assuntos centrais dos livros indicados pelos os títulos mostram que, de fato, ela alinhou suas leituras ao presente de suas demandas intelectuais: pedagogia, sociologia e psicologia para os tempos de docência em grupo escolar; linguística, fonética, anatomia bucal para os tempos de docência no instituto nacional. O decênio de 1940, como vimos, foi de atuação mais prática que intelectual, isto é, de viagens e visitas, palestras e cursos. Mas a partir de 1951 até 1960, a aquisição de livros se intensificou, sobretudo estrangeiros.

Faltaram dados para discorrer sobre a importação dos livros que Ana Rímoli leu para fundamentar seus estudos; mas cogitamos que ela tenha se valido de mecanismo como encomendar a compra às embaixadas. Funcionária de posição elevada na hierarquia do governo, é possível que ela tivesse prerrogativas suficientes para esse de compra especial. E, de fato, à empreitada dela era fundamental ter edições de várias obras para o trabalho. Mudar a orientação pedagógica do Instituto Nacional de Surdos Mudos exigia um trabalho intelectual severo. Era preciso se aprofundar nas teorias afins ao método do oralismo, quer dizer, ler com muita intensidade um conjunto não pequeno de livros com assuntos seguramente estranhos a ela até assumir a instituição, em 1951. Mais que ler para conhecer as teorias, era preciso dispor de obras que pudessem introduzir o oralismo no português do Brasil. Nesse ponto, a leitora Ana Rímoli se lançou como tradutora em um segundo trabalho pesado: traduzir livros teóricos do inglês.

## **5.2 Tradução como exercício de formação**

A partir do segundo ano de administração do ainda Instituto Nacional de Surdos Mudos, a diretora se viu instada a investir na reflexão teórica sobre a educação de seu público. Das atitudes primeiras nesse sentido além da leitura, a tradução de textos estrangeiros parece ter sido o caminho mais frutífero para não só adentrar a seara teórica, mas ainda introduzir teorias em meio ao leitorado brasileiro especializado. Ana Rímoli se dedicou à tradução entre 1952 e 1953, sobretudo; o que nos leva a pensar que investiu muito tempo na ampliação dos conhecimentos de língua inglesa adquiridos em sua estada nos Estados Unidos, em especial o vocabulário. Isso porque ela traduziu intensamente em 1952: foram quatros estudos; e em 1953 ela supervisionou a tradução de outro texto.

FIGURA 40. Capa da primeira publicação traduzida por Ana Rímoli como diretora do INES, 1952<sup>397</sup>



<sup>397</sup> O MUNDO ILUSTRADO. No mundo das letras. Rio de Janeiro, DF, 11 ago. 1953, n. 28, p. 46.

O texto da primeira tradução que Ana Rímoli fez foi escrito pelo casal Irene R. e Alex W. Ewing, com o título original *If your child is deaf*. A tradutora o verteu para *Se seu filho é surdo*, tradução quase literal, haja vista que pôs no gênero masculino o substantivo original — *child* —, que aceita os dois gêneros, tal qual o português *criança*. Em janeiro de 1953, a obra foi objeto de uma resenha na revista *O Mundo Ilustrado*.<sup>398</sup> O início do texto já deixa entrever efeitos do trabalho de esclarecimento sobre a surdez que a intelectual da educação Ana Rímoli se propôs a fazer. Já no primeiro parágrafo a resenha se refere à existência de “cinquenta mil surdos” no Brasil e ressalva que escrever *surdos-mudos* seria usar uma palavra “imprópria”, ou seja, imprecisa, “[...] pois é sabido que o surdo não é necessariamente mudo”. Como vimos, essa concepção guiou o trabalho pedagógico-intelectual da diretora. Mais que isso, dado o número de pessoas com surdez, o assunto “merecia ser levado ao público”.

Ao autor da resenha, “é doloroso” ver conversas em “alfabeto dactilológico”, assim como lhe espantava ver “pessoas qualificadas” que defendiam o “chamado ‘método Braille’” como “didática” viável para gente privada do sentido da audição; isto é, ignoravam que “o surdo possa e deva falar corretamente” e que carecia era de educação, que “realiza milagres”; ou seja, carecia de trabalho escolar em torno da linguagem, e não o trabalho médico em torno da doença. Não por acaso, o redator se vale do exemplo de “Helena Keller, que há pouco nos visitou”, e de um “padre surdo de nascimento” que era “secretário do bispo da diocese” em Juiz de Fora e se “expressa em português, francês, latim e italiano”. A resenha reconhece que o trabalho de ensinar a língua falada a tal público exige um “grande esforço” e “conhecimentos seguros”, como de didática e fonética. Então cita o instituto de educação e o trabalho de Ana Rímoli de “divulgação de conhecimentos sobre a surdez”, como a primeira tradução. Trata-se de um “precioso livrinho” contendo “conselhos, sugestões e orientações” derivados de “práticas” e “longos contactos com a matéria no Departamento de Educação do Surdo, da Universidade de Manchester”.<sup>399</sup>

---

<sup>398</sup> *O Mundo Ilustrado* (11 ago. 1953, p. 46).

<sup>399</sup> *O Mundo Ilustrado* (11 ago. 1953, p. 46).

Cerca de um ano após o lançamento dos livros, *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, publicou um comentário breve (quase 35 linhas) sobre as traduções, então vistas como “três livrinhos preciosos” que mostravam os “modernos esforços da ciência” para fazer dos “*surdos-mudos* cidadãos plenamente integrados na comunidade em que vivem” (grifo nosso). Os trabalhos provavam que “o surdo é um anormal perfeitamente recuperável”, que poderia “viver uma vida *natural e feliz*, entre seus semelhantes” (grifo nosso); mostravam não haver “mais razão para vê-los isolados entre si, comunicando-se por meio de sinais ou emitindo sons que nada significam”. Para isso, bastaria que pessoas privadas do ouvir aprendessem “a ler nos lábios do interlocutor [...] [e a] responder pelos movimentos que imprimem à garganta e aos lábios”. Como podemos ler, o comentário não exhibe a lição que o autor da resenha parece ter tirado do contato com as obras, além de revelar o julgamento raso de que a vida vivida sem a mediação da linguagem articulada não seria normal, ou seja, seria infeliz. Se assim o for, então não seria natural a vida da criança antes da aquisição da linguagem, diga-se, quando sua comunicação depende muito de gestos e sons vocais sem sentido linguístico que não o do balbucio. Na visão do comentador, o natural para uma criança surda seria aprender “artificialmente” a articulação da linguagem, isto é, de um modo impensável para uma criança de audição saudável.<sup>400</sup>

Como um exercício de escrita, a tradução situou Ana Rímoli em condições de se tornar autora de obras afins às que ela só leu e às que leu e traduziu. Ela não escondeu as origens de seus escritos. Em prefácios de seus livros, encontramos declarações como estas: “ofereço estes ensinamentos por colhidos em fontes idôneas, na experiência bem sucedidas de outros povos”;<sup>401</sup> ou “encerra o livro que se intitula *Manual da criança surda* uma gama de conhecimentos adquiridos em vários anos de estudos”.<sup>402</sup> Antes dos prefácios, ela escreveu outras formas e outros gêneros em sua formação como intelectual produtora e divulgadora de suas ideias ao público. Mais que isso, publicizou sua produção intelectual de formas variadas: em exposições orais que se tornaram textos impressos; em textos avulsos publicados em revistas; em monografia publicada em anais de congresso; em livros.

<sup>400</sup> CORREIO DA MANHÃ. *Livros novos*. Rio de Janeiro, DF, quarta-feira, 4 fev. 1954, n. 18365, “1º Caderno”, p. 3

<sup>401</sup> DÓRIA, Ana Rímoli F. *Introdução à didática da fala*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Educação de Surdos, 1957, p. V.

<sup>402</sup> Dória (1961, p. XIX).

### 5.3 A escrita formadora: a autora convicta de suas ideias

Parece lógico pensar que, a uma normalista atuante e estudante de curso de psicologia nos anos 1930, o meio acadêmico seria a instância mais palpável para publicar; a uma diretora de instituição educacional federal, não só o artigo de revista, mas também o livro seriam opções que lhe estavam à mão para fazer circular suas ideias; ou seja, eram possibilidades facilitadas. Igualmente, é provável que a diretora autora de livros foi bem mais lida do que a normalista. Razões para isso podem ser variadas: público leitor menor nos anos 1930 do que nos anos 1950; potencial de circulação maior do livro como objeto de leitura; o tema mesmo explorado pela autora (surdez, pessoas surdas, aprendizagem, aprendizagem, linguística...).

Com efeito, se a monografia de 1938 expressava uma *reflexão breve* sobre aspectos psicológicos da aprendizagem, os livros que a autora publicou na década de 1950 expunham um conjunto de conceitos, concepções, argumentos, postulados, princípios e premissas afins a uma *teoria* da aprendizagem de surdos; teoria na qual talvez o interesse fosse maior. Afinal, era a expressão de um pensamento amadurecido e fundado em convicções muito individuais, isto é, foi ela quem assinou as publicações; diferentemente do artigo de 1934, em que partilhou a reflexão com uma professora do instituto (e, seguramente, sua orientadora).

#### 5.3.1 *Ideias em fragmento: os artigos e sua publicação*

Não nos foi possível encontrar cópia digital do texto que Ana Rímoli publicou nos anos 1930. A procura em arquivos da capital de São Paulo seria o caminho mais certo para encontrá-lo; mas não foi possível por razões de força maior, seja pandemia de covid-19 de 2020 a meados de 2022, sejam problemas de saúde pessoais e familiares. Em todo caso, foi possível caracterizar minimamente as condições de produção e publicação do artigo. A rigor, o texto foi uma produção associada ao curso de formação docente que ela fazia no Instituto de Educação de São Paulo, que participou de um congresso de psicologia em 1938. Cabe lembrar que Ana Rímoli, então parte do grupo e estudos da professora Noemi Silveira, ajudou na organização do evento, como um tipo de assistente que atendia interessados e encaminhava inscrições, dentre outras incumbências. Na década de 1940, ela deu palestras, como uma de 1946. O texto foi

publicado na década de 1950, como artigo da *Revista de Educação*, do Ministério da Educação e Cultura.

Com efeito, em outubro de 1950 saiu o texto “Problemas da adolescência: o querer valer, a evasão e o retorno”, que era, na verdade, a adaptação de uma “Conferência pronunciada em julho [de 1950]” na Faculdade Nacional de Filosofia, sob organização do “Diretório Acadêmico” do curso de “Psicologia e Pedagogia da Adolescência”. Em seu texto, de 18 páginas, Ana Rímoli aborda questões associadas ao desenvolvimento e à formação na fase da adolescência, que ela vê como fase da instabilidade do que tende a se fixar: a personalidade, a cognição, as emoções etc. Nada tem “caráter algum fixo” nessa fase da vida que vê como “processo”, “transição dinâmica, global”, em vez de “‘estado’ físico”.<sup>403</sup>

O texto avança no comentário sobre problemas que presumíveis em adolescentes, dentre os quais ela destaca a aspiração e desejo de adolescente de “‘ser alguém’”, de “incorporar-se ao meio social”. Seria essa situação um “problema magno” aos olhos de Ana Rímoli. Trata-se da “descoberta do Eu”, ou seja, das vivências individuais, subjetivas, seria a consciência que o adolescente desenvolve de si, do “seu sexo”, o que lhe leva “do mistério à compreensão”. O adolescente se descobre e faz a “descoberta do mundo”, onde se vê instado a “impor-se, ser considerado e conhecido como alguém importante”, impulsionado a “‘querer valer’”, que “Apresenta ora ângulos de nobreza, ora aspectos mesquinhos”. Não por acaso, ela se refere “aos conflitos entre pais e filhos” e com “professores”, em que influi “o contraste das gerações (o velho e o novo, o datado e moderno). No caso dos docentes, Ana Rímoli destaca o efeito do conflito: o “rancor” que tendem a guardar.<sup>404</sup>

O conhecimento dessas dificuldades nos habilitará — pais e educadores — a orientar o adolescente na travessia dêsse encapelado oceano de vibrações emocionais. Quem compreende o adolescente sabe que essa época da vida apresenta graves e inevitáveis conflitos com o meio próximo. Quando não existem “é como se reinasse calmaria no momento de se fazer ao mar um barco a vela”; a viagem não será longa. Estas emancipações e negações são necessárias, nada têm de maldade ou de obstinação. Dificuldades e crises de integração: A estruturação social é resultante de pressupostos históricos racionalizados e reais. A escola não deve considerar o adolescente

---

<sup>403</sup> DÓRIA, Ana R. F. Problemas da adolescência: o querer valer, a evasão e o retorno. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v.. XII, n. 33, maio–ago. 1948, p. 44–45; 50–1; 58–

<sup>404</sup> Dória (1948, p. 44–5; 48; 50–1; 58)

apenas no curso secundário, pois a adolescência pode transpor os dois extremos do ciclo mencionado. A educação, em todo esse período, deverá ser abordada à luz da psicologia da adolescência.<sup>405</sup>

Que Ana Rímoli pudesse ter saberes para falar sobre a adolescência, não duvidamos. Mas nos parece que fossem suficientes para adotar um tom e uma atitude de que estava autorizada intelectualmente a falar para um público que seguramente iria estudar a adolescência de forma mais sistemática e mais demorada. Noutras palavras, é possível que os professores do curso fossem fontes mais confiáveis para introduzir os alunos no tema, como ela mesma diz ao citar o “Prof. Nilton Campos”, que, “em palestras anteriores”, havia abordado minuciosamente características da adolescência. Assim, pode ser até que parte do público participante da conferência já conhecesse o tema por conta do professor. Não por acaso, Ana Rímoli cita as fontes<sup>406</sup> para sua conferência, das quais dois títulos são espanhol, o que sugere que ela havia se tornado capaz de ler, também, em espanhol.<sup>407</sup>

Fontes à parte, a publicação da conferência na revista diz que Ana Rímoli se valia não só da escrita para difundir seu pensamento; quiçá tenha feito outras conferências, além de palestras e afins. Mais que isso, pode ser que se valesse da chancela pública do Ministério da Educação para publicar um texto de pouco aprofundamento teórico-conceitual numa publicação de projeção acadêmica como a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Não por acaso, na mesma seção em que saiu o artigo dela, foram publicados textos de intelectuais estrangeiros como o francês Roger Bastide — “Educação dos educadores” — de Margaret E. Hall, pesquisadora dos Estados Unidos cujo artigo se intitula “Educação especial para anormais nas escolas públicas de Chicago”; o que viria a ser tema caro a Ana Rímoli a partir de 1951. Assim, parece-nos que a condição de funcionária do Ministério da Educação facilitava o acesso de Ana Rímoli à revista para publicar, pois esta era noticiada como “Órgão de estudos e pesquisas” do ministério, cuja edição cabia ao “Instituto de Estudos Pedagógicos”, cujo

---

<sup>405</sup> Dória (1948, p. 45; 54; 58).

<sup>406</sup> Conforme destaca no texto da conferência no curso de psicologia, Ana Rímoli consultou estes livros: *Psicologia da idade juvenil*, de Spranger, *El alma del adolescente*, de Pierre Mendousse, *La crise d'originalité juvenile*, de Debesse, e *O desenvolvimento psicológico da criança do nascimento até à adolescência*, de Charlotte Buhler.

<sup>407</sup> Dória (1948, p. 45).

corpo funcional incluía a autora.<sup>408</sup> Em 1958, ela produziu uma monografia para expor em congresso internacional voltado à educação de pessoas surdas realizado no México, ao qual foi para representar o Brasil e Instituto Nacional de Educação de Surdos. Um ano antes, havia publicado a primeira edição de segundo livro, pois o primeiro saiu em 1954.

### 5.3.2 *Estreia a escritora: um compêndio de educação*

Na condição de autora de livros, a diretora do Instituto Nacional de Educação de Surdos, Ana Rímoli, foi uma editora de si. Os livros autorais que publicou no decênio 1951–61 foram concebidos e preparados por ela; mas é claro que com apoio “editorial” de uma equipe formada por membros do corpo funcional da instituição que dirigia.

Haja vista que a finalidade das obras era, em grande medida, apresentar conceitualmente o oralismo tal qual pedagogia e torná-lo didático para difundi-lo como prática pedagógico-educacional destinada a pessoas surdas, a diretora pôde contar com subsídios do instituto e serviços gráficos de instituição pública para materializá-los; inclusive para demandas intelectuais a exemplo da produção editorial e gráfica de livros. Desse modo, as obras ficavam circunscritas a um plano institucional, isto é, tinham um “selo” do governo; e isso as restringia a um público ligado mais diretamente ao instituto: funcionários, professores e alunos dos cursos de formação docente. Quer dizer, os livros não entravam no circuito da distribuição para venda em livrarias. No máximo, iam exemplares para as redações de veículos de imprensa para a resenha jornalística, mas quando Ana Rímoli já era figura de destaque na imprensa carioca, como no período 1957–9.

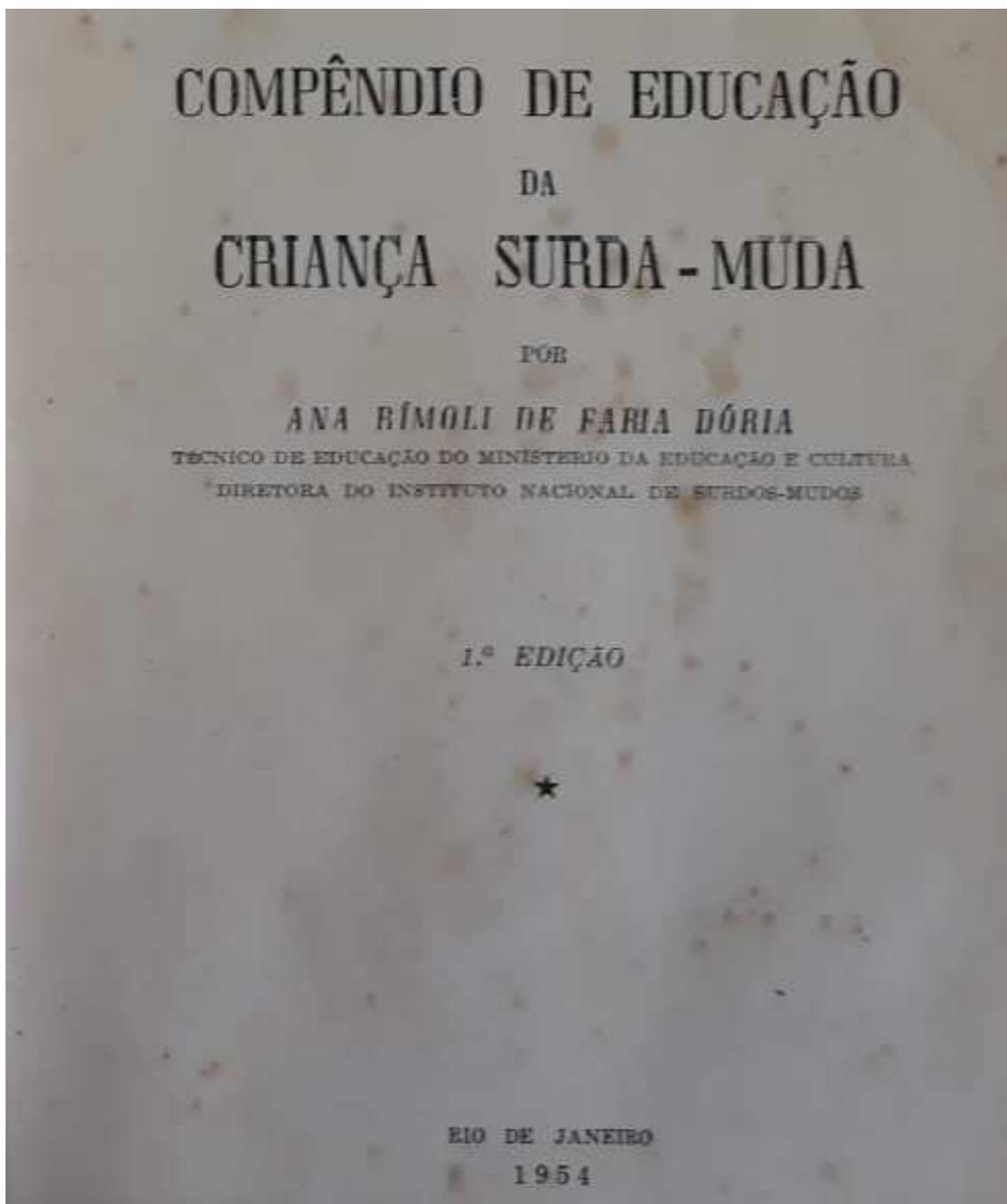
Com efeito, o primeiro de Ana Rímoli, *Compêndio de educação da criança surda-muda*<sup>409</sup>, passou ao largo das redações de jornal; ao menos não conseguimos localizar notícia ou textos de outro gênero sobre o livro, como no caso outras obras da autora. Pensamos que a data de publicação seja um fator importante. A escritora assinou o prefácio em julho de 1954; ou seja, publicou seu primeiro livro quase três anos após se tornar diretora do instituto de surdos. Disso inferimos que ela se ocupou muito no período inicial de direção institucional, pois teve de conjugar a atividade administrativa

<sup>408</sup> O DIA. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Curitiba, PR, quarta-feira, 18 out. 1950, n. 8536, p. 4.

<sup>409</sup> DORIA, Ana Rímoli F. Prefácio. In: \_\_\_\_\_. *Compêndio de educação da criança surda-muda*. Rio de Janeiro: sem editora, 1954, p. 8–9.

com a atividade intelectual demandada pela escrita de um texto pensado para se tornar um livro. De fato, o compêndio é um livro cujo número de páginas chega a mais 170

FIGURA 41. Recorte da folha de rosto do primeiro livro de Ana Rímoli de Faria Dória, *Compêndio de educação da criança surda-muda*, 1954



Folha de rosto da cópia 811 de uma tiragem de mil exemplares do livro *Compêndio de educação da criança surda-muda*, escrito e publicado por Ana Rímoli de Faria Dória em 1954, quando era diretora do instituto de surdos.

FONTE: acervo da filha da autora

Para o historiador Roger Chartier,<sup>410</sup> uma página de rosto contém os nomes próprios daqueles e do que “governam a prática literária”, ou seja, escrever textos para publicar em forma de livro. Tais nomes seriam: “o do autor”, o nome daquele a “quem é dedicado e o do livreiro editor ou impressor, redobrado por sua marca”; isto é, uma paternidade para o texto, um patrocinador para os custos de produção e um fabricante para produzi-lo e lucrar. Chartier se refere à página de rosto produzida num tempo distante — séculos XVI–III —, mas sua concepção se faz útil para considerarmos as condições de produção do primeiro livro de Ana Rímoli.

De imediato, podemos notar na folha de rosto *quatro* nomes próprios; mas não exatamente os nomes reconhecidos por Chartier em suas análises. Isso porque, no caso de nossa análise, só um nome é *onomástico* (nome de pessoa), visto serem os outros *toponímicos* (nomes de lugar). Ainda assim, ao menos uma condição permanece: a paternidade da obra, a autoria; contida no nome próprio “ANA RÍMOLI DE FARIA DÓRIA” logo abaixo do título.

Sob o do nome da autora, está uma frase que, num primeiro momento, parece escapar ao que presumiu Chartier: é a informação sobre a posição socioprofissional do autor; ou seja, o cargo profissional da escritora e as instituições a que se vincula: ministério e um instituto a ele vinculado. Nesse caso, podemos intuir que a posição de diretora abalizasse Ana Rímoli para que pudesse demandar subsídios necessários para imprimir o livro. Se assim o for, então teríamos outro elemento a que se referiu Chartier: o patrocinador, o mecenas, que foi o Estado. A gráfica que imprimiu o miolo do livro não foi apontada — ao menos não edição consultada.

De acordo com Chartier, na produção de um livro à época estudada por ele, inexistia a ideia de autoria, de direito autoral, de propriedade sobre um produto do intelecto tal qual um texto. O que havia era uma tributação real sobre a impressão de livros, por sinal, aberta a poucos. Como diz o historiador, na Espanha do Século de Ouro (XVI–II), se chamava *tasa*, isto é, taxa. Diferentemente, o primeiro livro de Ana Rímoli se inscreve num sistema editorial e de publicação impressa em que o autor de um texto tem sobre ele direito de propriedade, de modo que não pode ser reproduzido em parte ou no todo sem autorização expressa; é isso que lemos nas páginas iniciais de

---

<sup>410</sup> CHARTIER, Roger. Figuras de autor. In: \_\_\_\_\_. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: ed. UnB, 1994, p. 47–8 [33–66].

um livro brasileiro. No caso da obra aqui comentada, o aviso é parcial, pois se fala em reprodução; mas apenas sobre a propriedade intelectual. É o que lemos em na página que antecede o sumário: “Direitos reservados de acordo com a lei, em favor da autora”.

Possuir os direitos autorais garantia à escritora só a dimensão intelectual mesma, a obra. Conforme Chartier,<sup>411</sup> livro e obra se distinguem na medida em que o livro é um objeto e uma obra não é necessariamente, mas pode vir a ser. Nesse sentido, um livro encadernado sem nada escrito, não deixa de ser livro, pois se trata de um objeto, uma manufatura, tal qual uma cadeira que não deixa de ser cadeira porque não é usada como assento. Acompanhando o raciocínio de Chartier, o livro é um dos suportes para materializar a obra — o texto (tanto quanto a cadeira é um dos suportes para descansar o corpo). Assim, o livro se torna obra quando acomoda o texto em sua materialidade como escrita manuscrita, dactiloscrita ou impressa, por exemplo. Inversamente, a obra se torna livro quando é materializada nesse suporte, pois pode se materializar de outra forma. Recordemos o caso da tradução para o português em forma de versos que Ana Rímoli fez de trechos em prosa de Hellen Keller; a materialidade da obra — do poema — é um retalho de folha de papel onde ela escreveu com caneta esferográfica de cor azul.

Feita a distinção, podemos imaginar que Ana Rímoli, como *dona* da obra, se pôs no direto de auferir alguma renda derivada do produto livro impresso. Mas o arranjo subjacente à produção do livro não presumiu venda, como podemos ler na informação de que, “Da presente edição, de 1.000 exemplares foram tirados 100 em papel Ilustração próprio para receberem dedicatórias, e 900 em papel Bouffant para *distribuição gratuita*” (grifo nosso).<sup>412</sup> Ainda assim, a reserva de exemplares mais bem acabados para dedicatória nos faz pensar que pode ter havido um lançamento formal, com participação da autora assinando exemplares *comprados* por convidados e afins.

Com efeito, a obra interessa mais aqui do ponto de vista intelectual, conceitual, quer dizer, do texto e de sua organização como estrutura de livro contendo divisões e subdivisões para alocar e encadear a matéria intelectual: assuntos e temas, temáticas e

---

<sup>411</sup> CHARTIER, Roger. *¿Qué es un libro?* Entrevista realizada a Roger Chartier respondiendo a la pregunta ¿Qué es un libro? Archivo Central Andrés Bello. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KM3XeaO7bzM>. Acesso em: 2 jun. 2022

<sup>412</sup> Doria (1954, p. 2).

tematizações, enfoques, hierarquizações, encadeamentos lógico-conceituais, e assim por diante. A figura a seguir exibe o sumário do livro como medida da produção intelectual.

FIGURA 42. Sumário do primeiro livro de Ana Rímoli de Faria Dória

ÍNDICE	
	Págs.
Prefácio .....	7
Capítulo I — Conceito de educação .....	9
Capítulo II — Educação ou re-educação e não recuperação da criança surda .....	12
Capítulo III — A surdez e suas causas .....	21
Capítulo IV — Considerações a respeito da psicologia da cri- ança surda .....	27
Capítulo V — O trabalho educativo em relação à criança surda	53
Capítulo VI — A leitura labial: sua significação; importância e valor; processos; críticas .....	71
Capítulo VII — O sentido da linguagem falada .....	108
Capítulo VIII — O treinamento auditivo e os aparelhos auxi- liares da audição .....	137
Capítulo IX — O professor para a criança surda .....	156
Conclusões .....	173
Referências bibliográficas .....	175

FONTE: acervo da filha da autora

Conforme podemos ver, a obra foi dividida em capítulos, de 1 a 9, que criam uma sequência gradual não replicada nos títulos, não ao menos tal qual uma gradação conceitual. Ao contrário, o que podemos ler é uma variedade de assuntos — educação e pedagogia, patologia e psicologia; e de temas — não sequenciais, mas que agrupamos assim: educação e seu conceito, educação e trabalho educacional de criança surda e docência; aspectos da fala, da audição e da surdez; psicologia e pedagogia da criança surda. Vistas em conjunto, tais noções compõem um conteúdo aparentemente complexo do ponto de conceitual, conjuga aspectos de disciplinas distintas, ainda que

relacionáveis como pedagogia e psicologia; e isso nos faz pensar em quem seria o público leitor do livro.

O texto do prefácio apresenta pistas da função do livro e do leitor pretendido. Em um texto de página e meia, o prefácio afirma a que veio o livro. Anotou a escritora que a obra tinha “a *finalidade exclusiva* de ajudar a criança surda-muda brasileira, contribuindo para o *esclarecimento daqueles que a rodeiam* e que precisam compreendê-la, para poderem amá-la” (grifo nosso).<sup>413</sup> Como lemos, o livro põe a criança surda em primeiro plano na posição de alguém a ser beneficiado pelo leitorado a que se destinou o livro *de fato*. Da forma que entendemos, aqueles que rodeiam uma criança surda seriam, sobretudo, a família — no lar da criança (quando tem) — e a sala de aula — professoras e professores; nesse sentido, se pensarmos na primeira metade dos anos 1950, então devemos excluir escola e docentes. Escolarização de tais crianças era exceção; afinal, a regra adveio no contexto mesmo em que o Instituto Nacional de Educação de Surdos — tendo à frente Ana Rímoli — havia formado mais de trezentos professores de várias regiões brasileiras.

Se assim o for, então devemos limitar aqueles que rodeavam a criança surda à família e, eventualmente, a casos de profissionais que trabalhavam com esse público num nível particular, quiçá de atendimento doméstico. Nesse caso, podemos supor que fosse limitado o número de profissionais e de pais em condições materiais de arcarem com custo de honorários profissionais. Recorremos ao prefácio para ler o que a autora dizia e de fato ela parece ter vislumbrado como leitores a família: quem rodeava a criança. Afirmamos isso com base na leitura deste trecho: “Mãos à obra e *quanto mais cedo melhor*, seria o ‘*slogan*’ para os lares em que há uma criança que não ouve. A escola virá depois, complementando *o trabalho dos pais*” (grifo nosso). Com efeito, entendemos que a obra se destinava ao esclarecimento sobre o cuidado de crianças surdas abaixo da idade escolar; daí que genitores deviam ter esclarecimento o quanto antes sobre o trabalho pedagógico que lhes cabia. Portanto, em 1954, a família se apresentava como o leitorado ideal para a escritora.

---

<sup>413</sup> Doria (1954, p. 2).

No prefácio, encontramos passagens que sugerem que o público leitor almejado pela escritora era mesmo o familiar. Leiamos a seguir.

Não nos importamos com a *repetição constante de certas afirmativas*, ou melhor, a *bem da clareza* e a-fim-de que as noções fundamentais ficassem *gravadas na mente* daqueles que pelo assunto se interessarem, várias vezes são abordados os mesmos tópicos (grifo nosso).<sup>414</sup>

Da forma que lemos, parece claro que a escritora concebeu o texto para ser de leitura fácil, ou seja, adequado a um público — digamos — mais “leigo”; daí a defesa da redundância, que tinha intenção didática: ajudar a fixar ideias essenciais na mente do leitorado. Tais noções elementares teriam este propósito utilitário: contribuir pedagogicamente com aqueles que “querem ajudar a criança surda e não se sentem aptos a iniciarem o trabalho”. A ajuda seria em prol da criança: ajudá-la a desenvolver a capacidade de reconhecer e produzir sentidos verbalizados oralmente; para isso, o compêndio oferecia “recursos da técnica, da ‘arte’ de ensinar-lhe a compreender o que os outros falam”.

Dadas essas observações, podemos inferir que Ana Rímoli teve certa perspicácia quanto a enxergar o lugar do “problema”. Deve ter parecido evidente para ela que quem mais carecia de orientação pedagógica para lidar com crianças surdas eram os pais, isto é, era a educação doméstica. Embora o instituto já estivesse ativo na formação de professoras e professores em 1954, ainda lhes faltava espaço para trabalharem; de maneira que sua atuação ficava restrita ao atendimento particular. Dito de outro modo, crianças privadas da audição ainda não tinham lugar na escola regular.

Com efeito, em primeiro plano e expressivamente, a escritora parece ter vislumbrado outro público leitor que não o professorado específico — que a rigor não existia à época; e tal leitorado nos leva a pensar que eram, em grande parte, familiares ou responsáveis pelas crianças. Isso porque estes tendem a desenvolver formas de se comunicarem com as crianças surdas na convivência diária, mas cremos que sejam mecanismos tendentes a ficarem restritos a cada ambiente familiar. Cada família tem seu jeito de se comunicar com seus membros (surdos).

---

<sup>414</sup> Doria (1954, p. 3).

Haja vista que tal comunicação se desenvolve de forma mais intuitiva, guiada pela necessidade, pelo momento, pela circunstância, algum tipo de conhecimento sistematizado talvez pudesse ser útil. A escritora endossa tal raciocínio, conforme podemos ler na passagem a seguir.

A sistematização de idéias, as noções, os ensinamentos, os conselhos, a orientação educacional especializada, a técnica de ensino *fundamentados nas opiniões de várias e competentes autoridades* no assunto, aqui ficam como uma tentativa, um esforço, um desejo grande de ajudar a criança surda *por parte de quem, convivendo com elas, aprendeu a acreditar nas suas possibilidades [...]* (grifo nosso).

Para nós, Ana Rímoli parece ter estendido ou transferido à família a experiência que ocorreu com ela como um tipo de continuação de suas preocupações com a maternidade e a criança até os seus 5 anos de idade. Recordemos o curso de jardim de infância que ela ministrou para mães pouco antes de se envolver com o inquérito que a pôs em contato com o instituto de surdos; depois, se tornou diretora e passou a conviver com crianças surdas; enfim, para aprender a conviver de forma pedagógica com elas, Ana Rímoli imergiu em leituras. Afinal, até outubro de 1950, podemos dizer que era alheia ao universo da surdez — demografia, psicologia, consequências sociais... — e da educação de crianças surdas; sobretudo, não tinha a experiência de ser mãe de uma criança privada da audição. O que Ana Rímoli sabia naquele momento era prático-teórico, era um saber fruto da convivência diurna de quase três anos e dos muitos livros que lia nesse período. Portanto, se as leituras foram úteis a ela, então o seriam para mães, pais, irmãs e irmãos. Assim pensamos.

Nesse sentido — do público leitor —, a distribuição do livro se abre à reflexão sobre quem seriam os *beneficiados com um exemplar* dos novecentos exemplares que foram impressos em papel de qualidade inferior: se pais e mães — nesse caso, de onde; com foi a distribuição: se foi submissão postal, se entrega e mão — nesse caso, se havia um cadastro com endereços de famílias; se havia esclarecimento extra, dado o conteúdo de complexidade conceitual e uma apresentação muito “acadêmica”: só texto.

Essas questões nos parecem relevantes na condição de pontos de reflexão; mas devemos ressaltar que escapam às prioridades do escopo da pesquisa aqui descrita. Não interessa tanto assim a circulação do livro. Interessa mais o livro em si. E pensamos que cabe uma ponderação: tal qual em 1953 já estava sendo formada a primeira de turma de docentes para crianças surdas e o livro apresentou conteúdo enfático na educação e na

docência, então entendemos que o livro se tornou leitura para o curso de formação no instituto. Seguramente, num primeiro momento o leitorado da obra deve ter sido as turmas de professores como primeira referência brasileira, e ainda seriam da segunda, mais direcionada ao público docente.

### 5.3.3 A consolidação da autora: um manual de didática da fala

Do mergulho de Ana Rímoli na psicologia, pedagogia e linguística (estudos da fala), Ana Rímoli emergiu com outro argumento de livro, três anos após publicar o *compêndio*; dessa vez, era uma *introdução*. Essa categoria editorial deixa entrever intenções menos pedagógicas, e mais teóricas, perante a obra anterior; igualmente, parece apontar uma evolução da autora rumo à autoridade, a ponto de não só escrever compêndios, mas também *introduzir* teorias, o que nos leva pensar que fosse capaz ir além da introdução, ou seja, da aplicação.

Em janeiro de 1957, veio à luz *Introdução à didática da fala*,<sup>415</sup> a segunda obra de Ana Rímoli a apresentar mais detidamente concepções de surdez e de aprendizagem de pessoas surdas. Não por acaso, o lançamento da obra calhou com as comemorações do centenário do instituto. Mesmo sendo associada às comemorações, a obra não teve destaque expressivo na imprensa, a julgar pelas fontes que pudemos levantar. Não foi possível localizar, por exemplo, textos com a feição de resenha, que pudessem oferecer elementos compreensivos de como a obra foi vista pelo público leitor. Nesse sentido, além da menção ao lançamento em duas seções de uma revista voltada ao livro e a temas afins, houve três menções em jornais, mas associadas ao evento comemorativo. Na mesma edição da revista *Leitura*, do Rio de Janeiro, o livro foi listado na seção “Registro bibliográfico brasileiro” de janeiro de 1958, incluída na lista afim às “Ciências sociais”; e na seção “Bibliografia brasileira corrente”, como “Educação em geral”. Ambas as menções fazem a descrição bibliográfica da obra, que confirma o lançamento em 1957 e sem editora por trás da publicação.<sup>416</sup> Nos jornais, a menção à

---

<sup>415</sup> DORIA, Ana Rímoli F. *Introdução à didática da fala*. Rio de Janeiro: sem editora, 1954, p. 8–9.

<sup>416</sup> REVISTA DO LIVRO. *Registro bibliográfico brasileiro/Bibliografia brasileira corrente*. Rio de Janeiro, ano 3, n. 9, mar. 1958, p. 63–281.

obra não passou da citação do título e da atribuição de “primeiro livro sôbre didática da fala”.<sup>417</sup>

FIGURA 43. Capa do segundo livro de Ana Rímoli, *Introdução ao estudo da fala*, 1957



FONTE: exemplar pertencente à filha de Ana Rímoli

A capa do segundo livro mereceu nossa reflexão e comentário: porque foi replicada em edições posteriores e replicada como modelo para outras obras de Ana Rímoli. Tornou-se uma forma: se mudavam se as cores e o texto. Mesmo a fonte do título se manteve a mesma, na forma, ainda que com adequações de tamanho para ajuste de diagramação. Ao mesmo tempo, compreendemos que a repetição do mesmo modelo de capa era uma forma de reforçar um conceito: a oralidade. Ao menos foi isso que pudemos derivar de nossa análise da capa.

<sup>417</sup> Cf. JORNAL DO BRASIL. *Asiática adiou comemorações dos 100 anos do Instituto Nacional de Surdos*. Rio de Janeiro, sexta-feira, 20 set. 1957, n. 219, p. 13, “1º caderno”; CORREIO DA MANHÃ. *Centenário do instituto nacional de surdos*. Rio de Janeiro, RJ, quinta-feira, 26 set. 1957, n. 19787, p. 10, “1º caderno”.

Consideremos os elementos da composição gráfica. Vemos cor (azul), tipografia (título) e grafismo (círculos “achatados”); também vemos senso de direção e posição: o texto tem sentido vertical centralizado, uma “coluna” forma pela sobreposição de palavras, em vez da justaposição como na escrita, cujo movimento tem sentido horizontal da direita para a esquerda. Os círculos se entrelaçam de forma sobreposta, criando uma corrente, uma cadeia, em encadeamento ligado.

Dito isso, arriscamos uma interpretação. Os círculos “achatados” sugerem os anéis da traqueia, órgão por onde passa o ar a ser expirado até chegar à região das cordas vocálicas, as quais permitem produzir a voz que leva à articulação dos sons, dos fonemas, em unidades de sentido — palavras — que se articulam em um segundo plano unidades maiores — frases. Nesse sentido, visto que o título está em posição interna aos círculos, entendemos que sugerem o começo fala, pois o texto vai até a parte inferior da capa. Dito de outro modo, a voz, a fala, é comportamento fisiológico cuja ocorrência supõe um movimento antigravidade do ar internamente ao tórax e que emana dos pulmões e do estômago para chegar às narinas e à boca. É nesse sentido que interpretamos a direção do texto; nesse caso, a “boca” que produz a voz e o texto seria a da escritora.

Da capa, vamos à página de rosto, tal qual a vemos na figura seguir. Da forma que vemos, a página de rosto do segundo livro publicado por Ana Rímoli replica elementos que vimos antes. Mas contém um elemento extra: a dedicatória, feita no Rio de Janeiro em março de 1958. O exemplar foi oferecido à “À Biblioteca da Faculdade de Filosofia Nossa Senhora Medianeira”. Com isso, faz mais sentido para nós a reserva de exemplares para dedicatória, conforme dito em relação ao primeiro livro da autora. Ao mesmo tempo, ficamos sabendo que destino tinha uma parte dos exemplares: bibliotecas de instituições educacionais. Além disso, a afirmação de propriedade intelectual é dita como propriedade, tal qual podemos ler no verso folha de rosto: “Todos os direitos reservados — nenhuma parte dêste livro poderá ser reproduzida sob qualquer pretexto, sem a expressa autorização da autora”.<sup>418</sup>

---

<sup>418</sup> DORIA, Ana Rímoli F. *Introdução ao estudo da fala*. Rio de Janeiro, MEC/INES, 1957, p. 2.

Diferentemente, a edição não informa a tiragem. Mas supomos que seja maior, pensando que o número de leitores com repertório conceitual suficiente para ler e consultar havia aumentado; isto é, porque aumentou o número de professores. Também pensamos que possa ter sido distribuído gratuitamente aos formandos.

Pela leitura do prefácio da obra, a escritora parece ter vislumbrado com público leitor o professorado específico, sobretudo o que estava sendo formado pelo instituto de educação. Em quase duas páginas, a autora parte da reafirmação da educação escolar da criança surda; daí a importância de frisar que a “pedagogia moderna do surdo se utiliza [d]os mesmos princípios básicos da pedagogia da criança comum quando encara o caráter integral da personalidade do ser humano, na infância”. Noutros termos, entendemos que o conteúdo da obra presumia um leitor mais preparado conceitualmente, ou seja, professoras e professores em processo de formação para escolarizarem crianças surdas pelo método do oralismo. Se este era um corte na orientação pedagógica da instituição, seguramente não o era para os formados pela instituição, pois até então não havia, necessariamente, uma pedagogia de formação docente fundada na gesticulação e mímica; quer dizer, havia quase nada no tocante a uma reflexão mais sistemática sobre a educação regular da criança surda. Coube à Ana Rímoli articular a sistematização, criando cursos de formação docente no país todo; professoras e professores disponíveis criariam condições mínimas para que o Estado pensasse na regulamentação da presença dessa criança na escola regular.

Nesse sentido, podemos ver no prefácio uma defesa aguerrida do oralismo; é quase como se ela visse no método a única forma de uma criança patologicamente privada da audição levar uma vida que poderíamos chamar de normal. A passagem a seguir é emblemática nesse sentido. Leiamos

Não lhe parece, caro leitor, desumano, cruel e impiedoso, não permitir àqueles não receberam da natureza o dom precioso da audição, um *desenvolvimento normal*, condições sadias de vida, *convívio salutar* com *pessoas íntegras*, os seus sentidos, distrações e cultura para o seu espírito, negar-lhes o que tanto anseiam — oportunidade para receberem um lugar ao sol, raciocinando, sentindo, vivendo seus próprios problemas no *contacto social constante*, desonerando-se do fardo que tanto lhes pesa às costas: a comiseração alheia e a sua injusta invalidez? (Grifo nosso.).

Como lemos, para a autora, a surdez impedia o “desenvolvimento normal”, mas não define o que seria a normalidade. Pensemos: em um grupo de três pessoas que se comunicam pela linguagem sinais e só uma ouve, a anormalidade estaria nesta, pois o normal dela seria a oralidade. O mesmo raciocínio pode ser aplicado à ideia de “convívio salutar” e “pessoas íntegras”: uma criança surda não seria salutar nas relações sociais. Estas não seriam saudáveis: harmonias, fluidas, espontâneas, criativa etc. Por outro lado, o poder ouvir faria do ser humano uma pessoa íntegra; isto é: sem deficiências, sem falhas, sem defeitos, sem carências. É como se a convivência social constante e salutar dependesse unicamente do sentido da audição; ou seja, da desenvolver a fala e estabelecer a comunicação oral, do diálogo falado, como único mediador e veículo para exteriorização da vida interior: da personalidade, das dúvidas e das ideias, das vontades e dos desejos, dos sonhos, das alegrias, dos medos, dos desconfortos, dos constrangimentos, das frustrações...

Com efeito, a autora apela ao “caro leitor” com um tom dramático: “fardo”, “lugar ao sol”, “comiseração alheia” — a pena, a dó de outrem. Ele leitor não se anuncia no prefácio, mas na dedicatória, primeiro texto do livro. Leiamos o trecho seguinte.

As professoras especializadas, preparadas carinhosamente pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos, minhas diletas alunas, que muito me estimularam nas aulas e que agora começam a distribuir-se pelas escolas municipais e estaduais, como *prolongamento das atividades dêste centro* [o INES][...].

A leitura da passagem nos permite intuir, então, que o leitor-alvo do segundo livro de Ana Rímoli eram as professoras que ela ajudava a formar como professora do instituto de educação. Uma vez que se esperava que elas prolongassem as atividades da formação docente na ação escolar, então o livro seguramente seria obra de leitura e releitura, ou seja, de consulta. Afinal, até então não havia outras obras específicas e em português disponíveis às professoras, para que pudessem ler como apoio da prática.

Por razões de escopo de pesquisa, e não por demérito da questão, mais do que a circulação e tiragem do livro, interessa aqui sua concepção intelectual, conceitual. Interessa a estruturação e organização conceitual-intelectual, conforme o sumário, chamado de “Índice” dessa vez. De início, devemos dizer que não apresenta a divisão da obra na íntegra porque omite que o texto foi separado em três partes, que equivalem aos

itens 6–7, 8 e 9. Esse dado releva porque, na condição de segundo livro, o cuidado didático com apresentação foi maior; houve mais preocupação com o encadeamento lógico-conceitual. Isso fica visível nos campos temáticos, tal qual no assunto *fala e mecanismo* — desdobrado como sistemas; *ensino da fala* — desdobrados como docência, formas e conteúdos; e logopedia — desenvolvida em tópicos muito coesos entre si. O cuidado com o didatismo e a utilidade da obra se mostra ainda na inclusão de apêndice com sugestão de atividades práticas, tais como jogos e exercícios, de informações de referência, como listas de classificação. A isso se acrescenta a lista de ilustrações que permeiam.

Por falar em ilustração, trata-se de um ponto central que separa os dois primeiros livros de Ana Rímoli no sentido da evolução de seu trabalho como *editora de si*. Seu senso de organização de um livro introdutório e, ao mesmo, leitura de referência e consulta se projeta ao longo de 226 páginas, cujo texto é atravessado por 29 figuras contendo desenhos ilustrativos e 19 fotografias, além de quatro quadros.

Como podemos deduzir, Ana Rímoli se preocupou muito com a tradução visual do que lê no texto do livro. Evidentemente, não concebeu a obra sozinha. Seguramente cuidou da concepção intelectual da obra: a hierarquização e distribuição do conteúdo; a divisão em partes, seções, item, subitens etc.; a inclusão de linguagens visuais como o desenho e a fotografia e forma tabulares como a tabela e o diagrama. Nesse sentido, foi preciso contar com uma equipe de profissionais: ilustrador (desenhista), fotógrafo e projetista gráfico (diagramador), para saber conjugar harmonicamente elementos textuais e não textuais com propósitos pedagógico-didáticos. Além disso, era necessário contar com “modelos” para as fotografias ilustrativas de como proceder no ensino do oralismo.

A escritora reconheceu o papel dos profissionais em seus agradecimentos. Destacamos “à Prof. Gioconda Vanni”, que fez as “ilustrações dos trabalhos”, e o “Sr. Sebastião Orlandi, *surdo mudo*, fotógrafo amador, ex-aluno dêste Instituto e seu atual servidor”, que “ofereceu [...] as fotografias” (grifo nosso). O agradecimento foi ainda para os “Sr. pais”, que permitiram que seus filhos fossem fotógrafos em ação de aprendizagem; igualmente às crianças surdas fotografadas. As professoras fotografadas foram agradecidas também, sendo a irmã da escritora, Odette Rímoli, e duas assistentes dela.

### 5.3.4 A recepção à obra, difusão das ideias

Diferentemente, o livro *Compêndio de educação da criança surda* teve mais recepção crítica; isto é, a obra foi objeto de leitura atenta para produção de uma resenha, publicada na mesma revista<sup>419</sup> *O Mundo Ilustrado*. O autor foi Adriano Pinto, professor da área de língua portuguesa da Faculdade Nacional de Direito<sup>420</sup> com repertório cultural e capacidades intelectuais suficientes para alçá-lo à condição de diretor-geral de uma “missão” brasileira na Argentina determinada pelo Itamaraty. Sob sua direção, foi para o país um grupo de “seis professores” que compôs o “corpo docente do Centro de Estudos Brasileiros em Buenos Aires”. O diretor atuaria ainda como professor “catedrático de Cultura e Literatura Brasileira na Universidade de Buenos Aires”.<sup>421</sup> Como informou a revista *O Mundo Ilustrado*, fazia, então, dois anos que havia assumido coluna “O mundo das letras” como um “Brilhante crítico” e que, mesmo durante a estada de doze meses em terra estrangeira, contribuiria com “crônicas da capital platina”.<sup>422</sup> A resenha da obra de Ana Rímoli foi publicada cerca de três meses antes de sua partida.

Com efeito, a erudição do professor ficou clara no texto, assim como certo conhecimento da causa, a exemplo da escassez de material didático. Seu elogio suscita a simpatia pela causa de pessoas surdas — “sofredores, sobretudo os pequeninos sofredores” de um deficiência de efeitos tão desastrosos”; ele elogia o conhecimento de inglês — material usado — e reconhece as fontes de língua inglês, dos Estados Unidos, embora Ana Rímoli não tenha feito lista de referências, o que ele crítica, mas com ciência da carência de materiais, como no caso de um amigo interessado na matéria surdez que encomendou “ a um amigo em Buenos Aires tudo o que por lá encontrasse”; como resposta, recebeu um “livro de autoria do ex-diretor do nosso Instituto de Surdos Mudos, dr. Armando”. Ou seja, o resenhista sabia de quem estudava as pessoas com surdez no Brasil, do ponto de vista médico e pedagógico, mas que quase nada escreveram sobre: cita o “foneticista Saúl

---

<sup>419</sup> PINTO, Adriano. No mundo das letras. *O Mundo Ilustrado*, Rio de Janeiro, n. 104, 28 jan. 1955, p. 46.

<sup>420</sup> CORREIO DA MANHÃ. *Faculdade Nacional de Direito — Ensino*. Rio de Janeiro, RJ, 27 maio 1950, n. 17544, “2ª seção”, p. 7.

<sup>421</sup> BRASIL. *Relatórios do Ministério das Relações Exteriores 1957* — Educação: cátedras, cursos e institutos de estudos brasileiros no exterior. Rio de Janeiro, Serviço de Publicação do Serviço de Documentação, Rio de Janeiro, DF, 1957, p. 95]

<sup>422</sup> *O Mundo Ilustrado*, Rio de Janeiro, RJ, 20 abr. 1955, n. 12, p. 45.

Carneiro”, o “professor João Brasil Silvado Júnior”, “Ofélia Boisson Cardoso”, além de “Helena Antipoff” e sua “Sociedade Pestalozzi”, em Belo Horizonte. Nesse sentido, “o livro da senhora Ana Rímoli representa um esforço meritorio”, em especial “como estímulo para outros estudos”; entretanto, pensou que “o trabalho foi elaborado apressadamente, de maneira frouxa, sem ter sabido ou podido aproveitar o manancial de informações que teve em mãos”. Não eram “claudicações graves” o que ele viu, mas “mereciam ser expurgadas”. Então o resenhista enumera pontos que viu como falhos, a exemplo de afirmação genérica sobre filosóficas e necessidades locais que distinguiam a educação “em cada ponto do globo”; ele e viu como “exagero!” e questionou se não havia “algum caráter universal na educação” e se tais filosofias se reproduziam; como professor de português, apontou o que viu descuidos no texto que estariam entre os “senões que enfeiam o livro”; problemas que poderia ter sido evitado por uma revisão menos apressadas — repetição de duas ou três vezes da expressão “Que não se dizer, então, da criança surda muda?; ortografia: “prazam os ceus”, por prezam. Achou que merecia ser comprovada “A afirmação de que a criança surda ‘é material tão plasmável *ou mais* que aquêlê já muito conhecido e que possui todos os seus sentidos em atividades normal” — questiona o uso de certas palavras, como na expressão “razões científicas da surdez”, em que lhe pareceu ser mais preciso escrever em *causas científicas*. Ou com a palavra semântica usada de forma que lhe pareceu que as questões de linguagem se resumiam à semântica, quando esta era “domínio da filologia”, e esta era uma ciência.<sup>423</sup>

O livro de Ana Rímoli foi lido por outro professor, cujo texto indicativo de sua leitura não se trata, porém, de uma resenha; antes, enfoca uma temática afim à obra da diretora do INES: a “leitura labial”. João Barroso Pereira Júnior era, também, técnico em educação no Ministério da Educação, o que situava em situação de proximidade da autora; afinal, ao menos desde meados da década de 1940 seu nome frequentava páginas de jornais cariocas, associado ora ao “problema da edificações escolares”,<sup>424</sup> ora à representação oficial do instituto de surdos, como quando formou “uma delegação” ao lado de professores da instituição para participar de um congresso de municípios com

<sup>423</sup> Pinto (28 jan. 1955, p. 46).

<sup>424</sup> A MANHÃ. *O problema das edificações escolares no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ, sábado, 21 out. 1944, n. 983, p. 3.

representantes de várias regiões. A intenção era, justamente, falar da “ação do referido Instituto”, isto é, da “assistência oferecida” e “[...] formação de professoras técnicas a cargo do seu Curso Normal”.<sup>425</sup> Como esse encontro ocorreu em maio de 1954, então podemos pensar que o professor Adriano Pinto desconhecesse a existência da oferta de formação de professores pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos, como demandou no fechamento de sua resenha.

O texto de Barroso Júnior pode ser lido como um tipo de elogio a um elemento central da concepção de educação defendida por Ana Rímoli: a leitura labial. Ele parte de observações sobre a audição e das consequências de sua perda, em que cita até Aristóteles, além de mencionar a função da mãe na primeira interlocução com a criança. Então, o texto entra no terreno do “ensino emendativo”, que projeta os demais sentidos e as capacidades cognitivas que uma criança surda tem, a exemplo da visão — para reconhecer movimentos labiais de fala e deduzir o que foi dito — e da observação e imitação — para replicar tais movimentos. Nesse sentido, a pessoa que educa uma criança para ser capaz de fazer leitura labial e aprender reproduzir palavras e frases precisa ser linguisticamente modelar; ou seja, “deve ser perfeita na pronúncia das palavras e sóbria nos gestos ou expressões faciais”. Nesse sentido, o professor cita casos concretos, como o de certa “madame Louise” de Porto Alegre, RS, cuja fala apresenta traços da pronúncia gutural da língua alemã. Em seguida, o texto expõe citações literais da obra *Iniciando a leitura labial*, de Lilian E. Russel e que Ana Rímoli traduziu, como o autor informa em nota de rodapé.<sup>426</sup>

Em 1960, a obra de Ana Rímoli voltou a ser citada nos jornais. No mês de setembro, o *Diário Carioca*<sup>427</sup> publicou um comentário noticioso sobre uma obra dela, que curiosamente ficou incógnita na nota (trata-se de *Manual de educação da criança surda*). O título do texto faz uma afirmação categórica: “Inteligência é igual para sadios e surdos”, e o primeiro parágrafo já isenta o jornal de qualquer responsabilidade, pois o nome Ana Rímoli aparece em terceiro lugar na primeira frase, antecedida pelo substantivo professora. Portanto, era uma voz autorizada que permitia o jornal intitular o texto como tal. É claro, ao nome de Ana Rímoli se associou sua posição na hierarquia

<sup>425</sup> CORREIO DA MANHÃ. *Os surdos-mudos*. Rio de Janeiro, RJ, terça-feira, 25 maio 1954, n. 18.760, p. 2.

<sup>426</sup> PEREIRA JÚNIOR, João Barroso. A “leitura labial”. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, RJ, domingo, 29 maio 1955, n. 8.244, “Diário Educacional”, p. 6.

<sup>427</sup> DIÁRIO CARIOCA. *Inteligência é igual para sadios e surdos*. Rio de Janeiro, RJ, sábado, 24 set. 1960, n. 9891, p. 3.

do Ministério da Educação. O que se segue é o texto do redator mesclado com citações literais de passagem do livro, tais como a afirmação da criança que nasce surda como não mais propensa que outras a desenvolver “deficiências mentais”; de que tem os mesmos níveis de inteligência, seja elevado, mediano ou inferior; que não é distinta de outra de até 1 ano de idade, pois usa o choro e o riso para se expressar.<sup>428</sup> O redator citou passagens sobre relações entre “criança surda”, “aquisição da linguagem” e “desenvolvimento da inteligência”, além de informar indiretamente que havia lido a “segunda edição” do “livro sobre a criança surda”, descrito como obra onde foram “[...] reunidas as experiências conseguidas depois de longos anos à frente do INES”. Para finalizar, transcreveu uma afirmação categórica de Ana Rímoli — “O fator que desempenha o maior papel na vida efetiva da criança é a impressão que tem de sua segurança” — e afirmações sobre formação do “caráter”, “negação” e “neurose”.

Entre leituras críticas, leituras endossadoras e comentários noticiosos, a obra de Ana Rímoli permeou a imprensa por intermédio também dela, isto é, de sua *performance* oral como autora e intelectual em entrevistas para jornais, cujo resultado são textos informativo-divulgadores. Nessas ocasiões, Ana Rímoli pôde aludir a seus livros, informando título e citando ideias neles contidas; em mais de uma ocasião, pôde agir nessa condição de interlocutora que comenta a própria obra em meios de comunicação de massa como o jornal impresso. Em certo sentido, ajudava a difundir ideias que via como importantes para esclarecer como podia ser a educação de pessoas surdas; o que era problema de alcance nacional cujas soluções e reflexões afins expostas na imprensa ajudava a publicizá-lo.

Nesse sentido, em fevereiro de 1961, o mesmo *Diário Carioca* publicou outro comentário bastante similar em conteúdo e forma ao de 1960. O redator parece ter lido um livro (não o diz) e faz comentários mesclados com citações literais de palavras de Ana Rímoli. Tal qual na nota de 1960, o título do texto de 1961 é categórico como afirmação: “Ensinar aos surdos é retirá-los do vácuo”; e o texto começa com referência direta a Ana Rímoli, justificando o substantivo vácuo,

---

<sup>428</sup> De fato, ruídos balbuciais próprios do primeiro ano de idade exercem função comunicativo-expressivo menor; ou seja, associam-se à experimentação da criança, à descoberta da capacidade de fonação, cuja evolução tende a redundar na articulação dos sons e, logo, no desenvolvimento da fala com a tentativa de repetição do que é ouvido.

pois é ela que vê a linguagem como algo que preenche um “vácuo mental”.<sup>429</sup> Ela é tratada como “educadora” e “uma das maiores especialistas no assunto em nosso continente”, que então defendia a “leitura oral ou labial” como forma de desenvolvimento da criança surda de nascença ou que perdeu a audição antes de falar. O redator, então, ressalta a entrada da criança surda na escola regular para, “tanto quanto possível”, ficar mais próxima de uma “situação de igualdade com seus irmãos de ouvido normal”. Com efeito, se for lida com lentes contemporâneas, essa ideia de igualdade almejada parece se alinhar na concepção de inclusão: ser igual seria estar incluído. O redator, então, apresenta o nome livro comentado com palavras da autora, “diretora do INES”, que se referiu ao “[...] nosso livro ‘Compêndio de educação da criança surda-muda’, [onde] citamos seis processos de treinamento da leitura da fala”. Mais que isso, a autora se referiu aos seus “primeiros livros”, que incluíram “[...] ‘análise laboriosa dos movimentos da palavra falada’” como etapa inicial, isto é, antes de avançar rumo à “[...] ‘necessidade de treinar o estudante em apanhar o sentido integral dos segmentos da fala que são vistos’”.<sup>430</sup>

A atitude de Ana Rímoli de expor sua obra em associação ao Instituto Nacional de Educação de Surdos a levou até outros países. Ainda em 1961, em setembro, viajou para a capital mexicana, a convite do “Congresso Nacional de Reabilitação dos Inválidos, no México”, para mostrar seus trabalhos em torno da educação. Na mala, levou “uma importante tese: ‘Panorama da educação do deficiente da audição no Brasil, aspectos doutrinários e práticos’”; também, levou cópia do documentário *Mundo sem som*, exibido no instituto nacional e do qual participaram “pais, professores e alunos da entidade”. Segundo disse ela, o objetivo maior foi expor “aos amigos mexicanos nosso progresso nas técnicas de combater a surdez” e os “métodos aplicados”. Além de apresentar o trabalho, Ana Rímoli foi escalada para “pronunciar conferências e, cidades

---

<sup>429</sup> DIÁRIO CARIOCA. *Ensinar aos surdos e retirar-los do vácuo*. Rio de Janeiro, RJ, quarta-feira, 1º fev. 1961, n. 10003, “DC”, p. 3

<sup>430</sup> Além de Ana Rímoli apresentar e comentar seu trabalho e sua obra em texto de jornais, estes eram republicados em regiões distantes do Rio de Janeiro, o que contribuía para divulgar ainda mais o que ela e o instituto de surdos fazia. Exemplifica tal processo a republicação do texto de 1º de fevereiro de 1961 vinte depois em jornal de Uberlândia, cidade do Triângulo Mineiro; mas com título diferente: “Leitura oro-facial pra crianças surdas”, ou seja, título que informa o qual é método, em vez de dizer que há um método. Ver: O REPÓRTER. *Leitura oro-facial pra crianças surdas*. Uberlândia, MG, terça-feira, 21 fev. 1961, n. 3672, p. 2.

mexicanas especializadas no combate à surdez”. Do México, ela seguiu para os Estados Unidos, com intenção de visitar “três entidades que cuidam da luta contra o surdmutismo”, uma em Los Angeles, Califórnia, outra em Saint Louis, Missouri, e outra em Nova Iorque capital.<sup>431</sup>

#### 5.4 Tradutora, escritora e editora de si: a mediação da formação intelectual

Pensamos que a leitura do que foi exposto até aqui permite dizer que Ana Rímoli como autora teve controle total sobre o processo de produção intelectual e editorial de seus livros. Isso porque não houve intermediação de uma casa editorial, que é onde, por tradição e praxe, um manuscrito ou original aceito para publicação se transforma em texto para ser impresso em forma de livro. Noutras palavras, os direitos autorais eram todos da autora. Se ela fosse vender os livros, os lucros seriam todos dela. Haja vista que os livros foram distribuídos gratuitamente, não havia de pensar em rendimentos. Mas o caso era mais profundo: Ana Rímoli introduzia ideias importantes no meio intelectual-educacional do país. Se não obtinha renda com o produto do seu intelecto, ao menos a propriedade intelectual sobre seus escritos era prudente salvaguardar.

Por outro lado, na condição de funcionária pública em cargo de confiança, seguramente tinha garantia de uma renda que lhe permitia dedicar horas, dias, semanas, meses a fio à escrita autoral profissional e não receber nenhuma remuneração por direito autoral. De fato, supomos que a produção do livro tenha sido custeada pelo Ministério da Educação e Cultura e Instituto Nacional de Educação de Surdos, igualmente à obra de 1954. Não há menção direta à instituição como patrocinadora além do que está na página de rosto; mas a chancela oficial nos parece clara, tal qual nos parece clara a posição de Ana Rímoli no controle total da produção do livro.

Com efeito, os críticos literários Altamirano — chileno — e Sarlo — argentina — se referem a um atributo da edição de livros que convém aqui: “La edición es uno de los momentos más evidentemente sociales de la producción [...] literária”,<sup>432</sup> noutros termos, a edição de um livro é um processo coletivo, pois envolve várias pessoas além

---

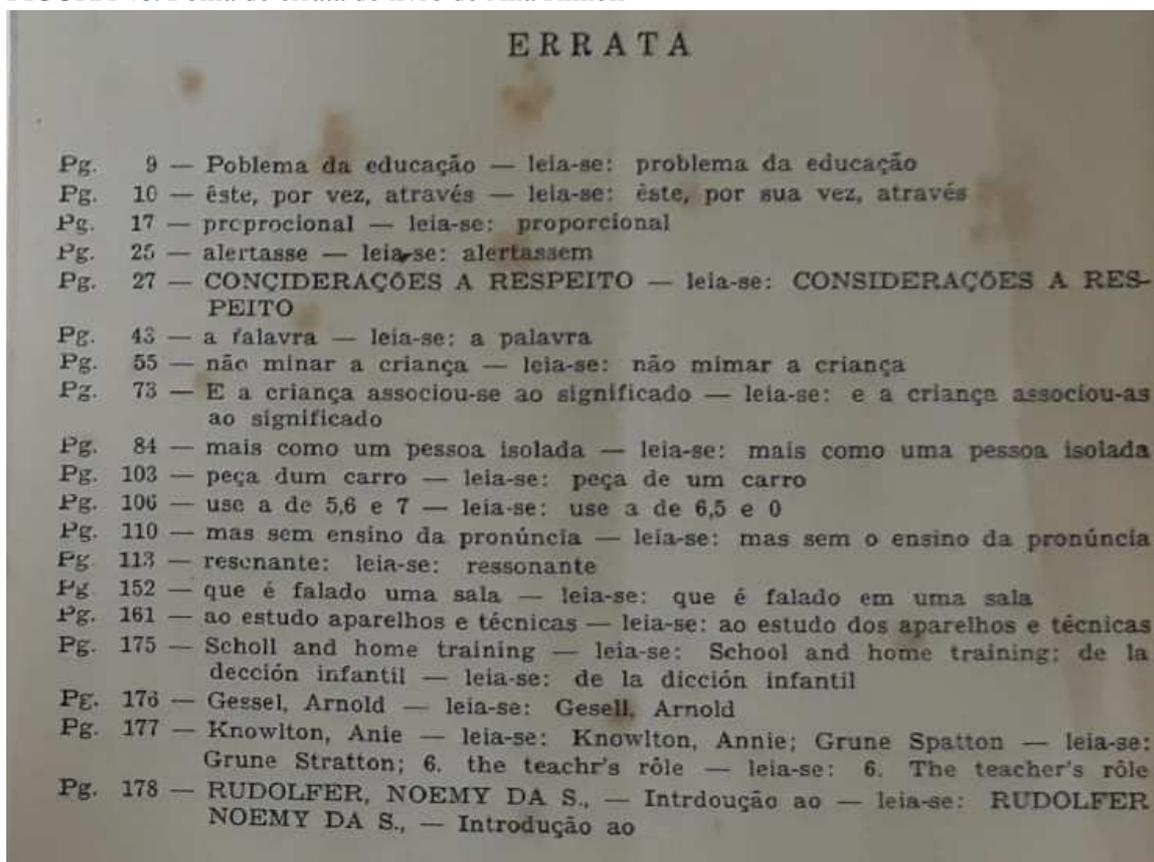
<sup>431</sup> JORNAL DO COMMERCIO. *Progreso na luta contra a surdez*. Rio de Janeiro, sábado, 10 set. 1961, n. 289, p. 5, “1º caderno”

<sup>432</sup> ALTAMIRANO, Carlos; SARLO, Beatriz. *Conceptos de sociología literária*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1980, p. 49.

do escritor. É assim que podemos ver a produção do segundo livro de Ana Rímoli, visto que ela recorreu a uma equipe.

Contudo, não nos parece que tenha sido uma equipe autônoma. De imediato, não o seria porque eram funcionários regulares do instituto de educação, em vez de profissionais do setor editorial. Tinham certas habilidades que foram postas a serviço da produção de um livro sob os auspícios de Ana Rímoli. Nesse sentido, podemos dizer que a escritora teve controle total sobre o processo de produção intelectual e editorial de seus livros; o que seria incomum; ou seja, seria próprio de autores que cuidam eles mesmos de suas edições. Ana Rímoli transformou uma parte do espaço do instituto nacional em uma “editora”: por tradição e praxe, o lugar onde um manuscrito ou original aceito para publicação se transforma em texto para ser impresso em forma de livro. Assim, a intermediação que caberia a uma casa editorial ficou nas mãos da escritora. Ela supervisionou tudo, do começo ao fim. Uma prova disso pode ser vista na errata ao final da obra.

FIGURA 46. Folha de errata de livro de Ana Rímoli



A errata é indício de que houve revisão de provas após as páginas do livro terem sido impressas. Tendo em vista a equipe assistente de Ana Rímoli, o mais provável é que *ela* tenha feito a revisão. Isso porque era ela, então, a mais intelectualmente capacitada para a tarefa; ao menos na equipe. Mais importante, era dela o livro, por isso era justo que ficasse o mais bem-acabado possível. Por outro lado, certas correções apontam a escritora, a exemplo da correção no nome de um autor estrangeiro. Seguramente, ela era a única com repertório suficiente para ver o nome com incorreção ortográfica, pois era a única que havia lido a obra e a única a possuí-la. Se havia dúvida, bastava conferir o exemplar que ela tinha. Nesse sentido, se o começo de tudo partiu de Ana Rímoli — leituras e manuscritura do texto —, também a finalização devia passar pelas mãos dela, pelo crivo de autora.

Mas ter controle de tudo não era garantia de que tudo saísse a contento. Como vimos, em 1957 houve uma mudança conceitual importante: a desvinculação entre surdez e mudez, de modo que o substantivo composto surdo-mudo devia cessar de existir porque eram coisas distintas. Igualmente, foi mudado o nome do instituto. A mudança de nome foi oficializada em 6 de julho de 1957; como disse a autora no prefácio, “Encontrando-se no prelo” o livro, não houve possibilidade de modificação do nome em todas as referências a essa instituição”. Com efeito, a ressalva era necessária; evitava eventuais questionamentos ao fato de que a pedagogia do instituto de educação preconizava certo uso linguístico e não o adotava. Seria contraditório.

Pensamos que faz sentido a compreensão de que uma consequência desse envolvimento total com a obra — da redação do texto à revisão de provas do livro — foi certa ausência de Ana Rímoli em suas outras funções. A ação de escrever os textos e editá-los em livro lhe consumia muito tempo, de modo a deixá-la um tanto alheia ao seu entorno como administradora. O mais provável é que escrevesse à semelhança da forma como traduzia: fechada em sua sala, sentada em sua escrivaninha, tendo a mão, dentre outras, obras teóricas e de referência (dicionários, enciclopédias), além de papel em branco, caneta e lápis. Nossa intuição é que Ana Rímoli escrevesse o texto a mão (ela tinha caligrafia legível e elegante); de tal modo, seus originais — seus manuscritos — eram literalmente manuscritos para

serem, depois, datilografados e, seguramente, revistos antes de irem para o processo de produção gráfica.

Nesse sentido, a imagem que nos vem é de uma intelectual solitária no silêncio de sua sala. Concentrada. Desejosa de não ser importunada. Enquanto lia, sublinhava passagens, fazia notas marginais e anotava argumentos na folha em branco; enquanto relia, ia fazendo das notas parágrafos e, assim, encadeando ideias em forma de texto corrido. O trabalho era denso, pois a leitura era densa. Eram textos em língua estrangeira, afins à teoria do oralismo; eram conceitos a serem digeridos e, então, reescritos com didatismo: transparência, elucidação, sem jargão excessivo, com divisões temáticas e subtemáticas, com inclusão de títulos e subtítulo etc.

A impressão que nos fica é que Ana Rímoli se identificou muito mais com a produção de ideias e sua materialização em textos escritos do que com a administração *strictu senso*. Quer dizer, se ausentar da função que lhe incumbia parece não ter sido motivo de grande preocupação para ela. Ainda assim, ela reconheceu essa condição no segundo parágrafo do texto de agradecimento do segundo livro: “ao Dr. *Tarso Coimbra* [...] pela *colaboração* que me vem prestando *na administração* dêste educandário, sem o que *não disporia* eu de *tempo e calma* suficientes para os *necessários estudos* e a elaboração do livro”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mudança do nome Instituto Nacional de *Surdos Mudos* para Instituto Nacional de *Educação de Surdos* em 1957 subjazeu uma história instigante que este estudo histórico-educacional-biográfico tateou em seu processo de sistematização e desenvolvimento. Sobretudo, na mudança de vocabulário está contida uma mudança de ações e de intenções; na mudança está uma tentativa de dar sentido explícito e concreto para algo que tinha sentido vago, impreciso, pouco claro, confuso até. A mudança de fazeres e de propósitos significou transformar em *escola formadora* uma instituição que era, no máximo, educativa, como seria educativa qualquer atividade com fins pedagógicos desenvolvida fora do ambiente escolar. Tal transformação tinha implicações complexas: mudar uma orientação de ensino fundada na lógica médico-fisiológica para uma lógica pedagógico-linguística. A pessoa surda passou a ser vista como linguisticamente apta porque era capaz de produzir o som da voz, mas não de transformá-los em fala: em verbo, em verso. Ana Rímoli parece ter intuído essa distinção... Foi o que pensamos nas primeiras sínteses.

Contudo, podemos dizer com certa segurança que Ana Rímoli contou com mais do que intuição para ter feito o que fez em menos de dez anos. A tentativa de agrupar fragmentos da vida dela em uma cadeia lógica de compreensão sugere que, por mais competente que pudesse ter sido, lhe faltava o cabedal necessário para projetar

minimamente a dimensão do que seria não só administrar o instituto nacional; mas ainda pegá-lo em pedaços e reconstruí-lo de modo a torná-lo instituição de referência para uma realidade que se descortinava graças, em grande medida, aos desígnios de Ana Rímoli, tais como sua convicção e segurança. Nesse sentido, convém voltar à tese que motivou este estudo.

Se nossa *tese de estudo* derivou de certa inquietação sobre como Ana Rímoli pôde fazer o que fez em tão pouco tempo, ficou claro que, ao assumir o cargo, ela sabia bem do que se tratava e de suas capacidades para executar. Foi um turbilhão para ela: se familiarizar com a instituição, construir uma compreensão mínima do que o instituto fazia, projetar um plano de ações e soluções e executar, considerando que parte disso era formar professores para educar pessoas surdas no Brasil todo. Intuímos que ela possa ter recebido orientações do Ministério da Educação e agido com certa liberdade. Acreditamos que Ana Rímoli fez o que lhe pareceu ser o mais sensato: recorrer a Noemi Silveira; para, juntas, conceberem o projeto de renovação do Instituto Nacional de Educação de Surdos. Se a introdução do oralismo dependia de assimilar teorias produzidas fora do Brasil, pensamos que a iniciação de Ana Rímoli nelas tenha sido contribuição de Silveira; mesmo a necessidade de traduzir. Na tradução, Ana Rímoli não só imergia na teoria, mas ainda produzia material para servir de base ao curso de formação de professores. Pela tradução, ela fazia um exercício de compreensão profunda do texto, pois tinha de achar equivalentes em português para um jargão que era novidade, ou seja, para um objeto ainda pouco estudado no Brasil. O fato de Noemi ter sido tradutora nos faz apostar nessa compreensão. Além disso, e talvez mais importante, ela foi professora da primeira turma do curso de formação do instituto, sem contar que deu a aula magna. Era uma proximidade grande demais para ser puramente ocasional.

Nesse sentido, compreendemos que Ana Rímoli conjugou alguns fatores: seu intelecto, sua capacidade de agir segundo propósitos claros e o privilégio de não só ter estudado com uma pesquisadora referência no país, mas de ter conquistado a confiança dela para lhe dar o apoio na empreitada que foi reerguer o Instituto Nacional de Educação de Surdos. O que fez Ana Rímoli foi reunir o que havia de mais novo em pedagogia para pessoas surdas e uma equipe de profissionais que pudesse transformar

uma instituição que precisava ser renovada em sentido lato. Para isso, não bastava o cargo; mais importante era a bagagem.

Com efeito, Ana Rímoli se valeu de passos e movimentos que remontam à sua formação escolar, ao aproveitar a chance de não só se tornar normalista, mas ainda continuar sua formação em curso superior e se envolver com a pesquisa acadêmica. Enquanto trabalhava, estudava; enquanto estudava, se preparava para a grande oportunidade: um concurso para trabalhar no Ministério da Educação. Uma vez no ministério, mostrou ser uma profissional versátil e disposta a fazer o que lhe fosse designado. É nessa chave de compreensão que a vimos entre intelectuais da escola nova no fim dos anos 1930 e entre intelectuais do Estado Novo no início da década seguinte. Seguramente, Ana Rímoli construiu uma imagem muito favorável no ministério que a pôs no radar dos que escolhiam profissionais a dedo para atividades desgastantes e sérias como os inquéritos administrativos.

De fato, a saída de Ana Rímoli do instituto teve motivações semelhantes às que levaram à sua entrada. Em proporções distintas, se viu na pele de Antonio Carlos de Mello Barreto. Mas pensamos que isso não afeta em nada o legado dela (nem o de Mello Barreto, mas nesse caso porque ele não teve nada a legar à educação, exceto a truculência). Devemos ao projeto de Ana Rímoli a entrada de crianças surdas na escola regular como política educacional. O trabalho dela à frente do instituto criou um tipo de pressão institucional que evoluiu para pressão da sociedade, ao menos para a parcela que aposta na educação e em professores preparados. Assim, se temos hoje um projeto de inclusão escolar sólido e amplo, certamente devemos um pouco a Ana Rímoli. Se hoje dispomos de cursos, disciplinas e cargos em educação especial, certamente devemos a criação dessa demanda social e profissional ao trabalho dela na formação docente. Eis, então, uma contribuição imperecível da obra da intelectual da educação Ana Rímoli.

O que pereceu foi o oralismo: não vingou no Brasil. De forma quase lógica, os sinais preponderaram como linguagem mediadora da comunicação de pessoas surdas. Ainda assim, Ana Rímoli é importante porque introduziu a teoria no Brasil com suas traduções e obras autorais. Se não serve mais como paradigma de aprendizagem, certamente as obras são valiosas a uma história da difusão das teorias da aprendizagem no Brasil. Não por acaso, há gente estudando as traduções de Ana Rímoli.

Enfim, a pesquisa impôs muitas questões *a posteriori*, não cabíveis em seu escopo. Dessas questões, um ponto central são as relações entre Ana Rímoli e Noemi Silveira. A presença da mestra em aula inaugural de um curso de formação de professores e como docente do curso nos fez pensar que esses dois fatos tenham sido apenas a ponta do iceberg. Intuímos que em Noemi Silveira possamos encontrar elementos importantes para delinear a relação dela com a ex-orientanda, que deve tê-la enchido de orgulho. Ana Rímoli havia se projetado. Nesse sentido da relação entre formador e formando, impôs-se a relação de Ana Rímoli com os formandos dela. Isso porque conseguimos rastrear um caso singular de professor de pessoas surdas que se formou com Ana Rímoli na primeira turma, em 1953; ele formou um par de alunos como sua irmã e, logo após se formarem, publicou um livro — por meio do Instituto Nacional de Educação de Surdos — em que fez um trabalho parecido com o de Ana Rímoli quando estudava psicologia educacional; enquanto ela fez um levantamento da bibliografia sobre a psicologia do desenho, ele publicou um trabalho sobre a bibliografia da educação de pessoas surdas. É como se o curso lhe tivesse sido uma potência. Esse achado se coaduna com relatos de egressos residentes em estado do Nordeste já publicados em estudos afins a este. Outro ponto importante da trajetória de Ana Rímoli foram suas avaliações de cursos superiores. Pensamos que seus pareceres e relatórios possam revelar mais da intelectual da educação que ela foi nos anos 1940. São facetas da mesma personalidade que, uma vez estudadas podem ajudar a compor uma compreensão cada vez maior de quem foi Ana Rímoli e do que fez pela educação do Brasil.

## REFERÊNCIAS

- ALTAMIRANO, Carlos; SARLO, Beatriz. *Conceptos de sociologia literária*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1980, p. 49.
- ALAMY. Rio de Janeiro, RJ — 15/4/2015. Instituto Nacional de Educação de Surdos. Fachada do Instituto Nacional de Educação de surdos localizado no bairro de Laranjeiras no Rio de Janeiro. Fotografia: Vanessa Bohn. Disponível on-line.
- BLOCH, M. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: ed. UNESP, 1997.
- BOMENY, Helena. *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2001.
- BORN, Claudia. Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 3, n. 5, jan./jun. 2001 [p. 240–65], p. 241.
- BRAGA, Ana L. S. *Educação e formação profissional de surdos: o Instituto Nacional de Educação de Surdos (1907–1930)*. Dissertação (mestrado em Educação) — Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.
- BRASIL. Presidência da República. Departamento administrativo do serviço público. *Certificado de habilitação nº 2.182*. Folha única, imp./manusc. Rio de Janeiro, 26 nov. 1941.
- CAETANO, Gilcimar F. C. *A Academia do Comércio e as origens do curso de graduação em Administração* [sic]. Disponível em: [http://www2.unigranrio.br/unidades\\_adm/pro\\_reitorias/propep/sinctec/almanaqueunigranrio2017/trabalhos/787.pdf](http://www2.unigranrio.br/unidades_adm/pro_reitorias/propep/sinctec/almanaqueunigranrio2017/trabalhos/787.pdf). Acesso em: 5 nov. 2020.
- CAMPOS, José V. Entrevista concedida em libras. In: LAGE, Aline L. S. *Professores surdos na casa dos surdos: “demorou muito, mas voltaram”*. Tese (doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.
- CARDOSO, Luana L.; HEROLD JÚNIOR, Carlos. Educação e surdez na década de 1950 no Brasil: um panorama histórico acerca de Ana Rímoli de Faria Dória. *HISTEDBR* [on-line], Campinas, n. 68, p. 138–56, jun. 2016 – ISSN: 1676–2584
- CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO MARIO COVAS. Escola Normal do Braz. Atual: EE Padre Anchieta. São Paulo – SP. Disponível em:

[http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/neh/1911-1915/1913\\_braz.pdf](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/neh/1911-1915/1913_braz.pdf). Acesso em: maio 2020.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARTIER, Roger. *A história cultural — entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHARTIER, Roger. *¿Qué es un libro?* Entrevista realizada a Roger Chartier respondiendo a la pregunta ¿Qué es un libro? Archivo Central Andrés Bello. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KM3XeaO7bzM>. Acesso em: 2 jun. 2022

CHARTIER, Roger. Figuras de autor. In: \_\_\_\_\_. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: ed. UnB, 1994, p. 47–8 [33–66].

COELHO, Olga; OLIVEIRA, Karina G. S.; ORAIS, Felipe. Notas sobre a história recente da fonética no Brasil. *Letras*, Curitiba, UFPR, v. 104, n. 1, p. 145–163, jul.–dez. 2021. ISSN 2236-0999. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/84132/45496>. Acesso em: fev. 2022.

COGNOMIX. *Mappe dei cognomi italiani*. Disponível em: <https://www.cognomix.it/mappe-dei-cognomi-italiani/RIMOLI>. Acesso em: 15 ago. 2020.

COSTA, Ligia M. C.; MERCHAN-HAMANN, Edgar. Pandemias de influenza e a estrutura sanitária brasileira: breve histórico e caracterização dos cenários. *Rev Pan-Amaz Saúde*, v. 7, n. 1, p. 11–25, 2016. doi: 10.5123/S2176-62232016000100002. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/pdf/rpas/v7n1/2176-6223-rpas-7-01-11.pdf>. Acesso em: fev. 2022.

COSTA, Edivaldo S. *Mãos tecendo histórias de vida: memórias dos surdos sergipanos egressos do Instituto Nacional de Educação de Surdos (1944–1979)*. Tese (doutorado em Educação) — Universidade Federal de Sergipe, 2018.

CRUZ, Maurício R. *Experiências instituintes na formação de professores de surdos no INES*. Tese (doutorado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

DOSSE, François. *O desafio biográfico — escrever uma vida*. São Paulo: editora da USP, 2009; LORIGA, Sabina. *O pequeno X — da biografia à história*. Belo Horizonte, Autêntica, 2011.

DUARTE, Ana B. S. *Releitura histórica da educação de surdos no Brasil: 1961–1996*. 174 f. Dissertação (mestrado em Educação) — Universidade Federal de Uberlândia, 2017.

- FAIRCLOUGH, Normam. *Discurso e mudança social*. Brasília: ed. UnB, 2008.
- FINI, Danielle A. *Currículos praticados: um estudo na educação de surdos — INES*. 132 f. Dissertação (mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017, p. 98–9.
- FONSECA, Maria R. Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro. In: DICIONÁRIO histórico-biográfico das ciências da saúde no Brasil (1832–1930). On-line. 2015. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>. Acesso em: 28 set. 2019.
- FREITAS, G. M. *Singularidades entrelaçadas: os cursos de formação/especialização de professores de deficientes auditivos — Brasil e Portugal (1950 1980)*. 2016. 298 fl. Tese (doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- GIROUX, Henry A. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- GONÇALVES, R. C. F. *O silêncio eloquente: a gênese do Imperial Instituto de Surdos-mudos no século XIX (1856–1896)*. Dissertação (mestrado em Educação) — Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2015, p. 19.
- GONDRA, J. G.; SCHUELER, A. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008, p. 104.
- GUILMO, Nátaly S. A constituição histórica e política da Confederação Nacional da Indústria. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 12./CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DAS EMPRESAS, 13., Niterói, RJ, 28–30 ago. 2017, p. 17. Disponível em: <https://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/2%20A%20constitui%C3%A7%C3%A3o%20hist%C3%B3rica%20e%20pol%C3%ADtica%20da%20Confedera%C3%A7%C3%A3o%20Nacional%20da%20Ind%C3%BAstria.pdf>. Acesso em: 14 set. 2021.
- GUIMARÃES, Eduardo. Sinopse dos Estudos do Português no Brasil. *Relatos*, Campinas, n. 1, 1994. Disponível em: [https://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos\\_01.html](https://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_01.html). Acesso em: 4 fev. 2022.
- GUITTON, Jean. *O trabalho intelectual: conselhos para os que estudam e para os que escrevem* Campinas: Cedet, 2018, partes II e VI, p. 47–54; p. 85–95.
- INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS. Lista de livros doados ao INES em julho de 1998, pertencentes ao acervo pessoal de Ana Rimoli de Faria Dória. Datiloscrito, 6 fls.; folhas avulsas grampeado. Rio de Janeiro, s. d.

- LAGE, Aline L. S. *Professores surdos na casa dos surdos: “demorou muito, mas voltaram”*. Tese (doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019, p. 325–6.
- LEAL, Carlos Eduardo. Correio da Manhã. Verbetes. Dicionário da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-da-manha>. Acesso em: jan. 2022.
- LEVI, Giovanni. Os usos da biografia. *Anais [economias, sociedades e civilizações]*, 44 anos, n. 6, 1989, p. 22.
- LÓPEZ, Alberto. Charles Michel de l'Épée, o pai da educação pública para surdos. *El País Brasil*, 24 nov. 2018, *on-line*. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/24/cultura/1543042279\\_562860.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/24/cultura/1543042279_562860.html). Acesso em: 25 dez. 2019.
- MAGALHÃES, Justino Pereira; BARRETO, Raylane Andreza D. N. Os intelectuais e a educação — abordagem histórica e biográfica. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 54, n. 41, p. 63–4 [p. 61-85], maio/ago. 2016. DOI | 10.21680/1981-1802.2016v54n41ID10158.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Campinas: Pontes; ed. Unicamp, 1997.
- MELLO, Antônio V. M. Comunicado à sociedade dos amigos de Alberto Torres... *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, RJ, quinta-feira, 25 jan. 1934, n. 21, “Comunicados”, p. 14.
- MOCOCA. Distrito, município e comarca. Registro civil das pessoas naturais. Certidão de nascimento. Anna Rimoli. Datiloscrito, 1 folha. Cartório de registro civil, Mococa, SP, 9 de outubro de 1912. Consta a hora de nascimento: às “17 horas”.
- NOZELLA, P.; BUFFA, E. *Instituições escolares: por que e como pesquisar*. Campinas: Alínea, 2009, p. 25.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.
- PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, 1997.
- PROST, A. *Doze lições sobre a história*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p. 67.
- ROCHA, Ana Cristina S. M. *Experiências norte-americanas e projetos de educação no Distrito Federal e em São Paulo (1927–1935)*: Anísio Teixeira, Noemi Silveira, Isaías

Alves e Lourenço Filho. Tese (doutorado em História das Ciências e da Saúde) — Casa de Oswaldo Cruz–Fiocruz, 2016, p. 144–83.

ROCHA, S. M. *Antíteses, díades, dicotomias no jogo entre memória e apagamento presentes nas narrativas da história da educação de surdos: um olhar para o Instituto Nacional de Educação de Surdos (1856/1961)*. 2009. Tese (doutorado em Educação) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares: conceito, história, historiografia e práticas. *Cadernos de História da Educação*, 4, 2005, p. 28. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/382>. Acesso em: 28 set. 2019.

SAVIANI, Dermeval. A expansão do Ensino Superior no Brasil. *Poíesis Pedagógica*, v. 8, n. 2 ago.–dez. 2010, p. 12. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/poiesis/article/view/14035/8876>. Acesso em: 20 jul. 2022.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. B.; COSTA, Vanda M. R. O grande projeto universitário. In: \_\_\_\_\_. *Tempos de Capanema*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 221–46.

SILVA, Vinicius R. C. O jiu-jitsu como inclusão social no ambiente escolar. Faculdade de Ciências da Educação e Saúde. Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Brasília, novembro de 2017.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 231–69.

SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, J. P.; SIRINELLI, J. F. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 254.

SOARES, M. A. L. *A educação do surdo no Brasil*. Campinas: Autores Associados; EDUSF, 1999.

SOWELL, Thomas. *Intelectuais e sociedade*. São Paulo: É Realizações, 2011.

TALARICO, Paulo; MÜLLER, Humberto L.; COELHO, Karol; LANDIN, Lucas. Quando era tudo mato: imagens registradas há 80 anos mostram formação das cidades na Grande SP. *Mural*, “Notícia”, 23 ago.2019/22 nov. 2021. Disponível em: <https://www.agenciamural.org.br/quando-era-tudo-mato-imagens-registradas-ha-80-anos-mostram-formacao-das-cidades-na-grande-sp>. Acesso em: jul. 2021. Fotografos não identificados para as imagens.

WIKIMEDIA. Escola Normal do Brás (1925).jpg. [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Escola Normal do Br%C3%A1s \(1925\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Escola_Normal_do_Br%C3%A1s_(1925).jpg)

■ FONTES DOCUMENTAIS

R., L. Prado, BA, 6 nov. 2019. Tipo de arquivo [vídeo]. Entrevista concedida a Ana Beatriz da Silva Duarte na Pousada Campo de Maria.

■ FONTES DOCUMENTAIS

BRASIL. Departamento do serviço público. [Certificado do Curso Especializado de Testes e Mensurações]. Folha única, imp./manusc. São Paulo, 29 fev. 1944.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Diploma* [de reconhecimento Cruz de Prata assinado pelo ministro Clovis Salgado]. Folha única, imp./manusc. Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1959.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Instituto Nacional de Ensino de Surdos. Certificado do registro de professor de curso Normal [formação de professores para surdos-mudos]. Folha única, imp./manusc. Rio de Janeiro, 1º mar. 1952.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Instituto Nacional de Ensino de Surdos. Certificado do registro de professor de curso Normal [formação de professores para surdos-mudos]. Folha única, imp./manusc. Rio de Janeiro, 29 jan. 1953.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto 1.339*, de 9 de janeiro de 1905. Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1905, 17º da Republica. *Diário Oficial*, Rio de Janeiro, RJ, 11 jan. 1905, p. 225 [publicação original].

BRASIL. *Relatórios do Ministério das Relações Exteriores 1957* — Educação: cátedras, cursos e institutos de estudos brasileiros no exterior. Rio de Janeiro, Serviço de Publicação do Serviço de Documentação, Rio de Janeiro, DF, 1957, p. 95.

CARTORIO DE PAZ E REGISTRO CIVIL. [Certidão de casamento de Herson Faria Doria e Ana Rímoli], 2ª zona — Liberdade, São Paulo, SP, 16 out. 1944, n. 2770, fl. 100, livro 54.

SÃO PAULO. Departamento de educação. *Registro de professor particular*. Impresso datiloscrito, fl. única, frente e verso, assinada. São Paulo, 10 de dezembro de 1938.

SÃO PAULO. Secretaria d'Estado dos Negócios do Interior. [Termo de nomeação de professor]. São Paulo, SP, 24 de fevereiro de 1931, impresso com manuscrito, 1 folha, frente e verso.

UNITED STATES. Department of Justice. Immigration and naturalisation service. *Information sheet*. Nova Iorque, Estados Unidos, 3 nov. 1946.

UNITED STATES. Department of Justice. Immigration and naturalisation service. *Information sheet*. Nova Iorque, Estados Unidos, 3 nov. 1946.

#### ■ FONTES BIBLIOGRÁFICAS

DÓRIA, Ana R. F. Problemas da adolescência: o querer valer, a evasão e o retorno. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v.. XII, n. 33, maio–ago. 1948, p. 44–45; 50–1; 58–

DORIA, Ana Rímoli F. *Introdução à didática da fala*. Rio de Janeiro: sem editora, 1954, p. 8–9.

DÓRIA, Ana Rímoli F. *Introdução à didática da fala*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Educação de Surdos, 1957, p. V.

DORIA, Ana Rímoli F. *Introdução ao estudo da fala*. Rio de Janeiro, MEC/INES, 1957, p. 2

DÓRIA, Ana Rímoli F. *Manual de educação da criança surda*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Educação de Surdos, 1961, p. VII.

DORIA, Ana Rímoli F. Prefácio. In: \_\_\_\_\_. *Compêndio de educação da criança surda-muda*. Rio de Janeiro: sem editora, 1954, p. 8–9.

#### ■ FONTES BIBLIOGRÁFICAS

A GAZETA. Repartições que deverão fazer parte do ministério da Educação e Saúde Pública. São Paulo, SP, sábado, 22 nov. 1930, n. 7.437, p. 3.

A GAZETA. A organização do novo Ministério da Educação e Saúde Pública. São Paulo, SP, sábado, 27 nov. 1930, n. 7.437, p. 4.

A GAZETA. A organização do Ministério da Educação. São Paulo, SP, sexta-feira, 5 dez. 1930, n. 7.447, p. 1.

A GAZETA. *Instituto Pedagógico de São Paulo*. São Paulo, SP, terça-feira, 3 mar. 1931, n. 7.517, p. 3.

A LANTERNA. *A Escola Moderna em S. Paulo*. São Paulo, SP, sábado, 12 mar. 1910, n. 22, p. 3.

A LANTERNA. [Bebedouro]. São Paulo, SP, 1910, n. 63, p. 3.

A MANHÃ. *Notícias fúnebres*. Rio de Janeiro, RJ, domingo, 12 fev. 1928, n. 666, p. 8.

A MANHÃ. *De radio*. Rio de Janeiro, RJ, quarta-feira, 4 set. 1935, n.113, p. 5.

A MANHÃ. *Presidência da República*. Rio de Janeiro, DF, sábado, 27 dez. 1941, n. 103, “Informações úteis”, p. 8.

A MANHÃ. *Missão dos engenheiros na tarefa de construção do Brasil novo*. Rio de Janeiro, RJ, terça-feira, 22 de dezembro de 1942, n. 422, p. 3.

- A MANHÃ. “A Manhã” *ouve a palavra do prof. Mello Barreto...* Rio de Janeiro, RJ, sexta-feira, 3 fev. 1943, n. 459, p. 6.
- A MANHÃ. *O problema das edificações escolares no Brasil.* Rio de Janeiro, RJ, sábado, 21 out. 1944, n. 983, p. 3.
- A MANHÃ. *Posse dos diretores...* Rio de Janeiro, RJ, terça-feira, 27 de fevereiro de 1951, n. 2.397, “Informações úteis”, p. 2.
- A MANHÃ. *Cursos gratuitos do I. P. F. S.* Rio de Janeiro, RJ, sábado, 12 ago. 1950, n. 2.744, “Radio”, p. 6.
- A MANHÃ. *Em ação de graças.* Rio de Janeiro, RJ, domingo, 9 jul. 1950, n. 2.745, p. 5
- A MANHÃ. *Dois novos cursos no I. P. F. S.* Rio de Janeiro, RJ, quinta-feira, 23 de novembro de 1950, n. 2.859, p. 2.
- A NOITE. *Decretos do presidente da República.* Rio de Janeiro, RJ, quarta-feira, 8 jan. 1939, n. 9677, p. 1.
- A NOITE. *Concurso para a carreira de técnico de educação.* Rio de Janeiro, RJ, 13 jul. 1940, n. 10.209, p. 6.
- A NOITE: *A Escola Técnica de Vitória e quinquênio do Estado Nacional.* Rio de Janeiro, n. 718, 15 dez. 1942, p. 43–4.
- A NOITE. *Desburocratização — o ideal do serviço público.* Rio de Janeiro, domingo, 27 fev. 1944, n. 11509, p. 9.
- A NOITE. *História estranha.* Rio de Janeiro, DF, segunda-feira, 28 abr, 1947, n. 12.551, p. 13.
- A NOITE. *Professores de surdos-mudos.* Rio de Janeiro, RJ, quinta-feira, 23 ago. 1951, n. 514, p. 8.
- A NOITE. *Em curso a preparação da primeira Olimpíada de Surdos.* Rio de Janeiro, 26 out. 1957, n. 15756, 1º caderno, p. 7
- A NOTIE. *Panorama.* Rio de Janeiro, RJ, 11 jan. 1962, n. 15930, p. 2
- A ORDEM. *O novo director da Escola de Aprendizizes Artífices.* Natal, RN, sexta-feira, 20 set. 1935, n. 66, p. 4.
- A ORDEM. *Embarcou hoje o Dr. Mello Barreto.* Natal, RN, sábado, 18 mar. 1939, n. 1055, p. 4.
- A RAZÃO. *Viajantes.* Fortaleza, CE, terça-feira, 12 out, 1937, n. 404, p. 2.
- A VIDA MODERNA. São Paulo, SP, 17 jan. 1923, n. 446, p. 425
- BEIRA-MAR. *O que ha por ahi.* Rio de Janeiro, RJ, 25 mar. 1936, n. 511, p. 10.
- COIMBRA, Tarso. [Surdos-mudos] — Cartas dos leitores. *Tribuna da Imprensa.* Rio de Janeiro, RJ, 7 nov. 1960, n. 2.288, p. 4.
- CORREIO DA MANHÃ. *Viajantes.* Rio de Janeiro, RJ, terça-feira, 7 jul. 1925, n. 9337, p. 6.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, RJ, quarta-feira, 25 maio 1932, n. 11.488, p. 5

CORREIO DA MANHÃ. *Amazonas*. Rio de Janeiro, RJ, sexta-feira, 2 ago. 1933, n. 11867, p. 9

CORREIO DA MANHÃ. *Chamados os candidatos ao concurso para técnicos de educação*. Rio de Janeiro, DF, domingo, 25 set. 1938, n. 13.461, p. 9.

CORREIO DA MANHÃ. *Concurso de técnico de educação*. Rio de Janeiro, RJ, sexta-feira, 4 nov. 1938, n. 13.494, p. 6

CORREIO DA MANHÃ. *Informação do DASP*. Rio de Janeiro, RJ, sábado, 4 nov. 1939, n. 13.702, p. 8.

CORREIO DA MANHÃ. *Facilitando a leitura aos deficientes — Ensino*. Rio de Janeiro, RJ, domingo, 8 fev. 1941, n. 20.820, p. 8.

CORREIO DA MANHÃ. *Notícias do DASP*. Rio de Janeiro, DF, quarta-feira, 30 abr. 1941, n. 14129, p. 5.

CORREIO DA MANHÃ. *Viagem aos Estados Unidos da América*. Rio de Janeiro, DF, quinta-feira, 11 jun. 1942, n. 14602, “1ª seção”, p. 2.

CORREIO DA MANHÃ. *Posse do diretor do Instituto de surdos-mudos*. Rio de Janeiro, RJ, sábado, 13 mar. 1947, n. 16.061, p. 2.

CORREIO DA MANHÃ. *Decretos em diversas pastas*. Rio de Janeiro, RJ, 14 mar. 1947, n. 16060, p. 2.

CORREIO DA MANHÃ. *Informações úteis*. Rio de Janeiro, RJ, quinta-feira, 10 de novembro de 1949, n. 17.378, p. 8.

CORREIO DA MANHÃ. *Faculdade Nacional de Direito — Ensino*. Rio de Janeiro, RJ, 27 maio 1950, n. 17544, “2ª seção”, p. 7.

CORREIO DA MANHÃ. *Vida cultural* [“Vários”]. Rio de Janeiro, RJ, domingo, 16 dez. 1950, n. 18.019, “1º Caderno”, p. 10.

CORREIO DA MANHÃ. *Vida cultural* [“Comemorações”]. Rio de Janeiro, RJ, sexta-feira, 12 out 1951, n. 17.965, “1º Caderno”, p. 7.

CORREIO DA MANHÃ. *Noticiário* [“Curso de psicologia da criança”]. Rio de Janeiro, RJ, sábado, 29 dez. 1950, n. 18.029, “1º Caderno”, p. 5.

CORREIO DA MANHÃ. *Curso de especialização de professores de jardim de infância* domingo, 18 fev. 1951, n. 17.767, “3º Caderno”, p. 26.

CORREIO DA MANHÃ. *Perto do centenário o Instituto de Surdos-mudos*. Rio de Janeiro, RJ, domingo, 29 jul. 1951, n. 17.902, “3º Caderno”, p. 1.

CORREIO DA MANHÃ. *Instalação do cursos para professôres de surdos-mudos*. Rio de Janeiro, RJ, sábado, 18 ago. 1951, n. 17.992, “1º Caderno”.

CORREIO DA MANHÃ. *Diploma-se em janeiro a primeira turma de professores para surdos mudos*. Rio de Janeiro, RJ, domingo, 6 dez. 1953, n. 18621, “4º caderno”, p. 16.

CORREIO DA MANHÃ. *Livros novos*. Rio de Janeiro, DF, quarta-feira, 4 fev. 1954, n. 18365, “1º Caderno”, p. 3

CORREIO DA MANHÃ. *Os surdos-mudos*. Rio de Janeiro, RJ, terça-feira, 25 maio 1954, n. 18.760, p. 2.

CORREIO DA MANHÃ. *Uma vida fecunda e uma obra imperecível*. Rio de Janeiro, RJ, domingo, 13 fev. 1955, n. 18984, “2º caderno”, p. 4.

CORREIO DA MANHÃ. *Professorandas curso normal do INSM — Ensino*. Rio de Janeiro, quinta-feira, 12 jan. 1956, n. 19.264, “1.º Caderno” p. 10.

CORREIO DA MANHÃ. *Ensino*. Rio de Janeiro, sábado, 12 jan. 1957, n. 19.571, “1.º Caderno”.

CORREIO DA MANHÃ. *Correio da Manhã*. Novas mensagens sobre o aniversário. Rio de Janeiro, RJ, quinta-feira, 27 jun. 1957, n. 19.709, “1º caderno”, p. 2.

CORREIO DA MANHÃ. *Centenário do Instituto Nacional de Educação de Surdos*. Rio de Janeiro, RJ, sábado, 21 set. 1957, n. 19783, “2º caderno”, p. 14.

CORREIO DA MANHÃ. *Centenário do Instituto Nacional de Educação de Surdos*. Rio de Janeiro, RJ, quinta-feira, 26 set. 1957, n. 19.787, “1º caderno”, p. 10.

CORREIO DA MANHÃ. *Primeira Olimpíada Nacional de Surdos*. Rio de Janeiro, RJ, sábado, 26 out. 1957, n. 19.813, “2º caderno”, p. 2

CORREIO DA MANHÃ. *Princípio norteador: surdo não é mudo*. Rio de Janeiro, RJ, quinta-feira, 9 nov. 1957, n. 19.822, “2º caderno”, p. 4.

CORREIO DA MANHÃ. *I Olimpíada Nacional de Surdos*. Rio de Janeiro, RJ, terça-feira, 3 dez. 1957, n. 19.844, “2º caderno”, p. 4.

CORREIO DA MANHÃ. *Em nossa redação, os vencedores da olimpíada dos surdos*. Rio de Janeiro, RJ, quinta-feira, 12 dez. 1957, n. 19.852, “1º caderno”, p. 11.

CORREIO DA MANHA. *Congresso Ibero-americano de Surdos*. Trabalho do Brasil foi ressaltado. Rio de Janeiro, RJ, sábado, 28 nov. 1959, n. 20.453, “1º Caderno”, p. 4

CORREIO DA MANHÃ. *O Brasil na liderança no combate à surdez*. Rio de Janeiro, RJ, domingo, 13 set. 1959, n. 20.289, “2º caderno”, p. 8

CORREIO DA MANHÃ. *Formação de mestres para surdos-mudos*. Rio de Janeiro, RJ, domingo, 3 jan. 1960, n. 20.482, p. 7.

CORREIO DA MANHÃ. *Será criado o Departamento de Esportes da C. E. S. B.* Rio de Janeiro, RJ, quinta-feira, 14 jan. 1960, n. 20491, 2º caderno, p. 15.

CORREIO DA MANHÃ. *Roteiro universitário*. Rio de Janeiro, RJ, sábado, 12 mar. 1960, n. 20539, “2º caderno”, p. 5.

CORREIO DA MANHÃ. *Atletas surdos em grande olimpíada*. Rio de Janeiro, RJ, sexta-feira, 1º set. 1960, n. 20693, 1º caderno, p. 13.

CORREIO DA MANHA. *Vai aos EUA e ao México a diretora do I. N. E.S.* Rio de Janeiro, RJ, domingo, 11 set. 1960, n. 20.695, “2º Caderno”, p. 7.

CORREIO DA MANHÃ. *Instituto Nacional de Educação de Surdos comemorou 103º aniversário*. Rio de Janeiro, RJ, 17 setembro 1960, n. 20710, “1º caderno”, p. 9.

- CORREIO DA MANHÃ. *Congresso de educação de surdos — Roteiro universitário*. Rio de Janeiro, RJ, sexta-feira, 14 out. 1960, n. 20723, “2º caderno”, p. 6.
- CORREIO DA MANHÃ. *Olimpíada nacional dos surdos*. Rio de Janeiro, RJ, domingo, 27 nov. 1960, n. 20.670, 2º caderno, p. 7.
- CORREIO DE S. PAULO. *Estão sendo feitos interessantes estudos sobre psychologia infantil nos grupos escolares* [fala ao “Correio de S. Paulo a professora d. Noemi Silveira]. São Paulo, SP, quarta-feira, 17 out. 1934, 732, p. 3.
- CORREIO DE S. PAULO. *Instituto Pedagógico de São Paulo*. São Paulo, SP, segunda-feira, 22 out. 1934, 732, p. 2
- CORREIO DE S. PAULO. *Orgganisaçao de colônia de férias*. São Paulo, SP, sexta-feira, 30 abr. 1935, n 14.085, p. 5.
- CORREIO PAULISTANO, São Paulo, SP, terça-feira, 9 dez. 1913, n. 18100, p. 4
- CORREIO PAULISTANO. *Requerimentos despachados*. São Paulo, SP, terça-feira, 9 dez. 1913, n. 18100, p. 4.
- CORREIO PAULISTANO. *Universidade de São Paulo*. São Paulo, SP, segunda-feira, 25 nov. 1934, 24.133, “Pelos escolas”, p. 7.
- CORREIO PAULISTANO. *Universidade São Paulo*. São Paulo, SP, sábado, 5 jan. 1935, n. 24167, p. 3.
- CORREIO PAULISTANO. *Secretaria de educação*. São Paulo, SP, domingo, 5 fev. 1935, n. 24.194, “Actos officiaes”, p. 11.
- CORREIO PAULISTANO. *Secretaria de Educação*. São Paulo, SP, 1º set. 1935, n 24.370, p. 7.
- CORREIO PAULISTANO. 1º Congresso Paulista de Psychologia, Neurologia, Psychiatria... São Paulo, SP, quarta-feira, 19 jun. 1938, n. 25238, p. 10
- CORREIO PAULISTANO. A instalação do 1º Congresso Paulista de Psychologia e Psychiatria. São Paulo, SP, quarta-feira, 27 jul. 1938, n. 25270, p. 4.
- CORREIO PAULISTANO. [Curso de professores para surdos-murdos — Correio escolar]. São Paulo, SP, 30 mar. 1960, n 31.903, p. 10.
- CORREIO PAULISTANO. *Muzambinho*. São Paulo, SP, 1915, n. 18650, p. 2.
- CORREIO PAULISTANO. *Nupcias*. São Paulo, SP, sexta-feira, 18 jan. 1918, n. 19588, p. 4.
- CORREIO PAULISTANO. *A tarde da criança*. São Paulo, SP, sábado, 26 nov. 1921, n. 20.976, p. 3.
- CORREIO PAULISTANO. Festa das arvores. São Paulo, SP, domingo, 30 set. 1923, n. 21634, p. 2.

- CORREIO PAULISTANO. Descobrimento do Brasil [“Escola Normal...”]. São Paulo, SP, sexta-feira, 4 maio 1923, n. 21.486, p. 3
- CORREIO PAULISTANO. *Actos officiaes* — Instrução pública. São Paulo, SP, 12 jan. 1929, n. 23.450, p. 10.
- CORREIO PAULISTANO. *Actos officiaes* — Instrução pública. São Paulo, SP, 9 mar. 1929, n. 23.497, p. 9.
- CORREIO PAULISTANO. *A vida social* — *Formatura*. São Paulo, SP, terça-feira, 9 maio 1935, n. 25.512, p. 7.
- CORREIO PAULISTANO. Cabralia. São Paulo, SP, quinta-feira, 26 set. 1935, n. 24.391, p. 12.
- CORREIO PAULISTANO. *Anniversarios*. São Paulo, SP, domingo, 29 maio 1938, n. 25220, “Vida Social”, p. 6.
- CORREIO PAULISTANO. Gymnasio “Oswaldo Cruz”. São Paulo, SP, domingo, 30 abr. 1939, n. 25.505, p. 6.
- CORREIO PAULISTANO. *D. Oda Ferraz Rimoli* — Obituário. São Paulo, SP, terça-feira, 7 ago. 1945, n. 27414, “Necrologia”, p. 13.
- CORREIO PAULISTANO. *Os physicultores de S. Paulo homenagearam o Ministro da Educação*. São Paulo, SP, terça-feira, 20 ago. 1940, n. 27761, p. 10.
- CORREIO PAULISTANO. *Secretaria da Educação e Saúde Pública*. São Paulo, SP, domingo, 28 maio 1940, n. 25.835, p. 10.
- DIÁRIO CARICOA. *Atos do chefe do governo*. Rio de Janeiro, 18 jun. 1943. 4602, p. 5.
- DIÁRIO CARICOA. *Cem anos comemorou ontem Surdos-Mudos*. Rio de Janeiro, RJ, domingo, 1º dez. 1957, n. 9015, p. 1.
- DIÁRIO CARIOCA. *Atos do governo federal*. Rio de Janeiro, DF, 14 mar. 1947, n. 5739, p. 4 (ver ainda *A Noite*, Rio de Janeiro, DF, n. 12513).
- DIÁRIO CARIOCA. *Ensinar aos surdos e retirar-los do vácuo*. Rio de Janeiro, RJ, quarta-feira, 1º fev. 1961, n. 10003, “DC”, p. 3
- DIÁRIO CARIOCA. *Inteligência é igual para sadios e surdos*. Rio de Janeiro, RJ, sábado, 24 set. 1960, n. 9891, p. 3.
- DIÁRIO CARIOCA. *No ministério da Educação* — “Noticiário”. Rio de Janeiro, RJ, quinta-feira, 30 out. 1941, n. 4102, p. 8.
- DIÁRIO CARIOCA. *Para o maior aperfeiçoamento da raça*. Rio de Janeiro, RJ, domingo, 22 ago. 1937, “Sports”, p. 9.
- DIÁRIO CARIOCA. Rio de Janeiro, RJ, terça-feira, 11 out. 1950, p. 1.
- DIÁRIO DA NOITE. *Instituto de surdos faz centenário*. Rio de Janeiro, RJ, sábado, 30 nov. 1957, n. 6057, p. 7.

DIARIO DA NOITE. *Normalistas do instituto de Surdos e mudos formam-se para que?* Rio de Janeiro, quinta-feira, 7 abr. 1955, n. 5852, “1ª seção”, p. 8

DIARIO DA NOITE. *Normalistas do instituto de Surdos e mudos formam-se para que?* Rio de Janeiro, quinta-feira, 7 abr. 1955, n. 5852, “1ª seção”, p. 8.

DIARIO DA NOITE. *Normalistas do instituto de Surdos e mudos formam-se para que?* Rio de Janeiro, quinta-feira, 7 abr. 1955, n. 5852, “1ª seção”, p. 8

DIÁRIO DA NOITE. *Nova distinção*. Rio de Janeiro, 11 dez. 1943, n. 3952, p. 3.

DIÁRIO DA NOITE. *Terminou o congresso de educação physica de São Paulo*. Rio de Janeiro, RJ, segunda-feira, 29 jul. 1940, n. 4.017, p. 20.

DIÁRIO DA TARDE. *Surdo não é mudo*. Curitiba, PR, quarta-feira, 20 nov. 1957, n. 20504, p. 2.

*Diário de Notícias* (3 mar. 1953, p. 1).

DIARIO DE NOTICIAS. *Informações dos ministerios*. Rio de Janeiro, sábado, 17 out. 1931, n. 486, p. 11.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Surdos-mudos maltratados no instituto*. Rio de Janeiro, RJ, quinta-feira, 27 out. 1960, n. 11643, “Primeira seção”, p. 13

DIARIO DE NOTÍCIAS. *Atos do presidente da República*. Rio de Janeiro, RJ, sexta-feira, 2 ago. 1935, n. 2647, p. 4.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Inaugurado o curso de extensão administrativa*. Rio de Janeiro, DF, 2 jan. 1941, n. 5716, p. 6

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Concursos em realização*. Rio de Janeiro, DF, terça-feira, 20 jan. 1942, n. 5901, p. 2; DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Nomeação no DASP*. Rio de Janeiro, DF, sexta-feira, 18 fev. 1942, n. 5916, “1ª seção”, p. 4.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Notícias do DASP* [‘Técnico de educação’]. Rio de Janeiro, DF, domingo, 24 ago. 1941, n. 5.776, “Segunda seção”, p.10.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Notícias do DASP* [Técnico de educação]. Rio de Janeiro, DF, sábado, 1º fev. 1941, n. 5.604, “Segunda seção”, p. 11.]

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Notícias do DASP*. Rio de Janeiro, DF, domingo, 28 dez, 1941, n. 5883, “2ª seção”, p. 15

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Notícias do DASP*. Rio de Janeiro, DF, domingo, 24 maio 1942, n. 6005, “1ª seção”, p. 4.

DIARIO DE NOTÍCIAS. *Novo inquérito no Liceu Industrial de Vitória*. Rio de Janeiro, RJ, sábado, 30 maio 1942, n. 6010, p. 6.

DIARIO DE NOTÍCIAS. *Escola técnica de Vitória*. Rio de Janeiro, RJ, sábado, 23 jan. 1943, n. 6211, “Diário escolar”, p. 9.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Atos do chefe do governo*. Rio de Janeiro, RJ, 17 maio 1944, n. 4882, “Segunda secção”, p. 11.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Atos do presidente da República. Rio de Janeiro, RJ, quarta-feira, 17 de maio de 1944, n. 6.614, “Primeira seção”, p. 4.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Atos do presidente da República*. Rio de Janeiro, DF, quinta-feira, 29 dez. 1949, n. 8340, “1ª seção”, p. 4.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Curso de revisão*. Rio de Janeiro, sábado, 24 fev. 1951, n. 8692, “Segunda seção — Diário escolar”, p. 2

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Curso Normal no Instituto Nacional de Surdos Mudos*. Rio de Janeiro, 3 mar. 1953, n. 9.305, “Diário escolar”, p. 1.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Professoras não receberas salários há 3 meses*. Rio de Janeiro, DF, quinta-feira, 10 nov. 1960, n. 11.654, “2ª seção”, p. 2

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Mestres estão reunidos desde ontem para exame dos problemas dos surdos*. Rio de Janeiro, RJ, terça-feira, 11 out. 1960, n. 11.629, p. 1.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Enquadrar a educação do surdo no sistema para seu ajustamento — Diário escolar*”, Rio de Janeiro, RJ, domingo, 4 mar. 1962, n. 12.057, “3ª seção”, p. 1.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Um ministério surdo não cuida dos surdos*. Rio de Janeiro, DF, 20 jan. 1963, n. 12.323, “Suplemento de educação – Diário escolar”, p. 1

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Viajantes*. Rio de Janeiro, RJ, domingo, 13 out 1940, n. 5512, p. 9.

DIÁRIO NACIONAL. *Para substituir adjuntos licenciados*. São Paulo, SP, quinta-feira, 24 fev. 1931, n. 1.144, “Instrução pública”, p. 5

FON FON. *Bebês e nenéns*. Rio de Janeiro, RJ, ano VIII, n. 16, 18 abr. 1914, p. 49.

FON-FON. *O Rio De Janeiro moderno*. O novo Instituto dos Surdos-Mudos. Rio de Janeiro, RJ, 1915, p. 9. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FON%20FON.pdf>. Acesso em: 1º dez. 2019.

GAZETA DE NOTÍCIA. A nacionalização do ensino. Rio de Janeiro, RJ, quarta-feira, 21 fev. 1940, n. 42, p. 7. As relações entre língua e Estado Novo têm sido estudadas por muita gente, a exemplo de obra de Eni Pulcinelli, a ser lida para fundamentação desse quesito.

GAZETA DE NOTÍCIAS. *A rádio Ipanema e cultura physica...* Rio de Janeiro, RJ, 20 out. 1935, n. 249, “Radio”, p. 17.

GAZETA DE NOTÍCIAS. *Educação physica*. Rio de Janeiro, RJ, 17 out. 1935, n. 246, p. 10.

GAZETA DE NOTÍCIAS. *Educação physica*. Rio de Janeiro, RJ, 17 out. 1935, n. 246, p. 10.

GAZETA DE NOTÍCIAS. *O prof. Tarso deixará a PRH-8*. Rio de Janeiro, RJ, 8 abr. 1936, n. 82, “Radio”, p. 8.

ILLUSTRAZIONE COLONIALE. São Paulo, SP, ano 1914, n. 1, p. 2.

JORNAL DO BRASIL. Asiática adiou comemorações dos 100 anos do Instituto Nacional de Surdos. Rio de Janeiro, sexta-feira, 20 set. 1957, n. 219, p. 13, “1º caderno”.

JORNAL DO BRASIL. *Atos do governo*. Rio de Janeiro, RJ, sábado, 6 ago. 1941, n. 288, p. 5.

JORNAL DO BRASIL. *Avisos fúnebres*. Rio de Janeiro, terça-feira, 6 fev. 1945, n. 30, p. 12.

JORNAL DO BRASIL. *Batizados*. Rio de Janeiro, 11 jun. 1927, n. 1833, p. 3.

JORNAL DO BRASIL. *Clube Militar da Reserva do Exército*. Rio de Janeiro, DF, sexta-feira, 26 jul. 1935, n. 177, p. 24.

JORNAL DO BRASIL. Cr\$ 7.000 (por ora) para professores formados no Instituto de Surdos-Mudos. Rio de Janeiro, segunda-feira, 10 jan. 1958, n. 8, “1º caderno”, p. 7.

JORNAL DO BRASIL. Diretora do INES mentiu: professôras. Rio de Janeiro, RJ, 9 nov. 1960, n. 263, “1º caderno”, p. 6.

JORNAL DO BRASIL. *Diretoria do INES lamenta greve de professoras: processo está em Brasília*. Rio de Janeiro, RJ, domingo, 4 maio 1958, n. 101, “2º caderno”, p.4.

JORNAL DO BRASIL. *É surdez o problemas dos surdos: é por esse motivo o institui mudo de nome*. Rio de Janeiro, domingo, 12 jan. 1957, n. 10, “1º caderno”, p. 7.

JORNAL DO BRASIL. *Educação* — “Notícias dos ministérios”. Rio de Janeiro, DF, terça-feira, 21 out. 1941, n. 248, p. 10.

JORNAL DO BRASIL. *Educação e ensino*. Rio de Janeiro, RJ, quinta-feira, 9 jul. 1942, n. 159, p. 7

JORNAL DO BRASIL. *O centenário do Instituto dos Surdos-Mudos e as celebrações religiosas*. Rio de Janeiro, 2 fev. 1957, n. 284, p. 6.

JORNAL DO COMERCIO. *Brasil tem 60 mil surdis ara educar*. Rio de Janeiro, sexta-feira, 16 dez. 1960, n. 63, p. 5.

JORNAL DO COMÉRCIO. *Certame de artes*. Rio de Janeiro, quinta-feira, 29 set. 1960, n. 305, 1º caderno p. 7.

JORNAL DO COMÉRCIO. *Professores de surdos colam grau*. Rio de Janeiro, quinta-feira, 2 dez. 1960, n. 51, “1º caderno”, p. 5.

JORNAL DO COMMERCIO. *A ação do novo diretor da Escola de Artífices*. Manaus, AM, domingo, 3 jul. 1932, n. 9681, p. 1

JORNAL DO COMMERCIO. *Academia de Commercio [Exames]*. Rio de Janeiro, RJ, quarta/quinta-feira, 22/23, fev. 1928, n. 45, p. 9.

JORNAL DO COMMERCIO. *PRA 2 do Ministério da Educação*. Rio de Janeiro, DF, sexta-feira, 26 jul. 1935, n. 177, “Radio”, p. 8.

JORNAL DO COMMERCIO. *Progresso na luta contra a surdez*. Rio de Janeiro, sábado, 10 set. 1961, n. 289, p. 5, “1º caderno”

JORNAL DO COMMERCIO. *Várias notícias*. Rio de Janeiro, RJ, sábado, 28 fev. 1942, n. 127, p. 4.

JORNAL DO COMMERCIO. *Várias notícias*. Rio de Janeiro, RJ, segunda-feira, 30, terça-feira, 1º out. 1946, ano, n. 1, p. 4

JORNAL DO SURDO. *Fundações do INES*. Disponível em: <http://jornaldosurdo.comunidades.net/fundacao-do-ines>. Acesso em: fev. 2020.

JORNAL DOS SPORTS. Hoje a entrega dos diplomas dos alunos do curso de técnica de chefia e liderança e relações humanas da turma de 1951. Rio de Janeiro, RJ, 11 jul. 1951, n. 6.709, p. 4.

JORNAL. O Jornal *nos sports*. Rio de Janeiro, sexta-feira, 29 dez. 1933, n. 4354, p. 9

MAQUIS. *Professoras de surdos só querem duas coisas: receber atrasados e dar aulas até o fim*. Rio de Janeiro, 19 nov. 1960, n. 179, p. 15.

MAURO, José. Na hora H. *Última Hora*, Rio de Janeiro, RJ, quarta-feira, 13 set. 1961, n. 651, p. 10.

MEDEIROS, José. Quatrocentas crianças não podem contar seu drama. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, Guanabara, 14 dez. 1957, n. 9, p. 97–8.

MEDEIROS, José. Trinta e cinco professoras podem contar o seu drama. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, GB, 28 dez. 1957, n. 11, p. 37.

O ACRE. *Portarias*. Rio Branco, AC, quinta-feira, 6 jun. 1946, n. 771, p. 3.

O COMBATE. *A tarde da criança*. São Paulo, SP, terça-feira, 17 out. 1922, n. 2.212, p. 3

O COMENTÁRIO. [A redacção do parágrafo....]. São Paulo, SP, 15 jun. 1931, ano 2, n. 11, p. 20.

O COMENTÁRIO. *Interessante ról de... desinteressados*. São Paulo, SP, mar.–abr. 1931, ano 4, n. 7, p. 391–2.

O DIA. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Curitiba, PR, quarta-feira, 18 out. 1950, n. 8536, p. 4.

O DIA. *Viajantes* [Grande Hôtel Moderno]. Curitiba, PR, quarta-feira, 24 de março de 1944, n. 6.322, “Notas sociais”, p. 2.

O ESTADO DE MATO GROSSO. *Bodas de prata do casal Mello Barreto*. Cuiabá, MT, 10 ago. 1950, n. 1926, p. 4

O FLUMINENSE. *Instituto de surdos ganham [sic] vinte milhões do MEC*. Niterói, RJ, 9 ago. 1962, n. 21.409, p. 4

O FLUMINENSE. *Ministro da Educação determina a instauração de inquérito administrativo*. Niterói, RJ, sexta-feira, 5 maio 1961, n. 23.931, p. 1.

O GLOBO, *O Globo: Revoltaram-se os Surdos-Mudos*. Rio de Janeiro, RJ, 6 out. 1950, p. 1

- O JORNAL. *Colônia de férias do Lar da Criança*. Rio de Janeiro, RJ, sábado, 22 fev. 1936, n. 5.116, p. 6.
- O JORNAL. *Eletrônica em geral*. Rio de Janeiro, RJ, 9 out. 1960, n. 12.290, p. 7.
- O MUNDO ILUSTRADO. Rio de Janeiro, RJ, 20 abr. 1955, n. 12, p. 45
- O MUNDO ILUSTRADO. No mundo das letras. Rio de Janeiro, DF, 11 ago. 1953, n. 28, p. 46.
- O REPÓRTER. *Leitura oro-facial pra crianças surdas*. Uberlândia, MG, terça-feira, 21 fev. 1961, n. 3672, p. 2.
- PEREIRA JÚNIOR, João Barroso. A “leitura labial”. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, RJ, domingo, 29 maio 1955, n. 8.244, “Diário Educacional”, p. 6.
- PINTO, Adriano. No mundo das letras. *O Mundo Ilustrado*, Rio de Janeiro, n. 104, 28 jan. 1955, p. 46.
- REVISTA DO ESPORTE. Novo astro da luta-livre... Rio e Janeiro, RJ, 1959, n. 26, p. 22.
- REVISTA DO LIVRO. Registro bibliográfico brasileiro/Bibliografia brasileira corrente. Rio de Janeiro, ano 3, n. 9, mar. 1958, p. 63–281.
- REVISTA DO PROFESSOR. *Ainda a questão da ortografia*. São Paulo, SP, mar.–abr. 1935, ano 2, n. 10, p. 26.
- REVISTA DO PROFESSOR. *As despesas municipais com a educação em 1933*. São Paulo, SP, mar.–abr. 1937, ano 4, n. 18, p. 22.
- REVISTA DO PROFESSOR. *Primeiro Congresso Brasileiro de Educação de Ensino regional*. São Paulo, SP, dez. 1934/jan. 1935, ano 1, n. 8, p. 3.
- REVISTA MARITIMA BRASILEIRA. *Expediente da segunda secção*, 26 de março de 1904. Rio de Janeiro, RJ, 1904, n. 45.
- TRIBUNA DA IMPRENSA. [A direção do instituto...]. Rio de Janeiro, RJ, 5 fev. 1960, n. 3.059, p. 2.
- TRIBUNA DA IMPRENSA. *Campanha vai observar audição das crianças*. Rio de Janeiro, RJ, 1º abr. 1960, n. 3.105, p. 2
- TRIBUNA DA IMPRENSA. *INES não se revoltou, diz a diretora*. Rio de Janeiro, RJ, 20–21 ago. 1960, n. 3.222, p. 2.
- TRIBUNA DA IMPRENSA. *Novo diretor espera fim da greve: cegos*. Rio de Janeiro, RJ, 26–7 mar. 1960, n. 3.100, p. 2.
- TRIBUNA DA IMPRENSA. *Professoras de surdos-mudos trabalham e não recebem*. Rio de Janeiro, DF, 30 ago. 1957, n. 2328, p. 10.
- TRIBUNA DA IMPRENSA. *Surdos no Brasil: aumento de 20% no Brasil em cada dez anos*. Rio de Janeiro, DF, 16 jul. 1958, n. 2590, p. 5.

TRIBUNA DA IMPRENSA. *Surdos vão saber como devem votar*. Rio de Janeiro, GB, 5 set. 1960, 3.235, p. 2.

TRIBUNA DA IMPRENSA. *Surdos-mudos contra a direção do instituto*. Rio de Janeiro, RJ, domingo, 29–30 out. 1960, n. 2.282, p. 3

TRIBUNA DA IMPRENSA. *Surdos-mudos vão ter uma cooperativa*. Rio de Janeiro, RJ, 19 fev. 1960, n. 3.071, p. 5.

ÚLTIMA HORA. *Explica-se a diretora do instituto de surdos*. Rio de Janeiro, RJ, terça-feira, 23 ago. 1960, n. 409, p. 5